

CICLO DE ESTUDOS
MESTRADO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

O eucalipto:
Nos debates parlamentares, na legislação, indústria e
ecologia (séc. XIX- XX)

Paulo Alexandre Vasconcelos

junho

2021



Paulo Alexandre Vasconcelos

O eucalipto:
Nos debates parlamentares, na legislação, indústria e
ecologia (séc. XIX- XX)

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada
pelo Professor Doutor Jorge Fernandes Alves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2021

Paulo Alexandre Vasconcelos

O Eucalipto:

Nos debates parlamentares, na legislação, indústria e ecologia (séc. XIX- XX)

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada pelo Professor Doutor Jorge Fernandes Alves

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

*Ao meu pai,
saudades sem fim...*

Sumário

Declaração de honra	5
Agradecimentos	6
Resumo.....	7
Abstract	8
Índice de Figuras	9
Índice de Tabelas.....	10
Índice de Gráficos.....	11
Glossário	12
Lista de abreviaturas e siglas	13
Introdução.....	14
Metodologia e Estado da Arte	23
1.Referências teóricas	31
1.1. As primeiras referências – <i>O Archivo Rural</i>	32
1.2. O interesse pelo <i>Eucalyptus</i> e a aposta na industrialização	35
1.2.1. Os primórdios do eucalipto em Portugal	35
1.2.2. O interesse pela aposta na industrialização do eucalipto em Portugal	38
1.3. Contexto, desenvolvimento e expansão da indústria de celulose	43
1.3.1. A consolidação e expansão da indústria celulósica portuguesa	46
1.3.2. A incorporação científica do eucalipto na indústria.....	53
1.3.3. A área de distribuição e ocupação do eucalipto na floresta portuguesa.....	55
2.Debates Parlamentares.....	61
2.1. Monarquia Constitucional e 1ª República.....	62
2.2. Estado Novo	67
2.2.1. Assembleia Nacional e Câmara Corporativa	67
2.3. 3ª República	88
2.3.1. Assembleia Constituinte e Assembleia da República	88
3.Enquadramento Legislativo	116
3.1. Floresta e Eucalipto	116
3.2. Indústria	128
4.Indústria vs Ecologia	143

4.1. Indústria	143
4.1.1. Principais indicadores da evolução da indústria celulósica.....	149
4.2. Ecologia	157
4.2.1. Principais Impactes ambientais do eucalipto e da indústria celulósica	159
Conclusões e desenvolvimentos recentes	163
Fontes, Referências Bibliográficas e Web	174
Anexos.....	181
Anexo 1 – Estatística Debates Parlamentares – Resultados globais	182
Anexo 2 – Estatística Debates Parlamentares – Resultados por períodos	183
Anexo 3 – Imagem Eucalyptus globulus	186
Anexo 4 – Contra o roubo dos baldios.....	187
Anexo 5 – Contra o roubo dos baldios [II]	188
Anexo 6 – Porque Florestas e não Trigaís?	189
Anexo 7 – Eucaliptos em vez de pão.....	190
Anexo 8 – Devolução dos baldios aos povos! Talhas do Vouga aponta o caminho	193
Anexo 9 – Contra os roubos dos Serviços Florestais	195
Anexo 10 – Alarga-se a luta dos pequenos camponeses contra os Serviços Florestais	196
Anexo 11 – A Luta pela posse dos baldios alastra a novas freguesias	198
Anexo 12 – Alarga-se a frente de luta pela restituição dos baldios às populações	200
Anexo 13 – O povo de Talhadas ocupa os seus baldios.....	202
Anexo 14 – Incêndios em Matas: incúria criminosa dos Serviços Florestais.....	204
Anexo 15 – Os baldios para o povo!	205
Anexo 16 – Albergaria-das-Cabras Exige os seus baldios	207
Anexo 17 – Balanço das realizações do Plano Marshall em Portugal	208
Anexo 18 – Há 28 anos um povo lutou contra os eucaliptos. E a terra nunca mais ardeu.	211

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, junho de 2021

Paulo Vasconcelos

Agradecimentos

Agradeço profundamente ao orientador da presente dissertação, Professor Doutor Jorge Fernandes Alves, pela orientação, paciência, atenção, incentivo e disponibilidade que, em todos os contactos que mantivemos, foram facultados e estiveram sempre presentes. Muito grato pela dedicação e pela sapiência ministrada, que, de facto, sem elas, este presente trabalho não teria minimamente configuração e rigor.

Agradeço à minha família por todo o apoio material e imaterial dado, em especial à minha mãe Regina Vasconcelos, sobretudo pela força para concluir o presente trabalho, e à minha mulher Helena, que me proporcionou todas as condições para o concretizar. Agradeço a paciência e compressão pela ausência, sobretudo nesta fase final do trabalho, pela frugal atenção dada à minha irmã Lia e aos meus filhos José Afonso e Álvaro Manuel.

Ao meu pai, Manuel Joaquim Vasconcelos, mesmo não estando cá para lhe poder dizer, estou eternamente grato.

Aos meus amigos, não querendo individualizar sob pena de descurar quem não merecia que o fosse, estou muito grato pela amizade, pelo cuidado e preocupação que foram demonstrando.

Gratifico toda a classe docente do ciclo de estudos de Licenciatura em História e de Mestrado em História Contemporânea, pelo justo reconhecimento do seu trabalho de excelência e da contraposição a alguma mentalidade que não faz jus à profundidade dos conhecimentos científicos e académicos que esta área do saber representa, em que por vezes persiste uma criação por demais errónea que procura normalizar a formação em história como uma redutora recordação da vida dos povos ou dos reis.

Resumo

O eucalipto surgiu em Portugal em meados do séc. XVIII. É uma árvore exótica entre outras que não são autóctones da floresta portuguesa, tais como a laranjeira, o cedro, o cipreste, sendo muito cultivada para reflorestamento, pelo rápido crescimento, e, consequentemente, pela madeira, para produção de celulose e papel.

Nesta presente dissertação procuramos compreender e dar a conhecer o trajeto do eucalipto na história contemporânea portuguesa, através de uma análise dos debates parlamentares, das políticas florestais e industriais, num contexto em que a espécie arbórea foi ganhando relevo para a economia nacional, tornando-se a árvore com maior representatividade na floresta portuguesa. Utilizada quase exclusivamente no processo produtivo da indústria celulósica, fizemos uma resenha histórica daquilo que representou a evolução deste setor ao longo dos séculos XIX-XX.

Não descurando os impactos que a produção industrial envolveu no ambiente, procuramos descrever as principais ações de contestação ao plantio de eucaliptos, assim como, estabelecer um quadro com base na literatura científica sobre o assunto expondo os principais aspetos e impactes ambientais.

Palavras-chave: eucalipto, celulose, indústria, floresta, ecologia.

Abstract

Eucalyptus first appeared in Portugal in the mid-18th century. It is an exotic tree that is not native to the Portuguese forest (other such trees include orange, cedar, and cypress), which is widely cultivated for reforestation due to its rapid growth and, consequently, for wood, pulp and paper production.

The present dissertation seeks to understand and make known the course of eucalyptus in contemporary Portuguese history, through an analysis of parliamentary debates, forestry and industrial policies, a framework in which this tree species became increasingly important for the national economy, thus becoming the most ubiquitous tree in the Portuguese forest.

Used almost exclusively in the production process of the cellulosic industry, a historical review is herein put forth regarding the evolution this sector suffered over the 19th and 20th centuries.

We address the main actions challenging eucalyptus plantation, as well as establish a framework based on the scientific literature concerning the subject, while also acknowledging and exposing the main environmental aspects and impacts stemming from industrial production.

Key-words: eucalyptus, cellulose, industry, forest, ecology.

Índice de Figuras

FIGURA 1- <i>KARRI</i>	37
FIGURA 2- PASTA GRANULADA.....	42
FIGURA 3- CICLO DA UTILIZAÇÃO DO EUCALIPTO	145
FIGURA 4- IMPACTES AMBIENTAIS DOS EUCALIPTOS	159

Índice de Tabelas

TABELA 1- EVOLUÇÃO DA ÁREA DE EUCALIPTO EM PORTUGAL CONTINENTAL	57
TABELA 2- PERCENTAGEM DA ÁREA TOTAL DE EUCALIPTO NA FLORESTA.....	58
TABELA 3- ÁREA DE FLORESTA DO EUCALIPTO POR REGIÃO EM 2015	58
TABELA 4- ÁREAS TOTAIS POR ESPÉCIE	60
TABELA 5- EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CELULOSE.....	85
TABELA 6- ASPETOS E INDICADORES DA UTILIZAÇÃO DO EUCALIPTO	145
TABELA 7- ASPETOS E PRINCIPAIS IMPACTES AMBIENTAIS COM A UTILIZAÇÃO DO EUCALIPTO.....	160

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1- PRODUÇÃO (10^3 T) DE PASTA PARA PAPEL	150
GRÁFICO 2- QUANTIDADE EXPORTADA VS IMPORTADA (10^3 T) – PASTA PARA PAPEL.....	151
GRÁFICO 3- VALOR DAS EXPORTAÇÕES VS IMPORTAÇÕES (10^3 DÓLARES) – PASTA PARA PAPEL.....	152
GRÁFICO 4- PRODUÇÃO (10^3 T) – PAPEL E PAPEL CARTÃO	153
GRÁFICO 5- QUANTIDADE EXPORTADA VS IMPORTADA (10^3 T) – PAPEL E CARTÃO.....	154
GRÁFICO 6- VALOR EXPORTAÇÃO (10^3 DÓLARES) – PAPEL E CARTÃO	155
GRÁFICO 7- TOP 10 MUNDIAL: PRODUÇÃO (10^3 T) – PAPEL FINO DE IMPRESSÃO E ESCRITA (UWF)	155
GRÁFICO 8- TOP MUNDIAL: QUANTIDADE EXPORTADA (10^3 T) – PAPEL FINO DE IMPRESSÃO E ESCRITA (UWF)	156
GRÁFICO 9- TOP MUNDIAL: VALOR EXPORTAÇÕES (10^3 DÓLARES US\$) – PAPEL FINO DE IMPRESSÃO E ESCRITA (UWF)	157

Glossário¹

Celulose – principal polissacarídeo estrutural das plantas; componente mais abundante da parede celular, é constituído de monômeros de glicose ligados entre si. Utilizado como matéria-prima nas indústrias de papel e de tecidos.

Floresta – Terreno, com área mínima de 0,5 ha e largura mínima de 20 m, onde se verifica a presença de árvores que tenham atingido, ou que pelas suas características ou forma de exploração venham a atingir, uma altura superior a 5 metros, e cujo grau de coberto seja maior ou igual a 10%.

Florestação – alteração das classes de uso do solo não florestal para uso do solo florestal.

Kraft – celulose originária da madeira pelo processo sulfato, de cor parda, utilizado na fabricação de papel Kraft.

Pastas (Solúveis) – Podem ser ao sulfito ou ao sulfato branqueadas, intensamente refinadas com um alto teor de fibras puras de alfa-celulose.

Pastas químicas ao sulfato (ou processo kraft) – pasta produzida pelo cozimento de estilhas de madeira num ambiente pressurizado na presença de um licor de hidróxido de sódio (soda), podendo estas pastas serem cruas ou branqueadas.

Papel – substância constituída por elementos fibrosos de origem vegetal, os quais formam uma pasta que se faz secar sob a forma de folhas delgadas, para diversos fins: escrever, imprimir, embrulhar, etc.

Papel para uso gráficos não revestido de pasta química (UWF) – Papel próprio para impressão ou outros fins gráficos, a maior parte dos papéis de escritório e de livros, em que pelo menos 90% das componentes fibrosas consiste em fibras de pasta química, obtidas da pasta branqueada de eucalipto.

Papéis sanitários e de usos domésticos – Conhecidos também por papéis *tissue*, englobam uma larga gama de papéis para uso doméstico, hospitalar, higiénico, cozinha, etc.

Povoamento florestal – terreno com as mesmas características que a Floresta, mas excluindo as superfícies temporariamente desarborizadas (povoamentos ardidos e cortes únicos).

¹ A definição de alguns termos foi retirada dos *Boletins Estatísticos* da Associação Industrial Papeleira e do Inventário Florestal Nacional.

Lista de abreviaturas e siglas

ASDI	ASSOCIAÇÃO SOCIAL DEMOCRATA INDEPENDENTE
CELPA	ASSOCIAÇÃO DA INDÚSTRIA PAPELEIRA
CPC	COMPANHIA PORTUGUESA DE CELULOSE
CELBI	CELULOSE BEIRA INDUSTRIAL
CELTEJO	EMPRESA DE CELULOSE DO TEJO
C.E.E.....	COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA
CDS	CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL
E. GLOBULUS.....	<i>EUCALYTPUS GLOBULUS</i> LABILL.
FAO	FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION
FLUP	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
HA	HECTARES
HA ³	MIL HECTARES
M ³	METROS CÚBICOS
MEP	MOVIMENTO ECOLÓGICO PORTUGUÊS
MDP/CDE	MOVIMENTO DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS/COMISSÃO DEMOCRÁTICA ELEITORAL
PCP	PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
PEV	PARTIDO ECOLOGISTA “OS VERDES”
PORTUCEL	EMPRESA DE CELULOSE E PAPEL DE PORTUGAL
PS	PARTIDO SOCIALISTA
PPD/PSD	PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO/ PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
PPM	PARTIDO POPULAR MONÁRQUICO
SOCEL	SOCIEDADE INDUSTRIAL DE CELULOSE
T.....	TONELADA(S)
T ³	MIL TONELADAS
US \$	DÓLAR AMERICANO
US \$ ³	MIL DÓLARES AMERICANOS

Introdução

O objeto de estudo da nossa dissertação recairá sobre uma temática que não tem vindo a ser alvo de problematização/investigação histórica, por parte dos historiadores, e que, no nosso entender, merece que seja investigada: o eucalipto.

O tema da nossa dissertação assenta essencialmente no estudo do tema Eucalipto nos *Debates Parlamentares*, que abrange quatro períodos da história contemporânea portuguesa, Monarquia Constitucional (1820 – 1910), 1ª República (1910 – 1926), o período do Estado Novo (1933 – 1974) e o período da 3ª República (1974 - 1985).

Temos como objetivo verificar os temas que se debateram no parlamento português em torno desta espécie exótica, nativa da Austrália² e da Tasmânia³, introduzida em meados de séc. XIX em Portugal, primeiramente por curiosidade botânica, e, posteriormente, sobretudo a partir de meados do século XX, com propósitos económicos e comerciais⁴.

Pretendemos analisar as políticas florestais relacionadas com o Eucalipto, assim como inventariar a legislação, compreender o papel do homem, das indústrias de base florestal (Celulose, Aglomerados) e do Estado como agentes decisórios nos processos de desarborização e florestação, através de uma visão histórica aberta à perspetiva do ordenamento florestal, em que a intervenção humana é determinante a par das componentes naturais na configuração dos espaços florestais, como produtos das inter-relações que se estabeleceram ao longo dos referidos períodos.

Estabelecemos como base cronológica e espacial as quatro épocas, destacando sobretudo as duas últimas devido à manifestação tardia da importância da produção de

² A área de origem provém da costa sul da Austrália continental, nomeadamente de duas regiões do estado de Vitória: Otways a oeste; e South Gippsland, a sudeste do estado de Vitória.

³ Algumas populações desta espécie, encontram a área de concentração na costa oeste da ilha da Tasmânia, designadamente nas ilhas do estreito de Bass: ilhas King, Flinders e Cape Barren.

⁴ Foram os anos de 1963-1965 que revelaram os principais empreendimentos no arranque da indústria de celulose. Para mais informação consultar: ALVES, Jorge Fernandes – *A Indústria da pasta e do papel em Portugal: O grupo Portucel*. [S.l.]: Portucel, 2001. p. 59.

pasta de papel a partir da madeira no fomento de novas indústrias, que durante o período do Estado Novo, ultrapassados alguns bloqueios do condicionamento industrial, através da Lei n.º 2005, dirigida para o Fomento e Reorganização Industrial⁵, ganha alguma notoriedade aquando da implementação dos Planos de Fomento⁶, e nas décadas seguintes até ao fim do regime, com a criação de algumas indústrias de celulose, tais como a Companhia Portuguesa de Celulose, que em 1957 produz pasta de eucalipto ao sulfato⁷, a constituição da SOCEL – Sociedade Industrial de Celulose, S.A.R.L., entre muitas outras que viram os pedidos de instalação de fábricas de celulose a multiplicarem-se.

A quarta época, a 3ª República, foi a mais prolífica devido à constatação das profundas alterações que este subsector florestal sofreu, seja pela enorme expansão, como pela importância que tinha para o equilíbrio da balança comercial com outros países⁸, sendo vocacionada para a exportação grande parte da produção.

Este período contribuiu consequentemente com uma completa reestruturação do setor, a partir do momento que em foi promulgada a nacionalização das principais empresas de celulose – cinco no total – com o Decreto-Lei n.º 221-B/75, de 9 de maio

⁵ Para informações sobre o condicionamento industrial ver enquadramento legislativo, no capítulo 3.

⁶ O I Plano de Fomento (1953-1958) foi aprovado pela Lei n.º 2058, de 29 de dezembro de 1952, tinha a “finalidade de elevar o nível de vida e aliviar as pressões demográficas melhorando a produtividade do trabalho e reduzindo o desemprego, O I Plano de Fomento apontava como principais objetivos: - o fomento da agricultura; - o aumento da produção de energia hidráulica, - conclusão das indústrias de base já em curso; [...]” in ROSAS, Fernando (coord.) – *O Estado Novo (1926-1974)*. MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Vol. 7, p. 405.

⁷ Para mais informações acerca das técnicas de produção de pasta de eucalipto branqueada, ou crua, assim como compreender a configuração de fieira ou fileira industrial associada ao papel e às celuloses, consultar ALVES, Jorge Fernandes – *A Indústria da pasta e do papel em Portugal: O grupo Portucel*. [S.l]: Portucel, 2001.

⁸ Analisando a História Económica de Portugal verificamos que as importações ultrapassam geralmente as exportações, com exceção dos anos de 1941-1943, em que, “em plena segunda guerra mundial, os elevados preços das exportações de volfrâmio e de outras matérias-primas possibilitaram que Portugal tirasse partido, neste particular, da neutralidade.” Excecionalmente Portugal obteve excedentes comerciais externos, podemos então concluir que foram de facto ocasionais. Cf. LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da – *História Económica de Portugal 1700-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. 2005. vol III, p. 311.

de 1975, posteriormente fundidas com o Decreto-Lei n.º 554-A/76 de 14 de julho de 1976, que criou a Portucel – Empresa de Celulose e Papel de Portugal, E.P. O setor ainda assistira a uma futura privatização, primeiro parcialmente, em 27 de junho de 1995 com o Decreto-Lei n.º 56/95, de 31 de Março, e numa segunda fase que aprova o processo de reprivatização com o Decreto-Lei n.º 166/200, de 25 de maio de 2001.

Neste sentido, é ao longo da época do Estado Novo e da III República, sem descurar a informação produzida nos períodos antecedentes, que procuramos sistematizar a informação relacionada com o nosso tema, e, assim, tentarmos resumir, juntar e destacar todos os debates, acontecimentos, diplomas legislativos, assuntos que conservam a memória dos territórios, das populações e dos atores políticos, num contexto em que a investigação histórica legitima o vínculo entre o natural e o social.

Com mais de setecentas espécies diferentes de eucalipto em todo o mundo, será a espécie *Eucalyptus Globulus* Labill.⁹ que utilizaremos para aprofundar a investigação, dado que, é a espécie mais representativa nos povoamentos florestais e economicamente mais importante em Portugal, devido às suas características mais interessantes para a produção industrial de pasta, de papel, e aglomerados.

A área de ocupação da espécie *E. globulus*, compreenderia até ano de 2015, mais de 845 000 ha, num total de 26 % da ocupação dos espaços florestais, apresentando um metódico incremento ao longo dos últimos cinquenta anos, que juntamente com os Sobreiros e os Pinheiros-Bravos compõe mais de 70% dos povoamentos florestais¹⁰.

⁹ Conhecido simultaneamente por eucalipto-comum, ou eucalipto-da-Tasmânia, da família das Mirtáceas, foi introduzido em várias zonas do mundo onde se tornou subespontâneo, com a madeira que apresenta qualidades ímpares de notável interesse para a fabricação de pasta de papel, portanto, para aproveitamento industrial, entre outras propriedades e utilizações diversificadas de que é objeto de interesse.

¹⁰ UVA, José Sousa (coord.) – *6º Inventário Florestal Nacional*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Relatório final, 2015, p. 5.; para mais dados e informações, consultar simultaneamente, o site do INE, com base em dados de 2013, refere que a árvore compreendia 766 800ha, num total de 23% da ocupação dos espaços florestais. Ver Superfície florestal (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (superfície florestal); Decenal - ICNF, DRRF RAA, IFCN RAM, Estatísticas florestais, consultar ligação disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001148&selTab=tab0&xlang=pt

Sendo uma árvore nativa da Austrália e da Tasmânia, conforme anteriormente referimos, o *E. Globulus* foi gradualmente introduzido em diversas partes do globo terrestre, tais como na Califórnia, China, Índia, Natal, Egipto, África do Sul, Argélia, Chile, Brasil e nos vários países do sul da Europa, principalmente nos países ibéricos¹¹.

A principal característica que define a árvore prende-se ao seu rápido crescimento, atinge a idade adulta entre 7 e os 12 anos, vantagem natural que permite o desenrolamento de um circuito económico florestal que alimenta as mais variadas indústrias. O seu rápido crescimento, faz com que seja uma árvore vista como uma aquisição valiosa para algumas terras, onde, em muitos casos, são caracterizadas pela grande falta de árvores florestais de utilidade geral¹².

Na Califórnia, principalmente na costa marítima a sul do estado, o *E. Globulus*, foi amplamente utilizado para a construção de toda a estrutura dos cais para os barcos. A madeira do eucalipto teve diversas formas de utilização como, por exemplo, postes de vedação e telefónicos. É ainda utilizada para prensas ou alavancas, até mesmo para decoração do interior de veículos automóveis, produtos agrícolas e vinícolas, mobiliário, escritório, rodas, construção civil, entre outros.

A principal utilidade comercial e a que lhe confere maior importância, é a da fabricação de pasta de papel branqueada, que será a que daremos mais destaque na investigação que pretendemos iniciar, sobre a introdução e utilização desta espécie em Portugal desde a Monarquia Constitucional (1820 – 1910), a 1ª República (1910 – 1926),

¹¹ *Ibidem*.

¹² Uma das espécies mais valiosas é a *Eucalyptus Marginata*, natural do sudoeste da Austrália Ocidental, popularmente designada de madeira Jarrah. Esta espécie cresce de forma surpreendente rápida e a sua madeira tinha características tão fortes que era considerada especialmente valiosa na construção de moinhos, pois resistia ao ataque dos vermes. A par, era bastante utilizada na construção de navios por causa desta singularidade e qualidade, assim como era utilizada para outros fins marítimos tais como a construção de cais para os barcos. Algumas variedades de eucalipto produzem uma espécie de goma ou resina chamada *Vino*, uma substância dura, pequena e doce, que é obtida em quantidades consideráveis. Era utilizada como antídoto para a malária e era considerada valiosa para cortar ou dissipar a malária nas regiões onde esta abundava, o eucalipto obteve considerável reputação neste contexto. O óleo de eucalipto, era reconhecido como uma “droga” valiosa que era extremamente utilizada por farmacêuticas e físicos. Cf. National Geographic – *The tallest tree that grows*, p. 664 -667, 1909.

o Estado Novo (1933 – 1974) e durante o período até à entrada na C.E.E. que alberga parte da 3ª República (desde 1976 – 1985).

É com o reconhecimento da evidência que a madeira de eucalipto tem para a produção de pasta de papel que durante o período do Estado Novo, com a implementação do I Plano de Fomento, a espécie que parte duma ocupação bastante residual nos povoamentos florestais, expande-se até aos dias de hoje, de forma bastante significativa no território continental.¹³

Identificando a importância económica que o eucalipto tem para o setor industrial da pasta de papel, pretendemos ver quais os problemas de fundo que se colocam entre a riqueza industrial e a ecologia, e simultaneamente perceber os impactos ambientais que a espécie tem para os ecossistemas, sobretudo naqueles onde a espécie se expandiu devido ao êxodo rural a partir de meados do séc. XX e na pressão à desertificação de algumas zonas do interior do país.

Conforme anteriormente sublinhamos, o eucalipto¹⁴ tem uma taxa de crescimento fenomenalmente rápida. As épocas/fases de mudança desta árvore tem um crescimento médio de aproximadamente 8 metros em 4 anos, 12 metros e 8 cm de diâmetro em 6 anos e de 17 metros em 10 anos. Em condições favoráveis, as árvores podem chegar a atingir em média, uma altura superior a 30 metros e um diâmetro de 19 cm em 30 anos. Nas mesmas condições, as árvores poderão frequentemente atingir 16 cm de diâmetro e 25 metros de altura em apenas 20 anos, apresentando a árvore um volume superior nesta fase a 240 m³/ha¹⁵. Outras espécies de eucalipto, como por

¹³ O eucalipto não somente não tem dificuldade em crescer em viveiros especializados como também é uma das espécies que mais facilmente se propaga, devido à facilidade que este tem em brotar facilmente, seja através da abundante quantidade de sementes, ou após o corte, e em resposta a lesões que poderá sofrer, tais como os incêndios florestais.

¹⁴ O *Eucalyptus globulus* Labill.

¹⁵ Cf. *Projeto melhor eucalipto*, 2015. Valores retirados do simulador disponível na web, para mais informações, consultar ligação disponível em: <<http://www.celpa.pt/melhoreucalipto/avaliacao-da-produtividade/>>. Consultado em junho de 2021.

exemplo na Califórnia, em condições favoráveis, chegaram a atingir uma altura de 53 metros e um diâmetro de 1,5 metros¹⁶.

Com o fator do crescimento da planta bem presente nas indústrias que transformam o eucalipto para os fins que pretendem alcançar, a indústrias de celulose granjearam um elevado grau de preocupação sobre a qualidade da planta, criando para o efeito laboratórios científicos, como o caso do Laboratório Raiz¹⁷, assumindo a monitorização da árvore como uma célula.

No que concerne aos problemas de fundo apontados pelas questões ecológicas destacamos sobretudo os incêndios florestais devido à grande quantidade de biomassa que a árvore projeta em redor, nomeadamente as folhas secas, ramos e casca derramada que se acumula e é extremamente inflamável, o impacto ambiental da produção da pasta de papel tanto na emissões de gases para a atmosfera seja com a fabricação, seja através da anulação do sequestro do carbono que a árvore conservara até ao corte, como pela poluição dos caudais dos rios com os excedentes da produção, assim como pela exclusão das espécies autóctones.

Neste quadro abrangente de questões que o estudo desta temática pressupõe, passamos a expor as problemáticas que traçamos para a dissertação:

- Quando se verificaram as primeiras referências ao Eucalipto?
- Como surgiu o interesse pela aposta na industrialização do eucalipto, porque surgiu, quem o faz brotar e como se estruturou?

¹⁶ Recorremos à publicação em série da revista *National Geographic*, traduzindo livremente algumas notas sobre o crescimento da planta. Para mais informação consultar *National Geographic* – Notes on the Eucalyptus tree from the U.S. Forest Service, p. 668-673, 1909.

¹⁷ O Raiz – Instituto de Investigação da Floresta e do Papel, “é um centro de investigação privado, sem fins lucrativos, reconhecido como entidade do Sistema Científico e Tecnológico Nacional”, tem como missão “contribuir para a competitividade e sustentabilidade da fileira do eucalipto, da floresta ao produto”, em que as principais atividades financiadas maioritariamente pela “The Navigator Company, por outras entidades privadas e por fundos públicos, nacionais e europeus”. Para mais informação consultar ligação disponível em: <<http://raiz-iifp.pt/instituto/#>>. Consultado em maio de 2021.

- Qual a importância económica e porquê o eucalipto suscita o interesse da indústria de base florestal?
- Quando se verificaram as principais referências ao eucalipto nos debates parlamentares?
- Que problemas de fundo foram assinalados entre a relação riqueza industrial e ecologia nos debates parlamentares em torno do eucalipto?
- Quais os impactos positivos/negativos do eucalipto na Floresta – Economia – Sociedade Portuguesa refletidos nos debates parlamentares?
- Qual foi o enquadramento legislativo outorgado pelos órgãos competentes para responder à emergência das celulosas de forma a assegurar a matéria-prima?
- Quais os principais aspetos e indicadores da utilização do eucalipto para fins industriais?
- Quais os principais aspetos e impactes ambientais do eucalipto para a Ecologia?

Para tentarmos dar resposta às questões acima identificadas, decidimos estruturar o nosso trabalho em quatro capítulos. Por comodidade de abordar o tema no tempo – séc. XIX-XX – seguimos uma evolução histórica em todos os capítulos, que se inserem numa lógica temporal estabelecida em três períodos: Monarquia Constitucional e 1ª República; Estado Novo; 3ª República;

As razões pelas quais decidimos por esta delimitação temporal prendem-se ao que previamente referimos nesta breve introdução, nomeadamente pelo facto da manifestação tardia da importância da produção de pasta de papel a partir da madeira no fomento de novas indústrias, ter no período do Estado Novo, granjeada a aposta estratégica com a implementação do Plano de Fomento, a publicação da lei do fomento e reorganização industrial.

O primeiro capítulo – *Referências teóricas* – engloba a produção teórica correlacionada com as primeiras manifestações pelo interesse na árvore, com a aposta

na industrialização do eucalipto (e respetiva estruturação do setor), procurando simultaneamente expor, o que terão sido as decisões científicas ao longo dos referidos períodos em que foram estudadas de modo sistemático as diferentes espécies florestais em Portugal na perspetiva da sua industrialização e que originaram, por exemplo, a criação de Laboratório da Celulose.

Com esta opção, indagaremos alguns estudos específicos como a aposta na produção de pasta e de papel através da madeira do eucalipto, assim como a incorporação científica do eucalipto na indústria e na floresta, com um breve retrato do que representa em áreas nos povoamentos florestais.

O segundo capítulo – *Discussão Parlamentar* – caracteriza-se pela análise textual e de conteúdo feita a toda a discussão parlamentar em torno do tema do nosso trabalho, seguindo a linha cronológica definida, procurando identificar quem discursa acerca dos eucaliptos no debate político, o que propõe e em que contexto o faz. Neste capítulo analisando o conteúdo do debate político, reunimos simultaneamente alguns diplomas legislativos em torno do tema proposto, que utilizamos para completar e que apresentamos no capítulo seguinte como enquadramento legislativo.

No terceiro capítulo – *Legislação* – procuramos inventariar a legislação, nomeadamente identificar as leis e os principais decretos-lei e despachos que contextualizam as políticas florestais e da fileira silvo-industrial, que geraram a instalação das primeiras fábricas de celulose e pasta mecânica, papel de jornal e outros papéis como veio a ser a Companhia Portuguesa de Celulose (Cacia), em funcionamento nos primeiros anos da segunda metade do séc. XX, que inclusive, veio a ser o primeiro projeto Português sob apoio do célebre Plano Marshall¹⁸.

Neste capítulo apresentamos uma breve síntese sobre o enquadramento legislativo relacionado com a floresta, de forma que se consiga ter uma perceção mais ampla e inclusiva, da introdução da árvore nos povoamentos florestais em Portugal.

¹⁸ Para mais informações, consultar ligação disponível em: https://www.cvce.eu/content/publication/2007/10/4/31e975c9-4a91-4897-abe2-e85334ed1d1b/publishable_pt.pdf

Naturalmente, examinamos a legislação que foi produzida em conexão com a questão dos povoamentos florestais, e sobretudo com os baldios, nomeadamente a Lei do Povoamento Florestal de 1938¹⁹, em que se procedeu através da anunciação desta última lei, à arborização maciça das zonas serranas em larga maioria de natureza comunitária.

No quarto capítulo – *Indústria vs Ecologia* – abordamos de que forma a introdução da espécie exótica eucalipto em Portugal desde meados da centúria de Oitocentos, implicou importantes transformações, sejam ao nível económico, produtivo e ecológico, através de uma abordagem teórica, descritiva e gráfica sobre a problemática nos três períodos estabelecidos, sobretudo durante e após o Estado Novo devido ao surgimento de movimentos de contestação que reivindicavam tanto o corte da árvore, como a mobilização para impedir a plantação. Procuramos com base em estudos científicos, identificar os aspetos ambientais e os principais impactes ambientais que a plantação de eucaliptos ou a sua utilização na fileira industrial, implicaram no ambiente.

Reservamos para a secção de Anexos, alguns dados estatísticos e algumas notícias na imprensa clandestina, sobretudo após o período do Estado Novo, nomeadamente aquela que não estava sujeita à censura prévia devido à mesma ser produzida e difundida à margem do poder ditatorial instituído, que refiram informações sobre as nossas problemáticas. Após o Estado Novo, procuramos aglomerar informações que noticiam o surgimento de manifestações de movimentos contestatários à plantação da árvore.

Passaremos a descrever em que consistiu o desenvolvimento, execução e conclusão da presente dissertação, procurando expor a nossa metodologia, a escolha das fontes e bibliografia utilizada.

¹⁹ Lei n.º 1971, de 15 de junho de 1938 (Lei do Povoamento Florestal)

Metodologia e Estado da Arte

A escolha das nossas fontes, de natureza escrita, incidiram primeiramente sobre o arquivo dos *Debates Parlamentares*²⁰, disponível no site do Arquivo Histórico-Parlamentar, em formato eletrónico, começando por o *Diário das Sessões da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa (1822-1910)*; *Diário das Sessões do Senado da república (1911-1926)*; *Diário das Sessões da Câmara do Deputados da República (1911-1926)*; *Diário das Sessões da Assembleia Nacional (1935-1974)*; *Atas da Câmara Corporativa (1935-1974)*; *Diário das Sessões da Assembleia Constituinte (1974-1976)* e por fim, o *Diário das Sessões da Assembleia da República (1976-1985)*.

Com esta opção auscultaremos o que levou a luta em defesa de uma causa, a discussão e argumentação entre a defesa e acusação, diante de um parlamento que, apesar de atravessar diversos regimes de natureza distinta, viria a ser determinante nas decisões tomadas e no rumo que se iniciou, desenvolveu e nos trouxe aos presentes dias.

Saberemos assim, em primeira mão, em que constituiu o certame, sem transcrições distorcidas que outras fontes, tais como os periódicos da época, com aproximação a determinadas fações políticas pudessem ter ao noticiar as intervenções realizadas no parlamento, adulterando propositadamente a mensagem do orador. Tratando-se de uma transcrição fiel das intervenções, e não propriamente um resumo, permitir-nos-á aferir de forma bastante precisa o pensamento dos tribunos, apesar de algumas condicionantes no registo das intervenções ao longo das sessões²¹.

As limitações, estariam relacionadas com as condições acústicas das salas das sessões, que eram más, pelas características vocais do deputado de se fazer ouvir de forma audível ou menos perceptível, ou pela recolha das elocuições de modo arcaico pelos

²⁰ Ligação disponível em: <<https://debates.parlamento.pt>>.

²¹ Cf. PEREIRA, Hugo Silveira - Debates parlamentares como fonte histórica: potencialidades e limitações. In: *Historiae*, Vol. 8, No. 1, 2018, p. 31-52.

taquígrafos, dado que não tinham disponíveis instrumentos de gravação de voz, sendo a recolha feita de forma manual.

Existia, no entanto, um complexo processo de produção da informação, entre os taquígrafos e os oradores, dado que, “entre o oral e o escrito, existe a transcrição dos taquígrafos e a revisão dos oradores”²², sendo os primeiros permeáveis à adulteração das características originais do discurso, “já que tinham origens humildes, eram mal pagos e lidavam com homens poderosos”²³, e os segundos que, “procuravam correções que faziam enaltecer as suas intervenções e apagar excertos menos convenientes”²⁴.

Para o mesmo autor que citamos, uma outra questão importante nas lacunas que existirão na escolha desta fonte, prende-se à “intencionalidade do discurso, uma vez que a determinação do interlocutor e do objetivo do orador são elementos cruciais na interpretação da mensagem”²⁵.

Dependendo das particularidades do regime em concreto, especificamente na Monarquia Constitucional e sobretudo no Estado Novo, alguns tribunos teriam de pesar bem o discurso que proferiam, dado que a suas posições estavam subordinadas ao contexto político, o que implicaria que, a escolha ou manutenção no cargo parlamentar, estaria diretamente correlacionada com o poder que o grupo exercia sobre os demais.

A par das limitações referidas com a utilização desta fonte, verificamos ainda outras situações que condicionariam uma pesquisa mais aturada, seja pela grafia da palavra que se pretende pesquisar, dado que a mesma possa ter mudado ao longo do tempo²⁶, ou simplesmente por estar mal grafada no documento ou texto simples. No capítulo 2. Discussão parlamentar, faremos uma breve exposição de como procuramos superar estes e outros efeitos de restrição a certos limites de busca de resultados, assim como, a introdução de outras designações e expressões que, ao inserirmos, visaram a

²² *Ibidem*.

²³ *Ibidem*.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ *e.g.*, do século XIX até meados do século XX, a palavra mais utilizada com correlação ao nosso tema é *Eucalyptus*, sendo posteriormente, mas não exclusivamente, adotada a grafia *Eucalipto*.

par, a superação de algumas faltas de perfeição ou insuficiências, completando e acrescentando mais informação e conhecimento ao tema que dissertamos.

Feito este breve contexto das características da nossa fonte, concluímos em relação à mesma que não deixa de ser uma imprescindível ferramenta para o conhecimento da época, assim como, da centralidade que o parlamento assumia no que concerne às opções económicas e sociais a serem adotadas para o país.

No que ainda diz respeito à escolha de fontes para o desenvolvimento do presente trabalho, optamos seguidamente pela escolha do *Diário da República Eletrónico*²⁷, DRE, que é o jornal oficial da Assembleia. Surge na senda da publicação da *Gazeta de Lisboa*, um dos primeiros periódicos que circularam em Portugal, ainda com várias alterações e ajustes, circulando até 1833²⁸.

Para mais informação da origem do Jornal Oficial, que costuma situar-se em 1715, o Diário da República Eletrónico disponibiliza no seu site uma cronologia e descrição histórica, refletindo o período conturbado que se vivia, enumerando as diversas designações do jornal²⁹.

Esta fonte de acesso universal, permitir-nos-á aceder gratuitamente e livremente ao arquivo, nomeadamente aos conteúdos legislativos em formato eletrónico, desde 1821 até aos presentes dias, de forma que consideramos a sua utilização, como um instrumento fundamental para a inventariação e compreensão da produção legislativa correlacionada com o nosso tema. Sendo os debates parlamentares, a nossa principal matéria documental a tratar para a realização do presente trabalho, pretendemos com

²⁷ Ligação disponível em: <<https://dre.pt>>.

²⁸ Para mais informação, consultar o site da Hemeroteca Digital da Câmara Municipal de Lisboa, disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/GazetadeLisboa/GazetadeLisboa.htm>>.

²⁹ *Diário da Regência* (de 12 de fevereiro a 4 de julho de 1821); *Diário do Governo* (de 5 de julho de 1821 a 4 de junho de 1823); *Gazeta de Lisboa* (de 5 de junho de 1823 a 24 de julho de 1833); *Crónica Constitucional de Lisboa* e depois apenas *Crónica de Lisboa* (de 25 de julho de 1833 a 30 de junho de 1834); *Gazeta Oficial do Governo* (de 1 de julho a 4 de outubro de 1834); *Gazeta do Governo* (de 6 de outubro a 31 de dezembro de 1834); *Diário do Governo* (de 1 de janeiro de 1835 a 31 de dezembro de 1859); *Diário de Lisboa* (de 1 de janeiro de 1860 a 31 de dezembro de 1868); *Diário do Governo* (de 1 de janeiro de 1869 a 9 de abril de 1976); *Diário da República* (desde 10 de abril de 1976). Para ver mais informações, inclusive as referentes à História da Imprensa Nacional, consultar ligação disponível em: <<https://dre.pt/conheca-o-diario-da-republica>>.

o uso da fonte escrita DRE, completar e confirmar o que se propôs e efetivou, seguindo uma ordem cronológica e de materialização da decisão política.

No que diz respeito a fontes impressas produzidas pelas principais Instituições e departamentos afetos ao poder do Estado Português, pretendemos aturar as informações produzidas do *Inventário Florestal Nacional*, do *Instituto Nacional de Estatística*, e do *Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas*.

Por fim, no que concerne à utilização de outro tipo de fontes, recorreremos aos *Boletins estatísticos* da Associação Industrial Papeleira – CELPA, e à base de dados da *Food and Agriculture Organization of The United Nations* (FAO)³⁰. Nesta base de dados, consta informação sobre a produção e comércio da fileira industrial florestal³¹, na qual se inclui a da celulose e do papel de vária índole, de praticamente todos os países e territórios no mundo.

Em relação ao Estado da arte/questão, indagamos sobre as obras que pensamos serem mais relevantes na área temática pela qual optamos, tendo como objeto de estudo livros, nos quais se incluem teses monográficas, que se debruçam sobre problemáticas com as quais procuramos encontrar solução, artigos ou capítulos de livros coletivos, assim como, relatórios de índole técnica e científica que, consideramos indispensáveis e mais atualizados sobre a temática da floresta, dos baldios, do eucalipto, do surgimento da indústria das celulosas e aglomerados, nos quais se inserem os novos contributos de conhecimento de cada autora e autor, e no conjunto de investigadores.

Neste sentido, a escolha da bibliografia incidiu numa análise interrelacionada dos factos sociais e dos factos naturais, procurando historiar de que forma a sociedade

³⁰ Para mais informações consultar ligação disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#data/FO>>. Consultado em maio de 2021.

³¹ Forestry Production and Trade. A base de dados contém dados sobre a produção e comércio da rolaria da madeira e produtos primários de madeira e papel de todos os países e território do mundo. Os principais tipos de produtos florestais primários são: rolaria de madeira, madeira serrada, painéis à base de madeira, celulose, papel de vários tipos e papel cartão. Todos estes produtos encontram-se detalhados na respetiva base de dados, englobando as quantidades e valores da produção e comércio respetivamente. Para mais detalhes e informações, consultar ligação disponível em: <<http://www.fao.org/forestry/statistics/80572/en/>>. Consultado em maio de 2021.

portuguesa fez e desfez o seu próprio ambiente, com as alterações profundas nos espaços florestais, tendo por base a situação historiográfica nacional e internacional sobre a matéria que aqui tratamos.

Partindo das obras gerais para as mais específicas, começamos pela escolha de obras mais abrangentes da história de Portugal, que compreendem um período de tempo que vai desde a Monarquia Constitucional até ao atual regime, a 3ª República. Trabalhos realizados por autores como Fernando Rosas³², José Medeiros Ferreira³³, Rui Ramos³⁴, Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque³⁵, permitir-nos-á inferir nos principais acontecimentos da contemporaneidade portuguesa, aqui reunidos numa obra dirigida pelo Professor José Mattoso que engloba oito volumes.

Investigação de grande fôlego, como os trabalhos de Nicole Devy-Vareta³⁶, professora aposentada de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que realçam a importância do Estado como agente decisório nos processos de desarboreização e florestação, assim como, o papel que os conhecimentos técnico-científicos representaram, são imprescindíveis para a compreensão da temática.

De produção multidisciplinar, apesar do núcleo da investigação pertencer à Geografia, possibilita conceptualizar uma visão histórica aberta à perspetiva do ordenamento florestal, em que a intervenção humana e da economia-sociedade, são determinantes a par das componentes naturais na configuração dos espaços florestais,

³² ROSAS, Fernando (coord.) – *O Estado Novo (1926-1974)*. MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Vol. 7; *Idem* – *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, vol XII

³³ FERREIRA, José Medeiros (coord.) – *Portugal em Transe (1974-1985)*. MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. Vol. 8.

³⁴ RAMOS, Rui (coord.) – *A Segunda Fundação (1890-1926)*. MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. Vol. 6.

³⁵ TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.) – *O Liberalismo (1807-1890)*. MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Vol. 5.

³⁶ DEVY-VARETA, Nicole – *A Floresta no espaço e no tempo em Portugal: A arborização da Serra da Cabreira (1919-1975)*. Tese de Doutoramento. Porto: FLUP, 1993; *Idem* – *Investigación sobre la Historia Forestal portuguesa en los siglos XIX y XX: orientaciones y lagunas*. [S.l.], 1999. Separata da Revista cuatrimestral del Seminario de Historia Agraria, nº18, 1999; *Idem* – *Os serviços Florestais no século XIX. Os Homens e as Ideias*. in Finisterra, Lisboa, XXIV, 47, 1989, pp. 105-116; *Idem* – *O Regime Florestal em Portugal através do século XX (1903-2003)*. in Revista da Faculdade de Letras – Geografia, I série, vol. XIX, Porto, 2003, p. 447-455.

como produtos das inter-relações que se estabeleceram ao longo dos referidos períodos.

Na tese de doutoramento, a autora de, *A Floresta no espaço e no tempo em Portugal: A arborização da Serra da Cabreira (1919-1975)*, destaca-se a análise florestal que se enquadra num projeto histórico, “encarado numa perspetiva territorial e orientado para futuras pesquisas prospetivas”³⁷ utilizando uma metodologia pela “investigação histórica de tempo longo”³⁸, em que esse tempo extenso “é o tempo-padrão corrente da árvore e da floresta, tanto para o desenvolvimento biológico da maior parte das espécies e maciços arbóreos, como para a utilização e o ordenamento dos recursos fornecidos pela floresta”³⁹.

Com a conceptualização temporal, a autora usa uma metodologia que visa a perspetiva territorial, o espaço, desenvolvida na sua área de formação geográfica, através da utilização da cartografia, pois “se utilizámos o mais possível o mapa como finalidade e suporte interpretativo, é porque, em nossa opinião, o mapa fala e lê-se melhor do que qualquer outro «discurso geográfico»”⁴⁰.

A obra da autoria de Jorge Fernandes Alves⁴¹, tais como a tese monográfica, *Indústria da pasta e do papel em Portugal: O Grupo Portucel*, de desenvoltura e que melhor nos poderá aproximar do verdadeiro conteúdo da história do papel, do surgimento do eucalipto, da celulose, da evolução para uma indústria-base e consolidada nos nossos dias num quadro mundial, são indispensáveis para atingir esses objetivos. Docente de História Contemporânea no Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e

³⁷ DEVY-VARETA, Nicole – *A Floresta no espaço e no tempo em Portugal: A arborização da Serra da Cabreira (1919-1975)*. Tese de Doutoramento. Porto: FLUP, 1993, p. 5.

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ ALVES, Jorge Fernandes – *A estruturação de um sector industrial: a pasta de papel*. In Revista da Faculdade de Letras. História, Nº. 1, 2000, p. 153-182; *Idem* – *A Indústria da pasta e do papel em Portugal: O grupo Portucel*. [S.l]: Portucel, 2001.; *Idem* – *Alguns vectores históricos da indústria papeleira em Portugal* in “XVII Encontro Nacional Tecnicepa. Comunicações”, Viana do CASTELO, TECNICEPA, p. 15-35.

Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, trabalha entre outras áreas de investigação, em história económica e social, história empresarial e das instituições. Juntamente com Nicole Devy-Vareta, serão o nosso horizonte teórico da conceptualização das problemáticas que traçamos para a realização do nosso trabalho.

Outros trabalhos de autores como Amélia Branco⁴² e de João Estevão⁴³, foram alvo de extensa procura por informação e da implicação que as políticas florestais tiveram no país.

Procurando dar resposta às problemáticas traçadas, destacamos a obra de Ferreira Dias Jr.⁴⁴, *Linha de Rumo I e II e outros escritos económicos:1926-1962*, organizada em três volumes e editada pelo Banco de Portugal. O autor, formado em engenharia eletrotécnica no Instituto Superior Técnico de Lisboa, foi dos principais mentores da corrente “industrialista” do Estado Novo, Ministro da Economia entre 1958 e 1962, sendo um dos principais estrategas e defensor do fim do condicionamento industrial e da expansão do setor das celulosas. Estes documentos de ímpar comparação no contexto do pensamento económico português da época, permitem perceber a importância e a posição que Ferreira Dias abrangia, como impulsionador da tardia industrialização portuguesa.

Trabalhos mais específicos com a nossa temática, que nos permitem ter informação relativamente à instalação da planta em Portugal, sobressai a imprescindível edição do Departamento de Engenharia Florestal, Instituto Superior de Agronomia, da Universidade técnica de Lisboa, *O Eucaliptal em Portugal: Impactes Ambientais e Investigação Científica* ⁴⁵.

⁴² BRANCO, Amélia – *O contributo das florestas para o crescimento económico português: o papel do plano de povoamento florestal (1938-68)*. Lisboa: Gabinete de História Económica e Social, 1998.

⁴³ ESTEVÃO, João – *A floresta dos baldios*. In *Análise Social*, vol.IX (77-78-79), 19832-3.º, 4.º, 5.º, p. 1157-1260

⁴⁴ DIAS JÚNIOR, J.N. Ferreira – *Linha de Rumo I e II e outros escritos económicos:1926-1962*. Lisboa: Banco de Portugal, 1998. 3 vol.

⁴⁵ ALVES, A.M.; PEREIRA, J.S; Silva, J.M.N., (eds.) - *O Eucaliptal em Portugal: Impactes Ambientais e Investigação Científica*. Lisboa: ISAPress, 2007

Periódicos que abraçam temas rurais, como *O Archivo Rural*, que poderá contemplar assuntos estritamente correlacionados com o eucalipto, possibilitando assim obter uma leitura das referências à espécie, em tempos bastante remotos do que aqueles em que a predominância que obteve a partir de meados do séc. XX.

Outros periódicos tais como o *Jornal de Notícias* e o *Diário de Notícias*, eram alvo de interesse para a recolha de informação acerca de temas relacionados com a instalação da árvore, incluindo as resistências locais por parte das populações que se realizaram, rejeitando plantações em terrenos baldios e certas regiões do território. Devido à inacessibilidade ao Arquivo⁴⁶, foi impossível a consulta ao mesmo, nomeadamente dos periódicos *Jornal de Notícias* e *Diário de Notícias*. Neste sentido, apenas inferimos em algumas notícias disponibilizadas em sites de páginas eletrónicas de alguns periódicos, que retratem o assunto. Imprensa escrita, que contenha informação correlacionada com a nossa temática e que inclua a resistência à arborização imposta pelo poder central, especificamente nos terrenos baldios, foi disponibilizada pelo Grupo de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

A metodologia do presente trabalho assentou numa análise textual sobre os debates parlamentares, procurando tratar da opinião de cada interlocutor de forma descritiva, com o mínimo de interferência, sob pena de adulterarmos a essência do pensamento ou da própria objetividade do discurso. Dada a enorme quantidade de informação, limitamo-nos a transcrever o essencial das intervenções dos Deputados, contextualizando minimamente quem discursava e sobre que assunto.

O espaço que escolhemos para aprofundar o tema do trabalho foi o território continental de Portugal, no tempo balizado referente aos séculos XIX e XX (1820-2000).

⁴⁶ Por motivos da crise pandémica, desde o primeiro contacto em maio de 2020, até à última tentativa em março de 2021, a pessoa responsável pelo arquivo dos referidos jornais propriedade da *Global Media Group*, Luís Matias, Documentalista, pertencendo à Direção de Documentação e Informação, informou em missiva eletrónica, que se mantinha inalterável a indisponibilidade de consulta do arquivo dos periódicos, tanto aos técnicos do grupo empresarial, como a pessoal externo.

1. Referências teóricas

O desenvolvimento deste primeiro capítulo, incide na bibliografia que trata da nossa temática de forma que possamos compreender que, a introdução da espécie *Eucalyptus* em Portugal, deveu-se inicialmente a mera curiosidade botânica, sem ação do poder público ou das entidades responsáveis pela floresta, sendo assim objeto de adorno de parques, jardins e determinadas propriedades, detidas por particulares.

É nosso intuito, descrever a introdução da espécie exótica em Portugal, seguindo uma ordem cronológica que nos permita abranger as principais características, descrevendo as principais referências, a cultura, a importância e o aproveitamento que foi dado a esta árvore, procurando estruturar e contextualizar ao longo dos períodos mencionados.

Neste sentido, começamos por expor as principais referências que encontramos sobre o eucalipto na documentação tratada, seguindo a linha condutora dos acontecimentos posteriores, nomeadamente o surgimento de preocupações entre questões agrícolas e os recursos hídricos, o aproveitamento da matéria-prima para a fabricação de papel e importância deste, o relevar a centralidade de determinados decisores políticos e económicos que incrementaram um projeto de desenvolvimento do setor das celulosas, com forte apoio do Estado, e por fim, pretendemos historiar ainda a expansão e distribuição da espécie nos povoamentos florestais até à atualidade.

Neste capítulo, pretendemos dar respostas às primeiras problemáticas, nomeadamente quando se verificaram as primeiras referências ao eucalipto em documentação acessível ao público, como surgiu o interesse pela aposta na industrialização do eucalipto, porque surgiu, e quem o faz brotar.

1.1. As primeiras referências – *O Archivo Rural*

As primeiras referências que encontramos sobre o *Eucalyptus*, foram no periódico de discussão de temas rurais e técnico-científicos *O Archivo Rural*⁴⁷, onde pudemos observar a descrição da diversidade que a árvore representa em número de variedades, ensaios e projetos florestais então em curso, com o objetivo de informar uma comunidade de especialistas e demais interessados.

No volume XIV da publicação do jornal agrícola português, que remete ao ano de 1872, é dado um destaque particular à espécie exótica, através do trabalho de tradução realizado por Augusto José Henriques Gonzaga, com base em artigos da publicação francesa *Bulletin de la Société d'acclimation*, pertencente à *Société d'acclimation*⁴⁸, divulgados na publicação da sociedade científica francesa em 1867:

O Eucalyptus nada perde de sua solidez quando transportado para longe da mãe-pátria, nem a rapidez do seu crescimento é modificada, como superabundantemente o demonstram os resultados de aclimação que deixamos exposto. Tanto na Argélia como na Provença ocupam-se hoje com grande solicitude desta árvore, que atinge em quatro ou cinco anos a altura de 15 metros pelo menos, e a circunferência de 80 centímetros, a 1 metro da base do tronco⁴⁹.

Numa linha de enaltecer as propriedades que a floração dos *Eucalyptus* pode prestar os maiores serviços nos países produtores de mel, Augusto Gonzaga traduzindo o autor do artigo original, destaca o vigor de vegetação que a árvore apresenta, com exemplos de resultados de algumas experimentações de cultura do *Eucalyptus*, excedendo todas as previsões, afirmando que seria vivamente de desejar que tentativas análogas a essa fizessem parte dos planos de arborização, pois assim “não tardaria em

⁴⁷ *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Ciências Correlativas*. In Lisboa: Typographia Universal, 1872. Vol. XIV.

⁴⁸ Esta publicação tinha como precedente o *Bulletin de la Société impériale zoologique d'acclimation*, publicado pela *Société impériale zoologique d'acclimation*, entre 1855-1870. Viria a ter como sucessor o *Bulletin de la Société nationale d'acclimation de France*, publicado pela *Au Siège de la Société*, entre os anos de 1882-1888.

⁴⁹ *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Ciências Correlativas*. In Lisboa: Typographia Universal, 1872. Vol. XIV, p. 9.

transformar completamente este país desnudado e improdutivo, tornando-o fértil após tantos séculos de esterilidade”⁵⁰.

Na senda de identificar as virtuosidades das diversas espécies que completam a família do *Eucalyptus*, o artigo dispõe de uma extensa descrição de muitos géneros, como por exemplo – só para descrever alguns casos – a madeira do *Eucalyptus marginata*, sólida e compacta, própria para os trabalhos de construção; o *E. Globulus* obtém uma descrição pormenorizada no jornal agrícola, relativamente aos resultados obtidos de plantações fora do *habitat* natural da espécie, demonstrado como excelente para aclimar-se em toda a região mediterrânea⁵¹; e entre muitos outros exemplos, o da espécie *Eucalyptus Rostrata*, que habitaria por quase toda a Austrália e que a sua presença indicaria “sempre o vestígio de pequenos cursos de água que se secaram”⁵², que fornece uma madeira bastante sólida e uma casca que “ministra às fábricas de papel uma matéria prima abundante, mas que quase não pode ser utilizada senão no fabrico do papel de empacotar, ou no papelão”⁵³, no entanto, fazia-se com ela “muito bom papel pardo e de filtrar, etc.”⁵⁴.

Alguns ensaios de cultura ao ar livre em diversas regiões do planeta, são descritos no periódico, descrevendo regiões como Côtes-du-Nord, Finistère, Gard., Hérault, Indre-et-Loire, Manche, Pas-de-Calais, Sena, Pirenéus orientais, ou países tão diversos em clima e a própria composição do solo tais como: Argélia, Senegal, Inglaterra, Brasil, Egito, Espanha e Portugal. Todos os locais referidos, tiveram uma ótima aceitação à introdução da árvore, mesmo que não tenha sido uniforme a escolha da espécie na cultura de cada local.

O caso da Península ibérica, que mais nos interessa pelos óbvios motivos, o jornal agrícola informa-nos que:

⁵⁰ *Ibidem*, p.10.

⁵¹ Cf. *O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Ciências Correlativas*. In Lisboa: Typographia Universal, 1872. Vol. XIV, p. 40.

⁵² *Ibidem*, p. 11.

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ *Ibidem*.

A cultura do *Eucalyptus* está hoje espalhada em quase toda a península, [...] não é só com respeito à produção de madeira, que se tem em grande apreço a multiplicação do *Eucalyptus* na Hespânia: em muitas localidades, é cultivado principalmente pelas por causa das suas propriedades febrículas [...] as virtudes terapêuticas da árvore [...] contribuirão mais do qualquer outra causa para a sua rápida propagação⁵⁵;

O tradutor dá ainda nota que, numa vila da província de Cádis, onde surgiu uma intensa discussão se determinado doente poderia utilizar as folhas do eucalipto como fármaco, foi necessária a intervenção de um médico que considerava o remédio como indispensável, para se efetivar o respetivo tratamento da enfermidade. Refere ainda que, em Córdoba, os *Eucalyptus* recentemente plantados pelo poder municipal, “eram guardados noite e dia, e só com bom empenho se podiam obter algumas folhas⁵⁶”.

Em relação ao caso de particular de Portugal, informa-nos o tradutor que:

Em Portugal, o *Eucalyptus* está talvez ainda mais em voga do que em Espanha. Resulta das informações que pessoalmente nos têm sido dirigidas das cercanias de Lisboa que as populações dos campos compreendem já perfeitamente todo o futuro reservado a esta magnífica essência num país onde a falta de árvores se faz geralmente sentir. Já importantes viveiros se acham em estado de ministrarem consideráveis quantidades desta planta, e julga-se que dentro em pouco não bastarão para satisfazer aos pedidos que de todas as partes afluem. O magnífico passeio do Campo Grande nas proximidades de Lisboa possui hoje numerosos maciços de *Eucalyptus* de diversas espécies. Do mesmo modo do que em Espanha, preocupam-se muito em Portugal das propriedades febrículas destas árvores, e a indústria utiliza já a sua casca na curtimenta das peles⁵⁷.

A par do aproveitamento da casca na curtimenta de peles como ocorria na Austrália, Espanha e Portugal, já era feita menção ao partido que a indústria podia tirar deste material para o fabrico do papel⁵⁸.

Ao longo dos artigos traduzidos no jornal agrícola, é enaltecido o imenso valor do *Eucalyptus* como essência florestal, seja sobre a sua ação sobre os miasmas paludosos, como a própria cultura em determinados locais permitiria a modificação das condições higiénicas, sobretudo junto das explorações agrícolas conhecidas pela

⁵⁵ *Ibidem*, p. 91.

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ *Cf. Ibidem*, p. 130.

insalubridade, onde as camadas laboriosas eram acossadas frequentemente pelas febres.

Sinteticamente, podemos resumir que os destaques que a árvore recebia independentemente da variedade, eram associados à facilidade da multiplicação da espécie, o seu pródigo crescimento e as dimensões que atingia, a densidade da madeira, as emanações aromáticas das folhas, a aplicação na terapêutica com a produção de medicamentos, assim como o fabrico de papel e a curtimenta de peles, entre outras virtudes enaltecidas pela divulgação da sociedade científica e traduzida para português no jornal agrícola.

1.2. O interesse pelo *Eucalyptus* e a aposta na industrialização

1.2.1. Os primórdios do eucalipto em Portugal

O eucalipto, como já perçecionamos, foi introduzido nas regiões da bacia mediterrânea e subtropicais, em meados do séc. XIX, especificamente em Portugal em 1854, segundo obra de Maria Carlos Radich⁵⁹. É em Portugal que encontramos a árvore mais alta da Europa, com o nome de *Karri* (**figura 1**) e com 146 anos, pertencente à espécie *Eucalyptus diversolor Muller*⁶⁰. Este exemplar isolado, situa-se na Mata Nacional de Vale de Canas, concelho de Coimbra, tendo a plantação iniciado no ano de 1875, é considerada uma *Árvore de Interesse Público* pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

A introdução da espécie exótica na maioria das regiões referidas, deveu-se sobretudo à escassez de material lenhoso, a par da curiosidade botânica para utilização em jardins e parques geralmente pertencentes a propriedade privada.

Com as informações que chegavam a particulares, assim como, a uma elite técnico-científico, tratava-se de uma árvore que contemplava uma enorme diversidade

⁵⁹ RADICH, Maria Carlos - *Uma exótica em Portugal*. Ler História, 25, 1994. p. 11-26.

⁶⁰ Ficha da Árvore de Interesse Público, disponível <<http://www2.icnf.pt/portal/florestas/ArvoresFicha?Processo=KNJ1/415&Concelho=&Freguesia=&Distrito=>>> Consultado em março de 2021

de espécies, mas que confluíam na virtuosidade de serem caracterizadas pelo rápido crescimento, densidade da madeira e multifacetada no aproveitamento que se podia fazer dela, fosse pelos exemplos que mencionamos no ponto anterior, mas sobretudo pelo fornecimento de madeira ao setor primário, ou como combustível.

Para além da utilização que se fazia da árvore no consumo agrícola ou doméstico, as primeiras referências a plantações “organizadas”, tinham como finalidade o fornecimento desta matéria-prima para a construção de travessas de caminho de ferro, nomeadamente para a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses⁶¹.

As primeiras plantações de eucaliptos, tiveram, portanto, um total incremento em Portugal, por mão de particulares, começando em 1860 por via da ornamentação, passando no final da década a existir informação sobre a plantação em pequenas matas⁶², como na quinta da Foja, contígua a Montemor-o-Velho, no choupal e na mata de Vale de Canas, concelho de Coimbra, no Monte Flores, perto de Évora, e ainda no concelho de Alcácer do Sal⁶³.

Na Serra Galega, pertencente ao concelho de Alenquer, existiriam perto de 20 mil árvores, numa plantação iniciada em 1871⁶⁴. Na obra de Pimentel, verificamos que, numa propriedade pertencente ao barão de Viamonte, já se encontravam os exemplares mais altos do país, com cerca de catorze anos, teriam atingido uma altura de 30 a 36 metros⁶⁵.

Seria a partir da década de 1880, que o eucalipto em Portugal começaria a ter “um lugar importante na silvicultura portuguesa⁶⁶”.

⁶¹ Cf. PIMENTEL, Carlos Augusto de Sousa - *Eucalipto Globulus. Descrição, Cultura e Aproveitamento D’Esta Árvore*. Lisboa: Typografia Universal, 1884.

⁶² *Ibidem*, p.12

⁶³ *Ibidem*, p. 13 – 14.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 16.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 17.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 12.

Figura 1- Karri



Fonte:

<http://www2.icnf.pt/portal/florestas/ArvoresFicha?Processo=KNJ1/415&Concelho=&Freguesia=&Distrito=>

Após iniciativa por parte dos particulares, ao terem iniciado a plantação com eucaliptos nas propriedades privadas, surgiriam quase simultaneamente, plantações com a espécie exótica nas Matas Nacionais, como se verifica no caso dos pinhais nacionais de Leiria e da Foja, por volta de 1879, tendo incumbido a iniciativa a João Maria de Magalhães e seguidamente pelo próprio autor que já referenciamos, Carlos Augusto de Sousa Pimentel. A plantação recaiu na espécie *E. Globulus* a uma escala significativa em 1883, nas Matas de Valverde, Gaio e Leiria. Na Mata Nacional de

Escaroupim, concelho de Salvaterra de Magos, e na região da Figueira da Foz, na Mata Nacional do Urso, as plantações começaram em 1910⁶⁷.

Ao longo do séc. XX, tinham sido incrementadas em Portugal mais de 250 espécies de eucalipto, sendo o *E. Globulus* abundantemente a principal a ser introduzida, sobrando algumas outras espécies delimitadas pelos parques e jardins⁶⁸.

1.2.2. O interesse pela aposta na industrialização do eucalipto em Portugal

Inicialmente o interesse pelo eucalipto em Portugal, deveu-se como vimos e identificamos anteriormente, a utilidades botânicas e proveitos comerciais a partir de meados do séc. XIX. O recurso a esta espécie exótica não vislumbrou grande diferenciação na procura, assim como, não se verificou um aumento importante na incrementação desta árvore nas plantações que surgiriam, durante um significativo extenso período de tempo.

Somente a partir da década de 1940, a assimilação desta árvore como matéria-prima para a produção de pasta para papel, sofre um importante e notável fomento.

Neste sentido, começaremos por falar um pouco sobre o papel. O fabrico de papel teve origem no Oriente, nos inícios do século II da nossa era, sofrendo ao longo do tempo diversas operações e melhoramentos técnicos.

Leve e barato, o papel rapidamente se espalha pelo império chinês, em fabrico e uso, substituindo os suportes antes usados, caros e pouco práticos. Gera-se um verdadeiro universo do papel, na medida em que este não propicia propriamente apenas a escrita e a multiplicação do livro, mas permite muitas outras aplicações, usando-se no vestuário, na chapelaria, na decoração, no equipamento militar, mais tarde na esfera monetária e, como utilização de sempre na embalagem.

[...] Da descoberta técnica do papel à sua penetração no Ocidente decorrem vários séculos, num intercâmbio tortuoso entre povos e culturas, em que o comércio e a guerra se alternam, num processo que terá seguido de perto a rota da seda⁶⁹.

⁶⁷ GOES, Ernesto da Silva Reis – *Os Eucaliptos: Ecologia, Cultura, Produções e Rentabilidade*. Lisboa: Portucel, 1977. p. 26-27.

⁶⁸ *Ibidem, Idem.*

⁶⁹ ALVES, Jorge Fernandes – *A Indústria da pasta e do papel em Portugal: O grupo Portucel*. [S.l]: Portucel, 2001, p. 16

Ao longo dos séculos as fibras vegetais que originaram o papel inicialmente, foram alvo de experiências e estudos, tirando aproveitamento dos avanços da técnica apontando os caminhos da industrialização, tendo o *incremento da produção e consumo de papel* beneficiado em larga medida pelo contributo da invenção da imprensa⁷⁰.

Do ponto de vista tecnológico, a indústria vai ganhando forma à medida que se sistematizam procedimentos em função da sua eficácia, se definem tarefas e se cria uma cadeia operativa. É um processo lento, surgindo de vez em quando saltos qualitativos. [...] O grande salto industrial na produção de papel ocorre, porém, com o desenvolvimento da máquina de papel de mesa plana, com a qual se introduz a produção em contínua, ultrapassando a produção do «papel à mão»⁷¹.

A capacidade de produção de papel foi aumentando com o surgimento de novas soluções químicas e nova maquinaria que implicava uma mitigação da intervenção humana no processo produtivo, substituindo os velhos trapos de linho e de origem vegetal, passando a procurar processos de “desfibração vegetal aparentados com a sabedoria chinesa inicial. Nesta procura, em que muitas fibras vegetais se experimentaram (palha, palmeira, juta, alfa ou esparto), chegou a vez das árvores: se todas as plantas têm celulose indispensável ao papel, era preciso encontrar as mais adequadas de entre as disponíveis”⁷².

Após uma época da expansão de conhecimentos pela química, foram realizadas diversas tentativas, muitas delas frutíferas, pela procura de soluções para a produção de pasta, culminando na criação de um papel resistente e adequado para a embalagem e uso industrial.

Surgia assim o papel kraft, que veio a ser utilizado como papel de embrulho e para fabrico de sacos, constituindo também uma das componentes do cartão canelado. Este processo garante 45% a 48% de aproveitamento da matéria-prima em pasta kraft⁷³.

⁷⁰ Cf. *Ibidem, idem*, p. 17

⁷¹ Cf. *Ibidem, idem*, p. 18

⁷² ALVES, Jorge Fernandes – *A Indústria da pasta e do papel em Portugal: O grupo Portucel*. [S.l]: Portucel, 2001, p. 19

⁷³ Cf. *Ibidem, idem*, p. 21

Sendo a produção de pasta e de papel compartilhada por diversos países, muitos deles mantiveram indústrias de papel arcaicas, “onde o trapo ainda impera como matéria-prima geral⁷⁴”. Foi a partir dos anos 30 do século XX que alguns países desenvolveram indústrias de celulose com vista a reduzir a dependência externa e aproveitar os recursos naturais próprios⁷⁵.

Foram grande parte dos Governos desses países, os principais dinamizadores da indústria de celulose, no entanto, investiram essencialmente em plantas resinosas e folhosas que apenas produziam uma fibra curta e menos resistente⁷⁶.

Em Portugal, a partir das décadas de 1920 e 1930, diversos fatores confluíram contribuindo para uma alteração de paradigma em relação à presença da espécie exótica, iniciando-se uma expansão a larga escala. Para isto contribuíram medidas da responsabilidade governativa, como a criação de duas instituições, a Estação de Experimentação do Pinheiro Bravo, na Marinha Grande, e a que destacamos aqui pela pertinência com o nosso tema, a Estação de Experimentação do Pinheiro Sobreiro e Eucalipto, em Alcobaça. Criada por Mendes de Almeida, no início da década de 20, cuja “direção foi entregue ao Prof. Engenheiro Silvicultor Joaquim Vieira Natividade. Desta Estação saíram, praticamente todas as iniciativas, estudos e os especialistas mais destacados no sector da investigação florestal no nosso país⁷⁷.”

Puseram-se em marcha estudos sobre algumas espécies arbóreas, sobre o melhoramento genético dessas mesmas espécies com vista à instalação de uma silvicultura intensiva e tecnológica, da madeira e da celulose. Em torno destes setores, formaram-se técnicos dos mais conceituados que acabariam por alcançar consideração internacional.

A matéria-prima utilizada inicialmente para a produção de pasta e papel, foi o pinheiro-bravo na maioria das instalações fabris de celulose, no entanto, essa situação viria a ser totalmente alterada.

⁷⁴ Cf. *Ibidem, idem*, p. 23

⁷⁵ Cf. *Ibidem, idem*, p. 23

⁷⁶ Cf. *Ibidem, idem*, p. 23

⁷⁷ Diário das Sessões - *Actas da Câmara Corporativa*, n.º 43, VII Legislatura, 1959-02-12, p. 575

A situação desvantajosa das plantas resinosas e folhosas que apenas produziam uma fibra curta e menos resistente, originou a que viessem a ser ultrapassadas no processo produtivo na década de 60 do século XX, “tendo Portugal, através da Companhia Portuguesa de Celulose, contribuído de forma determinante para esse facto, com a transformação ao sulfato do *E. globulus*, que permitiu a produção altamente qualificada para a produção de papéis de topo de gama⁷⁸”.

Esta Companhia, apostou inicialmente, no ano de 1953, na madeira de pinheiro para a produção de pasta crua, no entanto, em 1957, foi concedida e materializada por uma equipa de técnicos da fábrica de Cacia, a primeira a nível mundial, pertencente à Sociedade Portuguesa de Celulose que recebera licença para iniciar atividade em 1942, a produção de pasta branqueada de eucalipto ao sulfato (**figura 2**), também conhecida como produção pelo processo kraft.

No entanto, a primeira experiência de produção de pasta de papel a partir do eucalipto, teve em Portugal a mão de Bergqvist⁷⁹, através da Sociedade The Caima Timber Estate & Wood Pulp Company, Ltd., fundada a 17 de maio de 1888⁸⁰.

⁷⁸ Cf. *Ibidem, idem*, p. 23

⁷⁹ Sobrinho do engenheiro químico sueco, Carl Daniel Ekman, que foi pioneiro no processo de fabricação de pasta ao sulfito, o primeiro processo químico a ser estabelecido pela primeira vez com base comercial sustentável.

⁸⁰ Com instalações industriais nas margens do rio Caima, no concelho de Albergaria-a-Velha, começou por produzir pasta pelo processo do bissulfito de cálcio a partir da madeira de pinheiro em 1891. Com a experiência de pasta de papel a partir de eucalipto em 1907 e começo de comercialização desta em 1921, deixará de fabricar na fábrica do Caima pasta de papel com base na madeira do pinheiro em 1945. Para mais informações sobre o percurso dos processos produtivos, consultar ligação disponível em: <<http://www.caima.pt/pt/empresa/percurso>>. Consultado em março de 2021.

Figura 2- Pasta granulada



Com o contributo dos técnicos portugueses da Companhia Portuguesa de Celulose através da insistência nos ensaios laboratoriais e fabris em torno do processo do eucalipto, foi possível ultrapassar os anteriores procedimentos com o objetivo de chegar a um produto altamente qualificado, especificamente com a produção de papéis finos de elevada qualidade.

Vejamos no ponto seguinte, em que contexto surgiu, como e por quem, o interesse no fomento de uma indústria que teve por base o eucalipto, uma espécie florestal sem tradição na produção de papel, mas que acabaria por contribuir para uma projeção internacional de Portugal como país produtor e na vanguarda de um fabrico de pasta branqueada do *E. globulus*, destinada a papéis *premium*.

1.3. Contexto, desenvolvimento e expansão da indústria de celulose

A indústria de celulose a partir da década de 1930, começou a ser alvo de interesse particular de vários investidores, que tiveram em José Ferreira Dias Júnior⁸¹ – relator do I e II Plano de Fomento, e principal arquiteto pelo lançamento da reorganização da indústria de celulose – o principal elo de ligação, ao harmonizar as propostas que foram apresentadas, com o efeito de as tornar um projeto comum⁸².

Para Ferreira Dias Júnior, a celulose e o papel, tinham todas as condições para se instalarem em Portugal, como uma indústria com futuro e da maior relevância, tal como elucidam as palavras do próprio, um dos principais mentores da corrente industrialista do Estado Novo:

Quem souber que há em Portugal perto de 3 milhões de hectares de floresta, dos quais 40% são de pinhal, e verificar a importação que se faz de papéis e pasta de papel achará um desequilíbrio difícil de explicar. Isto me levou ao encalço da indústria da celulose; e do desfiar persistente desta meada nasceram uma sociedade e uma licença⁸³.

Ferreira Dias Júnior, defendia que o país tinha de dar a máxima prioridade ao estabelecimento de uma indústria base desenvolvida, como a indústria de celulose, de forma a reduzir o peso das importações, mas simultaneamente, exportar o excedente do consumo nacional⁸⁴.

Após propostas dos interessados neste segmento produtivo se ajustarem, forçando as vontades à concentração por mediação e iniciativa do próprio ideólogo

⁸¹ José Nascimento Ferreira Dias Júnior, foi Engenheiro eletrotécnico e mecânico, e Professor Universitário no Instituto Superior Técnico de Lisboa. A partir do início da década de 30, é nomeado Diretor dos Serviços Elétricos pelo Ministro do Comércio e Comunicações; em 1936 Presidente da Junta de Eletrificação Nacional; entre os anos de 1940 e 1944 Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, sendo autor da Lei n.º 2002 (eletrificação) e n.º 2005 (Fomento e Reorganização Industrial); 1958-1962 – Ministro da Economia; Para mais informações biográficas, consultar ligação disponível na página do parlamento, disponível em https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/d/dias_junior_jose_nascimento_ferreira.pdf. Consultado em março de 2021.

⁸² Cf. ALVES, Jorge Fernandes – *A Indústria da pasta e do papel em Portugal: O grupo Portucel*. [S.l]: Portucel, 2001, p. 81.

⁸³ DIAS JÚNIOR, J.N. Ferreira – *Linha de Rumo I e II e outros escritos económicos: 1926-1962*. Lisboa: Banco de Portugal, 1998. Vol. I, p. 196.

⁸⁴ Cf. DIAS JÚNIOR, J.N. Ferreira – *Linha de Rumo I e II e outros escritos económicos: 1926-1962*. Lisboa: Banco de Portugal, 1998. Vol. II, p. 54.

industrialista, daqui resultará, a 4 de novembro de 1941, a formação da Companhia Portuguesa de Celulose S.A.R.L, que verá uma licença a ser concedida por despacho para a instalação da fábrica de celulose, por parte de Ferreira Dias Júnior, em 11 de março de 1942, na época ocupando o cargo de Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria. O complexo industrial da CPC situava-se na Vila de Cacia, distrito de Aveiro.

Com o estabelecimento da referida licença, dava-se corpo a um projeto que “estava pensado para a transformação do pinho, abundante na floresta portuguesa, em celulose, mas também para a produção de papel de embalagem e de papel para jornal⁸⁵.”

Pretendia-se assim, nas palavras do autor, um conjunto indivisível

1º. A fabricação de pasta química (celulose) a partir do pinheiro, atividade unanimemente reputada como remuneradora;

2º. A fabricação de papéis finos de 1ª qualidade, até ao limite de 3000 toneladas por ano, atividade de rendimento igualmente indiscutível;

3º. A fabricação de pasta mecânica e papel de jornal, produtos geralmente baratos e mais dificilmente remuneradoras⁸⁶;

Com as antigas resistências à mudança de paradigma de uma economia pouco desenvolvida, de tendência agrícola, as posições das empresas papelarias contra os avanços industriais foram das mais ferozes, como demonstram as palavras de Ferreira Dias Júnior

A reação contra esta licença foi das mais aguerridas. As empresas papelarias (com uma exceção) reclamaram para o Conselho Superior da Indústria e apelaram para o Supremo Tribunal Administrativo do qual, desatendidas, recorreram mais tarde para o Tribunal Pleno onde lograram de novo não provimento [...] No fundo, os papelários pretendiam evitar a entrada em campo de um novo concorrente com as 3000 toneladas de papel de escrita; o grémio da Imprensa pretendia evitar que uma eventual futura proteção à nova indústria lhe cerceasse a regalia atual de importar papel quase sem direitos e sem adicionais[...]⁸⁷.

⁸⁵ Cf. ALVES, Jorge Fernandes – *A Indústria da pasta e do papel em Portugal: O grupo Portucel*. [S.l]: Portucel, 2001, p. 82.

⁸⁶ *Diário do Governo*, II Série, 14-03-1942.

⁸⁷ Cf. DIAS JÚNIOR, J.N. Ferreira – *Linha de Rumo I e II e outros escritos económicos: 1926-1962*. Lisboa: Banco de Portugal, 1998. Vol. I, p. 199.

Para Ferreira Dias Júnior, se era hábito da economia portuguesa exportar madeiras, com a devida engenhosidade e capacidades de criar, poder-se-ia exportar igualmente pasta de papel, sobretudo com base no pinheiro, matéria-prima mais abundante na floresta portuguesa.

É neste contexto que se inicia a aposta em missões de estudo e na contratação de técnicos nacionais e estrangeiros com o Decreto nº 31177 de março de 1941, e sobretudo, a Lei nº 2005 de 14 de março de 1945 (que desenvolveremos melhor no capítulo 3. Enquadramento legislativo). Em suma, a Lei promulgava as bases a que deveria obedecer o fomento e reorganização industrial que pretendia desenhar o modelo do estabelecimento de novas indústrias.

Este diploma legal, surge no contexto das vésperas da capitulação da Alemanha na II Guerra Mundial, contribuindo para um real e persistente projeto de industrialização do país, sob tutela do Estado Novo, no caminho que viria a ser traçado pela maior parte dos países que estiveram de uma forma ou de outra, na Guerra, ligados pela urgência em que a crise mergulhara a ordem internacional.

O processo da reorganização industrial concebido para ser aplicado no médio-longo prazo, foi elaborado no âmbito de dar resposta às deficiências que alguns analistas da economia portuguesa identificavam, assim como de particulares. Compreendia a ação direta do Estado e procurava superar a inibição da iniciativa privada, apostando no desenvolvimento das indústrias-bases – com 29 Bases no projeto – entre as quais já constava a indústria da celulose e do papel.

Não obstante, o processo não se desenvolvera da forma planeada, ficando grande parte por cumprir e muito aquém das expectativas geradas, no entanto, apesar de maior carga simbólica do que prática, contribuiu para delinear um rumo de industrialização ao operar uma mudança significativa da política económica do Estado Novo, a favor do desenvolvimento da indústria no país.

Seria preciso esperar pelo final da década de 50, para que a industrialização do País se afigurasse como tal.

1.3.1. A consolidação e expansão da indústria celulósica portuguesa

A partir dos anos 50 do séc. XX, a Companhia Portuguesa de Celulose tornara-se “no núcleo central do setor de papel, posicionando-se mesmo para desempenhar um papel de protagonismo em face da prevista reorganização industrial do setor⁸⁸”. Formalizou contrato com a SOCEL – Sociedade Industrial de Celuloses, “para prestação de assistência técnica e comercial, de forma a pôr a funcionar as suas novas instalações fabris na península de Mitrena (Setúbal), que deveriam produzir inicialmente 60 000 toneladas anuais de pasta de eucalipto e de pinho⁸⁹.”

No trilho que vinha sendo traçado anteriormente, nomeadamente de procurar seguir um rumo de concentração de alguns setores industriais, esta parceria viria a resultar na entrada acionista por parte da CPC (25%), tendo inclusive se registado a entrada de alguns acionistas na estrutura da Socel, o que colidia com o princípio que inicialmente se projetara dentro de um contexto concorrencial⁹⁰. A explicação para tal facto, foi exposta pelos acionistas, como um “ato de interesse nacional, por com ele se criarem, no setor [...] melhores condições de resistência ante a situação que se avizinha⁹¹”, nomeadamente, da integração na Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), que viria a materializar-se em 1959.

Vários projetos iam surgindo na década de 60, anos de um crescimento de grande intensidade de pedidos de fabrico de celulose, tais como a criação da Indústria Nacional de Papéis – INAPA, laborando em zona contígua à Socel, ou outros como a criação da Caima Pulp, “que nos inícios de 60 desenvolvia uma nova fábrica de pasta de eucalipto, em Constância, com conclusão prevista para 1961, dando ocupação a 200 pessoas, para uma produção de 30 000 toneladas de pasta de eucalipto⁹².”

⁸⁸ ALVES, Jorge Fernandes – *A estruturação de um sector industrial: a pasta de papel*. In Revista da Faculdade de Letras. História, Nº. 1, 2000, p. 171.

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ *Cf. Ibidem*.

⁹¹ *Ibidem*.

⁹² *Ibidem*, p. 172.

Com o recrudescimento das unidades fabris de celulose, numa fase em que se multiplicavam os pedidos de instalação, a situação implicou um aumento pela procura de matéria-prima, beneficiando em larga medida a CPC, que logo em 1963, solicitou licença para uma ampliação da capacidade produtiva, tornando-se efetiva em 1968, passando a CPC “para uma capacidade nominal de 150 mil toneladas/ano de pastas, das quais 100 mil eram de pasta branca de eucalipto⁹³”.

Com a reprodução de várias fábricas deste setor, o abastecimento de madeira passou a ser preocupação prioritária, dado que no fornecimento da matéria-prima “operava uma difusa ação de intermediários⁹⁴”, levando a Socel, por exemplo, a pôr em prática um projeto pioneiro de florestação com 9300 hectares de eucaliptos plantados em 1970, para autoabastecimento de matéria-prima, sendo seguida por outras empresas do setor.

Este projeto também não passou despercebido à ação governativa, “na medida em que o despacho orientador (de 12.9.1966 da Secretaria de Estado da Indústria) para a instalação de novas <celuloses> impunha a condição das novas empresas fomentarem a produção de madeiras previstas para consumo⁹⁵”.

No entanto, seria preciso esperar alguns anos até colher aquilo que se plantou, e, neste sentido, de forma a assegurar o abastecimento da matéria-prima e na tentativa de resolver problemas gerados para a agricultura – com a elevada procura de madeira a partir dos anos 60 e a alta de preços praticados – constitui-se em 1969 um consórcio liderado pela MADEIPER, a Organização Central de Abastecimento de Madeiras.

Este consórcio, constituído por associados como a Socel, a CPC, a Celbi e a Caima, tornara-se polémico “pela sua função cartelizante do lado da procura, sendo liquidado após as nacionalizações em 1975⁹⁶”, pois procurava assim contornar quaisquer obstáculos que os intermediários pudessem levantar às indústrias do setor de celulose

⁹³ *Ibidem*, p. 172.

⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁵ *Ibidem*.

⁹⁶ *Ibidem*.

e aglomerados, mas que na prática assumiria um compromisso com o Governo “de adquirir todo o eucalipto produzido no País e pelos anos mais próximos⁹⁷”.

Um ano antes da criação do consórcio, em 1968, a capacidade produtiva de produção de pasta branqueada do eucalipto, sofrera um aumento para a ordem das 150 mil toneladas/ano, sendo amplificada no início da década de 1970 para 205 mil toneladas/ano.

Neste contexto, a pasta branqueada do *E. globulus* tornara-se a matéria-prima consolidada, e, por excelência, fortemente requisitada para a fabricação das primeiras pastas de elevada qualidade, destinadas à produção de papel fino, de escrita e de impressão, mas também de papel de jornal e embalagens, contribuindo assim para uma efetiva internacionalização da CPC e da Socel, que resultou na conquista de espaço no mercado externo, impondo um rumo que levaria a superar largamente a procura do mercado interno com as vendas ao exterior⁹⁸.

A Indústria Nacional de Papéis – INAPA, laborando em zona contígua à Socel, começara a partir de 1969, a produção de papel na Máquina de Papel I – MP I, a partir da pasta em suspensão proveniente da Socel.

Logo no início da década de 1970, depois de um ano em que a produção de pasta, ultrapassara as 100 mil toneladas – tornando-se um novo máximo da capacidade produtiva –, foram promovidas novas ampliações e melhoramentos produtivos, no rumo de aposta na exportação que a CPC/Socel tinham traçado, dado que “um terço das receitas das 57 sociedades ligadas à produção de pasta para papel e de papel⁹⁹” pertenciam a esta parceria, agora com a produção concentrada na pasta branqueada de eucalipto, tendo a CPC abandonado um ano antes, em 1969, a produção de pasta mecânica e de papel de jornal.

⁹⁷ *Ibidem*.

⁹⁸ Cf. *Ibidem*, p. 174. Para mais informações consultar quadro disponibilizado na obra referida, que apresenta a evolução das vendas nos mercados interno e externo (produção CPC + SOCEL + importações). Com o mercado interno a ser o principal comprador entre os anos de 1964-1967, será a partir de 1968 que as vendas ao exterior superariam o mercado interno, chegando este último no ano de 1970 a representar apenas 56% do total de vendas.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 175.

A remodelação e ampliação que viria a ser solicitada no ano de 1971 ao governo por parte da afiliada da CPC, seria concedida em 12 de julho de 1972, e projetava então para a fábrica de Setúbal “situar-se no escalão nominativo das 250 mil toneladas. [...] Para assegurar o fornecimento a montante, esperava a Socel dispor na altura da ampliação de 20 000 hectares de floresta própria¹⁰⁰.”

Será o ano de 1972 que marcará o início da comercialização de papel produzido a partir da pasta de *Euclayptus globulus* na Europa.

Com o projeto de fusão dos serviços de produção entre as duas empresas, constituirá-se em 1973, a uniformização do departamento florestal num só, comum às duas empresas “para tarefas de fomento florestal, exploração de matas e ensaios de novas técnicas de plantação¹⁰¹.”

Após a concessão da licença à Socel, e tendo em vista efetivar o processo de fusão entre as duas empresas, seguindo um rumo de concentração a que o Decreto-lei n.º 598/73 de 8 de novembro procuraria dar suporte ao estabelecer as normas relativas à fusão e à cisão das sociedades comerciais – permitindo a função de duas ou mais sociedades mediante a sua reunião em uma só –, procurava-se diminuir os custos de produção e aproveitar equipamentos em reserva ao uniformizar a capacidade produtiva já existente na fábrica de Cacia com a de Setúbal.

No entanto, este projeto de fusão acabaria por não se concretizar nesta fase devido às alterações políticas que ocorreram em 25 de Abril de 1974.

Com a Revolução dos Cravos, a indústria de celulose, do papel e aglomerados viria a sofrer uma profunda revolução. Em 1975, com o Decreto-lei n.º 221-B/75 de 9 maio (no capítulo 3. descreveremos com maior detalhe o diploma), foram declaradas nacionalizadas – a contar desde o dia da promulgação do diploma, 9 de maio de 1975 – várias empresas que exploravam aquela que foi considerada quase três décadas antes uma das indústria-base. As sociedades a serem declaradas nacionalizadas foram a CPC

¹⁰⁰ ALVES, Jorge Fernandes – *A Indústria da pasta e do papel em Portugal: O grupo Portucel*. [S.l]: Portucel, 2001, p. 102.

¹⁰¹ *Ibidem*.

– Companhia Portuguesa de Celulose, S.A.R.L.; a Socel – Sociedade Industrial de Celulose, S.A.R.L.; a Celtejo – Celulose do Norte, S.A.R.L.; e a Celulose do Guadiana, S.A.R.L.;. Os conselhos de administração foram substituídos por comissões administrativas nomeadas pelo governo da 3ª república.

Após um período mais turbulento que, implicou um reajuste e reorganização do setor, e por decisão governamental que criara uma Comissão de Reestruturação da Indústria de Celulose – designada por CRICEL e que por decisão do seu mandato viria a considerar como solução mais adequada a criação de uma empresa única – foi criada a Portucel – Empresa de Celulose e Papel de Portugal, E.P. com o Decreto-lei n.º 554-A/76, de 14 de julho, que no trilha da declaração de nacionalização das empresas anteriormente referidas, viria também a estatizar as ações da Celbi – Celulose da Beira Industrial, S.A.R.L., pertencente ao capital estrangeiro. Este diploma, continha um projeto de concretizar a vocação da indústria de celulose como motor de desenvolvimento do respetivo setor, e, simultaneamente, do próprio País.

Neste contexto, somente em 1978, o recém denominado Centro Fabril de Setúbal das instalações da Socel, veria a capacidade produtiva projetada em 1972 consumir-se, “pois foi finalmente instalada a segunda linha de produção, ampliando a capacidade de produção total da fábrica de 100 000 toneladas/ano para cerca de 250 000 toneladas/ano de pasta branqueada de eucalipto, produto em que se apostava e único tipo de pasta que se passaria a produzir¹⁰².”

Este ano também registara a expansão da gama de papéis, com o arranque da Máquina de Papel II pertencente à INAPA, abrindo caminho para uma produção de uma gama mais vasta de papéis.

Com esta remodelação e ampliação materializadas, dadas “as características do equipamento e da política interna de especialização da Portucel, foi finalmente adotada

¹⁰² *Ibidem*, p. 104.

a nova filosofia de apostar exclusivamente na produção de pasta branca de eucalipto, afinal o produto nobre da indústria celulósica portuguesa¹⁰³.”

Destacadas as vantagens competitivas da produção de pasta de eucalipto, os agentes desta fileira industrial procuraram sedimentar o potencial que este fabrico implicava, pois Portugal não era como vimos, o único produtor de celulose, e tinha uma forte concorrência externa com outras espécies florestais de vários países, sobretudo, com os países nórdicos¹⁰⁴.

O principal passo que a Portucel passaria a dar, fundamental para a responder aos desafios do setor a nível internacional, passava por aplicar melhorias de eficiência ao nível do custo de produção/operacionais e “pela integração a jusante, ou seja, aliar a produção de pasta de celulose à produção de papel, ganhando na especialização em produtos de maior valor acrescentado¹⁰⁵.”

Para o cumprimento deste objetivo, o setor da fileira industrial concretizou a fusão de duas empresas, a ex-Socel nesta fase integrada na Portucel Industrial, e a fábrica limítrofe, a papéis Inapa, apresentando esta solução como “um sistema de produção integrada, num processo que ligava estreitamente numa só linha de produção a floresta, a pasta e o papel¹⁰⁶.”

Assim, neste processo de explorar as sinergias da fileira industrial da celulose e do papel, existentes entre a Portucel Industrial e a Papéis Inapa, implicou o reforço e a reorganização do setor, que consistia numa estratégia que passava pelos seguintes objetivos:

- O desenvolvimento das competências centrais, particularmente as relacionadas com o potencial do eucalipto como matéria-prima de excelência para o fabrico de pasta e de papéis finos de impressão e escrita;
- A diminuição da exposição no negócio da pasta, pela progressiva integração em papel, como forma de ultrapassar desvantagens nos custos da madeira e aproveitar o potencial de diferenciação do eucalipto;

¹⁰³ *Ibidem*, p. 105.

¹⁰⁴ Cf. *Ibidem*, p. 150.

¹⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 151.

– O crescimento do grupo empresarial através de aquisições ou alianças estratégicas, envolvendo ativos no sentido do reforço dos objetivos anteriores¹⁰⁷;

A esta fusão das duas empresas, a reorganização setorial seria completada com a parceria com a “Soporcel – Sociedade Portuguesa de Papel, S.A, empresa onde o Estado português tem uma participação significativa no capital social (40%), através da holding para o setor, a Papercel¹⁰⁸.” O intuito desta aproximação e convergência, permitira “promover a concentração do grupo e aproveitar as sinergias possíveis¹⁰⁹”, orientando o grupo empresarial para uma posição de dianteira no continente europeu e significativamente relevante à escala mundial.

Esta reorganização e reestruturação da fileira industrial do setor da celulose e do papel, veria ser lançada uma OPA, oferta pública de aquisição, concluída a 18 de maio de 2001, na qual a Portucel passaria a dispor de 99,4% do capital social da Soporcel, permitindo que a primeira “assumisse agora a liderança estratégica da respetiva fileira em Portugal, podendo considerar-se fechado o ciclo de reestruturação do setor ao nível da organização empresarial¹¹⁰.”

A criação de um grupo industrial integrado, com a reestruturação do setor da pasta e do papel, passaria ainda por um seguinte passo muito importante, nomeadamente, pelo processo de privatização de uma indústria que até então fora considerada estratégica para o País e a economia nacional¹¹¹. Nesta sequência que levou à criação do grupo Portucel Soporcel, e após um processo de privatização, foi constituída a empresa The Navigator Company, para alterar o nome e valorizar a mais importante marca de papel, tornando-se o maior produtor de papéis finos não revestidos da Europa.

O processo de privatização, primeiro parcialmente, sob o lema dividir para vender, iniciara em 27 de junho de 1995 com o Decreto-Lei n.º 56/95, de 31 de Março, pela mão do primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva, nas vésperas de cessar funções, nos termos definidos pela Lei 11/90, de 5 de abril de 1990, a Lei Quadro das Privatizações,

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 152.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 153.

¹⁰⁹ *Ibidem*.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 154.

¹¹¹ Cf. *Ibidem*.

também da autoria do mesmo governante, e num segundo momento, dividido em duas fases, que aprova o processo de reprivatização, com o diploma promulgado da autoria do primeiro-ministro da António Manuel de Oliveira Guterres, o Decreto-Lei n.º 166/200, de 25 de maio de 2001.

A segunda fase de reprivatização, iniciada em maio e 2004, acabaria por materializar-se em novembro de 2004, ficando a Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, segundo maior grupo cimenteiro português na época, titular de 61,7% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da Portucel.

No capítulo 4. Indústria vs Ecologia, descrevemos de forma mais aprofundada e atualizada o que atualmente representa a indústria da pasta e do papel.

No ponto seguinte, veremos como a investigação tecnológica foi preponderante para a qualidade elevada da pasta e do seu produto final, o papel, assim como, para a mitigação da pegada ecológica com o incremento de medidas que procuraram minimizar o impacte ambiental da indústria do setor. De forma sintética, daremos um quadro da evolução da área do eucalipto em Portugal, de forma que se consiga perceber o acompanhamento de fornecimento de matéria-prima à indústria celulósica portuguesa, fundamental para a sua consolidação e expansão.

1.3.2. A incorporação científica do eucalipto na indústria

A aurora pelo estudo da árvore eucalipto, iniciara-se na década de 1920 com a criação da Estação de Experimentação do Pinheiro Sobreiro e Eucalipto, em Alcobaça.

Logo após a constituição da Sociedade Portuguesa de Celulose em 1942, foi criado o Laboratório de Celulose, “no qual foram estudadas de modo sistemático as nossas diferentes espécies na perspetiva da sua industrialização¹¹².”

De forma a “integrar os vários meios humanos e materiais afetos à então Direção de Investigação Tecnológica”, emerge em 1993 a Tecnocel – Centro de Desenvolvimento

¹¹² ALVES, António Monteiro; PEREIRA, João Santos; SILVA, João Neves; (eds.) - *O Eucalipto em Portugal: Impactes Ambientais e Investigação Científica*. Lisboa: ISAPress, 2007, p. 17.

Tecnológico para a Indústria de Celulose, com capital maioritário detido pela Portucel S.A., que era uma “sociedade de serviços de consultadoria, assistência técnica e de investigação relacionados com a indústria de celulose em geral, com sede em Eixo, Aveiro¹¹³.”

Em 1996, a Tecnocel “cessou a sociedade, sendo os seus recursos integrados no Raiz – Instituto de Investigação da Floresta e Papel, constituído por escritura de 19 de dezembro de 1995 com participações da Portucel Industrial e da Portucel Florestal (47% no conjunto) [...]” Outros sócios acionistas do Raiz são Instituições académicas, tais como a Universidade de Aveiro, a Universidade de Coimbra e o Instituto Superior de Agronomia.

É na espécie *E. globulus*, pelas qualidades já referidas na produção das pastas e de papel do eucalipto, que se centraram as ações do Instituto, financiadas na sua maioria pela The Navigator Company, recebendo ainda financiamento de outras entidades privadas, de fundos públicos e comunitários. Tem como missão a especialização na ótica de aumento de competitividade da fileira silvo-industrial, constituindo um programa científico aplicado ao eucalipto, à floresta e ao produto (papel), estruturado no aprofundamento de conhecimento mais avançado, na consultoria especializada, no desenvolvimento do setor da bioeconomia, e, entre outros, na cooperação com os principais centros de investigação.

No portal eletrónico do Instituto¹¹⁴, verificamos que as instalações do Instituto estão divididas em três polos: a Quinta de São Francisco, perto da cidade de Aveiro, que contempla edifícios administrativos, serviços centrais da sede, assim como laboratórios de apoio a novos produtos como o papel *tissue*¹¹⁵ e as áreas das biorefinarias; o Parque de Ciência e Inovação, na mesma região, que receberá dois

¹¹³ ALVES, Jorge Fernandes – *A Indústria da pasta e do papel em Portugal: O grupo Portucel*. [S.l.]: Portucel, 2001, p. 134.

¹¹⁴ Consultar ligação disponível em <<http://raiz-iifp.pt/instituto/>>. Consultado em maio de 2021.

¹¹⁵ Papel de uso sanitário, de cozinha e hospitalar.

laboratórios para a investigação na área das biorefinarias; e a Herdade de Espirra, em Pegões, onde encontram-se os viveiros de investigação.

Com base em objetivos bem definidos na área da investigação florestal e na investigação tecnológica, é nesta última onde os estudos procuram dar resposta ao aperfeiçoamento tanto da árvore, como da qualidade da pasta, a mitigação de custos operacionais e do impacto ambiental. É nesta perspetiva, dentro do contexto florestal, que o Instituto desenvolveu três projetos:

- 1) Melhoramento genético do *Eucalyptus Globulus*, com a caracterização de clones e sua alocação aos projetos florestais, orientado para a elevação de qualidade do material lenhoso com vista à produção de pasta, ensaiando formas de diferenciação que garantam a continuidade da competitividade da planta;
- 2) Definição de uma carta das regiões homogéneas, na perspetiva edáfica e climática, como elemento estruturante do planeamento florestal;
- 3) Definição de critérios para práticas de fertilização em *Eucalyptus globulus* e a definição de planos de intervenção fitossanitária. [...] ¹¹⁶

No campo de formação, o Instituto conta atualmente com uma equipada de investigação composta por 89 Investigadores e Técnicos altamente especializados, e 10 bolsiros de I&D, em estreita articulação com as áreas onde operam, nomeadamente a floresta e a indústria, assim como a área corporativa e empresarial da The Navigator Company.

1.3.3. A área de distribuição e ocupação do eucalipto na floresta portuguesa

A introdução da espécie em meados do séc. XIX, foi realizada de forma residual, pontual e pela mão de particulares, só posteriormente a um extenso período de tempo verificou-se a elevada e constante procura pela espécie.

¹¹⁶ ALVES, Jorge Fernandes – *A Indústria da pasta e do papel em Portugal: O grupo Portucel*. [S.l.]: Portucel, 2001, p. 136.

A área de plantação e distribuição do eucalipto expandiu, como vimos anteriormente, a partir da década de 1950, por motivos inteiramente correlacionados com o aproveitamento da árvore para a fileira silvo-industrial portuguesa.

Esta expansão, deveu-se sobretudo por motivos de cariz económico, tecnológico e das características que a matéria-prima apresentava para o setor da indústria da celulose e do papel, podendo elencar as razões da seguinte forma:

- 1) à elevada qualidade do material lenhoso da *E. globulus* como matéria-prima para pasta para papel e à instalação e expansão da respetiva indústria em Portugal;
- 2) às características produtivas da espécie e às potencialidades climáticas e de solos para uma elevada produtividade em muitas regiões do país; [...]
- 3) às possibilidades de intensificação do cultivo, quer através das técnicas de silvicultura, quer do recurso, verificado mais tarde, ao melhoramento genético. A intensificação da cultura, permitindo obter produções em períodos incomparavelmente mais curtos do que a generalidade das espécies florestais, foi um grande atrativo económico especialmente no contexto de despovoamento rural emergente nos meados do século XX¹¹⁷.

A expansão não ocorreu de forma linear, simples e sem resistências de alguns setores e populações, tornando as manchas contínuas de eucaliptos, os eucaliptais, alvo de controvérsia, inclusive de algumas intervenções legislativas que descreveremos melhor no capítulo 3. No entanto, o crescimento da espécie nos povoamentos florestais foi evoluindo paralelamente ao crescimento da indústria de pasta e de papel, sobretudo após o abandono da madeira de pinho em algumas unidades fabris em 1945, e a aposta em 1957, pioneira a nível mundial, ao produzir pasta branqueada de eucalipto ao sulfato.

A tabela seguinte apresenta a área de distribuição de eucalipto e a respetiva evolução:

¹¹⁷ ALVES, António Monteiro; PEREIRA, João Santos; SILVA, João Neves; (eds.) - *O Eucalipto em Portugal: Impactes Ambientais e Investigação Científica*. Lisboa: ISAPress, 2007, p. 22.

Tabela 1- Evolução da área de eucalipto em Portugal Continental

Ano	1928 a)	1956 b)	1963/66 c)	1968/8 c)	1980/89 c)	1990/92 c)	1995/98 d)	2005/06 d)	2015 (d)
Área (10 ³ ha)	8	58	99	214	386	529	717	785,9	845

Fonte: a) ALMEIDA, António Luiz Mendes de – *Portugal: a sua riqueza silvícola*. Imprensa Nacional, Lisboa, 1929, pp. 24.; b) *Serviço do reconhecimento e ordenamento agrário: Utilização do Solo em Portugal*. Ministério da Economia, Lisboa, 1956.; c) Autoridade Florestal Nacional – *5º inventário Florestal nacional: apresentação do relatório final*. Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2010¹¹⁸.; d) Autoridade Florestal Nacional – *6º inventário Florestal nacional: relatório final*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 2015¹¹⁹;

Confrontando com aquilo que afirmamos anteriormente, podemos constatar que a distribuição de eucalipto mais significativa, começara a partir da década de 1950, crescendo praticamente para o dobro na década seguinte, ou seja, paralelamente à fase da explosão das celulosas com os pedidos de instalação. Os dados utilizados a partir dos anos 1995/98, foram revistos na elaboração do relatório do IFN6 – apresentado em novembro de 2019 com dados referentes a 2015 – em relação aos Inventários precedentes, portanto, os mais atualizados e segundo a metodologia utilizada no inventário, a margem de erro para os valores representativos desta espécie arbórea é de apenas $\pm 0,9\%$ ¹²⁰.

Em termos comparativos, a distribuição da área de eucalipto em função da sua ocupação na floresta portuguesa – desde que existem registos da presença da área total da espécie do eucalipto em território continental – representa a seguinte evolução:

¹¹⁸ Consultar ligação disponível em <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/ifn/resource/doc/ifn/Apresenta-IFN5-AFN-DNGF-JP.pdf>. Consultado em maio de 2021.

¹¹⁹ Consultar ligação disponível em http://www2.icnf.pt/portal/florestas/ifn/resource/doc/ifn/ifn6/IFN6_Relatorio_completo-2019-11-28.pdf. Consultado em maio de 2021.

¹²⁰ Autoridade Florestal Nacional – *6º inventário Florestal nacional: relatório final*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 2015, p. 21.

Tabela 2- Percentagem da área total de eucalipto na floresta

Ano	1963/66(a)	1968/80(a)	1980/89(a)	1990/92(a)	1995/98(b)	2005/06(b)	2015(b)
Floresta (10 ³ ha)	2603	3018	3108	2263	3202	3175	3224,2
% eucaliptos	4%	7%	12%	23%	22%	25%	26%

Fonte: a) Autoridade Florestal Nacional – 5ª inventário Florestal nacional: apresentação do relatório final. Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2010¹²¹; b) Autoridade Florestal Nacional – 6ª inventário Florestal nacional: relatório final. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 2015¹²²;

A área de floresta do eucalipto por grupos de espécies na floresta portuguesa, dividida pelas cinco regiões de Portugal continental, apresenta os seguintes dados:

Tabela 3- Área de floresta do eucalipto por região em 2015

Região	Área eucalipto(10 ³ ha)	Floresta (10 ³ ha)	Erro%	% ocupação
Norte	164,1	584,9	± 2,1	28%
Centro	439,7	1093,1	± 1,1	40%
Lisboa	12,5	66,3	± 7,9	19%
Alentejo	199,6	1334,6	± 2,0	15%
Algarve	29	145,3	± 5,1	20%
total (10 ³ ha)	844,9	3224,2		

Fonte: Autoridade Florestal Nacional – 6ª inventário Florestal nacional: relatório final. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 2015.

É na região Centro, próxima de cursos de água doce, dos principais centros fabris (Cacia e Figueira da Foz) e da infraestrutura – sobretudo dos Portos, que permitem o escoamento do produto (papel) destinado em larga maioria à exportação – onde se regista a maior área de eucalipto por grupos de espécies e tipo de formações florestais,

¹²¹ Consultar ligação disponível em <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/ifn/resource/doc/ifn/Apresenta-IFN5-AFN-DNGF-JP.pdf>. Consultado em maio de 2021.

¹²² Consultar ligação disponível em http://www2.icnf.pt/portal/florestas/ifn/resource/doc/ifn/ifn6/IFN6_Relatorio_completo-2019-11-28.pdf. Consultado em maio de 2021.

atingindo praticamente metade dos povoamentos florestais na região. Na comunidade intermunicipal da Região de Aveiro, a ocupação da árvore representa 70,3% do total de área por espécie¹²³.

Seguidamente, aparece a região Norte, que funciona como um dos principais centros de abastecimento para a indústria, pelo motivo da proximidade com os centros de produção, o que significa maior redução de custos operacionais, com a opção pela via rodoviária – que perfazia um total de 100% no ano de 2016 – no que diz respeito ao transporte de rolaria de eucalipto das matas próprias para as várias fábricas de pasta¹²⁴. Na área metropolitana do Porto, a ocupação da árvore representa 76,8% do total de área por espécie¹²⁵. A região Norte representa ainda valores que superam os 50% e outros que andarão próximos, de área de ocupação em algumas comunidades intermunicipais, como a região do Tâmega e Sousa, Ave e Cávado, enquanto noutras regiões é praticamente inexistente – acabando por diminuir em percentil a área da região Norte – onde não supera os 4% como na região do Douro, Terras de Trás-os-Montes e Alto Tâmega¹²⁶.

Em terceiro surge a região do Alentejo, no entanto, é especificamente na comunidade intermunicipal do Alentejo Litoral onde a espécie se destaca com 18,5%, ocupando a segunda posição atrás do sobreiro, e ainda com ocupação significativa de área total por espécie no Alto Alentejo 17,1%¹²⁷. É, portanto, a sul do Tejo, que uma das espécies autóctones da nossa floresta, o sobreiro, domina em grande parte do território.

Vejamos a caracterização que Nicole Devy-Vareta fez desta extensa parte do território continental:

¹²³ Autoridade Florestal Nacional – *6º inventário Florestal nacional: relatório final*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 2015, p. 196.

¹²⁴ Os valores em 2007 atribuíam à via ferroviária uma cota de 17%, descendo para 5% no ano seguinte, e apresentando em 2014 0% da cota da distribuição da rolaria de eucalipto transportada das matas próprias para as várias fábricas. Cf. Indústria Papeleira Portuguesa - *Boletim Estatístico 2016*. Associação da Indústria Papeleira, CELPA, p. 26.

¹²⁵ Autoridade Florestal Nacional – *6º inventário Florestal nacional: relatório final*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 2015, p. 192.

¹²⁶ Cf. *Ibidem*, p. 192, 193, 194.

¹²⁷ Cf. *Ibidem*, p. 198.

A sul do Tejo, os montados de sobreiro, floresta aberta e fortemente antropizada do domínio mediterrânico, são mais densos no Noroeste do Alentejo, onde se encontram hoje entrecortados por eucaliptais. O envelhecimento e a mortalidade dos sobreiros favoreceram, até há pouco tempo, um processo de substituição dos montados pelas plantações de eucalipto. Esta essência exótica estendeu-se essencialmente nas áreas do pinheiro e das folhosas mediterrânicas, infiltrando-se cada vez mais no interior do país.¹²⁸

Por fim, vejamos, na Tabela 4, quais as áreas totais por espécie, de forma que possamos compreender qual a evolução recente (desde 1995 até 2015) relativamente à distribuição das espécies na floresta portuguesa:

Tabela 4- Áreas totais por espécie

<i>Espécie</i>	<i>1995</i>	<i>2005</i>	<i>2010</i>	<i>2015</i>
	(10 ³ ha)	(10 ³ ha)	(10 ³ ha)	(10 ³ ha)
Área Floresta (10 ³ ha)	3 305,6	3 215,9	3 164,2	3 224,20
Pinheiro-bravo	978	798	719,3	713,3
Eucaliptos	717,2	785,9	810,8	845
Sobreiro	746,8	731,2	717,4	719,9
Azinheira	366,7	335,5	349,2	349,4
Carvalhos	92	66,3	67,2	81,7
Pinheiro-manso	120,2	172,9	184,6	193,6
Castanheiro	32,7	38,4	42,7	48,3
Alfarrobeira	12,3	12,2	12	16,4
Acácias	2,7	4,7	5,5	8,4
Outras folhosas	155,2	169,5	176	190,2
Outras resinosas	61,4	73,5	71,1	52,2
Sup. temp. desarbORIZADA a)	20,6	27,6	8,1	5,7

Fonte: Autoridade Florestal Nacional – *6º inventário Florestal nacional: relatório final*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 2015, p. 22.¹²⁹; legenda: a) Superfície temporariamente desarbORIZADA sem espécie identificada

¹²⁸ DEVY-VARETA, Nicole – *A Floresta no espaço e no tempo em Portugal: A arborização da Serra da Cabreira (1919-1975)*. Tese de Doutoramento. Porto: FLUP, 1993, p. 20.

¹²⁹ Consultar ligação disponível em http://www2.icnf.pt/portal/florestas/ifn/resource/doc/ifn/ifn6/IFN6_Relatorio_completo-2019-11-28.pdf. Consultado em maio de 2021.

Segundo dados do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, o eucalipto ocupava no ano de 2015, a maior área total por espécie florestal, com um total de 26,2% – destronando o Pinheiro-bravo como espécie com maior representatividade que apresentava no ano referido 22,1% – e aquela que maior variação de crescimento apresentou em comparação com outras espécies florestais, contabilizando um acréscimo de cerca de 127 800 ha só no período balizado entre 1995-2015.

Mais adiante, no terceiro capítulo, veremos qual o enquadramento legislativo, que permitiu dar configuração à floresta contemporânea e suporte à arborização com a espécie exótica, o contexto em que se insere, nomeadamente a integração legislativa correlacionada com a floresta, assim como os suportes legais que a sustentam.

Vejamos na próxima fase, o segundo capítulo, em que consistiu o debate político em torno da árvore e dos assuntos a ela correlacionados.

2. Debates Parlamentares

Neste capítulo, procuramos responder a três problemáticas traçadas, nomeadamente: Quando se verificaram as principais referências ao eucalipto nos Debates Parlamentares; que problemas de fundo foram assinalados entre a relação riqueza industrial e ecologia nos debates parlamentares em torno do eucalipto; quais os impactos positivos/negativos do eucalipto na Floresta-Economia-Sociedade Portuguesa refletidos nos Debates parlamentares;

Neste sentido, optamos por trazer a este ponto intervenções que estejam inteiramente correlacionadas com a descrição das problemáticas, destacando parcialmente do debate político, apenas informação com essa respetiva ligação, ou a ela direta e indiretamente ligada.

2.1. Monarquia Constitucional e 1ª República

O debate em torno do eucalipto, como espécie para a fileira silvo-industrial, desenvolveu-se sensivelmente após a década de 1950. Os debates que antecederam esta época, abordavam a árvore de uma forma pouco conceptualizada, dando mais ênfase aos aspetos botânicos, de cariz sanitário e como custo de matéria-prima para fornecimento sobretudo do setor primário. Atentamos ao que se disse e por quem, sobre esta temática.

É no ano de 1882, que encontramos as primeiras referências ao eucalipto, por meio de Cypriano Jardim, abordando a árvore pelas suas qualidades relacionadas com preocupações sanitárias:

Refiro-me a plantação de eucalyptus que tem produzido tão bons resultados nos pontos onde se têm manifestado doenças endémicas.

Há um grande viveiro d'estas plantas no choupal de Coimbra pertencente a direção das obras publicas daquele distrito. [...] porque havia ali muitas febres intermitentes e remitentes; e hoje, depois que se fez a plantação de eucalyptus, as condições higiénicas mudaram completamente, a ponto de hoje para ali irem restabelecer-se quaisquer membros da família que, porventura, se achem doentes. [...] desde que em Vendas Novas se estabeleceu o polígono de artilheria, e desde que os comandantes começaram a fazer larga plantação do eucalyptus globulus, as condições higiénicas daquela povoação mudaram todas para melhor. [...] O comandante do destacamento oficiou às autoridades superiores militares, referindo o mau estado em que se encontrava a força, e foi ordem para que o destacamento recolhesse. Nomeou-se logo uma comissão, a qual aconselhou que se mandasse plantar eucalyptus na área em que mais se faziam sentir as febres. Fizeram-se grandes plantações de eucalyptus, e no fim de um ano as febres tinham desaparecido daquele local. Isto são exemplos que podem aproveitar.¹³⁰

No ano de 1903, sob pretexto de resolver um problema secular para facilitar o transporte de sal entre as marinhas de Setúbal, a Câmara Municipal de Setúbal apresentou um projeto de obra, que consistia em cortar o istmo de cerca de 500 metros entre o Sado e os terrenos pantanosos que ficavam a oeste da ponte ocidental do Esteiro do Carvão, de forma a encurtar a distância entre as marinhas de Setúbal de 24km para 8km. O objetivo para esses terrenos, era segundo o projeto apresentado:

¹³⁰ Diário das Sessões – *Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, nº 80, 1882.05.04, p. 1336-37.

Quando elas estiverem concluídas, os terrenos poderão em parte ser adaptados ao regime florestal pela plantação de eucaliptos e em parte, aproveitados em excelentes pastagens, sendo estes últimos aprovados nos termos da lei, e em proveito do cofre municipal.¹³¹

[...]

Art. 2.º

b) Que os mencionados terrenos, à medida que forem sendo tornados cultiváveis, serão, conforme acordo entre a câmara e o Governo, ou reduzidos a regime florestal ou aforados em benefício do cofre municipal, tudo nos termos da legislação em vigor.¹³²

Este projeto lei foi admitido e enviado à comissão de obras públicas, tendo como apresentante Claro da Ricca e signatário Mariano de Carvalho.

Na última referência em período pertencente à Monarquia Constitucional, registamos a intervenção do deputado Adriano Moreira, em defesa da arborização das estradas, citando o exemplo da estrada que liga Évora a Monsaraz, com fila dupla de eucaliptos, que considerara como uma espécie vantajosa para uma rápida arborização:

a arborização, que é encanto das estradas, o benefício dos transeuntes e a proteção das próprias estradas, não desperta os mesmos sentimentos da parte de muitos proprietários marginais, que pedem o seu abatimento sob o pretexto dos prejuízos que causam às culturas dos terrenos adjacentes. O movimento arboricida é terrível no nosso país, o que denota, permita-me a Câmara a frase, uma verdadeira selvajaria [...] contra que eu protesto energicamente. Compreende-se que os eucaliptos sejam condenados pela circunstância das suas folhas permanentes, que protegem a excessiva humidade da calçada, durante a estação invernal. Mas, da sua condenação absoluta (ou desarborização), à sua substituição vai um mundo. Seria melhor substituir por árvores de folha caduca, sem dúvida alguma, que teriam a dupla função de conservar alguma humidade no sítio e facilitar o saneamento da calçada no inverno. Ora, Sr. Presidente, o que é facto é que o eucalipto resolve, como nenhuma outra essência florestal, a rápida arborização das estradas, e é bem menos nocivo do que a falta de arborização e não ofende, como se afirma erradamente, as culturas dos terrenos adjacentes, pelo menos as animais, designadamente a cerealífera, do que eu dou o meu testemunho experimental.¹³³

A intervenção foi alvo de manifestações significativas de apoio ao orador segundo registo das atas da Sessão.

¹³¹ Diário das Sessões – Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, nº 38, 1903.03.23, p. 3.

¹³² *Ibidem*, p. 4.

¹³³ Diário das Sessões – Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, nº 44, 1907.03.16, p. 11.

Em período já relacionado com a 1ª República, e com a instituição do Regime Florestal em Portugal de 1903, que permitira em 1910 os Serviços Florestais implementarem um vasto projeto de florestação e arborização de mais de 300 mil ha de serras, temos a primeira intervenção sobre a temática, por parte do deputado Ezequiel de Campos, na qual alude:

[...] Sabia bem que os nossos terrenos incultos ou quási abandonados representam um grande prejuízo para a Nação; previa que por uma lei um tanto violenta, nós podíamos arborizá-los em grande parte, pelo menos nas regiões onde o pinhal, as acácias e os eucaliptos seriam em breve uma grande riqueza, como por exemplo nos terrenos arenosos do Poceirão a Vendas Novas;¹³⁴

Em 1916, em jeito de repúdio por ações de desarborização, o Deputado José de Castro faz uma intervenção que recebeu muito apoio por parte da bancada parlamentar dizendo.

[...] o Poder Judicial deve auxiliar a propaganda feita acerca da árvore, para evitar os verdadeiros vandalismos que se tem cometido contra a arborização, o que não pode continuar. É indispensável, Sr. Presidente, para benefício de todos, a mais decidida proteção à árvore, e paralelamente o rigoroso cumprimento da lei contra estes atentados, como o que se me transmite, de serem abatidos belos exemplares de eucaliptos, que, perante a higiene, tanto saneiam as povoações.¹³⁵

No ano seguinte, em 1917, é apresentada na Câmara dos Deputados um projeto lei intitulado por «Proteção à riqueza silvícola», onde se proíbe legalmente o arranque indiscriminado de árvores, com três artigos que destacamos pela especificidade:

Art. 1. ° Não é permitido reduzir a área florestal do continente fora dos casos especiais onde a cultura agrícola mais se adapte à natureza do terreno.

Ponto único. Consideram-se como área florestal, para os efeitos desta lei, todas as superfícies que se encontram revestidas pelas seguintes espécies de arvoredos: pinheiros, carvalhos, castanheiros, sobreiros, azinhos e eucaliptos, bem como coníferas ou folhosas exóticas próprias para arborização. [...]

Art.4. ° Fica proibido o arranque de árvores ou de toucas (tocos) nos soutos, montados e eucaliptais, salvo prévia autorização, nos casos de substituição de cultura, ou necessidade de assim proceder, como medida profilática contra, qualquer epifítia, ou por o proprietário pretender explorar outra espécie de flores tal mais adequada ao meio.

¹³⁴ Diário das Sessões – *Câmara dos Deputados*, nº78, 1912.03.19, p. 21.

¹³⁵ Diário das Sessões – *Senado da República*, nº37, 1916.02.24, p. 21.

Art.5. ° A substituição da cultura florestal pelo agrícola deverá ser requerida pelo proprietário com quatro meses de antecedência e só poderá ser autorizada por despacho do Ministro do Fomento, ouvidas as estações oficiais competentes.

No Senado da República, a intervenção do Deputados Santos Garcia apelara à substituição do eucalipto na arborização das estradas em detrimento de árvores de fruto e florestais, dado que, segundo o deputado:

[...]no Alentejo, os proprietários têm horror à arborização das estradas pelo facto de elas serem arborizadas com eucaliptos e ailantos que são verdadeiramente uma praga... [...] Com este projeto vamos escolher as árvores de fruto e florestais, mais ou menos, conhecidas na mesma região; esses inconvenientes desaparecerão, porque os vizinhos já acostumados a vê-las, certamente, e a conhecerem as suas vantagens, não deixarão danificá-las.¹³⁶

Esta discussão em torno da escolha de espécies florestais preferidas para arborizar as estradas – que acabaria por dar origem ao projeto de lei n. ° 57 – teve vários intervenientes, nomeadamente os deputados, Pedro Chaves, Oriol Pena e Ferraz Pena. Com vastos elogios à árvore, o deputado Pedro Chaves baseou da seguinte forma o discurso:

[...] faltam aqui árvores que seriam absolutamente indispensáveis, [...] para não falar noutras apresento por exemplo o eucalipto, que se conta por milhões no país, e pena é que não estejam muitos outros hectares de terreno cobertos dessa belíssima árvore.¹³⁷

Em à parte, o deputado Sá Viana interrompeu o discurso do orador, para afirmar que “Se V. Exa. tivesse um bocado de terra cultivada à beira da estrada e lhe plantassem, eucaliptos ao longo desta, talvez não gostasse¹³⁸”. Esta descontinuação do pensamento de Pedro Chaves, levou a que orientasse o discurso para o relato da experiência pessoal de aplicação da árvore para usos domésticos.

O Deputado Oriol Pena, fez uso da palavra de forma semelhante, descrevendo o que construiu com a árvore, e onde considerava a melhor aplicabilidade a dar à matéria-

¹³⁶ Diário das Sessões – *Senado da República*, nº52, 1922.06.06, p. 22.

¹³⁷ Diário das Sessões – *Senado da República*, nº31, 1925.03.31, p. 15.

¹³⁸ *Ibidem*.

prima. No identificar de alguns inconvenientes que o eucalipto implicaria na arborização das estradas, o Deputado Ferraz Chaves, afirmou que reconhecia essa possibilidade, mas que nas palavras do próprio, “eu não plantava à borda das estradas nenhuma árvore de folha permanente¹³⁹.” Para Ferraz Chaves a resolução deste problema seria “por um processo mais simples: abro uma vala pequena e torno a enchê-la de terra cortando as raízes¹⁴⁰.”

A descrição pelo efeito causado pela árvore junto às estradas onde se encontrava plantada, em dias de nevoeiro, causando estragos segundo informações solicitadas ao Engenheiro Ernesto Navarro no decorrer da discussão, levou Pedro Chaves a afirmar que por esse “motivo não incluo o eucalipto para arborização de estradas¹⁴¹”, afirmando não compreender as razões de não aprovarem o projeto na generalidade, tendo sido modificado. Em sessão posterior, o Deputado Machado Serpa apresentara a sua declaração de voto contra o projeto lei por o achar repleto de lacunas¹⁴².

Como pudemos constatar, a discussão sobre esta temática, estava muito distante na Monarquia Constitucional e na 1ª República, da dimensão que viria a assumir em pleno período do Estado Novo e 3ª República, assumindo inicialmente questões pontuais e de carácter de novidade, enquanto nos últimos períodos referidos viria a ter contornos totalmente diversos, com o peso que a indústria e a ação do Estado teriam na mudança de rumo à industrialização da espécie arbórea.

No próximo ponto, indagaremos pelos marcos mais significativos destes períodos, que foram de facto, os mais prolíficos.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 24.

¹⁴⁰ *Ibidem*.

¹⁴¹ *Ibidem*.

¹⁴² Diário das Sessões – *Senado da República*, nº32, 1925.04.01, p. 7.

2.2. Estado Novo

2.2.1. Assembleia Nacional e Câmara Corporativa

O debate político sobre o eucalipto no Estado Novo, iniciara tendo como fundo de discussão, a alteração das bases do Decreto n.º 13658, de 23 de Maio de 1927¹⁴³. Este diploma era caracterizado por conter disposições com vista a impedir a redução da área florestal, regularizando os cortes de arvoredos no interesse geral e especificamente no da hidrologia. Com o disposto no § único do artigo 5.º do referido diploma, constava:

§ único. Fica proibida a plantação de eucaliptos a menos de 20 metros de campos agricultados, quando entre estes e o local da plantação se não interponham estradas, rio, ribeiro, edifício, ou no caso de referidos terrenos de cultura se encontrarem a um nível superior em 4 metros ao da base de plantação. As infrações a esta disposição serão punidas com a multa de 50\$ por cada árvore plantada.¹⁴⁴

Na Sessão de 13 de fevereiro de 1936, lançara-se a discussão em tornos das bases do diploma, propondo inclusive acrescentar uma nova base. Em relação à base I, sob a proposta do deputado José António Marques, anteriormente a esta sessão, já se propunha acrescentar ao diploma “fica proibida a plantação e sementeira de eucaliptos e acácias a menos de 20 metros de quaisquer terrenos cultivados e a menos de 40 metros das nascentes e dos prédios de cultura do regadio¹⁴⁵”, sofrendo uma alteração após a cultura de regadio para “e muros e prédios urbanos”, apresentada pelo Deputado Querubim Guimarães, tendo sido aprovada no dia anterior.

Na continuidade do debate em torno das bases do diploma que era alvo de revisão, tinha já ficado inscrito que o arranque de eucaliptos e acácias ilegalmente plantados, poderia ser requisitado junto da Direção dos Serviços Florestais, tendo o Deputado Querubim Guimarães proposto acrescentar que esta decisão era passível de

¹⁴³ Na intervenção, o deputado refere-se ao diploma com data de 20 de maio de 1927, no entanto, após consulta do documento verificamos que a data correta corresponde a 23 de maio. Cf. *Diário do Governo*, n.º 105/1927, Série I de 1927-05-23

¹⁴⁴ *Diário do Governo*, n.º 105, Série I de 1927-05-23, p. 2.

¹⁴⁵ *Diário das Sessões – Assembleia Nacional*, nº79, 1936.02.13, p. 508.

recurso aos meios judiciais caso a respectiva Direção dos Serviços Florestais não procedesse ao arranque no prazo de dois meses¹⁴⁶, e ainda uma nova base, III, na qual estava implícito: “Os proprietários de terrenos incultos que resolverem arroteá-los depois da publicação deste diploma poderão reclamar o arranque dos eucaliptos nas condições referidas nas bases anteriores, mas só cinco anos depois do arroteamento¹⁴⁷.”

Sobre este assunto e na mesma Sessão, interveio o deputado Carlos Borges, afirmando estar de acordo quanto ao princípio subjacente nesta base, no entanto, discordando da própria redação da emenda, pois não acautelaria a complexidade que as questões sobre a extremidade das propriedades pudessem ser alheias aos agentes do serviço, nomeadamente os engenheiros agrónomos ou simples burocratas, considerando serem questões muito delicadas¹⁴⁸. Em contraposição à do deputado Carlos Borges, o Deputado Melo Machado, indicara que a proposta se dividiria em duas partes, uma primeira parte sobre os eucaliptos plantados fora das prescrições das leis existentes, pois “esses são deitados abaixo, sem mais formalidades¹⁴⁹” e uma segunda parte dessa base em que estariam os eucaliptos que foram plantados anteriormente.

Nas palavras de Melo Machado “esses que, por serem mais antigos, podem estar exatamente no extremo e darem mais prejuízo¹⁵⁰”, e, portanto, a elaboração da base, tal como estava, parecia ser justa, e por isso “aquelas plantações que foram feitas à sombra da lei têm indemnização, e aquelas que foram fora da lei são arrancadas sem indemnização nenhuma¹⁵¹.” Carlos Borges, não gostara do reparo e questionou se era proibido ao proprietário explorar todos os cursos de água, mesmo que implicasse a secura dos poços vizinhos¹⁵², o qual merecera a resposta de Melo Machado:

Há fontes de utilidade pública que estão secas por eucaliptos e há muitos prédios que eram de regadio, que tinham nascentes e minas, o os proprietários de regadio secaram essas nascentes

¹⁴⁶ Cf. *Ibidem*.

¹⁴⁷ *Ibidem*.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 509.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 510.

¹⁵⁰ *Ibidem*.

¹⁵¹ *Ibidem*.

¹⁵² *Ibidem*.

e minas [...] devemos respeitar os direitos adquiridos, mas desde que não haja danos. Uma vez que os haja, devemos repará-los.

Por acaso o Estado não manda arrancar os eucaliptos junto às linhas dos caminhos de ferro e estradas, quando eles são prejudiciais.

Se estiverem junto dos prédios, não são também prejudiciais?¹⁵³

De forma a sanar a discussão, o Deputado Mário Figueiredo procurou junto dos deputados retirar a polémica da legalidade do plantio de eucaliptos, sendo um dos signatários do projeto que acabara publicado, mantendo as propostas de acréscimo às duas bases em discussão¹⁵⁴.

Cerca de oito meses após a suposta promulgação, este decreto relativo a proibição da plantação de eucaliptos, ainda sofrera um percalço, dado que nas palavras do Presidente da Assembleia “o que sucedera foi simplesmente isto: esse decreto extraviou-se¹⁵⁵.” Nestas circunstâncias, o Presidente da Assembleia referiu que mandaria “à Presidência da República um novo texto desse decreto para ser promulgado¹⁵⁶.” O Decreto n.º 13658 de 23 de Maio de 1927 acabará por ser substituído pela Lei nº 1951 de 9 de março de 1937, agora com os acréscimos introduzidos pelos deputados.

A contenda em torno do eucalipto, retomara dois anos depois, em março de 1938 – nas vésperas da divulgação no Diário do Governo da Lei nº 1971, de 15 junho de 1938, que estabelecia as bases do povoamento florestal – sob parecer da Câmara Corporativa acerca da lei nº 194, que no ponto 6 era referido o seguinte:

Tem ainda os horizontes do desenvolvimento da indústria do fabrico da massa para papel, de grande interesse para o País, tanto mais que a experiência já feita na única fábrica agora existente no País mostra que, associado ao eucalipto, pode fornecer produtos de tipo muito melhorado. Em 1936 exportámos 3.956:000 quilogramas, no valor de 3.164:800\$, não obstante serem sabidas certas deficiências da produção de papel em Portugal, que, aliás, tem tradições, pois, em 1439, nas cortes de Leiria, esta então vila pedia que fossem declaradas as condições do aproveitamento do rio Lis para um moinho de papel; e em 1441 existia já esse moinho, fundado por João Gonçalves [...]¹⁵⁷

¹⁵³ *Ibidem*.

¹⁵⁴ Cf. Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº79, 1936.02.13, p. 512.

¹⁵⁵ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº94, 1936.11.16, p. 77.

¹⁵⁶ *Ibidem*.

¹⁵⁷ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº178, 1938.03.29, p. 587.

No ponto 22 do parecer apresentado, são elogiadas as capacidades adaptativas do eucalipto nos núcleos florestais existentes nas serras das Talhadas, Caramulo e do Buçaco, a zona poente influenciada pelas brisas marítimas e toda a bacia hidrográfica do rio Águeda¹⁵⁸.

Nesta fase, já se afigurava a utilização do eucalipto para o fabrico de pasta para papel, de especial importância para o País, segundo parecer elaborado pelo Procurador à Câmara Corporativa, em representação das indústrias de madeira e das outras produções florestais, José Inácio de Castelo Branco.

No ano de 1941, já com a II Legislatura a decorrer, o deputado Melo Machado, realçara a importância do Plano de Povoamento Florestal, declarando que atentava "a importância para o País do prosseguimento da política de arborização, focada no parecer da Câmara Corporativa, foi nas sessões do estudo este assunto incluído no número daqueles que seriam tratados nesta tribuna¹⁵⁹" proclamando ainda que: "não me parece, também, provado que tenhamos de limitar às atuais aplicações a madeira de eucalipto, que, valorizada industrialmente, poderíamos produzir num quantitativo, por hectare, de duas vezes e meia a quantidade conseguida com o pinheiro¹⁶⁰".

Será dois anos depois, em 1943, na III Legislatura – após a concessão da licença à Sociedade Portuguesa de Celulose e com as instalações da CPC em Cacia em funcionamento – que as esperanças no lançamento de uma industrialização das madeiras para a produção de pasta de papel, conviveram com a criação de um laboratório de investigação.

Nas palavras do Deputado Amorim Ferreira, a criação deste laboratório de investigação pelos serviços florestais tornara possível “confirmar as conclusões, a que os recentes progressos na química do papel de certo modo conduziavam, em como não

¹⁵⁸ Cf. *Ibidem*, p. 592.

¹⁵⁹ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº109, 1941.12.11, p. 61.

¹⁶⁰ *Ibidem*.

eram tão reduzidas as qualidades do pinheiro, quando utilizado até aos 25 anos de idade¹⁶¹.”

Seria preciso aguardar mais de uma década, até que, o projeto pioneiro (1957) de pasta branqueada de eucalipto ao sulfato, se materializasse, alicerçado na investigação desenvolvida pelo laboratório de investigação criado a cargo do silvicultor Luiz dos Santos Seabra.

De volta ao debate, o assunto eucalipto regressara à Assembleia após o término do conflito mundial em 1945, tendo como interveniente o Deputado Belchior da Costa, agora com a contenda a gravitar em torno da requisição aos particulares das matas de pinheiros e eucaliptos, para responder às seguintes necessidades:

[...] do consumo de combustíveis, dada a escassez dos carvões nacionais e a dificuldade, então crescente, da aquisição e, sobretudo, transporte para o País de carvões estrangeiros.

Nesta ordem de ideias foi publicado em 19 de Setembro de 1942 o decreto-lei n.º 32:271, que autorizou o Ministro da Economia a determinar, quando o julgasse conveniente, que o fornecimento de lenhas e toros para entivação de minas a empresas concessionárias do Estado e outras designadas por despacho fosse efetuado exclusivamente por intermédio do Grémio dos Exportadores de Madeiras.¹⁶²

Este diploma publicado em setembro de 1942, daria suporte ao Grémio dos Exportadores de Madeiras com atribuições específicas conferidas para a requisição de toneladas de madeiras e lenha de eucalipto e pinheiro, não obstante, as respetivas competências seriam transferidas para um novo serviço – ao abrigo do Decreto-lei n.º 34617, de 18 de maio de 1945 – criado na dependência do Ministério da Economia, o Serviço de Requisição de Lenhas. Somente em 1948, se dará por extinto o Serviço de Requisição de Lenhas, com a promulgação do Decreto-Lei n.º 36736 de 27 de janeiro de 1948¹⁶³, revogando todos os diplomas precedentes.

Pelo fim das requisições das madeiras de pinheiro e eucalipto, intervieram os deputados Antunes Guimarães e Luís Teotónio Pereira, este último apelando a que se

¹⁶¹ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº40, 1943.04.08, p. 411.

¹⁶² Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº38, 1946.02.27, p. 645.

¹⁶³ *Diário do Governo*, n.º 22, Série I de 1948-01-27, p. 85-86.

pusesse termo à requisição da matéria-prima, em prol da indústria de marcenaria do Vale do Sousa, sobretudo dos concelhos de Paços de Ferreira e Paredes, que utilizavam o eucalipto para o fabrico de cadeiras.

Já com a V Legislatura em curso, o Deputado Ernesto Lacerda, discursara em defesa da propriedade privada da requisição que o Governo decretara “que atingiram milhões de toneladas e em que foram principalmente sacrificados o eucalipto e o pinheiro¹⁶⁴”.

Ainda nesta última Legislatura, o Deputado André Navarro, vocacionara a sua intervenção, na defesa da arborização com a escolha da espécie eucalipto para a florestação de algumas serranias no Alentejo, que para o tribuno esta árvore tinha todas as condições “favoráveis de desenvolvimento e a sua exploração permitiria, além de obter preciosa lenha, a obtenção de outros produtos para certas atividades industriais¹⁶⁵” tendo a espécie exótica algumas variedades através da produção de casca taninosa um considerável proveito para a curtimenta de peles.

Para este Deputado, para além das cascas taninosas, a árvore produzia óleos essenciais, grandes massas de combustíveis e sobretudo, “pelo seu excecional valor, matéria celulósica, que permitirá resolver o problema fundamental do papel de imprensa, adotando as técnicas já hoje usadas pela indústria australiana¹⁶⁶”.

Será na VI Legislatura, sob parecer da Câmara Corporativa – Parecer n.2/VI – no seguimento do que decretara o Governo relativamente à arborização de terrenos cujo investimento silvícola seja indispensável para garantir a fixação e a conservação do solo, que ficara definido que a utilização das espécies de rápido crescimento como os eucaliptos e as acácias, deveriam ser incluídas nos perímetros de arborização, como salvaguarda do rendimento económicos dos novos povoamentos¹⁶⁷.

¹⁶⁴ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº74, 1951.02.23, p. 374.

¹⁶⁵ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº76, 1951.02.28, p. 451.

¹⁶⁶ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 151, 1952.03.04, p. 712.

¹⁶⁷ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 074, 1953.12.16, p. 90.

Também sob a natureza de parecer, neste caso da comissão encarregada de apreciar as contas públicas para as Contas Gerais do estado de 1952, que em suplemento ao Diário da Sessões, apresentaram-se os dados dos novos povoamentos, que mantinham a média de 8 000 ha arborizados, sendo que desde 1939 à data de apresentação do parecer, tinham sido arborizados cerca de 67 260 ha, 24 000 ha desde o último ano da década de 1940 até 1952¹⁶⁸.

Foi nestes novos povoamentos que “quase todos os distritos do norte do Tejo foram beneficiados, mas principalmente os mais a norte, onde havia largas áreas de baldios¹⁶⁹”, e que compreendia as replantações de muitas espécies, entre elas do eucalipto que contabilizara um total de 119 860 de replantações¹⁷⁰.

Sob o mesmo parecer da comissão anteriormente descrita, agora para as Contas Gerais do Estado de 1953, é descrito que “talvez fosse vantajoso fazer um estudo [...] das essências mais próprias para futuros desenvolvimentos industriais – matérias-primas próprias para certas indústrias suscetíveis de se instalarem no País¹⁷¹”, referindo ainda a replantação de 117 553 eucaliptos no relatório apresentado das respetivas contas.

Este incremento de novas plantações e replantações assumira nestes anos uma significativa importância, sendo já volumosas conforme indica o parecer apresentado agora para o ano económico de 1954, com um total de 128.047 eucaliptos¹⁷².

Foi no decorrer desta Legislatura, a VI, que sob o Parecer n.º 45/VI, propusera-se ao Governo, criar no Ministério da Economia, um organismo destinado a promover o aperfeiçoamento e desenvolvimento industrial com a designação de Instituto Nacional de Investigação, Tecnologia e Economia Industrial, esboçado para a “metrópole e para as províncias ultramarinas¹⁷³”.

¹⁶⁸ Cf. Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 38S1, 1954.03.10, p. 98-99.

¹⁶⁹ Cf. *Ibidem*.

¹⁷⁰ Cf. *Ibidem*

¹⁷¹ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 84S1, 1955.03.24, p. 109.

¹⁷² Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 135S1, 1956.04.05, p. 96.

¹⁷³ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 178S1, 1957.01.30, p. 1.

Neste parecer constava o seguinte:

3) A investigação aplicada em Portugal

a) Ao contrário do que poderá pensar-se, existem entre nós numerosos organismos oficiais de cujas atribuições faz parte a realização de investigação aplicada. O seguinte enunciado - certamente incompleto, por falta de tempo e de fontes de informação facilmente acessíveis - comprova esta afirmação:

Estação de Experimentação do Sobreiro e Eucalipto.

[...]

Conjunto do Laboratório de Biologia Florestal, das Estações de Experimentação do Pinheiro Bravo e do Sobreiro e Eucalipto e do Laboratório para o Estudo das Resinas - para material em geral, 390 contos."

[...]

Entre os organismos oficiais de investigação aplicada referidos no número antecedente diversos são aqueles que têm por missão o aperfeiçoamento de fabricos e a preparação técnica de pessoal - [...] estações de Experimentação Florestal do Pinheiro Bravo e do Sobreiro e Eucalipto;¹⁷⁴

Voltando à descrição da média de área arborizada, que subira para 9.000 ha por ano e que já se aproximara dos 100.000 ha no total, segundo parecer da comissão encarregada de apreciar as contas públicas, para as Contas Gerais do Estado em 1955, contabilizara-se para esse ano a plantação e replantação de 146.000 eucaliptos¹⁷⁵. No ano seguinte, em 1956, terão sido plantados e replantados entre diversas espécies, o total de 185.400 eucaliptos conforme descrito no quadro apresentado pela comissão encarregue das Contas Gerais do Estado do ano económico de 1956¹⁷⁶.

Na VII Legislatura, nas vésperas da implementação do II Plano de Fomento (1959-1964), findo o I Plano e com vista a discutir o projeto para o posterior quinquénio, é apresentado a seguinte informação nas atas da Câmara Corporativa:

18. Celulose e papel. - A indústria de celulose e papel está considerada básica e como tal foi incluída no I Plano. Novas empresas se propõem fabricar pasta de eucalipto destinada à exportação. O objetivo a atingir neste sector seria levar a produção nacional de pasta de papel

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 4, 5 e 7.

¹⁷⁵ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 199S1, 1957.04.06, p. 110.

¹⁷⁶ Cf. Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 29S1, 1958.03.20, p. 106.

de 25 000 t/ano para 115 000 t/ano, com um acréscimo de consumo de madeira de eucalipto de 300 000 t/ano.

Prevê-se para o esforço a realizar no sexénio o investimento de 370 000 contos.

19. Investimentos. Desta maneira, concentram-se investimentos no prosseguimento da política já anteriormente traçada e na execução de novas iniciativas, tendo em conta que na realização do programa das indústrias-base é de considerar a eventual participação do Estado como acionista, como financiador ou como garante de operações.¹⁷⁷

Para a prossecução deste investimento, estava destinada à Indústria de celulose e papel a quantia de 370 000 contos de um total de 4 020 000 de contos que o Plano contemplava.

Neste projeto do II Plano de Fomento, afirmara-se a industrialização do País como modo mais eficaz de conseguir o aceleramento do incremento do produto nacional e a melhoria do nível de vida da população, no entanto, para isso, tornaria indispensável que o Plano abrangesse a maior área possível do setor industrial, “de maneira a orientar os capitais <privados> no investimento e a promover a maior produtividade do capital investido¹⁷⁸”. O Estado pretendia assim, continuar no trilho do fomento de novas indústrias, e para a prossecução de tal fim utilizaria os seguintes meios descritos no projeto:

- a) O Condicionamento industrial;
- b) A concessão de facilidades de acesso ao mercado de capitais às empresas que se protestariam explorar indústrias novas reputadas de interesse, nacional;
- c) A recomendação da concessão de prioridade de crédito de fomento quando em concorrência com outras atividades não classificadas do interesse para a economia nacional;
- d) A concessão de assistência técnica gratuita pelo Instituto Nacional de Investigação Industrial ou pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil e, eventualmente, de apoio comercial mediante estudos de mercados a empreender ou de realizados pelo Fundo de Fomento de Exportação;
- e) As facilidades tributárias estabelecidas para novas indústrias de interesse para a economia nacional, nos termos previstos pela base IV da Lei n.º 2005 de 14 de Março de 1945.¹⁷⁹

¹⁷⁷ Diário das Sessões – *Actas da Câmara Corporativa*, nº 12, 1958.04.12, p. 74.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 75.

¹⁷⁹ *Ibidem*.

Este II Plano de Fomento mereceu a consulta da Câmara Corporativa sobre o projeto definido para o programa de iniciativa Estatal, tendo recebido o Parecer n.º 2/VII, do qual Ferreira Dias Júnior foi relator. Na parte I, elaborada pelo mesmo, e na observância daquilo que fora emitido pela secção de Interesses de ordem administrativa, em torno da Proposta de lei n.º 8, incluía a seguinte informação:

4) Fabrico de celulose. - Quando se fundou a Companhia Portuguesa de Celulose fizeram-se previsões um tanto alarmantes quanto ao seu consumo anual de 100 000 t de madeira, que iria afetar a regular exploração do pinhal português. Mas este ocupa 1 200 000 ha e a floresta suportou galhardamente o corte. Dado, porém, que no momento presente se observa sobreprodução da pasta de pinheiro, a aludida Companhia e mais duas, que lhe vêm fazer concorrência, estão empenhadas na produção de pasta de eucalipto. E aí já é assunto de alguma reflexão se as 300 000 t anuais de madeira não afetarão os 100 000 ha do nosso eucaliptal. De tudo, aliás, se infere que a oferta tende a alargar-se, mas o acima mencionado consumo maciço das 300 000 t por ano é de ordem, se não a dificultar a montagem das fábricas, pelo menos a seguir com cuidado o assunto. O custo das duas fábricas está avaliado em 550 000 contos; o Plano inscreve apenas 370 000 contos. A diferença deve ser coberta por capital estrangeiro ou salvaguardada por um escalonamento nos pagamentos que excedam 1964.¹⁸⁰

Para Ferreira Dias Júnior, o Estado tinha de apoiar diretamente o setor celulósico, com uma aposta clara no eucalipto, inclusive a sul do Tejo, criticando concepções que davam primazia a uma não interferência do Estado nos limites definidos pelas teorias do liberalismo económico, conforme constatamos no parecer apresentado à Câmara Corporativa:

Segundo informação oficial, a produção de madeira de eucalipto é hoje da ordem das 600 000 t anuais e certa insuficiência de procura conduziu nos últimos anos a exportação da ordem de 50 000 t. Por outro lado, a área de eucaliptal tende a aumentar e pensa-se que o eucalipto venha a ser o revestimento florestal de algumas áreas ao sul do Tejo – de tudo se inferindo que a oferta se alarga, mas que o aparecimento brusco dentro de poucos anos, de um novo consumo de 300 000 t é suscetível, pelo seu grande volume, de provocar, nos primeiros tempos, uma alta de preços inconveniente para indústrias de exportação. Não é de concluir que as fábricas não se montem; antes se conclui que o assunto deve ser acompanhado, não o deixando resvalar no precipício de algumas doutrinas muito liberais.

A estratégia definida para o setor celulósico, neste findar da década de 1950, era objetiva e transparente face aos objetivos de apoiar a indústria. Estávamos nas vésperas

¹⁸⁰ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 46S1, 1958.10.08, p. 1008-(20).

da explosão de pedidos de instalação de fábricas de celulose e papel na década de 1960, como pudemos constatar no primeiro capítulo.

A par de Ferreira Dias Júnior que vislumbra um futuro promissor para a expansão das arborizações tendo como base a espécie eucalipto, o Deputado André Navarro partilhara da mesma opinião, proferindo um discurso na Sessões da Assembleia Nacional – dois meses após a emissão do parecer referido anteriormente – “o eucalipto constituirá, como, de resto, o prevê há anos, a principal espécie produtora de celulose, matéria-prima em que seremos, em curto espaço de tempo, um dos maiores produtores europeus¹⁸¹”.

Para André Navarro, entre as espécies introduzidas nos povoamentos florestais do País, e que o “variado do clima permitiu adaptar a várias regiões é de destacar, pelo seu excecional valor, o eucalipto, ou, melhor, as inúmeras espécies do género eucaliptos, já hoje largamente divulgadas em territórios da metrópole e do ultramar¹⁸²” considerando esta espécie como de “excecional valia, pelo seu valor industrial, como está demonstrado pela nossa indústria de pasta de papel. É atualmente a espécie mais destacada e valiosa¹⁸³”.

Voltando ainda ao final da década de 1950, verificamos a consulta ao órgão corporativo, nos termos da Lei nº2069¹⁸⁴, através do Parecer n.º 8/VII – acerca do Plano de arborização das bacias hidrográficas das ribeiras Terres e Cobres, onde consta:

foram estabelecidos viveiros que se aprontam para fornecer as plantas necessárias para as novas plantações. Nesses viveiros multiplicam-se as espécies que melhores provas vão dando, e deve destacar-se como assumindo enorme importância o que se tem reunido no que respeita ao eucalipto, choupo e outras espécies ripícolas, destinadas a facultarem rendimentos imediatos e a assumirem fundamental função na compartimentação da paisagem e na defesa contra os ventos.¹⁸⁵

¹⁸¹ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 140, 1958.12.15, p. 198.

¹⁸² Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 158, 1960.03.24, p. 500.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 501.

¹⁸⁴ No terceiro capítulo descrevemos em que consiste o diploma.

¹⁸⁵ Diário das Sessões – *Actas da Câmara Corporativa*, nº 43, 1959.02.12, p. 575.

Já nos inícios da década de 1960 e no fim da VII Legislatura, o Deputado Franco Falcão utilizou o direito a pronunciar-se na tribuna, para questionar se “para regar eucaliptos valeria a pena investir volumosos capitais¹⁸⁶”.

O debate com o assunto eucalipto, voltaria em 1963 à Assembleia Nacional pela voz do Deputado Nunes Fernandes, que numa breve intervenção referiu que considerava justificada a desorientação dos proprietários junto à margem do Rio Lis, dado que, no entender do Deputado:

Desorientação que se traduz em fazer culturas florestais por vezes absolutamente contraindicadas numa obra de regadio, como é o caso do cultivo de eucaliptos; desorientação que provoca uma diminuição geral das rendas e do consequente valor das terras; desânimo que leva ao abandono do cultivo, ao despovoamento dos campos pelo desinteresse pela terra, o que, no caso do Lis, tem maior agudeza, manifestada pelo crescente êxodo das populações rurais em resultado da forte atracção exercida pelas actividades secundária e terciária com melhores níveis de rendimento do que a agricultura.¹⁸⁷

No ano seguinte, em 1964, numa aturada e longa intervenção, o Deputado Reis Faria afirmara que existiriam extensas manchas de eucalipto, sendo possível avistar com facilidade na Região Norte entre os pinhais existentes e em larga escala¹⁸⁸.

Segundo Reis Faria, a principal contribuição para o aumento exponencial do eucalipto partira dos particulares, considerando inclusive insuficiente a ação de arborização pela mão do Estado:

É certo que os serviços florestais têm continuado a realizar magnífico esforço de florestação, mas num nível visivelmente insuficiente para as necessidades do País, e o particular, por sua vez, com o engodo pelo rápido crescimento do eucalipto, tem plantado enormes áreas, que muito tem ajudado em lenhas, esteios, pasta para papel [...] ¹⁸⁹

¹⁸⁶ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 201, 1961.02.21, p. 459.

¹⁸⁷ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 71, 1963.01.16, p. 1184.

¹⁸⁸ Cf. Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 134, 1964.02.25, p. 3366.

¹⁸⁹ *Ibidem*.

Na fase final da VII Legislatura, são referidos os planos de arborização da bacia hidrográfica do rio Mira¹⁹⁰, assim como, das bacias das ribeiras de Chança e Limas¹⁹¹, com a plantação de eucaliptos de 3 625,1 ha e 33 440 ha respetivamente.

A VIII Legislatura, balizada entre os anos de 1961-1965, começara praticamente com o Projeto de Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967, apresentado na Câmara Corporativa, que conta em anexo do projeto com um relatório da execução do II Plano de Fomento nos primeiros quatro anos de vigência (1959-1962).

Neste documento, é nos facultada o estado da indústria celulósica neste período:

A indústria de fabricação de «Pastas para papel» registou forte incremento após a constituição da Companhia Portuguesa de Celulose. Nos últimos dois anos, como consequência, em parte, do desenvolvimento florestal do País, surgiu uma série de pedidos de instalação de fábricas, modificando-se substancialmente o panorama do sector. As unidades em laboração dispunham em 1963 de uma capacidade de produção da ordem das 123 000 t – das quais 5000 t de pasta mecânica – total este a aumentar em 1964 com a entrada em laboração de uma nova unidade (Socel), da qual se espera uma produção inicial de 60 000 t anuais, com passagem, no segundo ano, para 70 000 t e, posteriormente, para 100 000 t. Mais recentemente, a Companhia Portuguesa de Celulose decidiu alargar a sua capacidade de produção para 150 000 t por ano e instalar uma secção de produção de pastas semi-químicas, com a capacidade de 225 000 t por ano, estando a preparar, também, a ampliação da instalação de pasta mecânica, de forma a duplicar a sua produção. O aumento resultante de todas estas realizações será da ordem das 117 500 t.¹⁹²

O Projeto, contemplava ainda, uma descrição pormenorizada do estado da Indústria do Papel, como podemos verificar:

Passando à indústria do «Papel», verifica-se que a produção nacional foi, nos anos limites de 1953 e 1962, respetivamente da 39 899 t e 111 385 t, isto é, um aumento de produção de 179 por cento. De registar o incremento particularmente sensível operado no período 1954-1956, em grande parte devido à atividade da Companhia Portuguesa de Celulose, e no ano de 1960, em que os acréscimos foram da ordem dos 20 por cento.¹⁹³

¹⁹⁰ Diário das Sessões – *Actas da Câmara Corporativa*, nº 74, 1959.11.21, p. 795.

¹⁹¹ Diário das Sessões – *Actas da Câmara Corporativa*, nº 138, 1961.07.01, p. 1509.

¹⁹² Diário das Sessões – *Actas da Câmara Corporativa*, nº 65, 1964.10.01, p. 629.

¹⁹³ Cf. *Ibidem*.

Nesta VIII Legislatura, as primeiras referências sobre o eucalipto no debate político, surgem pela intervenção do Deputado Abranches de Soveral, na qual identifica as maiores reservas face à florestação das terras da Beira, considerando como uma “discutível orientação puramente económica¹⁹⁴” e identificando o “vácuo humano” como o principal problema para a sobrevivência da agricultura¹⁹⁵.

Sob parecer da comissão encarregada de apreciar as contas pública, para as Contas Gerais do Estado em 1963, apresentam-se dados da arborização efetuada em todas as propriedades sob a administração dos serviços florestais, com um significativo aumento da área arborizada em fins de 1963 de cerca de 230 113 ha, face aos 130 000 ha que se haviam arborizado desde 1938 até 1957¹⁹⁶.

Neste parecer, que teve José Dias de Araújo Correia como relator, afirma-se que o Estado não deveria aconselhar a arborização massiva de terrenos com eucaliptos e pinheiros, considerando estas como as essências florestais que melhor se adaptam à exploração económica, contudo, seria necessário enquadrar a produção e arborização com um plano industrial que absorvesse os produtos¹⁹⁷.

Com a IX Legislatura já em curso (iniciara nos anos de 1965 e decorrera até 1969), e na apresentação de um parecer da mesma comissão – agora acerca das Contas Gerais do Estado de 1964 – referiu-se que a “área povoada parece ter aumentado muito no último caso¹⁹⁸”, sendo a “distribuição de plantas (eucaliptos em especial) e de sementes de pinheiro interessa já hoje a grande número de proprietários¹⁹⁹”.

Pensamos assim que, a utilização da matéria-prima do eucalipto como essência florestal ficara praticamente consolidada e destacada, pois trazia uma taxa de rentabilidade elevada aos proprietários face às outras essências, sendo especialmente acolhida pelos demais nos processos de plantação e replantação.

¹⁹⁴ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 135, 1964.02.26, p. 3391.

¹⁹⁵ Cf. *Ibidem*.

¹⁹⁶ Cf. Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 184S1, 1965.03.05, p. 129.

¹⁹⁷ Cf. *Ibidem*, p. 130.

¹⁹⁸ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 33S1, 1966.03.16, p. 122.

¹⁹⁹ *Ibidem*.

Numa intervenção do Deputado Pinto de Mesquita, acerca do estado da silvicultura nacional, ficava bem notório o que representava para este Deputado, o incremento dado ao eucalipto nos processos de arborização: “plantação de eucaliptos [...] desde 1930 subiu da ordem dos 23 500 ha para a dos quase 250 000 ha, em 1964. Isto sobretudo desde a execução do Plano de Fomento²⁰⁰”.

No entender do Deputado André Navarro, que já fizera largos elogios ao eucalipto em intervenções anteriores, o *E. globulus* demonstrara o excecional valor como matéria-prima para a celulose, e, por conseguinte, de relevante interesse para a economia nacional. No entanto, para o cumprimento deste desígnio, tinha-se de ter presente o grave problema da “indiscriminada extensificação da cultura²⁰¹” em algumas regiões implicava no consumo da matéria-prima, aconselhando a estudar ao pormenor a resolução com um aumento do repovoamento florestal.

Ainda no decorrer da IX Legislatura, em Sessão Extraordinária, no rescaldo da avaliação do Plano Intercalar de Fomento, foi apresentado o projeto de proposta de lei n.º 4/IX, que se destinava a definir as bases em que o Governo deveria organizar e promover a execução do III Plano de Fomento, para os anos de 1968-1973.

Neste documento, verifica-se a importação de produtos concorrentes no período de 1962-1964, nos quais se incluem a pasta para papel, o papel de impressão compreendendo de jornais, o papel kraft e outros papéis, cartolinas e cartões, e, ainda, artigos de papel e gráficos. Em contos estes artigos somados desde 1962 a 1964, representaram 180 120 contos e 303 909 contos respetivamente.

A necessidade por matérias-primas a preços baixos, quer em quantidade quer em qualidade, implicara a procura dos produtos no exterior – aumentando consideravelmente as importações – em especial a nível de preço internacional.

Nesta conjunção, propunha-se como objetivos e orientações básicas, a produção de pasta para o fabrico de papel vocacionada para a exportação, apesar do

²⁰⁰ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 39, 1966.03.23, p. 718.

²⁰¹ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 77, 1967.03.07, p. 1379.

crescimento significativo no mercado interno pelos produtos. Já se vislumbrava que a “expansão da indústria das pastas conduzirá necessariamente ao incremento da indústria do papel orientado para a exportação pela integração das unidades destas duas atividades²⁰²”, fazendo com que a produção de certos artigos de papel, intensificasse o respetivo desenvolvimento da atividade produtiva.

Identificava-se simultaneamente que, a evolução das indústrias da pasta e do papel, passaria pela florestação do país e a produção de produtos químicos, consideradas fundamentais para o setor, assim como a questão do preço e a quantidade e qualidade das matérias-primas disponíveis, no mercado nacional²⁰³.

Será ainda no decorrer desta nona legislatura, no entender do Deputado Augusto Simões, que a cartelização do setor ficara bem evidente, ao proferir que “a despeito de ter aumentado muito o consumo desta última espécie de madeiras, que é a matéria-prima de poderosas organizações produtoras de celulose e de aglomerados, nem por isso os respetivos preços aumentaram na razão direta dessa procura²⁰⁴”, atribuindo a estas organizações a criação de outros organismos satélites, incumbidos pelo fornecimento particular das matérias-primas, e nessa união “submetem-nos à lei dos seus exclusivos interesses, baixando os preços das madeiras como muito bem lhes apraz, certas de que só elas as poderão comprar²⁰⁵”.

Para o Deputado Augusto Simões, a considerável área territorial povoada especialmente pelo pinheiro-bravo e eucalipto ainda não se encontrava devidamente arborizada, assim como as “grandes extensões baldias existentes no País”, o que levava a estabelecer para o III Plano de Fomento um projeto de arborização de 309 000 ha, num investimento que rondaria os 1 130 000 contos²⁰⁶. Não obstante, no dia seguinte, o mesmo Deputado alertara para o facto de que estava a proceder-se “ao arranque maciço do bom olivedo, para dar lugar à plantação do eucalipto, tido como a árvore do

²⁰² Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 88S1, 1967.11.07, p. 230.

²⁰³ Cf. *Ibidem*.

²⁰⁴ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 110, 1967.12.12, p. 2094.

²⁰⁵ *Ibidem*.

²⁰⁶ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 143, 1968.03.05, p. 2622.

futuro, a despeito dos ventos da ganância dos intermediários das fábricas de celulose²⁰⁷”.

Em 1969, através de novo parecer da comissão encarregada de apreciar as contas públicas das contas gerais do Estado de 1967, ficara bem patente a necessidade de “intensificar a arborização de terrenos particulares, em especial nas zonas alcantiladas do maciço central do País, nas bacias do Mondego e do Tejo²⁰⁸”, num contexto de redução da arborização nos anos anteriores, no entanto caminhando para os 300 000 ha, próximo da área total dos baldios²⁰⁹.

No entender do Deputado Sebastião Abres, Portugal estaria condenado a dispor de 4 a 5 milhões de hectares de floresta, pelo que a aposta do País deveria passar por produtos finais de alto valor acrescentado, em detrimento dos produtos semiacabados, com principal enfoque para a produção de papéis, cartões, cartolinas embalagens ao invés da pasta para papel²¹⁰.

Em outra Sessão, agora pela palavra do Deputado Pais Ribeiro, a maioria das fábricas de celulose trabalhavam na época quase exclusivamente com a matéria-prima do eucalipto, com expressiva presença no território do Vale do Tâmega, que segundo elementos recolhidos pelo Deputado, atingira em 1966, os 118 241 ha em função do fomento dado pelo Estado a particulares, e ainda referindo-se especificamente a Mondim de Basto, o tribuno questionara se não seria oportuno dotar a região de um complexo industrial que a favorecesse²¹¹.

Já em plena X Legislatura, que iniciou em 1969 com término em 1973, sobre a MADEIPER, a Organização Central de Abastecimento de Madeiras (referida no primeiro capítulo), o Deputado Pinho Brandão, insurgiu-se contra a organização que designara de monopólio – pois tinha como objetivo a aquisição das madeiras de pinho e eucalipto destinadas às empresas de celulose num contexto de condicionamento de exportação

²⁰⁷ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 144, 1968.03.06, p. 2635.

²⁰⁸ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 172S1, 1969.02.05, p. 124

²⁰⁹ Cf. *Ibidem*.

²¹⁰ Cf. Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 185, 1969.02.28, p. 3320.

²¹¹ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 197, 1969.03.20, p. 3617.

de madeiras desde a lei do condicionamento industrial – e que no entender do Deputado prejudicaria gravemente o setor agrícola²¹².

Na mesma Sessão, o deputado Camilo de Mendonça apoiou as razões de Pinho Brandão, referindo que a postura das celulosas era “contrária aos princípios constitucionais e que está inclusa na Lei de 1936 das coligações económicas²¹³”, esperando que por esse motivo o Governo intercedesse no sentido de repor a situação.

Ambos os deputados acima referidos juntamente com o Deputado Moura Ramos em futuras Sessões, voltaram a criticar a constituição da organização, no entanto, abstiveram-se de criticar a ação do Governo com o beneplácito dado à formação da MADEIPER, elogiando inclusive o papel do executivo no despacho ministerial proferido a 17 de Março de 1970 que estabelecia um preço fixo de 252\$52 st para o eucalipto, solução que não agradara a Corporação da Lavoura, pois não incluía a possibilidade de exportar os produtos²¹⁴.

Em 1971, é elaborado o relatório referente às contas gerais do Estado de 1969, onde consta que se “arborizem rapidamente as extensas zonas próprias para florestarão e se transforme a matéria lenhosa em pastas que têm fácil e rendoso mercado no exterior²¹⁵”, sendo ainda feita referência a que “uma parte dos olivais está a ser destruído ou arrancado para plantação de eucaliptos. Os olivais com falta de mão-de-obra e seu custo e preço pouco compensador do azeite não têm viabilidade económica²¹⁶”.

No ano em que terminava a X e penúltima Legislatura do Estado Novo, contamos com uma longa, pormenorizada e aturada intervenção do Deputado Coelho Jordão, baseada sobretudo na exposição da evolução da produção de celulose em Portugal, nos anos entre os anos de 1966-1970.

²¹² Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 12, 1970.01.20, p. 206.

²¹³ *Ibidem*.

²¹⁴ Cf. Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 32, 1970.04.09, p. 619.

²¹⁵ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 89S1, 1971.04.14, p. 105.

²¹⁶ *Ibidem*, p. 106.

Foi nesta década, como afirmamos anteriormente, em que se assistiu a um crescimento rápido de novos pedidos de instalação de fábricas de celulose e papel, contabilizando no período do Estado Novo, 60% do total de referências ao tema que dissertamos, que inclui o período balizado entre o final da sétima legislatura e boa parte da décima²¹⁷.

A intervenção de Coelho Jordão partiu precisamente da exposição dessa evolução do setor celulósico nos cinco anos referidos, apresentando o seguinte panorama:

Tabela 5- Evolução da produção de celulose

<i>Ano</i>	<i>toneladas a)</i>	<i>Valor bruto de produção b)</i>
1966	188	643
1967	233	798
1968	310	1039
1969	391	1589
1970	443	1905

Fonte: Cf. Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 93, 1971.04.28, p. 1840.; legenda: a) milhares de toneladas; b) milhares de contos;

A estes valores de produção, especificamente ao valor bruto de 1 905 000 de contos, em 1970, Coelho Jordão afirmou que a este correspondeu um valor acrescentado que rondaria praticamente os 50%, tendo a expansão da indústria da pasta de eucalipto verificado um aumento da ordem dos 24% entre os anos de 1964-1970²¹⁸.

Com este crescimento do setor digno de nota, o tribuno augurava um decréscimo para a ordem dos 15% no período de 1971-1978, o que implicava uma produção de pasta para papel anual em 1973, na casa das 575 000 t, concluindo que se estaria a desinvestir

²¹⁷ Para a VII, VIII, IX e X Legislaturas, contabilizaram-se um total de registos com a palavra-chave de 18%, 16%, 14%,12%, respetivamente. Para mais informações, consultar quadro na parte de Anexos, que contém a Estatística dos Debates Parlamentares para cada período.

²¹⁸ Cf. Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 93, 1971.04.28, p. 1840.

na floresta de eucalipto, o que implicaria uma mitigação na produção, e, consequentemente, na quantidade de produtos.

As potencialidades ecológicas para o pensamento da época, como afirmou o Deputado Leal de Oliveira numa intervenção direcionada inteiramente para o Ministro da Economia Manuel Cotta Dias (que substitui o antecessor na pasta João Dias Rosas, responsável pela liberalização e uma economia voltada para a internacionalização), e com base em discursos públicos que o governante professara, passavam pelo desenvolvimento económico do setor florestal, através da “necessidade urgente e ingente da reconversão agrária, nomeadamente em cerca de 2 milhões e meio de hectares suscetíveis de arborização²¹⁹”.

Na continuidade de sublinhar as ideias chaves do Ministro da Economia, no que concerne ao projeto de desenvolvimento do setor que o governante conferia em intervenções públicas, Leal de Oliveira conta que Manuel Cotta Dias “é muito favorável a conjuntura para as exportações de produtos florestais e dos seus derivados, não só devido <às aptidões naturais do nosso país para a produção florestal>, mas também proporcionada pelos recentes acordos com a C. E. E²²⁰.”

Assim, este postulado das “aptidões naturais” do país, seria segundo as palavras de Nicole Devy-Vareta, “formulado em relação às prospetivas economicistas de uma produção florestal intensiva²²¹”, alterando assim o precedente consenso das aptidões naturais de Portugal para a agricultura, defendida pelos poderes dos grandes agrários e que perdurara até à década de 1930 com o reconhecimento dos baldios.

Por exemplo, Manuel Cotta Dias defendera a reconversão e arborização das zonas montanhosas algarvias, onde em estudo elaborado à época se detetaram cerca

²¹⁹ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 214, 1973.01.23, p. 4258.

²²⁰ *Ibidem*.

²²¹ DEVY-VARETA, Nicole – *A Floresta no espaço e no tempo em Portugal: A arborização da Serra da Cabreira (1919-1975)*. Tese de Doutoramento. Porto: FLUP, 1993, p. 61. A autora refere ainda na sua obra que “o lema das políticas mais recentes, baseado nas aptidões naturais de Portugal, isto é, na vocação florestal do país, teria uma longa história, de que apenas se conhecem fragmentos dispersos no tempo e no espaço. Nas fontes consultadas, algumas indiretamente ligadas à questão florestal, encontram-se abundantes referências sobre os recursos naturais, a desarborização e as tentativas bem ou malsucedidas de florestação.” *Ibidem*, p. 4.

de “100 000 ha de terrenos degradados suscetíveis de arborização com base em essências de rápido crescimento - eucaliptos e pinheiros²²²”.

Com a XI Legislatura em curso, o Deputado Henrique Lacerda – após ter feito largos elogios ao IV Plano de Fomento –, alertava para o crescimento desmesurado das manchas florestais nos concelhos a norte de Leiria, implicando o desaparecimento de “pequenas, mas produtivas manchas agrícolas²²³”, como toda essa zona “a crescer a esmo, indisciplinadamente, e a arder ingloriamente²²⁴”.

O tribuno apelava, no entanto, para onde a produção e industrialização de certos bens de consumo e exportação fosse favorável, deveriam ser “encarados com marcado entusiasmo no âmbito do Plano²²⁵” de forma a retirar o melhor aproveitamento das potencialidades regionais. Neste sentido, a procura por potencializar o que referimos, não poderia passar, por exemplo, pela “criação de uma indústria de transformação de madeira em pasta celulósica, pois bem sabemos hoje da impossibilidade da sua instalação no vale do Zêzere, já que não ignoramos como os efluentes residuais de semelhante unidade industrial iriam poluir as águas do rio²²⁶” cujo aproveitamento estava previsto para o reforço de abastecimento de água potável à região da grande Lisboa.

Esta XI Legislatura – entre os anos de 1973-1974 – e última do Estado Novo, contou ainda com intervenções com ligação ao nosso tema dos Deputados: Leal de Oliveira, com especial enfoque do seu discurso na discussão do IV Plano de Fomento sobre a arborização da serra do Algarve que beneficiara cerca de 32 200 ha de florestação baseadas em eucaliptos, pinheiros e sobreiros²²⁷; de Fausto Montenegro, que deu ênfase a garantias de recompensa satisfatória aos agricultores, por estes terem sempre correspondido às solicitações e valorização das culturas, num momento que para o tribuno as plantações de pinho e eucalipto já não se conjeturavam como

²²² Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 214, 1973.01.23, p. 4258.

²²³ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 8, 1973.12.05, p. 110.

²²⁴ *Ibidem*.

²²⁵ *Ibidem*.

²²⁶ *Ibidem*.

²²⁷ Cf. Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 11, 1973.12.11, p. 212.

atrativas²²⁸; de Castro Saraiva, que considerava que o Governo com o IV Plano de Fomento daria continuidade a um programa extremamente ambicioso para o sector florestal, “prevendo a arborização de 60 000 ha anualmente, [...] dos quais 10 000 ha seriam efetuados em baldios submetidos ao regime florestal através da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas e 50 000 ha em propriedades florestais, pela ação a desenvolver pelo Fundo de Fomento Florestal²²⁹”.

A última intervenção, praticamente a um mês da queda do regime ditatorial que vigorou quarenta e oito longos anos – quarenta e um desde a aprovação da Constituição de 1933 –, ficara a cargo do Deputado Dias das Neves, na qual questionara a decisão de permitir a exportação de madeira provocando no entender do tribuno, uma alta de preços “porventura insuportáveis para a indústria de celulose nacional²³⁰”, e simultaneamente afirmara que “tendo em conta as autorizações de fabricação de pastas concedidas ultimamente, toda a produção de madeira, 1 600 000 st, está a ser consumida pela indústria de celulose e sê-lo-á igualmente até 1985” segundo dados estatísticos fornecidos pela Secção de Celulose e Aglomerados de Madeira da Associação Industrial Portuguesa de Dezembro de 1973.

2.3. 3ª República

2.3.1. Assembleia Constituinte e Assembleia da República

Logo no ano de 1975, o Deputado Kalidás Barreto, eleito à Assembleia Constituinte pelo Partido Socialista (PS), focou a sua intervenção na exposição das comissões de aldeia que formaram piquetes diários de vigilância e prevenção contra incêndios, com o apoio da Direcção-Geral dos Recursos Florestais e dos Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pêra.

²²⁸ Cf. Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 13, 1973.12.13, p. 288.

²²⁹ *Ibidem.*, p. 301.

²³⁰ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº 45, 1974.03.21, p. 892.

No entender do tribuno o concelho de Castanheira de Pêra juntamente com os concelhos limítrofes do norte do distrito de Leiria, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, constituíam a mais “densa mancha florestal do País ligada, como está, às zonas dos distritos circunvizinhos de Castelo Branco e Coimbra²³¹”, sendo a exploração da florestação baseada em pinheiros e eucaliptos, considerava um dos “principais sustentáculos económicos²³²”, devendo serem tomadas “medidas urgentes para o aproveitamento das suas potencialidades²³³” caso contrário a população consideraria os governantes como “autênticos sabotadores da economia nacional²³⁴”.

Em Sessão na Assembleia Constituinte foi apresentado um requerimento por parte do Deputado José Maria Mendes Godinho, da Grupo Parlamentar do PS, solicitando informações dirigidas ao Ministério da Indústria, acerca da interrupção dos trabalhos em agosto de 1975, na Celulose do Tejo em Vila Velha de Rodão, obtendo resposta por parte do Ministério da Economia – Secretaria de Estado da Indústria, mais especificamente do Gabinete do Secretário de Estado, referindo este departamento que a Celtejo era administrada por uma comissão administrativa homologada pelo decreto que nacionaliza as empresas do setor²³⁵, e que segundo o Gabinete, o requerimento continha graves dúvidas acerca do processo, pelo que foi exposto numa resposta persistente e dilatada, as explicações e esclarecimentos que contaram com a participação da Celulose do Tejo, S. A. R. L., a Direção-Geral do Comércio Externo, e o Instituto dos Produtos Florestais²³⁶.

Findo este curto e breve período de funcionamento da Assembleia Constituinte, o debate político continuaria a se desenrolar em um dos dois órgãos de soberania democraticamente eleitos, por sufrágio universal, e previstos na Constituição,

²³¹ Diário das Sessões – *Assembleia Constituinte*, nº 36, 1975.08.23, p. 970.

²³² *Ibidem*.

²³³ *Ibidem*.

²³⁴ *Ibidem*.

²³⁵ Ver terceiro capítulo para mais informações acerca da legislação.

²³⁶ Cf. Diário das Sessões – *Assembleia Constituinte*, nº 132S1, 1976.04.03, p. 48.

especificamente no órgão legislativo do Estado Português que é a Assembleia da República²³⁷.

Logo na I Legislatura, balizada entre os anos de 1976-1980, com novos (e antigos) deputados eleitos para o Parlamento, assistiu-se a uma mudança revolucionária, tanto na forma como no conteúdo, das intervenções dos tribunos, ao invés do período antecedente onde não se verificou no que concerne à temática que dissertamos, uma multiplicidade de opiniões, muito menos de críticas à ação do executivo.

Com intervenções de dois deputados, nomeadamente de do Deputado Alberto Andrade (PS), e do Deputado Acácio Barreiros da União Democrática Popular (UDP), na Sessão de 6 de maio de 1977, afirmou-se respetivamente que, em Cacia sublevaram-se 500 habitantes contra o fascismo, e que o povo português “acusa os monopólios nacionais e estrangeiros, entre outras coisas: de ligações de grandes empresas à Legião e à Pide (por exemplo, Miguel Quina, Sacor, etc.), de serem os principais impulsionadores da guerra colonial para proteger os seus interesses nas colónias” e de “terem invadido terras boas e baldios com eucaliptos para fábricas de celulose ou para instalação de fábricas²³⁸”.

No decorrer desta legislatura, em Sessão de julho do mesmo ano, o Deputado Victor Louro do Partido Comunista Português (PCP), afirmou que o Fundo de Fomento Florestal arborizou, nos seus 10 anos de existência, sob o fascismo, cerca de 40 000 ha com eucaliptos, alertando para os “efeitos perniciosos que essas arborizações tiveram, nomeadamente as eucaliptizações, no quadro social do nosso Alentejo²³⁹”, colocando a questão se achariam producente “que o Governo Socialista agora premeie aqueles que foram responsáveis pela emigração de milhares e milhares de trabalhadores alentejanos?²⁴⁰”.

²³⁷ O outro órgão de soberania eleito e previsto no diploma da lei máxima portuguesa, é o Presidente da República. Os outros órgãos de soberania tal como definidos na Constituição são o Governo e os Tribunais.

²³⁸ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 105, 1977.05.06, p. 3554.

²³⁹ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 134, 1977.07.22, p. 4789.

²⁴⁰ *Ibidem*.

No seguimento do debate político em torno dos Decretos-Leis n.ºs 439-D, que regulava o corte de árvores e o Decreto-Lei n.º 439-E/77, acerca do ordenamento de grandes manchas florestais, ambos de 1977, o Deputado Mendes Godinho interveio referindo que nos anos anteriores ao momento em que discursava, a floresta do eucalipto tinha vindo a “substituir a floresta do pinho indiscriminadamente²⁴¹”, conquanto “aqui e ali se tenha posto o eucalipto, principalmente quando foi plantado pelos serviços florestais em zonas onde não havia qualquer floresta, grandes áreas onde hoje se encontra o eucalipto eram há alguns anos pinhal²⁴²”.

No entender de Mendes Godinho:

Esta substituição do pinho pelo eucalipto representará a miséria para milhares de trabalhadores da indústria da madeira e da resina e a falência de muitas dezenas, se não centenas, de empresários, além de se tornar também altamente prejudicial para os agricultores, pois, como todos sabem, o eucalipto plantado em largas zonas consecutivas tem influências nefastas na agricultura dessas áreas, por proceder à secagem dos confinantes, e no ambiente tem efeitos nefastos em relação à fauna e à flora silvestre.

A mudança da floresta de pinho para eucalipto prejudicará no futuro políticas de melhoramento de qualidade de vida dos portugueses idênticas às que hoje já se aplicam na utilização da floresta na Europa. Esta substituição indiscriminada é suicida para os agricultores, os industriais, os trabalhadores, isto é, para o povo português.²⁴³

Numa frontal e aguerrida intervenção política contra a bancada do maior partido da oposição, o Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD), o Deputado do PS, acusava este partido de:

Para o PPD, a substituição indiscriminada e anárquica do pinhal pelo eucalipto é um ato aceitável! desde que sirva para atacar uma lei do Governo; é um ato bom para aproveitar politicamente, embora isso traga a miséria dos trabalhadores, embora isso seja fonte de degradação das propriedades agrícolas, embora isso seja uma fonte de dificuldades para os empresários que trabalham o pinho.²⁴⁴

²⁴¹ Diário das Sessões – Assembleia da República, nº 49, 1978.03.10, p. 1780.

²⁴² *Ibidem.*, p. 1780-1781.

²⁴³ *Ibidem.*

²⁴⁴ *Ibidem.*

Em resposta a Mendes Godinho, o Deputado Vítor Hugo dos Santos do PPD/PSD, afirmara que não fazia a defesa da substituição do pinho pelo eucalipto, procurando identificar quais eram no seu entender os problemas de gestão da floresta feita sob a tutela do Estado²⁴⁵.

Na senda do debate aberto sobre os dois diplomas anteriormente referidos, em Sessão posterior no mês de maio do mesmo ano, o Deputado Vítor Louro do PCP, interveio afirmando o seguinte sobre principalmente o segundo diploma (Decreto-Lei n.º 439-E/77): “há forças reacionárias que o têm contestado na base de que ele ataca a propriedade privada. Nada disso: ele deve constituir tão-só um meio de estipular regras mínimas de condução e exploração da floresta, por forma a preservar os recursos nas áreas florestais com mais interesse²⁴⁶”.

No final da década de 1970, mais precisamente em 1979, existiu uma votação na generalidade da ratificação n.º 91/I, referente ao Decreto-Lei n.º 234/79, de 24 de Julho, que altera o Decreto-Lei n.º 554-A/76, de 16 de Julho, sobre produção de pasta celulósica, a qual foi rejeitada a ratificação do Decreto-Lei, seguindo-se declarações de voto dos Deputados Carlos Carvalhas (PCP), António Guterres (PS) e Ângelo Correia (PSD).

Para o Deputado do PSD, não existia “dimensão nacional em termos de florestas, isto é, de matéria-prima, de eucalipto [...], e não há dimensão no País, a não ser que se utilize intensamente a floresta portuguesa e em seis anos o País ficaria «careca», ficaria sem capacidade de existência de matéria-prima²⁴⁷”.

Em resposta a Ângelo Correia (PSD), Carlos Carvalhas (PCP) refutou as alegações deste, questionando diretamente, se estava tão preocupado em que o “país ficasse «careca», por que razão é que não toma qualquer medida em relação à exportação liberalizada, para Espanha, do pinho e do eucalipto?²⁴⁸”, afirmando serem irrelevantes

²⁴⁵ *Ibidem*, p. 1782.

²⁴⁶ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 78, 1978.05.24, p. 2832.

²⁴⁷ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 92, 1979.07.28, p. 3509.

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 3510.

as questões suscitadas pelo deputado do PSD, pois a alienação dos bens nacionais e do setor público, decorria normalmente no entender do deputado do PCP.

No início dos anos 80 do séc. XX, a Sessão²⁴⁹ decorreria de forma convergente, com intervenções da parte dos Deputados de diversos quadrantes ideológicos e políticos, como Gomes Fernandes (PS), Luís Coimbra (PPM), Carlos Brito (PCP), e Pereira de Melo (CDS), concordantes com as questões ambientais e da problemática das celulosas, relativamente à poluição provocada no Rio Caima, pela fábrica de papel homônima.

Em outra Sessão, o mesmo Deputado Luís Coimbra do PPM, alertou para os problemas do centro fabril de Cacia no Baixo Vouga, nomeadamente os problemas abrangentes da poluição resultantes da atividade da indústria de celulose, que no seu entender, estava relacionada com “uma política errada, prosseguida há dezenas de anos, ou seja, a plantação extrema de eucaliptos, com toda uma política florestal errada, altamente lesiva dos interesses nacionais e que tem um impacto negativo se pesarmos todos os fatores que entram no ciclo produtivo da celulose e correlativos²⁵⁰”.

Na mesma Sessão, o Deputado Vital Moreira, na época pertencente ao grupo parlamentar do PCP, procurou expor a dificuldade do convívio entre uma fábrica de celulose e as populações contíguas, tal como no entender do Deputado patenteada na realidade do centro fabril de Cacia, com instalação junto a uma zona altamente povoada e de terrenos férteis. Fosse da poluição aquática da fábrica, pela quantidade de água que a mesma exigia, como pela densidade dos elementos poluentes transportados por esgoto, originava um problema geral na fauna e na flora²⁵¹.

O Deputado Gomes Fernandes do PS, especificara a sua crítica à empresa Caima Pulp, afirmando que esta “esta empresa produz uma poluição equivalente àquela que produziriam dez celulosas modernas. Se esta empresa continuar a funcionar nos

²⁴⁹ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 92, 1980.02.16, p. 649-650.

²⁵⁰ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 19, 1980.02.23, p. 703.

²⁵¹ *Ibidem*.

mesmos termos em que está a funcionar, não adianta nada fazer o que quer que seja em Cacia, uma vez que o problema está agravado para nascente²⁵²”.

Ainda no decorrer da I Legislatura, surgira a discussão em torno da proposta de lei n.º 333/I, que autorizava o Governo a contrair um empréstimo junto do BIRD para um programa de florestação, até ao montante de 50 milhões de dólares (aprovada pelo PS, PSD, CDS e PPM), e um empréstimo de 10 milhões de dólares a conceder pelo Governo dos Estados Unidos da América para um programa de correção e fertilização do solo.

Para o PPM, este pedido de autorização legislativa que, permitiria ao Governo contrair um empréstimo até 50 milhões de dólares, destinava-se sobretudo para a florestação de uma área de 150 000 ha, ressaltando que o sentido da arborização de: “povoamentos extremos florestais, visando, exclusivamente, a obtenção de matéria-prima para a indústria de celulose, caminhamos também para a desertificação e contínua macrocefalia do País, para o abandono dos campos e aldeias e a concentração desmedida das pessoas nas principais cidades²⁵³.”

Já para o Deputado da bancada socialista, Gomes Fernandes, a ação de florestação pretendida deveria seguir no sentido de “não transformamos o País um grande plantio de eucaliptos²⁵⁴”.

Contrariando o deputado monárquico Luís Coimbra, o Deputado Victor Louro da bancada comunista atestou que o “PPM tenha votado às cegas²⁵⁵” pois o documento fornecido não continha parte essencial da informação necessária, especificamente sobre o “modelo de arborização de 150 000 ha à base de espécies de rápido crescimento, designadamente eucaliptos, em um terço da área do projeto, isto é, em 50 000 ha, e exploração em revoluções curtas²⁵⁶”.

²⁵² *Ibidem*.

²⁵³ Diário das Sessões – Assembleia da República, nº 72, 1980.06.28, p. 3513.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 3514.

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 3515.

²⁵⁶ *Ibidem*.

Dois deputados do grupo parlamentar socialista, António Campos e Mendes Godinho, especularam que o empréstimo ao abrigo do programa de correção e fertilização do solo, que perfazia 10 milhões de dólares, fosse diretamente destinado para a plantação de eucaliptos²⁵⁷.

Com o decorrer da II Legislatura, deu entrada na Assembleia a proposta de ratificação nº 68/II, do Decreto-Lei n.º 327/80, de 26 de Agosto, apresentado pelos Deputados do PPM, Luís Coimbra, Borges de Carvalho, Portugal da Silveira e António Moniz, que incluía: “2 — Nas áreas vítimas de incêndios onde a cultura predominante tivesse sido o pinhal fica proibida a sua reflorestação com eucaliptos²⁵⁸”.

Em outra Sessão, em declaração política, o Deputado Borges de Carvalho (PPM) referiu-se à questão dos baldios, historiando os antecedentes legislativos e tecendo considerações acerca da sua gestão. Igualmente em declaração política, o Deputado Armando Teixeira da Silva (PCP) aludiu às recentes lutas dos trabalhadores com o objetivo de defenderem os seus legítimos direitos e interesses²⁵⁹.

No ano de 1981, foi apresentado pelo Deputado Luís Coimbra e outros deputados do PPM, o projeto lei n.º 254/13, condicionamento da plantação de eucaliptos, que baixou à Comissão, e que no artigo 1º referia no primeiro número: “considera-se plantação extreme de eucalipto a plantação exclusiva de eucaliptos para a produção de madeira com fins industriais²⁶⁰”, somente podendo realizar-se plantações desta natureza nas áreas assinaladas em mapa anexo ao projeto lei, conforme consta do artigo 2º do diploma, ficando condicionadas plantações que excedessem os 200 ha ou os 5% da área de cada freguesia e terem de ficar envolvidas numa zona de proteção em todo o seu perímetro com, no mínimo, de 1 km de largura, conforme o disposto no artigo 3º, alíneas a), b), e d)²⁶¹.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 3521.

²⁵⁸ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 13, 1980.12.18, p. 239.

²⁵⁹ Cf. Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 51, 1981.04.10, p. 1940-1941.

²⁶⁰ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 94, 1981.07.10, p. 3142.

²⁶¹ Cf. *Ibidem*.

Por iniciativa do Deputado Azevedo Gomes do PS ainda no ano de 1981, o tema do eucalipto voltou ao debate político, desta vez com o tema dos incêndios na ordem do dia, tendo afirmado que a existência dos fogos florestais criam “as condições desejadas pelas indústrias de celulose consumidoras de lenho de eucalipto com vista ao cumprimento dos seus programas de instalação de eucaliptais em centenas de milhares de hectares nas faixas litoral e média das Regiões Centro e Norte²⁶²”, abrindo caminho “à criação de tais povoamentos industriais, destinados exclusivamente a produzir rolaria para as celulosas”. Estas palavras proferidas pelo deputado da bancada socialista, tiveram o apoio e declaração do Deputado Sousa Tavares da bancada social-democrata.

Em outra Sessão, também no ano de 1981, o Deputado Rogério Brito do PCP, criticou a autorização do Conselho de Ministros para a concessão de um empréstimo de 1,2 milhões de contos a conceder pelo Banco de Investimentos Europeu (BEI) às multinacionais CELBI e CAIMA, para a plantação de novas florestas de eucalipto, que contabilizavam os 16 800 ha, ao abrigo do Protocolo Financeiro assinado entre Portugal e a C.E.E.²⁶³.

Na Sessão imediatamente a seguir, as críticas que Rogério Brito tecera acerca da concessão de autorização para aproveitamento de uma linha de crédito aberta pelo BEI, levou a uma exposição do Deputado Luís Coimbra do PPM, na qual este último afirmou que no momento em que a delegação do Governo esteve em Bruxelas, reunida com a Comissão Parlamentar de Integração Europeia, o próprio tinha tomado a iniciativa de levantar a questão sobre a linha de financiamento junto do embaixador português.

Para Luís Coimbra, do Partido Popular Monárquico pertencente à coligação de três partidos políticos (PSD, CDS e PPM) à frente do executivo neste período, conhecida como AD, Aliança Democrática, as considerações que o deputado comunista tecera eram partilhadas pelo tribuno, pois afirmava que “temos que concordar na generalidade com o problema de que a florestação com base no eucalipto em Portugal é um

²⁶² Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 95, 1981.09.17, p. 4025.

²⁶³ Cf. Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 14, 1981.11.14, p. 446.

problema²⁶⁴”, no entanto, com os dispostos no diploma acima mencionado sobre o condicionamento à plantação de eucaliptos, a política de florestação teria em conta as questões suscitadas, e, simultaneamente, o parecer técnico da Direção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal. Não obstante, a referida Direção-Geral, daria um parecer técnico negativo ao projeto-lei da iniciativa dos deputados do PPM, o que significava para Luís Coimbra que: “o Estado Corporativo, é ainda a existência de serviços técnicos que julgam que são eles o Governo ou que são eles que têm competência para legislar em matérias que nada lhe dizem respeito²⁶⁵”.

Para Rogério de Brito da bancada comunista, não existia qualquer estranheza que o Governo solicitasse um parecer a uma Direção-Geral, a questão de fundo para o deputado, era saber como se “justifica nesta medida que o Governo depois, sem qualquer fundamento técnico, tenha autorizado o projeto?²⁶⁶”. Para o tribuno, a resposta estava nos interesses ocultos de alguns membros do executivo, afirmando que o: “atual Ministro dos Negócios Estrangeiros foi administrador da Celbi por parte dos capitais suecos; o Sr. Ministro, como saiu de administrador para exercer o seu cargo governamental continuou na administração através de um familiar direto, o seu filho²⁶⁷”.

A segunda legislatura prosseguia, tendo o assunto eucalipto contemplado as intervenções dos deputados, incluindo também, dos membros do executivo governativo, como o exemplo do Ministro de Estado e da Qualidade de Vida, Gonçalo Ribeiros Teles que pertencia ao PPM. Para o Ministro, o caso específico das matas da serra de Sintra, deveria passar pela substituição por uma mata de carvalhos, em detrimentos das “resinosas ou eucaliptos de rendimento económico para a serra de Sintra²⁶⁸”. Procurava assim, incrementar uma diferença substancial àquela que foi

²⁶⁴ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 15, 1981.11.18, p. 470.

²⁶⁵ *Ibidem*.

²⁶⁶ *Ibidem*, p. 471.

²⁶⁷ *Ibidem*.

²⁶⁸ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 15, 1981.11.20, p. 544.

aplicada nas zonas montanhosas algarvias, que considerava que não devia ser exemplo a repetir na costa oeste atlântica²⁶⁹.

Na Sessão nº 20 desta segunda legislatura, deu entrada de dois requerimentos apresentados pelos Deputados Miranda Calha do PS e do Deputado Joaquim Miranda do PCP, dirigidos aos Ministérios de Agricultura, Comércio e Pescas e de Estado e Qualidade de Vida. O do primeiro deputado dirigido ao Ministério de Agricultura, Comércio e Pescas, dizia respeito sobre os prejuízos que a sistemática plantação de eucaliptos vinha causando às populações de Albarrol, da freguesia de Amieira do Tejo, e Monte de Matos e Falagueira, da freguesia de São Matias, do concelho de Nisa²⁷⁰. Já o do deputado da bancada comunista, dirigido a ambos os Ministérios, referia-se sobre a preocupação das populações dos mesmos locais pertencentes ao concelho de Nisa, face à plantação indiscriminada, de eucaliptos nas áreas circundantes, tais como os efeitos gravosos que se verificaram nas captações de água que segundo deliberação unânime da Câmara Municipal de Nisa sobre o problema, punha em causa a própria sobrevivência das populações²⁷¹.

No primeiro trimestre do ano de 1982, contamos com dois requerimentos apresentados pelo Deputado Magalhães Mota do agrupamento de deputados Sociais-Democratas Independentes (ASDI)²⁷², sobre a plantação de eucaliptos no concelho de Abrantes, nos quais endereçava questões ao Governo solicitando resposta pelos motivos que levaram à plantação de eucaliptos no concelho de Penamacor pela Portucel, pois no entender de Magalhães Mota já se sabia que esta plantação diminuiria ainda mais as reservas de água no solo, e, ainda, se existia algum estudo antes da plantação se efetivar²⁷³.

²⁶⁹ Cf. *Ibidem*.

²⁷⁰ Cf. Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 20, 1981.11.27, p. 436.

²⁷¹ *Ibidem*, p. 439-440.

²⁷² A partir de julho de 1979, 32 deputados do PPD/PSD, abandonaram o partido e formaram o Agrupamento de deputados Sociais-Democratas Independentes (ASDI), de ideologia de esquerda, participariam nas eleições de 1980 em coligação com o PS e com a União de Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS), aliança que ficaria designada de Frente Republicana e Socialista (FRS).

²⁷³ Cf. Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 61, 1982.03.03, p. 1212.

A resposta surgiu dois meses depois por parte da Secretaria de Estado da Produção Agrícola, nomeadamente pelo Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Produção Agrícola, Magro Reis, referindo que não existia “qualquer legislação que impeça a plantação de eucaliptos a menos que se trate de plantações na vizinhança de terrenos ou culturas agrícolas²⁷⁴”, e – sobre a existência de algum estudo antes da plantação se concretizar –, que “a Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal não tem assim que fazer qualquer estudo prévio sobre a plantação de eucaliptos por quem quer que seja²⁷⁵”. Para Magro dos Reis, o próprio reconhecia que “seria de interesse a promulgação de uma lei/condicionante de plantação de eucaliptos pelas razões que o Sr. Deputado cita, mas, naturalmente por uma lei desta natureza envolver aspetos polémicos e de difícil concretização, nenhum organismo oficial ou grupo parlamentar ainda a propôs²⁷⁶”.

Numa última intervenção na segunda legislatura sobre o assunto eucalipto, o Deputado Azevedo Gomes do PS, fez uma longa ingerência ao papel que o Governo da coligação de direita (PSD/CDS-PP/PPM), com a seguinte consideração: “se adicionarmos à incompetência da AD em matéria de proteção do património florestal do País com a sua política de arborização, não é possível deixar de «tocar a finados»; a menos que o País se veja livre do pesadelo que a AD no poder constitui²⁷⁷”.

Para o Deputado – Professor de profissão – Azevedo Gomes, ao interesse nacional ajustava-se “uma política exatamente oposta à seguida pela AD²⁷⁸”, que assentasse, entre outros pressupostos:

na expansão da floresta de uso múltiplo capaz de sustentar o desenvolvimento de um parque industrial diverso içado criador de mão-de-obra e produtor de bens quanto possível acabados, em vez da expansão maciça e anárquica das plantações industriais de eucalipto apenas produtores de rolaria para a indústria de celulose; na proteção e valorização do património florestal existente em vez da sua sistemática devastação à mão do fogo criminoso, ligado ao negócio das madeiras e à exportação de enormes partidas de lenho em toro ou em estilhas,

²⁷⁴ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 91, 1982.05.12, p. 26.

²⁷⁵ *Ibidem*.

²⁷⁶ *Ibidem*.

²⁷⁷ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 26, 1982.12.18, p. 927.

²⁷⁸ *Ibidem*.

bem como à cobertura de vastíssimos espaços livres para a instalação de eucaliptos, ali onde as celuloses mais os apeteçam;²⁷⁹

Com o início da III Legislatura, entrara em funções o IX Governo, constituído pela coligação entre PS e PSD deixando o CDS e PPM de fora do poder governativo, ficaria para a história com o epíteto de «Bloco Central». Nesta mesma legislatura, A Aliança Povo Unido constituída pela coligação formada pelo PCP, o Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) e o então denominado, Movimento Ecologista Português – Partido Os Verdes (MEP-PV), atualmente Partido Ecologista Os Verdes (PEV), elegera o primeiro deputado para a Assembleia da República. Foi através do Deputado António Gonzalez do MEP-PV, que surgem as primeiras referências ao eucalipto na terceira legislatura, questionando o governo em relação à reflorestação, que tipo de árvores iriam ser plantadas, se “o pinheiro ou o eucalipto, voraz sugador das reservas do solo?”²⁸⁰.

Em Sessão posterior, no início do ano de 1984, o Deputado António Gonzalez insistira neste mesmo ponto, encorajando o Governo que dispusesse dos meios que tinha para coordenar ações de mitigação de grandes empreendimentos, assim como, instigando para que o órgão executivo zelasse por uma “reflorestação onde as espécies a utilizar não ponham em risco os níveis freáticos e empobrecam os solos, como acontece com o eucalipto quando plantado onde não é aconselhável”²⁸¹.

Através da iniciativa deste Deputado recém-eleito, entraram na Assembleia da República dois requerimentos²⁸², nos quais se informava que se tinha deslocado ao concelho de Nisa uma delegação do MEP-PV, que tinha sido alertada pela população local para o “drama ecológico que representa a escalada de plantação de eucaliptos que atingia até este momento cerca de 40 % da área do concelho, e que foi agora ampliada com a totalidade da Herdade de Perlim, na freguesia de Tolosa”²⁸³. Anteriormente este

²⁷⁹ *Ibidem*.

²⁸⁰ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 40, 1983.10.27, p. 1748.

²⁸¹ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 59, 1984.01.06, p. 2641.

²⁸² Requerimento n.º 2098/III e n.º 22099/III.

²⁸³ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 95, 1984.03.09, p. 2419.

concelho já tinha suscitado, como mencionamos na vigésima Sessão da II Legislatura, a apresentação de dois requerimentos por parte dos deputados do PS e do PCP.

Num dos requerimentos apresentados pelo Deputado António Gonzalez do MEP-PV, constava a informação que a mesma delegação que se deslocara ao Concelho de Nisa, no distrito de Portalegre, então alertada pela população local e a respetiva autarquia para:

o grave problema ecológico, agrícola e social que representa o arranque do olival e sua substituição pela plantação maciça de eucaliptos num concelho onde existem já várias áreas plantadas com esta espécie vegetal (*Eucalyptus globulus*) que tão contestada é por causar a redução drástica dos níveis aquíferos e empobrecer o solo e por permitir o arrasto pelas chuvas do solo humoso, solo esse que não é tão pobre como se tem afirmado, dado que, segundo os agricultores locais, há várias gerações que se obtêm boas produções de cereais (trigo, cevada e centeio), fava, batata e feijão, além do bom desenvolvimento de montados e olivais.

Parece-nos que se pretende condenar o concelho de Nisa a ser um vasto eucaliptal fornecedor das fábricas de celulose, subalternizando todas as outras produções agrícolas e pecuárias e que a resposta dada pela Administração Florestal de Portalegre [...] em 14 de Fevereiro de 1983 à Câmara Municipal de Nisa não é mais que uma cobertura mal disfarçada ou negligência total.²⁸⁴

O autor do requerimento, questionara o Governo no sentido de saber se teria existido alguma autuação pecuniária à empresa Silvicaíma²⁸⁵, e em caso positivo qual o montante, pelo arranque das Oliveiras na Herdade acima mencionada, questionando ainda, sobre se iriam ser tomadas algumas medidas para prevenir situações análogas, sugerindo a título de exemplo para mitigar consequências resultantes deste género que fosse “exigida a reposição das espécies produtivas arrancadas ou a sua substituição por outras de reconhecido valor para a economia da região e suas populações, facto que não se verifica com o eucalipto que em oposição aos problemas que acarreta quase nenhuns benefícios traz à região²⁸⁶”. No seu entender, a médio e longo prazo a “plantação maciça de eucaliptos irá comprometer irremediavelmente neste concelho futuras políticas agrícolas mais de acordo com uma gestão racional do solo agrícola

²⁸⁴ *Ibidem*.

²⁸⁵ Silvicaíma – Sociedade Silvícola do Caima, Lda, sediada em Constância.

²⁸⁶ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 95, 1984.03.09, p. 2420.

português, exigimos que o Governo não se lhe alheie, e que tome medidas muito urgentes antes que aquela plantação, planeada para breve, seja efetuada²⁸⁷”.

Ainda no decorrer do mês de Março, mas em outra Sessão, o Deputado António Gonzalez fazendo uma “condenação veemente dos incêndios criminosos que todos os anos afetam o nosso parque florestal²⁸⁸”, voltou à carga sobre a reflorestação descuidada no entender do orador, como ocorreria em “grandes zonas do nosso País²⁸⁹”, especificamente no Concelho de Nisa, cuja “plantação de eucaliptos já está nos 40%, caminhando-se para os 80% de eucaliptos. Imagine-se o que será para as reservas florestais e para o equilíbrio do solo de Nisa 80% de eucaliptos - e, ainda por cima, com a cumplicidade dos serviços estatais, como a documentação que entreguei o pôde demonstrar²⁹⁰”. Em coerência com António Gonzalez, o Deputado João Abrantes do PCP pertencente à mesma coligação, a Aliança Povo Unido, afirmou nesta Sessão que “temos efetivamente que definir se queremos praticar uma política florestal para satisfação das nossas necessidades ou para satisfação das necessidades das celulosas²⁹¹”.

Com António Gonzalez bastante interventivo nas referências ao eucalipto nos debates parlamentares neste período, o parlamentar fez em nova Sessão, uma declaração de voto acerca da congratulação pela passagem do Dia Mundial da Floresta, apresentado na Mesa da Assembleia, na qual elegeu que:

os milhares de árvores hoje plantadas não fazem esquecer os milhões que todos os anos são incendiados criminosamente para libertar zonas para a construção civil ou para compra, a preços baixíssimos, da madeira queimada.

E que dizer do arranque clandestino de montados, olivais, azinheiras, etc., para serem substituídos por massivas e extensas plantações de eucaliptos em zonas já saturadas por esta espécie vegetal, economicamente rentável (a curto prazo), mas que acarretam a médio e longo prazo grandes prejuízos para as toalhas aquíferas, para a qualidade do solo e para os ecossistemas locais, que destroem, ocasionando ainda desemprego e alterações negativas nas estruturas sociais tradicionais?²⁹²

²⁸⁷ *Ibidem*.

²⁸⁸ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 88, 1984.03.21, p. 3812.

²⁸⁹ *Ibidem*.

²⁹⁰ *Ibidem*.

²⁹¹ *Ibidem*, p. 3811.

²⁹² Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 90, 1984.03.28, p. 3919.

Outro requerimento seria apresentado²⁹³, desta vez pela mão do Deputado Álvaro Brasileiro do PCP, acerca da plantação indiscriminada de eucaliptos no distrito de Santarém – particularmente nos concelhos de Abrantes, Constância e Chamusca – que tinha previamente merecido a atenção e preocupação por parte dos eleitos do PCP “manifestada através de requerimentos e intervenções no sentido de alertar o Governo sobre a situação que se vem criando²⁹⁴”. A questão de fundo do requerimento apresentado, prendia-se com o impacto negativo que essa plantação traria para a fertilidade dos terrenos e para o prejuízo de abundantes recursos hídricos na região, originando assim segundo os preponentes, fortes constrangimentos para populações locais, tendo estas últimas encetado inclusive “várias diligências, nomeadamente junto da Câmara Municipal de Constância, solicitando apoio para procurar impedir a concretização da citada plantação nos arredores da sua povoação²⁹⁵”. Nestes termos, o Grupo Parlamentar do PCP, requereu ao Governo, através do Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação, esclarecimentos acerca de:

- 1) Qual o plano de florestação de eucaliptos no distrito de Santarém?
- 2) Que empresas de celulose estão a investir nessa florestação?
- 3) Por que razões só a plantação de eucaliptos e não de outras espécies florestais?
- 4) Será que as preocupações e alertas das populações vão ter eco no Governo?
- 5) Uma vez que a população de Pereira encetou diligências junto da Câmara Municipal de Constância, pergunta-se ao Governo se lá chegou algum alerta deste órgão autárquico face ao problema referido e que medidas já tomou?²⁹⁶

A resposta surgia por parte Martinho Rodrigues, Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Produção Agrícola, no ano seguinte, nomeadamente a 25 de fevereiro de 1985. Na resposta constava que, relativamente ao assunto apresentado no ofício pelo

²⁹³ Requerimento n.º 2341/III.

²⁹⁴ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 112, 1984.05.04, p. 2782.

²⁹⁵ *Ibidem*.

²⁹⁶ *Ibidem*.

Grupo Parlamentar do PCP, a Direção-Geral das Florestas, respondera a pedido do Gabinete em questão, o seguinte:

- 1 — Não existe nenhum plano de florestação de eucaliptos para o distrito de Santarém.
- 2 — Estão a investir na constituição de eucaliptais todas as empresas de celulose existentes e ainda vários proprietários particulares.
- 3 — A principal razão por que se está a incrementar a plantação de eucaliptos é a sua boa adaptação e rápido crescimento, permitindo investimentos a períodos curtos, cerca de 10 anos, e que se vão repetindo por 30 anos ou mais, sempre com o mesmo período, e no caso das empresas produtoras de pasta de papel, a necessidade de produzirem a matéria-prima que consomem.
- 4 — A constituição de grandes manchas contíguas de eucaliptal em diferentes regiões do País, com os conhecidos inconvenientes, até sob o ponto de vista da fitossanidade dos próprios povoamentos, está nas preocupações desta Direção-Geral, que tem procurado evitar, dentro das possibilidades legais, a substituição de maciços florestais de espécies climáticas por eucaliptal, não autorizando as modificações culturais sempre que se considerem injustificáveis.
- 5 — Deu a Câmara Municipal de Constância conhecimento das preocupações da população da Pereira, expressas na Assembleia Municipal de 24 de Fevereiro de 1984, por moções apresentadas pelos representantes da APU e do PSD e aprovadas por unanimidade.²⁹⁷

As referências ao eucalipto, continuariam a aparecer no debate político no decorrer da III Legislatura, em futuras Sessões, e maioritariamente marcadas por interpelações aguerridas e fortemente críticas, dos grupos parlamentares pertencentes ao espaço ideológico da esquerda, com as exceções de alguns protagonistas e o PPM, bastante crítico da aplicação de monoculturas como o eucalipto, tendo na figura de Gonçalo Ribeiro Teles, a corporização da defesa dos princípios ecológicos. Por sua vez, numa Sessão de junho de 1984, o Deputado António Gonzalez sublinhava que uma nova fábrica de pasta de papel em vias de ser instalada na Figueira da Foz, iria por si só consumir mais de 25% de todo o consumo de matéria-prima que até então a indústria do setor consumia²⁹⁸. Na opinião de Gonzalez, isto só por si significava a “prostituição do nosso solo o que nos toca no mercado internacional, o papel de produtores de pasta

²⁹⁷ Diário das Sessões — *Assembleia da República*, nº 68, 1985.03.15, p. 2388.

²⁹⁸ Cf. Diário das Sessões — *Assembleia da República*, nº 119, 1984.06.07, p. 5099.

de papel, indústria mal vista nos países desenvolvidos que a «exportam» para os países economicamente sem defesa para a rejeitar²⁹⁹”.

Seguindo o percurso descritivo do que caracterizou no debate político o assunto eucalipto, verificamos que ainda no mês de junho de 1984, deu entrada na Mesa da Assembleia um requerimento apresentado pelos Deputados do PCP³⁰⁰, Vidigal Amaro, Custódio Girão e João Paulo, daquilo que considerariam de crime económico e ecológico da destruição do olival da Herdade da Malandreira, na freguesia da Amieira, concelho de Portel, substituindo-o por uma plantação de eucaliptos. Nestes termos, foram endereçadas questões ao Governo, concretamente aos Ministérios da Agricultura, Florestas e Alimentação e da Qualidade de Vida, sobre quem tinha autorizado a destruição do olival situado na referida Herdade, e, entre outras, “que medidas vai o Governo tomar para impedir a eucaliptação da Herdade da Malandreira?”³⁰¹”.

A resposta, apareceria em setembro do mesmo ano, através do Ministério da Qualidade de Vida, com nomenclatura diferenciada face ao anterior³⁰², na pasta com Francisco Sousa Tavares, nomeadamente a um de junho de 1984. Depois de apresentar os aspetos contrapondo algumas argumentações, o Gabinete do Ministro da Qualidade de Vida emitiria:

pôs-se à consideração, como alternativa mais viável para esta situação concreta, a plantação de toda a área com mata, predominantemente de sobreiros. Os autarcas presentes consideraram que esta ocupação do solo seria melhor aceite pela população que a plantação de eucaliptos, já que permitia ir tirando algum rendimento — a extração da cortiça, apicultura, caça, aproveitamento do medronho, etc.³⁰³

²⁹⁹ *Ibidem*.

³⁰⁰ Requerimento n.º 2658/III.

³⁰¹ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 141, 1984.06.26, p. 3391.

³⁰² O efémero Ministério da Qualidade de Vida iniciou com o VII Governo e perdurou até ao IX Governo Constitucional, portanto, de 1981-1985, sendo que no VIII Governo tinha como designação Ministério de Estado e da Qualidade de Vida.

³⁰³ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 154, 1984.09.28, p. 3872-(73).

Na mesma resposta, o comunicado informava que o Ministro da Qualidade de Vida, Sousa Tavares, concedeu uma audiência ao Presidente da Câmara de Portel, na qual foi abordado e discutido o assunto da Herdade da Malandreira³⁰⁴.

Sobre o mesmo assunto, um mês após a apresentação do requerimento referido anteriormente, deu entrada um novo pedido³⁰⁵, desta vez pela mão dos Deputados do MDP/CDE: Helena Cidade Moura, António Taborda e João Corregedor da Fonseca, no qual constavam duas moções anexas, uma das quais a Moção proposta pelo Presidente da Junta de Freguesia da Amieira contestando o arranque de oliveiras na freguesia.

A respeito da Moção apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia da Amieira, a mesma era proferida em nome dos 600 habitantes da freguesia, composta por um conjunto de quatro disposições, das quais destacamos duas: uma primeira mencionando o repúdio e lamento pelo arranque de “33 000 pés de oliveiras, que consideramos um crime e um grave atentado à economia nacional³⁰⁶”, e uma segunda disposição na qual considerava “que tal destruição serve para a consequente plantação de eucaliptos, o que repudiamos abertamente, não só porque perdemos solos que poderiam ser aproveitados para fins agrícolas, porque de facto o são, mas também porque estes nos roubam toda a água existente na zona e zonas limites³⁰⁷”.

Apelavam assim, ao Governo, para que:

casos como este não tenham continuidade e para que seja criado um projeto de lei que proíba a plantação de eucaliptos junto das freguesias, nas zonas de bons solos agrícolas, o que, a não ser criada lei rigorosa, põe cada vez mais em causa, volto a dizê-lo, a tão débil economia nacional.

Apelamos também para que seja criado um regulamento bastante rigoroso em relação à plantação de tais árvores junto das fontes e locais de abastecimento de água das populações, animais, aves, etc.

Torna-se deste modo cada vez mais o nosso Alentejo num autêntico deserto.

³⁰⁴ Cf. Ibidem.

³⁰⁵ Requerimento n.º 2774/III.

³⁰⁶ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 154, 1984.07.24, p. 3639.

³⁰⁷ Ibidem.

O requerimento apresentado pelos Deputados do MDP/CDE, dirigido ao Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação, referia que o Ministério “autorizou recentemente o arranque de um olival de 23 000 pés no concelho de Portel, tendo em vista a sua substituição por eucaliptos, a plantar pela empresa pública PORTUCEL³⁰⁸”, só por si carregaria implicações “socioeconómicas, devido à diminuição de postos de trabalho, e reflexos ecológicos, a nível de reservas de água no solo, num concelho já excessivamente povoado de eucaliptos³⁰⁹”.

Deste requerimento constavam os seguintes pedidos de esclarecimento requeridos ao Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação:

- 1) Qual o teor da informação dada pelos técnicos do Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação sobre as condições do olival que levou à autorização do seu arranque?
- 2) Se foi tido em consideração no despacho de autorização do arranque do olival para a sua substituição por um eucaliptal:
 - a) Que se tratava de um olival novo, com cerca de 20 anos, portanto sempre tecnicamente recuperável, qualquer que fosse o seu estado aparente de decrepitude?
 - b) Que a substituição de uma cultura que requer amanhos anuais por outra que só os requer de 10 em 10 anos, nas alturas dos cortes, irá trazer para as populações locais perda de postos de trabalho?
 - c) Que a implantação de um eucaliptal num terreno envolvido por olivais e perto das nascentes que fornecem água potável para os habitantes da freguesia de Amieira, dadas as características do eucalipto de esgotador da água do solo, irá provocar diminuição da produtividade nos olivais envolventes e diminuição do caudal ou secagem das nascentes?
 - d) Que o concelho de Portel, de solos pobres e com baixo índice pluviométrico, está já demasiado povoado de eucaliptos, o que agrava aquelas características edafo-climáticas e provoca desequilíbrios ecológicos?³¹⁰

Sobre o mesmo assunto, apenas com um dia de extensão no tempo, o Deputado António Gonzalez também apresentou um novo requerimento³¹¹ com idênticas críticas,

³⁰⁸ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 154, 1984.07.24, p. 3639.

³⁰⁹ *Ibidem*.

³¹⁰ *Ibidem*, p. 3638.

³¹¹ Requerimento n.º 2784/III.

solicitando obter informações acerca das medidas que a Secretaria de Estado pretendia adotar face ao problema mencionado³¹².

Ainda antes do ano de 1984 findar, o Deputado Gil Romão do PS, eleito pelo círculo de Portalegre, alertava para a tomada de medidas severas que contrariassem o contínuo alargamento de plantações de eucalipto, sobretudo em zonas com aptidões agrícolas mais rentáveis, sendo que no campo da florestação a existência de áreas com características próprias ao seu desenvolvimento, como por exemplo, a serra de São Mamede, tais plantações com base na espécie arbórea eucalipto tinham “uma ação negativa no ordenamento biofísico destas zonas, de que resulta a degradação do solo e a desertificação populacional que lhe está associada³¹³”.

No início do ano de 1985, o recém-nomeado Ministro da Agricultura Álvaro Barreto³¹⁴, anteriormente ocupado o cargo de Ministro do Comércio e Turismo entre junho de 1983 e outubro de 1984, participara no debate político parlamentar a fim de responder a questões suscitadas sobre as empresas de celulose e a florestação levada a cabo e projetada no País, por parte das empresas industriais com capital do Estado e da Direção-Geral das Florestas, considerando os dois casos: “no campo das empresas, a florestação feita não é, de maneira nenhuma, mais do que aquela que o Estado está a fazer. Está previsto que as empresas, até ao final de 1987, terão de arborizar 33 000 ha, enquanto a Direcção-Geral das Florestas irá arborizar somente 18 000 ha, já no ano de 1985³¹⁵”.

O Deputado Rogério de Brito do PCP, lamentando a ausência do Ministro do hemiciclo parlamentar aquando da sua intervenção, endereçou novas questões e fez uma exposição daquilo que defendia em relação aos problemas da florestação. Para o orador comunista, a questão da florestação industrial não tinha que ver, especificamente, com o eucalipto, dado que eram utilizadas outras espécies arbóreas,

³¹² Cf. Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 155, 1984.07.25, p. 3691-2692.

³¹³ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 25, 1984.12.07, p. 903.

³¹⁴ Ministro da Agricultura no IX Governo Constitucional, entre 1984-1985, foi ainda com a alteração da designação do Ministério, Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação dos X e XI Governos Constitucionais, entre os anos de 1985-1990.

³¹⁵ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 45, 1985.01.30, p. 1123.

tais como as resinosas, inclusive, o pinheiro³¹⁶. De uma forma concreta, a posição do deputado baseava-se na seguinte consideração:

Tecnicamente, não tenho qualquer aversão ao eucalipto, posso é ter aversão à forma como o eucalipto pode estar a ser plantado. O eucalipto é uma árvore que tem razão de existir, que também é útil. Trata-se, simplesmente, de uma questão de zonagem e de ter em conta as economias locais dos sítios onde se pretende avançar com a eucaliptação.³¹⁷

Para o tribuno do PCP, a questão do fundo não foi respondida, e prendia-se com a criação de condições de utilização múltipla da floresta³¹⁸.

Numa outra Sessão, no primeiro dia de fevereiro do ano de 1985, foi a vez do Ministro da Qualidade de Vida – após críticas dirigidas ao detentor do cargo ministerial, entre as quais que o mesmo não tinha dado devida atenção face à denominada eucaliptização do País – voltar ao hemiciclo para expor a sua posição face a este fenómeno, considerando desde logo que já se tinha referido no Dia Nacional da Água “à questão da eucaliptação como um dos problemas graves³¹⁹”. Vejamos então, o que Sousa Tavares pensava sobre o assunto:

Não me sinto neste momento capacitado tecnicamente para examinar cabalmente o problema dos eucaliptos. Os Srs. Deputados sabem que, neste momento, desenvolve-se uma escola intensa — fundamentalmente financiada pelas próprias indústrias de celulose — que sustenta que não há malefícios nenhuns no eucalipto, que não há esgotamento dos lençóis hídricos, que não há esgotamento da terra, que o eucalipto até serve para renovação, que já se têm feito experiências em terras onde houve eucalipto e que dão sementeiras esplêndidas, etc.

Na minha magra esfera de atuação, apenas pude fazer isto: contratei um professor de Agronomia — que não vale a pena dizer o nome, mas que penso que é o melhor técnico que temos de eucaliptos — para fazer um estudo, pago pelo Ministério da Qualidade de Vida, e tentar equacionar séria e cientificamente o problema dos eucaliptos e dizer ao País a verdade sobre o problema, sem tomar eu nenhuma posição.

Pelo contrário, tenho procurado fazer o seguinte: convidar o Sr. Ministro da Agricultura para um debate sobre o problema dos eucaliptos, um debate de Governo sobre o problema da eucaliptação.

Não posso, por enquanto, de maneira nenhuma, ir mais longe. Não estou habilitado, nem sequer com os meios técnicos que me permitam ir na afirmação — quanto à política do

³¹⁶ Cf. *Ibidem*.

³¹⁷ *Ibidem*.

³¹⁸ Cf. *Ibidem*.

³¹⁹ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 47, 1985.02.01, p. 1247.

eucalipto —, mais longe do que aquilo que tenho ido. Já chamei a atenção publicamente que estávamos, possivelmente — a ser verdade tudo quanto se faz de crítica em relação ao eucalipto —, a devorar a terra dos nossos filhos e netos. Estamos a destruir, possivelmente, o País ou a iniciar um processo grave de desertificação.³²⁰

Para o Ministro da Qualidade de Vida, era imperativo suster-se de conhecimentos técnicos mais apurados, de forma que, pudesse assim travar uma “batalha pública, com o mínimo de autoridade com que agora, por exemplo, trato da água, porque aí já estou fortificado, não só por uma observação pessoal, como até devido ao suporte técnico que possuo para isso³²¹”.

As referências nas intervenções dos Deputados ou Ministros à questão dos recursos hídricos, fosse pelo consumo de água ou pela poluição associada nos efluentes hídricos com a produção de celulose e papel, esteve amiúde presente quando o debate inferia em assuntos relacionados com a florestação com a espécie eucalipto, ou com a respetiva indústria do setor. Ainda no mês de fevereiro, uma quinzena depois da última referência, deu entrada na Mesa da Assembleia, um requerimento³²² apresentado pelo Deputado Álvaro Brasileiro do PCP, acerca da «plantação desenfreada de eucaliptos no nosso país, originando protestos de populações e municípios».

Neste requerimento constava que, segundo missiva enviada ao grupo Parlamentar do PCP pela Câmara Municipal de Alpiarça, a compra da Herdade do Vale do Lama e Ateia, na zona de Chamusca-Alpiarça, pela empresa celulose CAIMA, originou um manifesto grau de preocupação das populações e da edilidade, dado que existia uma captação de água na referida zona para abastecimento público.

Temia-se assim, que a médio prazo se pudesse verificar o “esgotamento das reservas subterrâneas com graves consequências no abastecimento de água às populações³²³”. À imagem disto, o Grupo Parlamentar do PCP requereu ao Governo, através do Ministério da Qualidade de Vida, esclarecimentos a uma singular questão

³²⁰ *Ibidem*.

³²¹ *Ibidem*.

³²² Requerimento n.º 879/III

³²³ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 58, 1985.02.16, p. 1994.

que consistia saber o que se estava a passar face “à eucaliptização desenfreada no nosso país e os protestos das populações e municípios, que medidas [o Ministério da Qualidade de Vida] já tomou ou vai tomar?”³²⁴.

A esta questão e a este requerimento não encontramos resposta nem esclarecimento, resultado que poderá estar relacionado com a extinção do respetivo Ministério no ano de 1985.

O assunto eucalipto haveria de voltar ao hemíciclo dentro do mesmo contexto, como retratava o Deputado João Abrantes do PCP “não por qualquer animosidade especial, mas sim porque é ele o agente de uma expansão indiscriminada e desordenada”³²⁵. Nesta Sessão, o debate evidenciava aquilo que se assistia relativamente “a uma crescente tendência para que a floresta industrial”³²⁶, substituísse a “floresta tradicional de uso múltiplo em que a política de florestação seguida conduz à inversão do valor real da floresta, passando a constituir um fator de degradação do meio físico em lugar de um elemento de valorização, incompatibilizando-se com as formas tradicionais de exploração”³²⁷. Para João Abrantes urgia dar prioridade aos interesses da comunidade e não a interesses alheios que visavam o lucro rápido³²⁸, operando nas arborizações “com especiais cuidados nas escolhas das espécies e na forma de exploração”³²⁹.

Onze anos corriam desde a Revolução do 25 Abril de 1974, e ficara claro nas intervenções dos Deputados sobre assuntos relacionados com a plantação e produção industrial do eucalipto, a consciencialização com os impactes ambientais, algo que não estava de todo conceptualizado no período e regime precedente. Retratando precisamente isso, numa Sessão em abril de 1985, deu entrada na Mesa da Assembleia um processo de urgência do projeto de lei n.º 203/111, apresentado pelo Deputado Independente António Gonzalez para a: “Criação do cargo de promotor ecológico com

³²⁴ *Ibidem*.

³²⁵ Diário das Sessões – Assembleia da República, nº 6, 1985.03.22, p. 2479.

³²⁶ *Ibidem*, p. 2478.

³²⁷ *Ibidem*.

³²⁸ *Ibidem*, 2479.

³²⁹ *Ibidem*.

vista à defesa da vida e do meio ambiente³³⁰". O respetivo parecer da Comissão de Equipamento Social e Ambiente foi aprovado, todavia seria negado o processo de urgência.

Em torno do debate, António Gonzalez, num tom bastante crítico das opções de arborização, assinalava a exemplo disso os "incêndios criminosos e o arranque não autorizado nas zonas de latifúndio, de oliveiras, azinheiras e sobreiros, para plantação do voraz eucalipto em solos de aptidão agrícola³³¹".

De forma semelhante, a Deputada Margarida Tengarrinha do PCP, visando influir sobre o desenvolvimento do mesmo assunto, tecia as seguintes considerações:

O corte das matas e sua substituição pela plantação de eucaliptos, fenómenos de erosão nomeadamente na sequência de incêndios da floresta, [...] levam à escorrência torrencial das águas das chuvas agravando por sua vez a erosão e dando lugar a deficiente recarga dos aquíferos.

Um atentado contra o solo agrícola que tem vindo a ser denunciado pelas populações é a eucaliptização desenfreada em extensas áreas com boa aptidão agrícola, sem que as autoridades tomem medidas, ou até com o seu aval.

Cito o caso da Câmara de Portel, que há 4 anos se dirigiu ao então Ministro da Qualidade de Vida numa exposição em que chamava a atenção para os prejuízos causados pela eucaliptização, exigindo estudos e medidas para evitar a total degradação da zona e, até hoje, a única resposta que recebeu foi que estava em curso um estudo que definiria os condicionamentos à plantação de eucaliptos, estudo que pelos vistos ainda não está terminado!³³²

Mantendo a intensidade da crítica, António Gonzalez afirmava que "da parte do Estado há nitidamente compadrio e casos que posso classificar de corrupção e de escamoteamento da verdade através de documentos que tenho solicitado por requerimento e que possuo. É, por exemplo, o caso da plantação de eucaliptos³³³". A esta afirmação o Deputado Carlos Lage do PS, exigia ao Deputado do MEP-PV que, se "há corrupção, assinale-a, descubra-a e apresente elementos, porque julgo que, nessa

³³⁰ Diário das Sessões – Assembleia da República, nº 66, 1985.04.03, p. 2694.

³³¹ *Ibidem*.

³³² *Ibidem*.

³³³ *Ibidem*, p. 2699.

matéria, todos devemos cooperar para pôr os corruptos à luz do dia e para os castigar e punir severamente³³⁴”.

Em outra Sessão, e pelo repetente Deputado Álvaro Brasileiro da bancada comunista no assunto que aqui dissertamos, este proclamava sobre a “eucaliptização do distrito de Santarém³³⁵” a mando da CELBI e da CAIMA, que “vão inundando tudo de eucaliptos³³⁶”, o seguinte:

À medida que o eucalipto avança os habitantes das regiões mais afetadas vão-se sentindo cada vez mais coagidos à fatalidade de tudo abandonarem em favor dos eucaliptos, perspetivando-se a rarefação da população e o abandono da agricultura. Só que as populações não estão dispostas a aceitar este destino. Em Abrantes e na Carregueira, concelho da Chamusca, as populações não admitem a plantação de eucaliptos chegando mesmo ao ponto de as arrancar.³³⁷

Em Conferência da Assembleia da República, subordinada aos temas do Ano Internacional da Juventude «Participação», «Desenvolvimento», «Paz», saíra da reunião uma ata lavrada do dia 25 de maio de 1985, na qual constava as seguintes afirmações da Conferencista Elisabete Figueiredo, em representação da Amigos da Terra – Associação Portuguesa de Ecologistas:

Reciclar e reutilizar o papel é, por exemplo, lutar contra o arboricídio, que em Portugal se faz a um ritmo assustador: destroem-se e queimam-se muitos pinhais com o propósito de aí plantar depois os perigosos e esgotantes do solo, eucaliptos. Aliás, a plantação exagerada de eucaliptos serve apenas a indústria de celulose, que, além disso, é uma das empresas nacionais que mais polui os rios e a atmosfera.³³⁸

Na mesma Sessão, e em representação da mesma Associação, António Eloy em debate onde se incluíam António José Seguro, futuro Secretário-Geral do PS, e Pedro Passos Coelho, futuro Primeiro-Ministro de Portugal e líder do PSD, afirmava o seguinte perante os representantes das juventudes partidárias:

³³⁴ *Ibidem*, p. 2700.

³³⁵ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 83, 1985.05.22, p. 3146.

³³⁶ *Ibidem*.

³³⁷ *Ibidem*.

³³⁸ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, nº 93, 1985.05.25, p. 3077.

Aproveito este intervalo, [...] para referir um ponto de que não falei por não ser uma atividade específica da Associação, mas que não queria deixar de referenciar aqui como sendo um dos grandes problemas que se colocam ao nosso ambiente. Trata-se da destruição progressiva de áreas naturais com a plantação de eucaliptos.

É extremamente grave que o nosso território esteja a ser infestado por essas árvores demoníacas. E é extremamente grave por duas razões: por um lado, porque os eucaliptos, de crescimento rápido —como todos sabem—, consomem uma quantidade enorme de água, e os recursos hídricos são um dos nossos recursos que se aproximam de níveis de degradação mais lamentáveis.

Por outro lado, porque a plantação de eucaliptos — sem, praticamente, qualquer regulamentação no nosso país — tem igualmente a ver com a política do progressivo alargamento das celuloses existentes, que é uma política que, de modo nenhum, nos parece ser a política industrial mais adequada a seguir-se.

Queria deixar este ponto como uma referência concreta, que julgo útil ficar em ata.³³⁹

Por fim, na terceira legislatura, ainda com o IX Governo Constitucional em funções, contamos com uma Sessão com referências ao nosso assunto, através da introdução de dois requerimentos³⁴⁰ na Mesa da Assembleia da República, ambos da autoria do Deputado António Gonzalez do MEP-PV, os quais questionavam que “possibilidades tem a Câmara Municipal [de Valongo] de controlar a reflorestação com eucaliptos³⁴¹”.

Após aprovação de moção de censura ao IX Governo Constitucional liderado por Mário Soares, e realização de eleições antecipadas em outubro de 1985, a liderança do Governo passaria para Aníbal Cavaco Silva, com a entrada em funções do X Governo Constitucional.

As primeiras referências ao eucalipto no início desta legislatura e as últimas descritas e analisadas neste trabalho, aparecem na voz da recém-eleita Deputada Maria Santos, Independente do MEP/PV, Os Verdes, cobrindo a proteção da fauna cinegética com o fim da permissão da plantação indiscriminada de eucaliptos³⁴². Sobre o mesmo

³³⁹ *Ibidem*, p. 3080.

³⁴⁰ Requerimento n.º 1503/III; e Requerimento n.º 1507/III;

³⁴¹ Diário das Sessões — *Assembleia da República*, nº 102, 1985.06.21, p. 3386.

³⁴² Cf. Diário das Sessões — *Assembleia da República*, nº 5, 1985.11.16, p. 83.

assunto, o antigo Ministro de Estado e da Qualidade de Vida, entre os anos de 1981-1993, agora Deputado, Gonçalo Ribeiro Teles do PPM, dizia o seguinte:

Como se sabe, as espécies cinegéticas não conseguem adaptar-se aos povoamentos florestais artificiais, quer de euc liptos, quer de resinosas, pelo contrário, encontram os meios propícios ao seu desenvolvimento nas zonas húmidas, na mata de folhosas, na paisagem diversificada, compartimentada com sebes vivas.

A expansão dos euc liptais e das manchas de resinosas  , portanto, uma das causas da desertifica o do espaço rural e, por conseguinte, também do empobrecimento da fauna cinegética.³⁴³

Numa Sessão decorrida um mês antes, o antigo Governante já tinha tecido o seguinte comentário face   planta o industrial do euc lipto em povoamentos puros:

Como todos sabem, especialmente as popula es rurais mais atingidas, as planta es estremes de euc liptos realizadas pela  ndustria de celulose têm provado a erosão do solo, o encharcamento das várzeas e terras baixas, o despovoamento e o  xodo rural e contribuido para a desertifica o que se verifica em marcha acelerada no Sul e no interior do País.³⁴⁴

Optamos por não dar continuidade às referências ao nosso tema a partir do ano de 1986, tanto pela extensividade que envolveria abordar depois desta data os discursos parlamentares sobre o assunto, mas sobretudo pela complexidade que a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (C.E.E.) – a 1 de janeiro de 1986 –, implica na abordagem e análise do debate político e parlamentar sobre o nosso tema. A entrada do País na Comunidade aconteceu juntamente com a vizinha Espanha, no 3  alargamento da Comunidade, e ao fim de 8 anos de negocia o.

Com a substitui o de decisões totalmente soberanas, para uma conjuntura em que as mesmas são deliberadas num âmbito institucional supranacional, obrigando a compreender o papel de cada partido político neste contexto, pareceu-nos mais adequado deixar para um futuro estudo (realizado por nós, ou por alguém que a partir desta modesta e humilde contribui o pretenda dar seguimento) a descri o dos debates parlamentares sobre a temática que dissertamos.

³⁴³ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, n  18, 1985.12.21, p. 585.

³⁴⁴ Diário das Sessões – *Assembleia da República*, n  6, 1985.11.20, p. 123.

Assim, futuramente, para além da análise do debate político, se procurará compreender a aplicação de fundos e investimentos baseados em processos de arborização, a exemplo disso, o estudo da florestação no quadro das medidas da Política Agrícola Comum, ou pelos investimentos previstos para a conversão agrícola portuguesa, tendo sido atribuídos cerca de metade ao fomento dos recursos florestais, ou ainda, por a C.E.E. ter participado em mais de 75% do investimento global do Programa de Ação Florestal (1986-1995), praticamente a fundo perdido³⁴⁵. A acrescentar a isto, Portugal exporta pasta e papel para mais de 160 países, no entanto, mais de 75% em média na última década, por exemplo, foi absorvida pelo mercado comunitário³⁴⁶.

No próximo capítulo, passamos a descrever o enquadramento legal que deu suporte às políticas de arborização por parte dos decisores políticos, tanto em relação ao eucalipto, como ao espaço em que se insere, a Floresta, assim como, ao estabelecimento da indústria da celulose e do pape que utiliza praticamente de forma exclusiva, a matéria-prima do eucalipto no processo produtivo.

3. Enquadramento Legislativo

Neste capítulo, procuramos destacar os momentos-chave de iniciativa legislativa outorgado pelos órgãos competentes, no que diz respeito às políticas florestais e industriais ao longo dos dois séculos referidos, e simultaneamente, analisamos de que forma foi dada resposta à emergência das celulosas assegurando a matéria-prima.

3.1. Floresta e Eucalipto

A Floresta, que inclui terrenos arborizados, assim como, os temporariamente desarborizados, é o principal uso do solo em Portugal continental que representa cerca

³⁴⁵ Cf. DEVY-VARETA, Nicole – *A Floresta no espaço e no tempo em Portugal: A arborização da Serra da Cabreira (1919-1975)*. Tese de Doutoramento. Porto: FLUP, 1993, p. 30.

³⁴⁶ Cf. Boletins Estatísticos da CELPA [última década]

de 36% da área territorial³⁴⁷. Todavia, a sua estrutura fundiária é bastante fragmentada em parcelas de dimensão reduzida, sendo a constituição dos espaços florestais, caracterizada por 84,2% das florestas localizadas em propriedade privada, 12,8% em terrenos comunitários e apenas cerca de 3 % em propriedade pública, figurando Portugal no topo da lista dos 28 países europeus – atualmente 27 com a saída do Reino Unido da União Europeia –, com a taxa mais baixa de propriedade pública florestal³⁴⁸.

Segundo Radich e Oliveira Baptista, os diferentes intervenientes na floresta portuguesa – abrangendo os proprietários particulares, comunitários e por fim o Estado, em articulação e com objetivos diferenciados – transformaram a área florestal ao longo dos séculos XIX e XX, ao incrementar um aumento que poderá ter “passado de uns 7% a aproximadamente um terço da área do continente português, entre 1875-2005³⁴⁹”.

É no último quartel do séc. XIX, que se consolida aquilo que se poderá designar como uma real Administração Pública Florestal. Para os autores referenciados anteriormente, entre 1875 e 1938, a área da floresta em Portugal terá registado um acréscimo de “um milhão e oitocentos mil hectares³⁵⁰”, no entanto, consideram que a contribuição direta do Estado para o aumento desta magnitude, teria sido algo diminuta³⁵¹, ascendendo a pouco mais de 50 mil ha, “dos quais uns 25 mil nas dunas, 18 mil nas serras”, num contexto em que a floresta não ultrapassaria os 640 mil ha, segundo a fonte utilizada pelos autores³⁵².

³⁴⁷ Autoridade Florestal Nacional – *6º inventário Florestal nacional: relatório final*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 2015, p. 12.

³⁴⁸ Cf. *Agriculture, forestry and fishery statistics*. Statistical Books. Eurostat, 2017. Para mais informações, consultar ligação disponível em: <<https://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/8538823/KS-FK-17-001-EN-N.pdf/c7957b31-be5c-4260-8f61-988b9c7f2316>>. Consultado em maio de 2021. Cerca de 60% da floresta europeia é, em média, privada, incluindo nesta quantia o valor das áreas de proprietários privados e comunitários, ao passo que, mundialmente, cerca de 76 % da floresta é pública, conforme indica relatório da FAO: consultar ligação disponível em: <<http://www.fao.org/3/I9535EN/i9535en.pdf>>. Consultado em maio de 2021.

³⁴⁹ RADICH, Maria Carlos; BAPTISTA, Fernando Oliveira – *Floresta e Sociedade: Um Percurso (1875-2005)*. In Revista Silva Lusitana 13(2), Lisboa, 2005, p. 143-157.

³⁵⁰ *Ibidem*, p. 143.

³⁵¹ Cf. *Ibidem*.

³⁵² Os autores utilizam este valor, com base na obra de PERY, Gerardo A. – *Geographia e estatística geral de Portugal e colónias*, 1875.

A evolução histórica do Regime Florestal em Portugal, teve como pano de fundo, o 1º Código Florestal estabelecido por Luís XIV em França, no início do séc. XVII, o qual consistia numa série de reformas que o monarca pretendia introduzir que, mais tarde, no ano de 1827, daria origem ao Regime Florestal francês. Este Regime, englobava um conjunto de normas jurídicas, num contexto de intempéries que assolavam as áreas montanhosas do território francês, que assim com a aplicação do Regime, se pretendia proteger o património florestal numa perspetiva de longo prazo.

A partir de meados de Oitocentos, serão apresentados vários Projetos de Lei para um Código Florestal, nomeadamente em 1857, no entanto, em Portugal, o primeiro passo que ia ao encontro das experiências já realizadas em França, passou pela extinta *Administração-Geral das Matas*, instituída em 1824 – que após uma reforma do Ministério de Obras Públicas seria assimilada pelos Serviços Florestais sob tutela da Direcção-Geral da Agricultura em 1886 – com os planos de arborização das serras, concebidos em Manteigas e Gerês, nos anos de 1888-1889.

Para a autora Nicole Devy-Vareta, o esboço do regime florestal com o objetivo virado sobretudo para a florestação das serras e das dunas, ficaria por aplicar neste período, devido sobretudo ao “ambiente da década de 1890, abalado pelo Ultimato e a crise financeira e social, não [foi] favorável à promulgação do regime florestal, ficando adiado o passo final para os anos de 1900³⁵³”.

Neste contexto, somente no ano de 1901, com a reorganização dos Serviços Florestais e Aquícolas, surge o Decreto Orgânico dos Serviços Agrícolas de 24 de Dezembro de 1901³⁵⁴, que definia o seguinte:

Artigo 25º

O regime florestal compreende o conjunto de disposições destinadas a assegurar não só a criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa da várzeas, para a

³⁵³ DEVY-VARETA, Nicole – *O Regime Florestal em Portugal através do século XX (1903-2003)*. in Revista da Faculdade de Letras – Geografia, I série, vol. XIX, Porto, 2003, p. 3.

³⁵⁴ *Diário do Governo*, n.º 296, de 1901-12-31.

valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e das areias, no litoral marítimo.

Artigo 26º

O regime florestal, sendo essencialmente de utilidade pública incumbe, por sua natureza ao Estado; pode, entretanto, sob a tutela deste, ser desempenhado auxiliar ou parcialmente pelas corporações administrativas, pelas associações ou pelos particulares individualmente.

Estes dois artigos, juntamente com os artigos 27º e 28º, estabeleciam a diferenciação de três modalidades da propriedade: o regime total nos terrenos pertencentes ao Estado – sendo submetidos a este regime os terrenos dunas e matas pertencentes ao Estado, “ou lhe venham a pertencer por título gratuito, ou oneroso, mediante expropriação nos termos legais³⁵⁵” – o regime parcial aplicado aos terrenos das Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e de paróquia, estabelecimentos pios e de associações³⁵⁶, e às propriedades particulares, conforme refere o artigo 29º as quais “podem sujeitar-se ao regime parcial de polícia florestal [...] os terrenos a coutar, arborizar ou em via de arborização, bem como as matas de um ou mais particulares [...]”³⁵⁷.

Dois anos depois, em 1903, foi aplicado o regulamento para a execução do Regime Florestal, com base no Decreto de 24 de Dezembro de 1903³⁵⁸, contemplando o disposto na legislação precedente e estabelecendo que também deveriam ser subordinados por utilidade pública ao regime florestal:

Artigo 4º

[...] não só os terrenos que devam ser destinados à criação, exploração e conservação da riqueza silvícola [...], mas ainda aqueles cuja arborização seja necessária, quer para o bom regime das águas e defesa das várzeas, quer para valorização das cumeadas, charnecas e planícies áridas e benefício do clima, ou ainda para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e das areias, no litoral marítimo.³⁵⁹

³⁵⁵ *Diário do Governo*, n.º 296, de 1901-12-31, art.º 26 e 27º.

³⁵⁶ *Diário do Governo*, n.º 296, de 1901-12-31, art.º 28 e 29º.

³⁵⁷ *Diário do Governo*, n.º 296, de 1901-12-31, art.º 29.

³⁵⁸ *Diário do Governo*, n.º 294, de 1903-12-30.

³⁵⁹ *Diário do Governo*, n.º 294, de 1903-12-30, art.º 4.

O artigo 219º, que decretara a inclusão de quaisquer terrenos no regime florestal, ordenara ainda que para os respetivos planos de arborização, o corpo administrativo ou corporação encarregue por cada plano, entregasse uma declaração no prazo de trinta dias, fundamentada de qual dos seguintes processos de arborização se pretendia adotar:

1. Arborização e exploração por conta do Estado, feitas pelos serviços florestais, tendo o corpo ou corporação administrativa parte nos lucros líquidos da mata;
2. Arborização e exploração feitas e custeadas pelo corpo ou corporação administrativa, pertencendo-lhe o lucro integral;
3. Expropriação do terreno, sua arborização e exploração feitas pelo Estado, em regime florestal total, [...] pertencendo-lhe o lucro integral.³⁶⁰

Este Decreto, incluía simultaneamente a possibilidade de auxílio do Estado para com as entidades ou sujeitos submetidos ao regime parcial, face ao disposto artigo 254º:

O governo poderá auxiliar os proprietários, grêmios, associações, corporações administrativas e estabelecimentos pios, na arborização dos terrenos e exploração das matas sujeitas a todo o regime florestal parcial, fornecendo-lhes sementes e plantas dos viveiros do Estado e pessoal para dirigir os respetivos trabalhos.³⁶¹

Em 1910, os Serviços Florestais em conformidade com o Decreto promulgado em 1903, previam um abrangente plano de arborização em cerca de 300 mil ha³⁶². Neste mesmo ano, segundo valores adiantados por Radich e Oliveira Baptista, a área florestal em Portugal já ascenderia a 1957 mil ha³⁶³.

No ano de 1937, é produzido um diploma referente à árvore Eucalipto, através da Lei n.º 1951 de 9 de março de 1937³⁶⁴, a qual estabelece as bases para a proibição da plantação ou sementeira de eucaliptos ou de acácias a menos de 20 metros de distância de terrenos cultivados e a menos de 40 de nascentes, terras de cultura de regadio,

³⁶⁰ *Ibidem*, art. º 219.

³⁶¹ *Ibidem*, art. º 254.

³⁶² DEVY-VARETA, Nicole – *O Regime Florestal em Portugal através do século XX (1903-2003)*. in Revista da Faculdade de Letras – Geografia, I série, vol. XIX, Porto, 2003, p. 5.

³⁶³ Os autores utilizam este valor, com base na obra FOLQUE, Pedro Romano (coord.) – *Carta agrícola e florestal de Portugal na escala 1/500.000*. Direção dos Serviços da Carta Agrícola, 1910.

³⁶⁴ *Diário do Governo*, n.º 56, Série I de 1937-03-09.

muros e prédios urbanos, salvo se entre umas e outros mediar curso de água, estrada ou desnível de mais de 4 metros.

Dez anos antes, conforme verificamos no segundo capítulo com a discussão na Assembleia Nacional, foi debatida a alteração das bases do Decreto n.º 13658 de 23 de Maio de 1927³⁶⁵, que continha disposições com vista a impedir a redução da área florestal, regularizando os cortes de arvoredos no interesse geral e especificamente no da hidrologia. Neste diploma já constava a proibição de plantar eucaliptos a menos de 20 metros de campos agricultados.

Foi a partir do final da década de 30 do séc. XX, que se assistira a um incremento fortíssimo por parte do Estado Novo, na arborização dos terrenos comunitários – os baldios – que muita controversa gerara e assim, contribuindo atualmente, para uma conceção errónea de que o Regime Florestal em Portugal é amiudadamente confundido e associado ao regime ditatorial e fascista.

Na aplicação de uma ardilosa e autoritária campanha contra os terrenos comunitários, a política fascista do Estado Novo tentara impor a eliminação das utilizações tradicionais que os povos serranos faziam dos baldios, nomeadamente a pastorícia, a elaboração de estrumes e fertilizantes para as terras, a apanha de lenha e de matos, favorecendo a apropriação dos maninhos e impondo aos baldios uma extensa política de arborização representada pelos Serviços Florestais, que obrigara ao seu apoderamento, até então na posse do povo.

Não caberá aqui, desenvolvermos esta problemática sobre a apropriação dos terrenos comunitários por parte do Estado – que assentara essencialmente em três vetores: a desamortização dos baldios, a florestação e a colonização interna – no entanto, será com a Lei do Povoamento Florestal, a Lei n.º 1971, de 15 de junho de 1938³⁶⁶, que a opressiva campanha contra os baldios começara e que implicara até à década de 60 do séc. XX, a arborização de cerca de 400 mil ha dos terrenos comunitários,

³⁶⁵ *Diário do Governo*, n.º 105, Série I de 1927-05-23.

³⁶⁶ *Diário do Governo*, n.º 136, Série I de 1938-06-15.

à luz de uma violenta crítica e de fortes resistências locais que a população imprimira face a esta política autoritária por parte do regime opressor.

Vejamos em que consistiu o diploma, que logo na Base I, determina que:

Base I

Os terrenos baldios, definitivamente reconhecidos pelos serviços do Ministério da Agricultura como mais próprios para a cultura florestal do que para qualquer outra, serão arborizados pelos corpos administrativos ou pelo Estado segundo planos gerais e projetos devidamente aprovados. [...]

Base VI

Os terrenos baldios, depois de submetidos ao regime florestal, entram na posse dos serviços à medida que forem arborizados ou a contar da respetiva notificação. [...]

Base VII

Os trabalhos, construções e outras obras serão executados pelo Estado, se os corpos administrativos não possuírem recursos para isso, nem participarem nas despesas, em conformidade com os projetos definitivos e segundo a ordenação geral estabelecida. [...]

Base XI

A avaliação dos terrenos, [...] será feita, em relação a todos os baldios, por uma comissão composta de um representante da câmara municipal ou junta de freguesia a que pertencerem os referidos terrenos, um silvicultor nomeado pelo Ministério da Agricultura e um perito nomeado pelo Ministério das Finanças, quer servirá de presidente. [...]³⁶⁷

Estava assim implementada uma visão puramente economicista que o Estado Novo tinha relativamente à questão dos terrenos comunitários, assim como, a imposição autoritária da arborização, como bem demonstra a Base I do diploma. Segundo Nicole Vareta, “de 1940 a 1960, 370.000 hectares de baldios são submetidos ao regime florestal, desenvolvendo-se intensamente os trabalhos de florestação nos anos 50 e 60 em cerca de 300.000 hectares³⁶⁸.”

Para a mesma autora, a aplicação do Plano de Povoamento Florestal, representa que:

³⁶⁷ *Diário do Governo*, n.º 136, Série I de 1938-06-15, p. 971.

³⁶⁸ DEVY-VARETA, Nicole – *O Regime Florestal em Portugal através do século XX (1903-2003)*. in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I série, vol. XIX, Porto, 2003, p. 5.

O balanço geral do empreendimento aponta para a apropriação ilegal pelo Estado de terrenos de usufruição comunitária, a redução drástica das práticas de exploração territorial, sobretudo o pastoreio, os procedimentos incorretos dos Serviços Florestais, com abusos de autoridade e atos de violência, a compactação das áreas arborizadas com essências resinosas, daí uma extrema sensibilidade à propagação dos fogos, e por último, o aceleração do despovoamento nas serras, provocado pela brusca falta de recursos locais.³⁶⁹

O Plano de Povoamento Florestal, previa a florestação de cerca de 410 mil ha, segundo o Plano de arborização por quinquênios de 1939 a 1968³⁷⁰, conseguindo atingir em larga medida o objetivo traçado, no qual se incluíram sementeiras e arborizações com o eucalipto, ganhando principal destaque após a consolidação da árvore como matéria-prima para a indústria da pasta e do papel. Consolidou-se assim, com as tarefas correlacionadas com o regime florestal parcial nas duas vertentes que analisamos anteriormente, assim como e principalmente, no regime florestal total e de simples polícia, e ainda no regime parcial aplicado aos terrenos das Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e de paróquia, portanto, dos corpos ou corporações administrativas.

Destacamos o Decreto-lei n.º 34394, de 27 de Janeiro de 1945³⁷¹, que cria o Fundo do Fomento Florestal, que se destina a facilitar o repovoamento da propriedade particular, atingida pelas requisições pelo Serviço de Requisição de Lenhas³⁷².

Segundo o disposto no diploma, o mesmo estabelecia:

Artigo 1.º

É criado o Fundo de fomento florestal, que se destina a facilitar o repovoamento da propriedade particular atingida pelas requisições efetuadas nos termos do decreto-lei n.º 32271, de 19 de setembro de 1944, e a promover, de maneira geral, a valorização das matas pertencentes ao domínio privado.

Artigo 2.º

A ação a que se refere o artigo anterior exerce-se principalmente através do fornecimento aos proprietários das sementes e árvores de viveiro de que precisem para efeitos de arborização.³⁷³

³⁶⁹ *Ibidem*, p.5-6.

³⁷⁰ *Diário do Governo*, n.º 136, Série I de 1938-06-15, p. 973.

³⁷¹ *Diário do Governo*, n.º 22, Série I de 1945-01-27.

³⁷² Referido anteriormente no segundo capítulo (2.2)

³⁷³ *Diário do Governo*, n.º 22, Série I de 1945-01-27, p. 62.

No seguimento de procurarmos enquadrar a legislação com as políticas florestais, contamos ainda com a Lei n.º 2069, de 24 de Abril de 1954³⁷⁴, que promulgava a lei sobre a beneficiação de terrenos cuja arborização seja indispensável para garantir a fixação e a conservação do solo.

De forma sucinta, o diploma contemplava os seguintes artigos:

Artigo 1.º

É considerada de utilidade pública urgente a beneficiação dos terrenos tida como indispensável para garantir a fixação e conservação do solo. [...]

Artigo 11.º

Os terrenos do domínio privado do Estado, abrangidos pelos perímetros, cuja arborização tenha sido considerada de utilidade pública, serão entregues à Direção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas para sua arborização e ulterior exploração.

Artigo 12.º

Os terrenos baldios e os do domínio privado das autarquias locais ou das pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, abrangidos pelos perímetros, cuja arborização tenha sido considerada de utilidade pública, serão arborizados pela Direção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas.

§ 1.º Os terrenos baldios, depois de arborizados, entram na posse dos serviços florestais e o rendimento líquido anual das matas e florestas será dividido entre o Estado e as autarquias locais, proporcionalmente às despesas efetuadas pelo Estado e ao valor dos terrenos antes de arborizados, aplicando-se as demais condições previstas na Lei n.º 1971.

§ 2.º Os terrenos do domínio privado das autarquias locais ou das pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, depois de arborizados, podem ser entregues à administração dos seus proprietários, continuando submetidos ao regime florestal, creditando-se o Estado pelo capital despendido.³⁷⁵

Será com a aprovação da lei, que a Direção-geral dos Serviços Florestais e Aquícolas ficara encarregue de executar o respetivo plano, tendo criado um serviço específico, nomeadamente o serviço dos Melhoramentos Florestais.

Até ao definhamento do Estado Novo, assistira-se a significativas reformas nos serviços corporativos da administração pública, entre os quais os diversos organismos

³⁷⁴ *Diário do Governo*, n.º 88, Série I de 1954-04-24.

³⁷⁵ *Diário do Governo*, n.º 88, Série I de 1954-04-24, p. 487 e 488.

que incluíam os variados membros das fileiras silvo industriais, sob tutela da Secretaria de Estado do Comércio, com algumas dessas reformas a trazerem significativo impacto, tal como a reestruturação dos serviços ligados aos produtores florestais num só organismo, o Instituto dos Produtos Florestais³⁷⁶.

A este Instituto, foi incumbida a missão de promover a valorização dos produtos florestais, como apoio e consultoria a empresas, tendo inclusive “acrescentando às suas atribuições o acompanhamento da fileira da celulose e papel³⁷⁷”, que tinha como principal fonte de financiamento o setor industrial e comercial.

Ainda a destacar no período do Estado Novo, a Lei n.º 9/70 de 16 de junho de 1970³⁷⁸, que atribui ao Governo a incumbência de promover a proteção da Natureza e dos seus recursos em todo o território, de modo especial pela criação de parques nacionais e de outros tipos de reservas.

De acordo com a Base I “Para proteção da Natureza e dos seus recursos incumbe ao Governo promover:”

- a) A defesa de áreas onde o meio natural deva ser reconstituído ou preservado contra a degradação provocada pelo homem;
- b) O uso racional e a defesa de todos os recursos naturais, em todo o território, de modo a possibilitar a sua fruição pelas gerações futuras.³⁷⁹

O diploma refere de um modo especial pela criação de parque nacionais (Reservas integrais; Reservas naturais; Reservas de paisagem; Reservas turísticas) e de outros tipos de reserva (Reservas botânicas; Reservas zoológicas; Reservas geológicas), consideradas de utilidade pública, ficavam submetidas ao regime florestal obrigatório, total ou parcial.

Destacamos ainda as primeiras bases da Lei:

³⁷⁶ Cf. PINHO, João – *Evolução histórica dos organismos no âmbito da administração pública florestal (1824-2012)*. In *Cadernos de Análise e Prospetiva Cultivar*, nº11, Março de 2018, p. 84.

³⁷⁷ *Ibidem*, p. 85.

³⁷⁸ *Diário do Governo*, n.º 141, Série I de 1970-06-16, p. 487 e 488.

³⁷⁹ *Ibidem*, p. 801 e 202.

BASE II

Constitui, de modo especial, objetivo da proteção referida na alínea a) da base anterior a defesa e ordenamento da flora e fauna naturais, do solo, do subsolo, das águas e da atmosfera, quer para salvaguarda de finalidades científicas, educativas, económico-sociais e turísticas, quer para preservação de testemunhos da evolução geológica e da presença e atividade humanas ao longo das idades.

BASE III

As medidas de proteção são extensivas a espaços previamente demarcados, em razão da paisagem, da flora e da fauna existentes ou que seja possível reconstituir, das formações geológicas e dos monumentos de valor histórico, etnográfico e artístico neles implantados.³⁸⁰

Esta Lei, seria substituída pela Decreto-Lei n.º 613/76 de 27 de junho de 1976, que promulgara o novo regime de proteção à Natureza e criação de parques nacionais.

Será no início deste ano de 1976, por emissão do Ministério da Agricultura e Pescas, que se efetuara a entrega dos terrenos baldios às comunidades confiscados pelo poder ditatorial do Estado fascista, através da promulgação do Decreto-Lei n. 39/76, de 19 de janeiro de 1976³⁸¹, no qual é decretado:

Art. 3.º São devolvidos ao uso, fruição e administração dos respetivos compartes, nos termos do presente diploma, por cujas disposições passam a reger-se, os baldios submetidos ao regime florestal e os reservados ao abrigo do n.º 4 do artigo 173.º do Decreto-Lei n.º 27207, de 16 de Novembro de 1936, aos quais a Junta de Colonização Interna não tenha dado destino ou aproveitamento.³⁸²

O objetivo consagrado no texto legal, visto e aprovado em Conselho de Ministros, passava por integrar a entrega dos terrenos baldios no quadro da política definida pelo Estado em relação à reforma agrária com vista a objetivos sociais precisos, os quais passavam pela “destruição do poder dos grandes agrários e dos diversos mecanismos de afirmação desse poder; apoio aos pequenos agricultores e operários agrícolas; estímulo às formas locais e diretas de expressão e organização democrática

³⁸⁰ *Ibidem*, p. 802.

³⁸¹ *Diário do Governo*, n.º 39/76, Série I de 1976-01-19.

³⁸² *Ibidem*, p. 89.

que permitam aos trabalhadores do campo avançar no controle do processo produtivo e dos recursos naturais³⁸³”.

Neste sentido, pretendeu-se

associar concretamente à restituição dos terrenos baldios a institucionalização de formas de organização democrática local, a que são reconhecidos amplos poderes de decisão e deferidas amplas responsabilidades na escolha do próprio modelo de administração. E também aí se adotou a orientação mais aberta e antiburocrática, mediante a admissão de uma forma de administração autónoma em que são reduzidos ao mínimo os limites traçados à área de afirmação da vontade das assembleias locais.³⁸⁴

No ano de 1988, foi promulgado um diploma, que estabelecia o condicionamento da arborização com espécies florestais de rápido crescimento. No Decreto-Lei n.º 175/88, de 17 de maio de 1988³⁸⁵, constava que o *Eucalyptus*, a *Acácia* e *Populus*, eram consideradas espécies florestais de rápido crescimento, o que pressupunha segundo o disposto no nº1 do artigo 1º: “as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais de rápido crescimento exploradas em revoluções curtas estão condicionadas a autorização prévia da Direcção-Geral das Florestas³⁸⁶”.

Será em pleno no séc. XXI, por decisão do Ministério da Agricultura do Mar do Ambiente e do Ordenamento do Território – na pasta com Assunção Cristas do CDS-PP – que a discussão iniciada quase um século antes por meio dos decretos-leis referidos³⁸⁷ relativamente ao condicionamento da plantação de eucaliptos, se reverteu dos diplomas anteriores, estabelecendo um novo regime jurídico (ficara com a designação *lei da liberalização do eucalipto*) que acabou com a maioria das limitações que existiam relativamente ao eucalipto, com o Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho de 2013³⁸⁸.

³⁸³ *Ibidem*.

³⁸⁴ *Ibidem*.

³⁸⁵ *Diário da República*, n.º 175/88, Série I de 1988-05-17.

³⁸⁶ *Ibidem*, p. 2066.

³⁸⁷ Decreto n.º 13659, de 23 de maio de 1927; Lei n.º 1951 de 9 de março de 1937; e, sobretudo, o Decreto-Lei n.º 175/88, de 17 de maio de 1988.

³⁸⁸ *Diário da República*, n.º 96/2013, Série I de 2013-07-19.

Como ultrapassa o período final que estabelecemos para a realização da dissertação, não tratamos aqui o texto jurídico³⁸⁹.

Ainda dentro do contexto legislativo estabelecido para a Floresta segundo as políticas públicas aplicadas, destacamos por fim a Lei n.º 33/96 de 17 de Agosto de 1996³⁹⁰, a Lei de Bases da Política Florestal, a qual determina que a política florestal prossegue o objetivo de que cabe ao Estado definir as normas reguladoras da fruição dos recursos naturais, em harmonia e com a participação ativa de todas as entidades produtoras e utilizadoras dos bens e serviços da floresta e dos sistemas naturais associados (n.º 3, artigo 2.º).

O diploma refere ainda – no capítulo II dedicado às medidas de política florestal, artigo 5.º – “Nas matas públicas e comunitárias as intervenções silvícolas de qualquer natureza devem realizar-se de acordo com um plano de gestão florestal³⁹¹”, e que compete ao Estado – de acordo com o artigo 8.º - “ampliar o património florestal público, tanto em áreas produtivas para a exploração económico-social como em áreas sensíveis, com vista a privilegiar o fator proteção³⁹²”.

3.2. Indústria

Neste ponto, pretendemos expor a evolução histórica, no que diz respeito à produção legislativa sobre a indústria, procurando compreender e obter esclarecimentos acerca dos principais diplomas que deram suporte ao estabelecimento e à organização do setor da fileira industrial da celulose e do papel.

Começamos então, por destacar a Lei n.º 1956³⁹³, de 17 de maio de 1937, que estabelecia as bases para o condicionamento das indústrias ou modalidades industriais.

³⁸⁹ Acrescentamos que após a divulgação deste diploma, 81 % das ações de arborização ou rearborização autorizadas ou comunicadas ao ICNF, tiveram o eucalipto como espécie utilizada. Para mais informações consultar ligação disponível em: <<https://www.icnf.pt/api/file/doc/ecb812b4bd303368>>. Consultado em maio de 2021.

³⁹⁰ *Diário da República*, n.º 190/1996, Série I-A de 1996-08-17.

³⁹¹ *Ibidem*, p. 2569.

³⁹² *Ibidem*.

³⁹³ *Diário do Governo*, n.º 113/1937, Série I de 1937-05-17.

Este diploma surge no rescaldo de um primeiro enquadramento legal publicado quatro anos antes, o Decreto nº23048, de setembro de 1933³⁹⁴, que promulgava o Estatuto do Trabalho Nacional.

Nas palavras do ideólogo industrialista do Estado Novo Ferreira Dias Júnior, o diploma de 1933 procurava impor “ao Estado a obrigação de defender a economia nacional de explorações parasitárias e conseguir o maior salário pelo aperfeiçoamento da técnica³⁹⁵”, no entanto, não terá atingido o objetivo, segundo o próprio “com exceção de um ou dois casos, não vi até hoje, por imposição oficial (e são passados doze anos), suspender nenhuma exploração nem aperfeiçoar nenhuma técnica, concluo que ou não há nada de parasitário e desatualizado ou a Ação se afastou mais uma vez da Ideia³⁹⁶.”

Neste contexto, a Lei n.º 1956 de 1937, consistia numa tentativa de sistematização do condicionamento industrial, que para Ferreira Dias Jr., passava por “entender-se como defesa de indústrias e não como defesa de industriais; o industrial só interessa à política económica pela sua obra e não pela sua pessoa, que tem apenas o peso de uma unidade na estatística demográfica³⁹⁷”.

Vejamos, portanto, em que consistiam algumas das Bases do diploma:

Base I

Incumbe ao Governo determinar as indústrias ou modalidades industriais que devem ficar sujeitas ao condicionamento das indústrias em vigor, tendo em vista os princípios estabelecidos no Estatuto do Trabalho Nacional, especialmente nos seus artigos 7.º e 8.º, e de harmonia com esta lei.

Base II

Salvo o disposto na base VI desta lei, só podem ser sujeitas a condicionamento as indústrias ou modalidades industriais:

- a) Que disponham de instalações com capacidade de produção muito superior ao consumo normal do País ou possibilidades de exportação;
- b) Que utilizem equipamento fabril de origem estrangeira de custo elevado;
- c) Que empreguem numeroso pessoal e cuja situação torne provável uma próxima mecanização, causa de redução brusca e importante do mesmo pessoal;

³⁹⁴ *Diário do Governo*, n.º 217/1933, Série I de 1933-09-23.

³⁹⁵ DIAS JÚNIOR, J.N. Ferreira – *Linha de Rumo I e II e outros escritos económicos: 1926-1962*. Lisboa: Banco de Portugal, 1998. Vol. III, p. 136.

³⁹⁶ *Ibidem*, p. 137.

³⁹⁷ *Ibidem*.

- d) Que empreguem predominantemente materiais ou matérias-primas de origem estrangeira;
 - e) Que fabriquem produtos indispensáveis a outras indústrias nacionais com importância económica e social;
 - f) Que exijam, para sua instalação, dispêndio excecionalmente avultado, mormente tratando-se de maquinismo nas condições da alínea b);
 - g) Que produzam principalmente artigos destinados à exportação com grande influência no equilíbrio da balança comercial.
- [...]

Base III

O condicionamento consiste em tornar dependentes de prévia autorização do Governo:

- a) A instalação de novos estabelecimentos industriais e a reabertura dos que tiverem suspenso a laboração por prazo superior a dois anos;
- b) Quaisquer modificações no equipamento industrial ou fabril que importem forçosamente alterações nos respetivos registos do cadastro industrial, existentes nos serviços públicos competentes e nos organismos corporativos ou de coordenação económica que legalmente os devam possuir;
- c) A transferência de propriedade de nacionais para estrangeiros, ou para outros nacionais, se neste último caso envolver mudança do estabelecimento de um local para outro.

O condicionamento compete ao Ministério do Comércio e Indústria, salvo no que disser respeito às atividades industriais por lei dependentes de outros Ministérios.

Base IV

O condicionamento de determinada indústria ou modalidade industrial far-se-á por decreto regulamentar, no qual serão explicitamente indicadas as exigências e limitações, de entre as previstas nas alíneas da base anterior, que devem ser observadas.

Nas regras de aplicação do condicionamento ter-se-á em vista, sempre que seja caso disso, a defesa e a liberdade do trabalho caseiro e familiar, autónomo, estabelecendo-se os justos limites em que este deve ser protegido.³⁹⁸

Com os objetivos definidos nas Bases supramencionadas, o Estado Novo reforçava o clima de nacionalismo industrial, ao impor uma aceitação prévia por parte do poder central de qualquer criação e reestruturação industrial.

Em suma, o condicionamento industrial, foi um instrumento do dirigismo económico nas mãos do Estado Novo. Nele impunha-se a realidade dos anos 30 em que “qualquer indústria com um mínimo de relevância económica, para se poder instalar ou

³⁹⁸ *Diário do Governo*, n.º 113/1937, Série I de 1937-05-17, p. 488.

reabrir, ampliar as suas instalações, comprar novas máquinas, mudar de localização ou ser vendida, carecia de prévia licença por parte do Estado, tramitada através de um complexo e moroso processo burocrático³⁹⁹”.

No seguimento de transformar a face da política industrial, surge o Decreto 31177, de 17 de março de 1941⁴⁰⁰, que conforme ditava o artigo 1.º do diploma, autorizava o “Ministro da Economia a mandar proceder, no País ou no estrangeiro, a inquéritos, estudos técnicos e ensaios de matérias-primas que forem julgados necessários à reorganização e desenvolvimento industrial⁴⁰¹”.

Este Decreto de 1941, tinha como preâmbulo a constatação de que certas matérias-primas e produtos industriais constituíam um pesado encargo para economia do País, no entanto, para a concretização do esforço de encetar um plano de reorganização e desenvolvimento industrial, seria necessário conforme descrito no diploma, “poder requisitar ou contratar técnicos competentes e determinar rapidamente o valor de algumas matérias-primas nacionais⁴⁰²”.

Aconteceu assim, como no primeiro capítulo mencionamos, a iniciação pela aposta em missões de estudo e na contratação de técnicos nacionais e estrangeiros, que viriam a ser determinantes para as Instituições de caráter científico – onde se realizariam experiências e estudos em concerto com diversos setores industriais da economia portuguesa – tais como o Laboratório da Celulose, criado um ano após o diploma, em 1942.

Quatro anos mais tarde, em 1945, e tendo como antecâmara as políticas industriais e diplomas anteriormente referidos, surge uma Lei que procurara dar resposta aos anseios por um rumo industrialista do País, especificamente com a Lei nº 2005, de 14 de março de 1945⁴⁰³ (promulgava as bases a que deveria obedecer o

³⁹⁹ ROSAS, Fernando (coord.) – *O Estado Novo (1926-1974)*. MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol 7, p. 230.

⁴⁰⁰ *Diário do Governo*, n.º 62/1941, Série I de 1941-03-17.

⁴⁰¹ *Ibidem*, p. 271.

⁴⁰² *Ibidem*.

⁴⁰³ *Diário do Governo*, n.º 54/1945, Série I de 1945-03-14.

fomento e reorganização industrial) dando assim início a um projeto de desenhar o modelo do estabelecimento de novas indústrias.

No primeiro capítulo tivemos oportunidade de fazer uma pequena resenha histórica do que caracterizava este diploma, da autoria de Ferreira Dias Júnior principal ideólogo da corrente industrialista do País, levado ao Governo pela mão do Ministro da Economia Rafael Duque em 1940, passamos a descrever aquelas que consideramos as principais Bases (a Lei conta com 29 no total):

Base I

O Governo promoverá os estudos necessários acerca da viabilidade técnica e económica dos empreendimentos industriais de maior interesse para a economia nacional, com a cooperação dos organismos corporativos, dos de coordenação económica e das entidades privadas, sem prejuízo dos estudos que estas desejem fazer sob a orientação do Governo.

Base II

Para efeito do disposto na base anterior, pode o Ministério da Economia:

- a) Contratar técnicos nacionais e estrangeiros ou requisitá-los aos serviços do Estado;
 - b) Adquirir material de ensaios e promover a realização, dentro ou fora do País, de missões de estudos, análises e quaisquer outros trabalhos necessários;
- [...]

Base III

O Estado participará no capital das empresas, diretamente ou por intermédio das suas instituições de crédito, quando for indispensável para assegurar o êxito do empreendimento. Esta participação não excederá normalmente a dos particulares, e, quando direta, deverá ser transferida para entidades privadas portuguesas, logo que a situação da indústria e a defesa dos interesses gerais o permitam.

Base IV

O Governo auxiliará a instalação de novas indústrias pelas formas seguintes:

- a) Concessão de créditos, incluindo a subscrição de obrigações, por intermédio da Caixa Nacional de Crédito, até ao valor do capital realizado;
 - b) Isenção de direitos de importação sobre máquinas, utensílios e outros materiais necessários à sua instalação, desde que não possam obter-se na indústria nacional em razoáveis condições de preço e qualidade ou dentro dos prazos previstos para a montagem;
 - c) Isenção de imposto do Estado e dos corpos administrativos, salvo o imposto do selo, pelo período de seis anos, a contar do começo de exploração;
 - d) Concessão de exclusivo por período não superior a dez anos, no termos da lei n.º 1956;
- [...]

O disposto nas alíneas a), b), e c) é aplicável somente à indústria-base e outras de reconhecida importância para a economia nacional que vierem a instalar-se ou se encontrem na fase de instalação, devendo a respetiva decisão ser tomada em Conselho de Ministros.

[...]

Base VII

A reorganização será feita, consoante os casos, pelas formas seguintes:

- a) Concentração de fábricas e oficinas em unidades fabris de maior rendimento económico e perfeição técnica;
- b) Substituição de material antiquado e de fraco rendimento económico por outro tipo moderno e tecnicamente perfeito;
- c) Ampliação de instalações para realizar os ciclos fabris mais vantajosos e integração de indústrias nos casos de reconhecida conveniência;

[...]

Base IX

A concentração industrial pode ser realizada por acordo entre os industriais interessados, de harmonia com o plano de reorganização formulado pela respetiva comissão e aprovado pelo Governo, ou por decisão deste, tomada em Conselho de Ministros, precedendo tentativa de acordo.⁴⁰⁴

[...]

Este plano de reorganização industrial, foi aprovado numa fase em que Ferreira Dias Júnior já não se encontrava no cargo de Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, no entanto, – de forma que não repitamos o que já relatamos no primeiro capítulo sobre esta lei – acabou por não se coadunar com o ardor industrialista com que fora concebida, tendo inclusive um parco grau modesto de concretização.

Em síntese, a falta de êxito adveio da conjuntura económica desfavorável que o País sofrera nos anos posteriores a 1945, período que registou um aumento das importações, a uma diminuição das exportações de matérias-primas, mercadorias e produtos que registaram um incremento no período do conflito, assim como, ao próprio aumento das importações de máquinas e equipamentos como resposta para sustentar o fomento e a reorganização industrial.

Com o final da II Guerra Mundial, os EUA lançaram um ambicioso programa económico destinado fundamentalmente à reconstrução europeia que ficara com a designação de Plano Marshall. Após uma primeira rejeição do auxílio americano, no final do verão do ano de 1947, Portugal alterara a posição face a este projeto no ano seguinte, nomeadamente em setembro de 1948. Este auxílio também ficou conhecido como solidariedade “imposta”, tendo sido aceite por muitos países por ausência de

⁴⁰⁴ *Diário do Governo*, n.º 54/1945, Série I de 1945-03-14, p. 154.

alternativas, e certamente, para impor um travão ao avanço – não só territorial – do bloco soviético no velho continente.

A contragosto do executivo de Oliveira Salazar, Portugal acabaria por aceitar a ajuda económica do Plano Marshall, assim como a adesão à NATO (membro fundador), ficando assim na esfera norte-americana, decisão que nesta fase pretendia ser uma resposta à crise financeira bem patente no ano de 1948.

A admissão de Portugal para se tornar elegível para o auxílio do Plano Marshall, pressupunha que fosse apresentado um programa económico a longo prazo, especificamente do programa para 1949-1950, onde se incluía a área da Indústria transformadora como parte integrante das linhas gerais do plano.

Apesar da candidatura de Portugal ao auxílio norte-americano ter-se baseado num pedido de empréstimo que terá rondado os cerca de 100 milhões de dólares, a decisão por parte do programa de Assistência técnica, da ECA⁴⁰⁵, ficou-se numa proposta preliminar de adjudicação de 10 milhões de dólares⁴⁰⁶, bastante aquém do solicitado.

Com o objecto de gerir a participação de Portugal no Plano Marshall, foi constituída a Comissão Técnica de Cooperação Económica Europeia (CTCEE) e criado o Fundo de Fomento Nacional através do Decreto-Lei n.º 37354, de 26 de Março de 1949⁴⁰⁷. O Decreto estipulava logo no primeiro artigo que “É criado o Fundo de fomento nacional⁴⁰⁸.” O objetivo com a criação deste Fundo, seria para registar, centralizar e fiscalizar as operações dentro de um enquadramento dos dispostos a estabelecerem-se no diploma.

Assim, o Decreto definia nos primeiros artigos o seguinte:

Artigo 2.º As Direções-Gerais da Contabilidade Pública e da Fazenda Pública tomarão as providências necessárias no sentido de se abrir na escrita do Estado uma conta especial sob a

⁴⁰⁵ Economic Cooperation Administration

⁴⁰⁶ Cf. ROLLO, Maria Fernanda – *Portugal e o Plano Marshall: história de uma adesão a contragosto (1947-1952)*. In *Análise Social*, vol. XXIX (128), 1994, p. 865.

⁴⁰⁷ *Diário do Governo*, n.º 62/1949, Série I de 1949-03-26.

⁴⁰⁸ *Ibidem*, p. 204.

designação «Fundo de fomento nacional», na qual se movimentarão as operações referidas nos artigos seguintes.

Artigo 3.º Na conta «Fundo de fomento nacional» serão incorporados os títulos e créditos do Estado resultantes de financiamento ou comparticipação em grandes empreendimentos de fomento.⁴⁰⁹

Cumpre ainda transmitir, segundo o estipulado no artigo 4.º, que o Governo ficava autorizado a emitir títulos representativos das operações incorporadas no Fundo.

Decorreu deste instrumento legal um concreto e decisivo impulso, após a apresentação de vários projetos ao auxílio financeiro do Plano Marshall, entre os quais se incluiu o da Companhia Portuguesa de Celulose, com a aceitação do projeto por parte da ECA, “em Washington, durante o ano de 1950, foram concedidas duas prestações de US\$2.000.000 e US\$1.998.000 por conta da ajuda Marshall e destinadas à aquisição de máquinas e outro equipamento nos Estados Unidos e Europa⁴¹⁰”.

É neste período que o conservadorismo ideológico do regime, reflexo de grande parte dos setores dominantes da economia portuguesa, começara a ser seriamente abalado. O Portugal “ruralista” e de tendência “agrícola”, conheceu depois destes instrumentos legais anteriormente descritos, uma ação planificadora por parte do poder central, com a criação do I Plano de Fomento, aprovado pela Lei n.º 2058, de 29 de dezembro de 1952⁴¹¹, que promulgava as bases para a execução do Plano de Fomento nos anos económicos de 1953 a 1958, e, assente sobretudo, numa ação de planeamento económico.

No seguimento do envolvimento de Portugal nos planos de recuperação dos países do velho continente, afetados direta ou indiretamente pelo conflito mundial, e, concomitantemente, pela adesão de Portugal (como país fundador) à Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), o regime realizou uma mudança brusca da conceção da economia, ao adotar medidas de planeamento económico.

⁴⁰⁹ *Ibidem*.

⁴¹⁰ ALVES, Jorge Fernandes – *A estruturação de um sector industrial: a pasta de papel*. In Revista da Faculdade de Letras. História, Nº. 1, 2000, p. 167.

⁴¹¹ *Diário do Governo*, n.º 291/1952, Série I de 1952-12-29.

Nesta conjuntura, nasce a Lei n.º 2058, que incluiu medidas de execução do Plano do Fomento atribuídas em especial ao Governo, tal como retratado na Base IV do Diploma:

Base IV

Na execução do Plano de Fomento cabe em especial ao Governo:

- 1.º Realizar, por intermédio dos seus serviços ou administrações competentes, as obras que por lei lhes estão ou forem atribuídas e segundo os processos administrativos que lhe forem determinados;
- 2.º Promover a constituição de sociedades em cujo capital poderá comparticipar, se isso for necessário à formação das empresas e à sua viabilidade, outorgando-lhes as respetivas concessões;
- 3.º Financiar, em harmonia com os capitais privados nelas interessados, tanto as empresas de cujo capital participe com as restantes integradas na execução do Plano de Fomento;
- 4.º Fornecer a umas e outras empresas a sua cooperação técnica e os estudos e projetos organizados pelos serviços ou custeados pelo Estado, sem embargo, em todos os casos, da indispensável fiscalização;⁴¹²

[...]

Seguidamente, na Base VI do Plano de Fomento, o disposto no diploma referia que:

Base VI

1. Continuarão a ser submetidos à apreciação da Câmara Corporativa os planos parciais relativos à hidráulica agrícola, colonização interna e povoamento florestal.
[...]
4. O Governo decretará as providências necessárias para, com a colaboração possível dos Serviços Florestais, se conseguir a defesa do arvoredo e o povoamento satisfatório dos terrenos aptos ou destinados à arborização, tanto de particulares como dos corpos administrativos.

Este Plano de Fomento, fora concebido sobretudo para a eletricidade e os transportes, não obstante, foi determinante para outras indústrias-base, entre as quais se incluía a CPC com a rubrica para a Celulose e papel a ver destinada a quantia de 65.000 contos, conforme vem inscrito no Mapa I – Investimento no continente e ilhas do diploma. Previa-se ainda um investimento na ordem dos 400.000 contos para o povoamento florestal no continente.

⁴¹² Ibidem, p. 1362.

O Plano de Fomento retomava, portanto, o projeto florestal:

prevendo a florestação de mais de 70.000 hectares de baldios no Norte, admitindo, face à previsão dos elevados consumos de madeira pela CPC (150.000 t) a revisão da política de exportações de madeira, para evitar riscos de deflorestação ou altas exageradas nos preços, apontando-se a importância de gradualmente substituir a exportação de madeira em bruto, [...], pela produção de pasta e outros derivados.⁴¹³

Este valor, representava o cálculo que fora feito e apresentado no Parecer 36/V⁴¹⁴, da Câmara Corporativa, relativamente à execução da segunda fase da fábrica de Cacia.

O II Plano de Fomento, para os anos económicos 1959-1964, continua no trilho do modelo autárquico da ditadura do Estado Novo, tem como diploma legal a Lei n.º 2094, de 25 de novembro de 1958⁴¹⁵, na qual é dado principal destaque à indústria transformadora de base⁴¹⁶.

Nele, verifica-se a valorização pela concentração industrial conforme conseguimos constar na Base VIII da Lei:

Base VIII

O Governo promoverá a reorganização das indústrias que sejam consideradas em deficientes condições técnicas e económicas, com o objetivo de, no mais curto prazo possível, as colocar em situação de concorrer com a indústria estrangeira para o abastecimento do mercado interno ou para exportação.⁴¹⁷

Para este II Plano, estavam traçadas as linhas de rumo da reorganização industrial, com o setor secundário como prioritário neste plano e nesta fase, com Ferreira Dias Júnior a Ministro da Economia entre os anos 1958-1962.

Com a interrupção dos Planos de Fomento organizados por quinquénios, foi aprovado o Plano Intercalar de Fomento, entre os anos de 1965-1967, no qual se verifica pela primeira ocasião, uma particular preocupação com o planeamento regional, assim

⁴¹³ ALVES, Jorge Fernandes – *A estruturação de um sector industrial: a pasta de papel*. In Revista da Faculdade de Letras. História, Nº. 1, 2000, p. 167.

⁴¹⁴ Diário das Sessões – *Assembleia Nacional*, nº168, 1952.11.21, p. 1098.

⁴¹⁵ *Diário do Governo*, n.º 256/1958, Série I de 1958-11-25.

⁴¹⁶ Cf. *Ibidem*, p. 1319.

⁴¹⁷ Cf. *Ibidem*.

como, algum desvio das políticas autárquicas para um crescimento da liberalização da economia, com vista as empresas conseguirem dar resposta à concorrência externa.

Pertenceu ao quinquénio de 1967-1973, com o III Plano de Fomento, o reconhecimento e a necessidade de rever a política económica, considerando o condicionamento industrial como ultrapassado para a época, e confirmando a internacionalização da economia portuguesa, que iniciara no início da década de 1960 com a adesão à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), entre outros acordos e convenções aprovadas na mesma década.

Este III Plano, coincidiria a sua execução com a entrada de Marcello Caetano para Presidente do Conselho, no entanto, ficara promulgado através da Lei n.º 2133, de 20 de dezembro de 1967⁴¹⁸, ainda por Oliveira Salazar.

Procurando dar continuidade ao acréscimo da produção nacional, o diploma dispunha na Base III, que o Plano visará entre outros grandes objetivos a “aceleração do ritmo de acréscimo do produto nacional⁴¹⁹”, tendo como fontes de recursos a mobilizar para o financiamento do plano, um vasto leque de organismos e instrumentos, conforme explícito na Base VII da lei⁴²⁰, podendo o executivo ainda realizar as operações de crédito que forem indispensáveis⁴²¹, segundo o estipulado na Base VIII.

Findo este plano, O IV Plano, projetado para os anos de 1974-1979, com a Lei n.º 8/73, de 26 de dezembro de 1973⁴²², apenas teria um ano de execução – com o regime do Estado Novo nas vésperas da sua queda – e procurara dar resposta à discrepância com a distribuição do rendimento nacional, assim como medidas que visavam a intensificação e o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis e o emprego efetivo da população ativa.

Conforme já tivemos oportunidade de referir no primeiro capítulo, em 1975 a indústria de celulose, do papel e aglomerados sofrera uma profunda transformação.

⁴¹⁸ *Diário do Governo*, n.º 294/1967, Série I de 1967-12-20.

⁴¹⁹ *Ibidem*, p. 2348.

⁴²⁰ Cf. *Ibidem*, p. 2349.

⁴²¹ Cf. *Ibidem*.

⁴²² *Diário do Governo*, n.º 298/1973, 1º Suplemento, Série I de 1973-12-26.

Nesse mesmo ano, é promulgado o Decreto-lei n.º 221-B/75, de 9 maio de 1975⁴²³, no qual são declaradas nacionalizadas, a contar da data de promulgação, várias empresas que exploram a indústria de celulose.

No preâmbulo do diploma, o novo Conselho de Ministros imprimia uma visão totalmente diversa para o setor desde a sua criação, procurando traçar uma linha definidora daquilo que o setor da indústria de celulose, do papel e aglomerados representava e deveria ser para a economia nacional:

Considerando a importância primordial que a indústria da celulose apresenta, não apenas quando olhada como sector individualizado, mas e principalmente como motor que pode vir a ser no desenvolvimento económico do País, devido às inter-relações que apresenta com a floresta, por um lado, e com a indústria do papel, por outro;

Considerando a necessidade de um planeamento integrado, no interesse nacional, do sector da celulose com outros sectores básicos da economia;⁴²⁴

Assim, nestes termos o Governo decretara pelo controlo público do setor:

Artigo 1.º - 1. São declaradas nacionalizadas, com eficácia a contar de 9 de Maio de 1975, as sociedades a seguir indicadas:

- a) A C.P.C. – Companhia Portuguesa de Celulose, S. A. R. L.;
- b) A Socel – Sociedade Industrial de Celulose, S. A. R. L.;
- c) A Celtejo – Celulose do Tejo, S. A. R. L.;
- d) A Celnorte – Celulose do Norte, S. A. R. L.;
- e) A Celulose do Guadiana, S. A. R. L.

2. São nacionalizadas as ações da Celbi – Celulose da Beira Industrial, S. A. R. L., salvo as pertencentes a indivíduos de nacionalidade estrangeira que as tenham adquirido mediante importação de capitais devidamente autorizada ou a sociedades que não reúnam os requisitos de nacionalidade portuguesa estabelecidos no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 46312, de 28 de Abril de 1965.

3. As nacionalizações previstas nos números 1 e 2 deste artigo são feitas sem prejuízo dos direitos dos atuais titulares de ações e de quotas representativas do capital privado a serem indemnizados.

Art. 2.º O Estado pagará às entidades privadas titulares de ações e de quotas do capital das empresas nacionalizadas, contraentrega dos respetivos títulos, uma indemnização, a definir, quanto ao montante, prazo e forma de pagamento, em diploma legal a publicar no prazo de cento e oitenta dias, a contar da data do início da eficácia da nacionalização.

Art. 3.º - 1. A universalidade dos bens, direitos e obrigações que integram o ativo e o passivo das sociedades a que se refere o artigo 1.º, n.º 1, ou que se encontrem afetos à sua exploração,

⁴²³ *Diário do Governo*, n.º 107/1975, 1º Suplemento, Série I de 1975-05-09.

⁴²⁴ *Ibidem*, p. 668-(3).

são transferidos para o Estado, integrados no património autónomo das respetivas empresas ou a elas igualmente afetos.⁴²⁵

Ficariam com este Decreto, dissolvidos os anteriores órgãos sociais das sociedades nacionalizadas, com direito a serem indemnizados, e substituídos por uma comissão administrativa para cada uma das sociedades nacionalizadas, conforme o disposto no artigo 6º do diploma.

O setor passaria assim, por uma profunda reestruturação, conforme descrição no primeiro ponto do artigo 12.º: “As empresas nacionalizadas serão reestruturadas por diploma a publicar no prazo de noventa dias, contados a partir da data da publicação deste decreto-lei⁴²⁶”.

O período que implicou um reajuste e reorganização do setor, conforme já referimos, conduziu a uma decisão governamental que criara uma Comissão de Reestruturação da Indústria de Celulose (CRICEL), comissão essa que acabara por considerar como solução mais adequada a criação de uma empresa única, “tanto para servir os objetivos nacionais como para responder às necessidades de gestão, planeamento e articulação do setor nacionalizado⁴²⁷”.

Neste contexto foi criada a Portucel – Empresa de Celulose e Papel de Portugal, E.P., através do Decreto-lei n.º 554-A/76, de 14 de julho de 1976⁴²⁸, onde é reforçado que a nacionalização visava a concretização da vocação da indústria de celulose como motor de desenvolvimento do setor em que se insere e, consequentemente, do próprio País.

Assim, o diploma tinha inscrito no artigo 1º a criação da empresa com a respetiva designação descrita anteriormente, e nos seguintes:

Art. 2.º - 1. A Portucel é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira, a exercer nos termos fixados na lei e no estatuto.

⁴²⁵ *Ibidem*, p. 668-(4).

⁴²⁶ *Ibidem*.

⁴²⁷ *Diário da República*, n.º 163/1976, 1º Suplemento, Série I de 1976-07-14, p. 1552-(1).

⁴²⁸ *Diário da República*, n.º 163/1976, 1º Suplemento, Série I de 1976-07-14.

2. A Portucel exerce a sua atividade em todo o território nacional, tem a sua sede em Lisboa, podendo criar qualquer forma de representação em pontos determinados do País ou do estrangeiro, de acordo com os seus estatutos.⁴²⁹

Constava ainda no diploma, que através da nacionalização das ações da Celbi – Celulose da Beira Industrial, S.A.R.L., pertencente ao capital estrangeiro, A Portucel “gozará de exclusivo de produção de pasta de celulose e da sua transformação em unidades integradas de papel e cartão⁴³⁰”, no artigo 7.º do Decreto-Lei.

O pessoal afeto às empresas estatizadas, transitara para a Portucel com a promulgação do diploma, assegurando todos os direitos resultantes da antiguidade e os de inscrição nas caixas de previdência, sendo contando todo o tempo de serviço prestado a qualquer das sociedades nacionalizadas.

Com este diploma, e conforme o anexo ao Decreto-lei n.º 554-A/76, o objeto ficara rigorosamente definido, como podemos observar no disposto do artigo 3.º:

Artigo 3.º

Objeto

1. O objeto principal da Portucel consiste na produção e comercialização nos mercados nacional e internacional de pastas celulósicas e dos seus derivados, desde a florestação e aprovisionamento das matérias-primas necessárias àquela transformação.
2. A Portucel poderá, ainda, exercer acessoriamente atividades relacionadas com o seu objetivo principal, nomeadamente fabricar outros produtos afins ou derivados da pasta de celulose, do papel e do cartão.
3. Considera-se também atividade acessória o exercício de direitos de participação social.⁴³¹

Após este período, o setor industrial de celulose, papel e aglomerados, ainda verá aprovado um Projeto Florestal Português, com o apoio do Banco Mundial, para os anos de 1981-1988, compreendendo o tempo precedente da adesão de Portugal à C.E.E., oficializada a 1 de janeiro de 1986, o projeto ficou caracterizado pelas ações em larga escala de arborização com base num modelo de florestação, em que esse “modelo

⁴²⁹ *Ibidem*, p. 1552-(2).

⁴³⁰ *Ibidem*..

⁴³¹ *Ibidem*, p. 1552-(3).

consiste na arborização de 150000 ha à base de espécies de rápido crescimento sendo a última fase do fomento florestal, designadamente eucaliptos⁴³²”.

O diploma que estabeleceria as condições de empréstimo junto do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), para a realização do programa de florestação foi o Decreto-Lei n.º 50/81, de 18 de março de 1981⁴³³, no entanto, sucedeu o Decreto-Lei n.º 441/80 de 3 de outubro de 1980⁴³⁴, passando a autorizar o “Ministro das Finanças e do Plano a celebrar um contrato de empréstimo com a Empresa de Celulose e Papel de Portugal, E. P. - Portucel até ao limite máximo do contravalor em escudos de 19200000 dólares⁴³⁵” conforme refere o sumário do diploma, sendo o montante global equivalente a 50 milhões de dólares, ao abrigo da Lei 44/80, de 2º de agosto de 1980⁴³⁶, que continha:

Artigo 2.º

O produto do empréstimo será aplicado no financiamento de:

- a) Estabelecimento e plantação de cerca de 150.000 ha de floresta;
- b) Estabelecimento e manutenção de um serviço de extensão florestal;
- c) Realização de um estudo sobre o subsector florestal, a ser executado por uma firma de consultores, a designar;
- d) Formação técnica de pessoal do Ministério da Agricultura e Pescas;
- e) Concessão de empréstimos, em base experimental, a associações de pequenos empresários florestais, incluindo cooperativas;⁴³⁷

Assim, consequentemente, estava lançado o mote para uma plena extensão das plantações de eucalipto com base nestes projetos de florestação planeados em grande escala e financiamento externo.

Ainda a destacar legislação relevante com o assunto da nossa dissertação, referimos o Decreto-Lei n.º 405/90, de 21 de dezembro de 1990⁴³⁸, que visava alterar a natureza jurídica da Portucel – Empresa de Celulose e Papel de Portugal, E.P.,

⁴³² Diário das Sessões – Assembleia da República, nº72, 1980.06.28, p. 3513.

⁴³³ Diário da República, n.º 64/1981, Série I de 1981-03-18.

⁴³⁴ Diário da República, n.º 229/1980, Série I de 1980-10-03.

⁴³⁵ *Ibidem*, p. 3111.

⁴³⁶ Diário da República, n.º 44/80, Série I de 1980-08-20.

⁴³⁷ *Ibidem*, p. 2268.

⁴³⁸ Diário da República, n.º 405/90, Série I de 1990-12-21.

transformando-a em sociedade anónima de capitais públicos, criando o órgão consultivo e sucedendo a esta a PORTUCEL - Empresa de Celulose e Papel de Portugal, S. A.

Três anos depois, surge o Decreto-Lei 39/93, de 13 de fevereiro de 1993⁴³⁹, que estabelece medidas de reestruturação da Portucel, S.A., no sentido de preparar a sua reprivatização, pois para a concretização desta última deveria existir uma precedente reestruturação da empresa que permitisse realizar o processo dentro das condições impostas pelo mercado.

Conforme referimos no primeiro capítulo, na secção dedicada à compreensão do processo de estruturação do setor da indústria de celulose e do papel, o processo de privatização, primeiro inicialmente, iniciara com o Decreto-Lei n.º 56/95, de 31 de março de 1995⁴⁴⁰, pela chancela do primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva, nas vésperas de cessar funções, que aprova a primeira fase de reprivatização da Portucel Industrial – Empresa Produtora de Celulose, S. A., tendo como base a Lei Quadro das Privatizações, a Lei 11/90, de 5 de abril de 1990.

Por fim, no segundo e último processo que aprova o processo de reprivatização, a empresa acabara totalmente privatizada num processo dividido em duas fases, tendo com quadro legal o Decreto-Lei n.º 166/200, de 25 de maio de 2001⁴⁴¹, transformando a PORTUCEL - Empresa de Celulose e Papel de Portugal, S. A., numa sociedade gestora de participações sociais - a PORTUCEL - Empresa de Celulose e Papel de Portugal, SGPS, S. A.

4. Indústria vs Ecologia

4.1. Indústria

Como verificamos no trabalho que estamos a desenvolver, o processo de crescimento económico no que diz respeito à floresta, assentou sobretudo na

⁴³⁹ *Diário da República*, n.º 37/1993, Série I de 1993-02-13.

⁴⁴⁰ *Diário da República*, n.º 56/95, Série I-A de 1995-03-31.

⁴⁴¹ *Diário da República*, n.º 166/2001, Série I-A de 2001-05-25.

arborização e no aproveitamento da matéria-prima do eucalipto, vocacionada principalmente para a produção de pasta e de papel, começando a expandir-se desde a implementação dos planos florestais e dos planos de fomento.

Neste sentido, conforme afirmamos no primeiro capítulo, procuramos nesta parte, identificar os principais indicadores que afixaram a evolução da indústria celulósica ao longo do tempo estudado, assim como, uma breve descrição do que o setor atualmente representa, permitindo compreender a importância económica e produtiva deste universo.

Anteriormente, no primeiro capítulo, tivemos oportunidade de fazer uma resenha histórica acerca da reorganização e reestruturação do setor da celulose e do papel, reservando para este quarto capítulo, uma descrição mais aprofundada daquilo que caracterizou a evolução das produções relacionadas com a indústria celulósica e do papel, e consequentemente, a progressiva importância que acarretaria para a economia do País.

Antes de avançarmos um pouco mais, vejamos o papel central que o eucalipto ocupa, que advém da vantagem natural própria da espécie e que permite o desenrolamento de um circuito económico florestal que alimenta as mais variadas indústrias e por outras características inatas à árvore:

Figura 3- Ciclo da utilização do eucalipto



Fonte: Cf. The Newsletter – *Conhecer o eucalipto*. The Navigator Company, junho, 2020.

Tabela 6- Aspetos e Indicadores da utilização do eucalipto

<i>Aspetos</i>	<i>Principais indicadores do eucalipto</i>
Madeira	- Construção Civil; Pisos de madeira; Mobiliário; Estacaria para vedação, postes e fundações; Painéis de Madeira; Carvão vegetal;
Celulose	- Papéis diversos: papel de impressão e escrita ⁴⁴² , cadernos, livros, revistas, jornais, embalagens, sacos, papel vegetal, papel-moeda, etc; Papel <i>tissue</i> ⁴⁴³ ; Nitrocelulose: componente de verniz, tintas especiais e para impressão, esmaltes, cosméticos e explosivos; fibra utilizada na indústria têxtil ⁴⁴⁴ , esponjas, película de celofane para embalagem de alimentos, filamentos para pneus, correias e mangueiras de alta pressão; Éder e MCC espessantes para cosméticos, pasta dentífrica e alimentos

⁴⁴² Papéis para usos gráficos não revestidos de pasta química (UWF).

⁴⁴³ Papéis para uso doméstico, como papel de cozinha, papel higiênico, fraldas descartáveis, lenços, guardanapos, etc;

⁴⁴⁴ Vestuário, decoração, etc;

	industrializados ⁴⁴⁵ , cápsulas para medicamentos ⁴⁴⁶ , retardantes de cristalização para gelados e doces; Painéis termolaminados ⁴⁴⁷ ; Acetato ⁴⁴⁸ ; Nano celulose ⁴⁴⁹ ;
Ambiente	Sequestro de carbono ⁴⁵⁰ ;
Outros usos	Produtos florestais não lenhosos ⁴⁵¹ ; produção de detergentes e cosméticos; fenólicos e polímeros a partir da lenhina da madeira; Bioenergia ⁴⁵² ; Bio refinaria;
Economia	5 % das exportações nacionais de bens; exportação para 160 países ⁴⁵³ ; 51 % do valor de exportações dos produtos de origem florestal; 72,6% das vendas absorvidas pelo mercado comunitário; taxa média de cobertura das importações pelas exportações de 209%; aumento de 544 milhões de euros entre 2010 e 2019 do valor excedentário na balança comercial de pasta para papel, papel para reciclar e cartão;

Fonte: Cf.: The Newsletter – *Conhecer o eucalipto*. The Navigator Company, junho, 2020; Guia do Eucalipto – Oportunidades para um desenvolvimento sustentável, CIB 2008; As Árvores Plantadas e seus Múltiplos Usos, IBA 2000; What a Tree Can Do?, CEPI 2018; Indústrias de Base Florestal – Estatísticas Setoriais, DGAE 2019; Indústria Papeleira Portuguesa - *Boletim Estatístico 2016*. Associação da Indústria Papeleira, CELPA.; www.florestas.pt;

O eucalipto é, como acabamos de verificar e temos vindo a ocupar-nos neste trabalho, madeira e matéria-prima para uma enorme diversidade de produtos, tendo um importante desempenho no impacto social económico do País. Esta árvore faculta uma ampla variedade de aproveitamento a partir da madeira para mobiliário, painéis, pisos (parquet e decks), construção civil, estacaria para vedações e postes, aglomerados, e ainda carvão vegetal. O *E. Globulus* tem ainda como vimos, aplicabilidade em outros usos, tais como, os produtos florestais não lenhosos.

⁴⁴⁵ Bebidas lácteas, molhos, etc.

⁴⁴⁶ Drageias.

⁴⁴⁷ Para decoração.

⁴⁴⁸ Película para ecrãs LCD, filtros para cigarros, resinas para armações de óculos e cabos de ferramentas, forros e tapetes;

⁴⁴⁹ Componentes eletrónicos, pele artificial para cicatrização de feridas e queimaduras, etc;

⁴⁵⁰ Crescimento rápido em altura e volume (toros), permitem uma considerável capacidade de produção de oxigénio. Trataremos de forma mais aprofundada os impactos do eucalipto no ambiente no próximo ponto, Ecologia.

⁴⁵¹ Mel, cogumelos e óleos essenciais utilizados na medicina natural.

⁴⁵² A partir da queima da biomassa, que permite à indústria de celulose uma elevada eficiência no seu processo industrial.

⁴⁵³ Papel e cartão. Valores apresentados: Cf. *Boletim Estatístico*. CELPA, 2019.

Todavia, é na vertente da produção de celulose, com a utilização do *E. Globulus*, que a aposta na fileira árvore/pasta/papel, adquiriu profundo impacto pela sua matéria-prima, e a principal utilização que se faz dela. Esta fileira do eucalipto e atividade industrial, encontram representação dos interesses coletivos dessas mesmas atividades na CELPA – Associação da Indústria Papeleira⁴⁵⁴.

São 14 as empresas industriais e florestais associadas da CELPA que, juntas, produzem 100% da pasta de fibra virgem quase exclusivamente da matéria-prima do *E. Globulus*, e cerca de 90% de todo o papel e cartão em território nacional. A Associação da Indústria Papeleira, apresenta a seguinte configuração:

- The Navigator Company
 - Navigator Pulp Figueira, S.A.
 - Navigator Forest Portugal, S.A.
 - About the Future, S.A. (Complexo Industrial de Setúbal)
 - Navigator Pulp Aveiro, S.A. (Complexo Industrial de Cacia)
 - Navigator Paper Figueira, S.A. (Complexo Industrial da Figueira da Foz)
 - Vila Velha de Rodão Factory – Complexo Industrial de Vila Velha de Rodão
- Altri
 - Altri Florestal, S.A.
 - Celbi – Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A.
 - Caima – Indústria de Celulose, S.A.
 - CELTEJO – Empresa de Celulose do Tejo
- DS Smith – Viana do Castelo
- Renova

⁴⁵⁴ A CELPA é a Associação da Indústria Papeleira que resulta da fusão de duas associações há cerca de 27 anos, efetuada em 1993, entre a ACEL (Associação das Empresas Produtoras de Pasta de Celulose) e a FAPEL (Associação Portuguesa de Fabricantes de Papel de Cartão).

Estas empresas associadas da CELPA, gerem no seu conjunto, um total de 190,3 mil hectares de floresta⁴⁵⁵, o que representa 5% da área florestal no território nacional⁴⁵⁶, sob uma taxa de 100% de gestão certificada pelos sistemas FSC® e PEFC™⁴⁵⁷. Destes cerca de 191 mil ha de floresta sob gestão das empresas associadas da CELPA, 162,4 mil ha estão ocupados com floresta, pertencendo ao eucalipto segundo dados mais recentes (2015), uma ocupação de cerca de 146 mil ha⁴⁵⁸, portanto 76,4% de toda a área, e/ou cerca de 90%, de toda a área com ocupação florestal.

Juntamente aos 146 mil ha de floresta do eucalipto geridos pelas associadas da CELPA, a área florestal total da espécie conta ainda com 21 mil ha nas Matas Nacionais e Perímetros Florestais e 678 mil ha pertencentes a proprietários particulares que, como afirmamos no início deste trabalho, faz com que o eucalipto – segundo dados mais recentes –, ocupe e totalize 845 mil ha⁴⁵⁹ em território continental. Estas associadas da CELPA são ainda responsáveis por 51% das plantas de eucalipto produzidas no país, em viveiros para o efeito, com uma média superior a 13 milhões de plantas/ano⁴⁶⁰.

Vejamos no próximo ponto, alguns dados relevantes da evolução da indústria celulósica, portanto, aquela que engloba a produção da pasta para papel e o fabrico de papéis de vária índole⁴⁶¹. Aquilo que a partir da década de 1957 se tornava pioneirismo a nível mundial ao produzir pasta branqueada do eucalipto ao sulfato⁴⁶² (BEKP), daria a Portugal um lugar de destaque, tornando o País um dos principais líderes europeus na

⁴⁵⁵ Cf. Indústria Papeleira Portuguesa - *Boletim Estatístico 2016*. Associação da Indústria Papeleira, CELPA, p. 25.

⁴⁵⁶ Cf. Autoridade Florestal Nacional – *6º inventário Florestal nacional: relatório final*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 2015.

⁴⁵⁷ Cf. Indústria Papeleira Portuguesa - *Boletim Estatístico 2016*. Associação da Indústria Papeleira, CELPA, p. 25.

⁴⁵⁸ *Ibidem*, p. 26.

⁴⁵⁹ Cf. Autoridade Florestal Nacional – *6º inventário Florestal nacional: relatório final*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 2015; Indústria Papeleira Portuguesa - *Boletim Estatístico 2016*. Associação da Indústria Papeleira, CELPA.

⁴⁶⁰ Cf. Indústria Papeleira Portuguesa - *Boletim Estatístico 2016*. Associação da Indústria Papeleira, CELPA, p. 30.

⁴⁶¹ Papel, Cartão, Tissue, etc;

⁴⁶² Pasta branqueada de eucalipto, com a designação de BEKP – Bleached Eucalyptus Kraft Pulp.

produção europeia de pasta e papel topo de gama, de elevada qualidade, o papel para uso gráfico não revestido de pasta química⁴⁶³ (UWF).

4.1.1. Principais indicadores da evolução da indústria celulósica

Apresentamos graficamente, e, de forma sintética, a evolução da indústria da celulose e do papel, principal responsável pelo consumo de madeira, quase exclusivamente proveniente do mercado nacional que representa um total de 99% de matéria-prima adquirida para o abastecimento da fileira da pasta e do papel. É com o abastecimento do eucalipto, que a matéria-prima desta árvore é utilizada quase exclusivamente no processo produtivo⁴⁶⁴, sobretudo na produção de pastas de fibra virgem, e consequentemente, papel para uso gráfico, de coberturas de cartão canelado e *tissue*. Pretendemos assim, lustrar através dos principais indicadores disponíveis na base de dados da FAO⁴⁶⁵, o percurso do crescimento do setor durante o período que estudamos (séc. XIX-XX), incluindo dados mais recentes (do presente século), de forma que, consigamos ter uma perspetiva também atualizada.

⁴⁶³ Papel fino de impressão e escrita, também designado por UWF – Uncoated Woodfree.

⁴⁶⁴ A matéria-prima do Pinheiro-Bravo no consumo de madeira por espécie (1.000 m³), representa ao longo das últimas décadas uma taxa inferior a 9% do total de madeira consumida, sendo, portanto, o Eucalipto praticamente na totalidade, responsável pelo fornecimento de matéria-prima à indústria celulósica. Para mais informações sobre o consumo de madeira e principais indicadores de produção de pasta, Cf. Indústria Papeleira Portuguesa - *Boletins Estatísticos*. Associação da Indústria Papeleira, CELPA, [últimas décadas].

⁴⁶⁵ Food And Agriculture Organization of the United Nations (FAO).

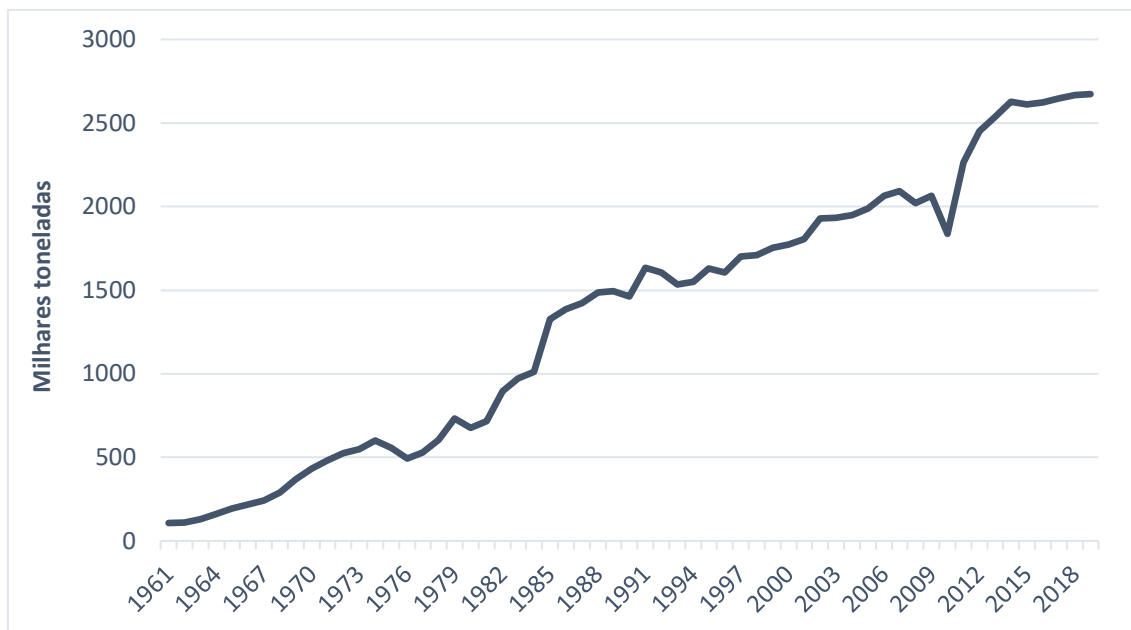


Gráfico 1- Produção (10³ t) de pasta para papel

Fonte: FAO, base de dados FAOSTAT: Forestry Production and Trade, Pulp for paper: Production Quantity, 1961-2019.

A produção de pasta para papel em Portugal, baseia-se sobretudo no consumo de madeira do eucalipto que, por exemplo, na última década é responsável por mais de 92% de todo o consumo de madeira por espécie, e mais de 94% na produção de pastas de fibra virgem⁴⁶⁶. Apesar de uma evolução positiva até finais da década de 1970, o aumento da eficiência deste setor na transformação das matérias-primas nos anos seguintes, permitiu um notável incremento na transformação de toros em pasta para papel. A maioria da pasta produzida era destinada diretamente à produção de papel dentro da mesma unidade fabril, sendo que a pasta para mercado destinada à venda em mercado aberto nacional e estrangeiro representava um valor não superior a 20%⁴⁶⁷.

⁴⁶⁶ Cf. Indústria Papeleira Portuguesa - *Boletim Estatístico 2016*. Associação da Indústria Papeleira, CELPA, p. 41-42.

⁴⁶⁷ *Ibidem*, p. 48.

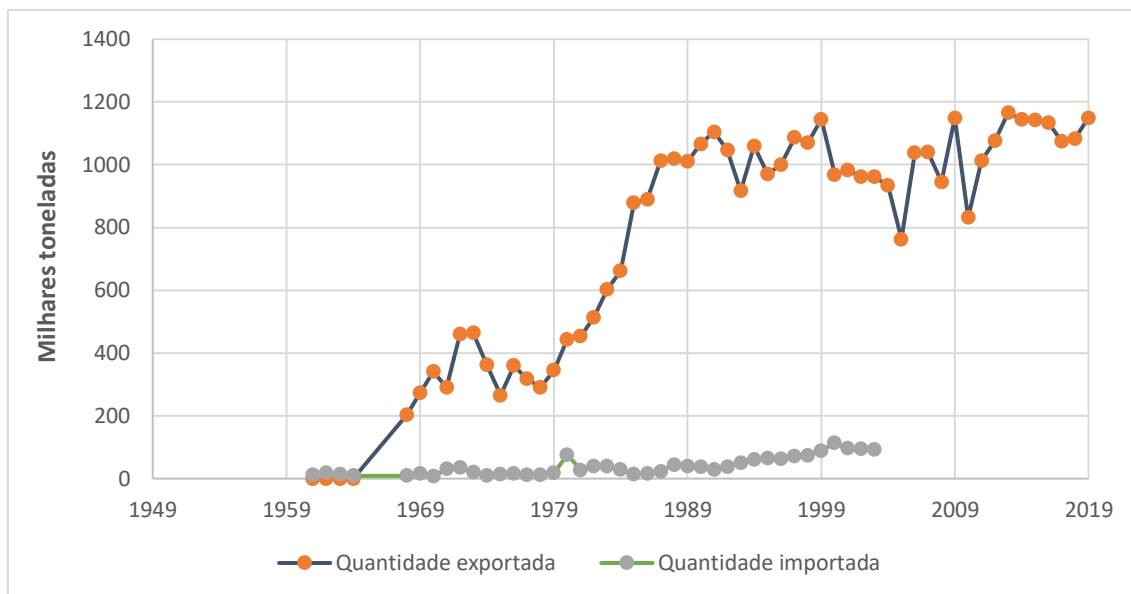


Gráfico 2- Quantidade exportada vs importada (10³ t) – Pasta para Papel

Fonte: FAO, base de dados FAOSTAT: Forestry Production and Trade, Pulp for paper: Import and Export Quantity, 1961-2019.

Nos primeiros anos da década de 1960 sem registos da exportação de pasta para papel, dado que quase exclusivamente, o consumo interno absorvia a produção nacional, foi a partir do ano de 1964 com apenas 100 toneladas de pasta de madeira exportada, que a quantidade exportada passaria largamente a ser superior à quantidade importada, que em apenas 4 anos ultrapassaria as 200 mil toneladas. Com uma evolução francamente positiva e com o reforço da competitividade desta fileira no contexto de globalização económica, juntamente com a aproximação ao mercado económico europeu, a fileira industrial da celulose atingiria e ultrapassaria a fasquia de 1 milhão de toneladas produzidas.

Vejamos no próximo gráfico o que representaram estas avultadas quantidades exportadas, em valores monetários:

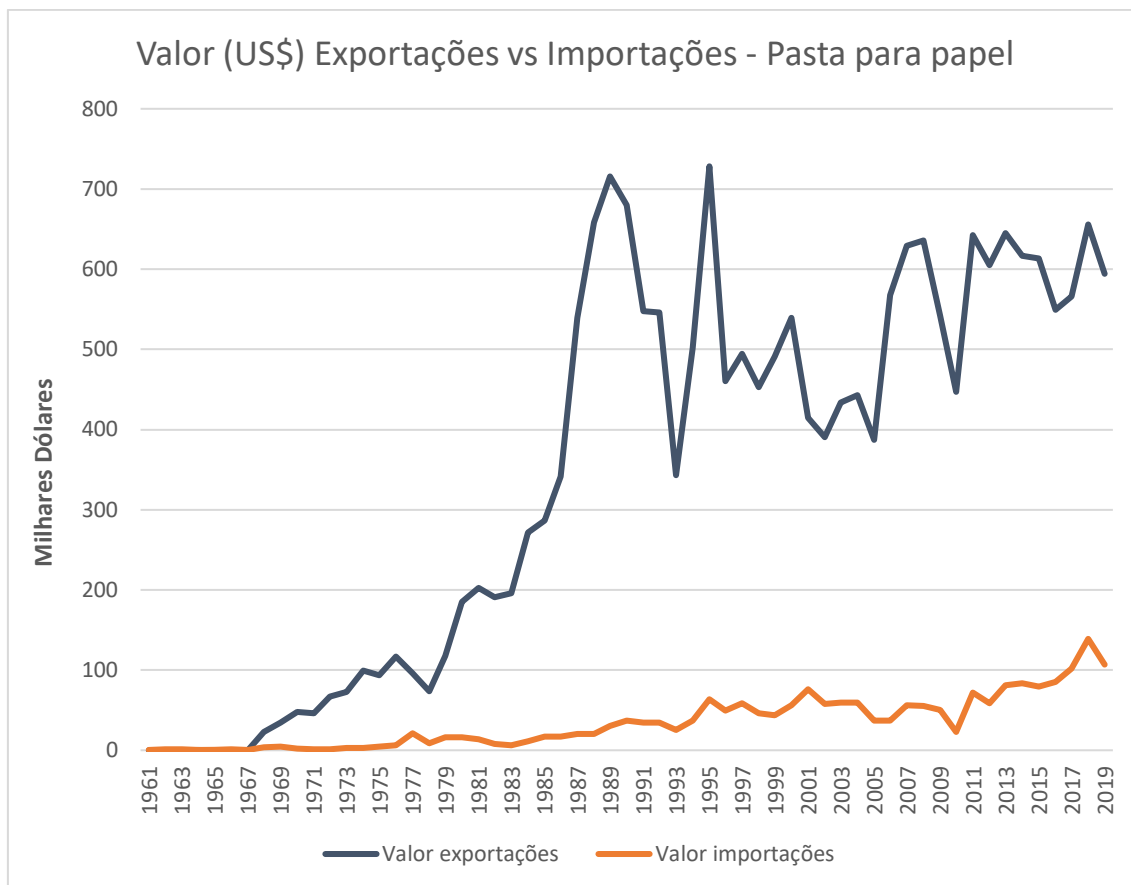


Gráfico 3- Valor das exportações vs importações (10³ Dólares) – Pasta para papel

Fonte: FAO, base de dados FAOSTAT: Forestry Production and Trade, Pulp for paper: Export and Import Value, 1961-2019.

A verticalidade do processo produtivo através da produção de pasta de papel integrada, destinada diretamente à produção de papel dentro da mesma unidade fabril, fez com que a criação de produtos finais com maior valor acrescentado, como o papel de vários tipos e papel cartão, alcançassem lugares cimeiros no espaço europeu no que diz respeito a quantidades produzidas (gráfico 4) e exportadas (gráfico 5), permitindo que a insuficiência nacional da produção desses produtos finais, fosse ultrapassada na viragem do milénio (gráfico 6).

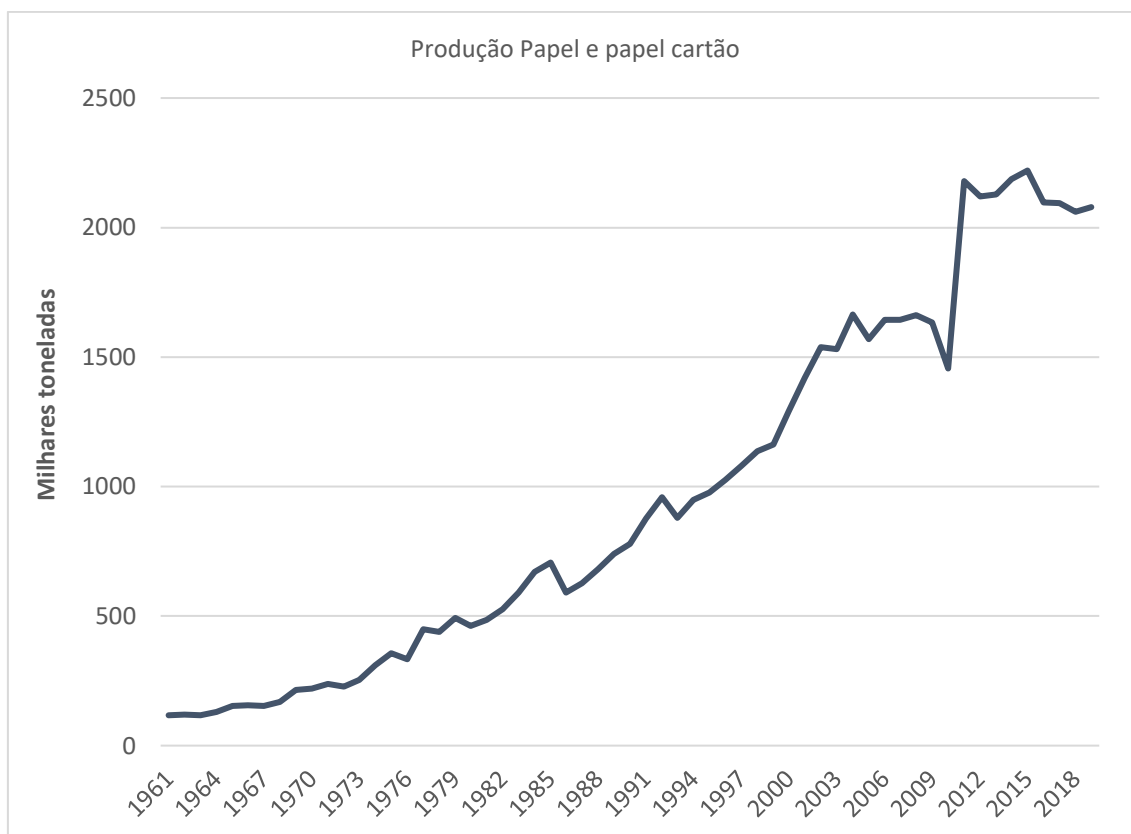


Gráfico 4- Produção (10^3 t) – Papel e papel cartão⁴⁶⁸

Fonte: FAO, base de dados FAOSTAT: Forestry Production and Trade, Paper and paperboard: Production Quantity, 1961-2019.

⁴⁶⁸ Papel para uso gráfico (UWF), de coberturas, de cartão canelado e *tissue*.

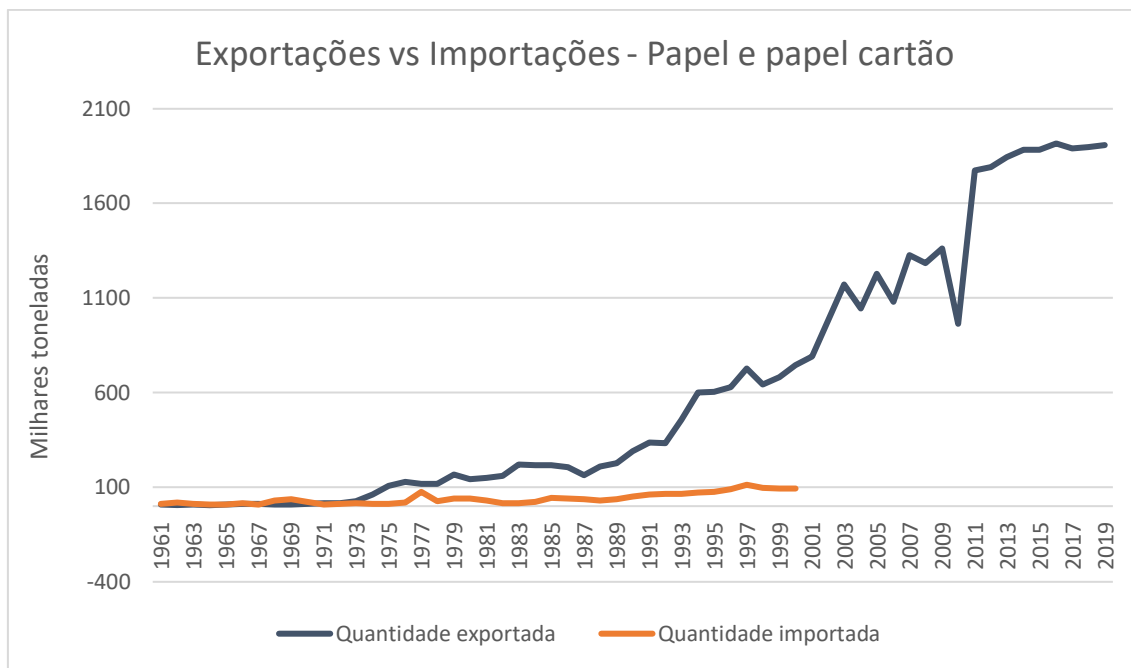


Gráfico 5- Quantidade exportada vs importada (10³ t) – Papel e Cartão

Fonte: FAO, base de dados FAOSTAT: Forestry Production and Trade, Paper and paperboard: Import and Export Quantity, 1961-2019.

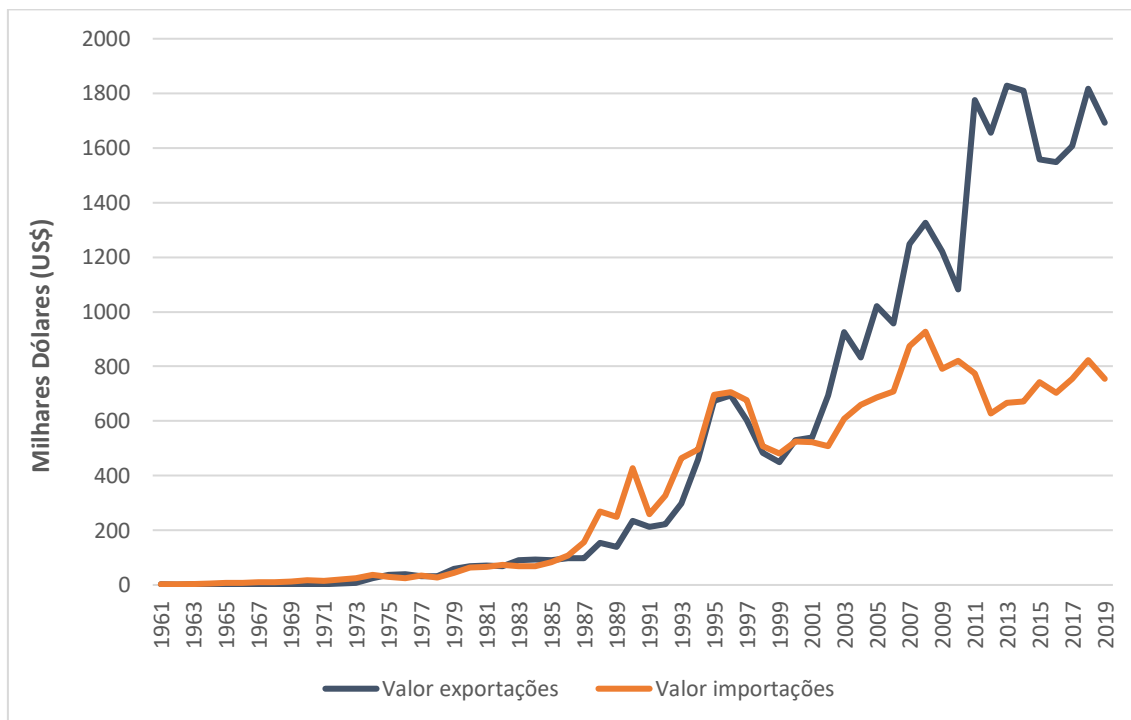


Gráfico 6- Valor exportação (10³ Dólares) – Papel e Cartão

Fonte: FAO, base de dados FAOSTAT: Forestry Production and Trade, Paper and paperboard paper: Export and Import Value, 1961-2019.

Analisando a produção de papel e papel cartão por tipo, verificamos que os papéis finos para escritório e uso gráfico não revestido (UWF)⁴⁶⁹, representam valores superiores a 70% nas últimas décadas da produção de papel⁴⁷⁰, apresentando indicadores que colocam Portugal entre os países cimeiros mundiais produtores de papel UWF (gráfico 7), e no pódio mundial em quantidade exportada (gráfico 8) e valor (gráfico 9).

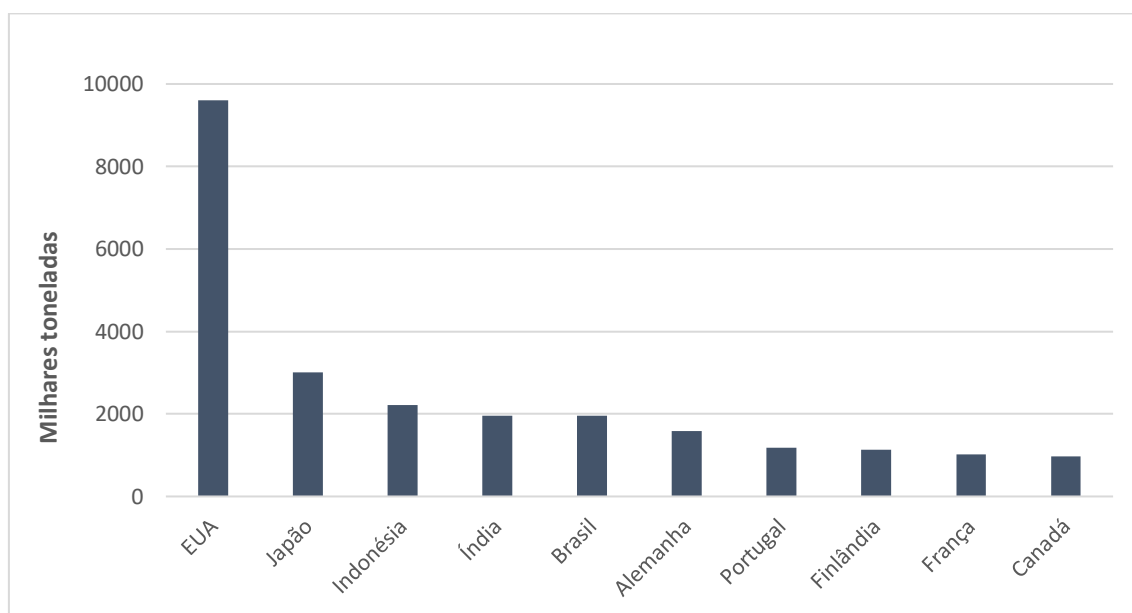


Gráfico 7- Top 10 Mundial: Produção (10³ t) – Papel fino de impressão e escrita (UWF)

Fonte: FAO, base de dados FAOSTAT: Forestry Production and Trade, Printing and writing papers, uncoated, wood free: Production: Average 1993-2019.

⁴⁶⁹ Também com a designação de Papel fino de impressão e escrita (UWF).

⁴⁷⁰ Já a produção de cobertura de cartão canelado é inferior 20%, e de papel *tissue*, para uso doméstico, cerca de 10%. Cf. Indústria Papeleira Portuguesa - *Boletins Estatísticos*. Associação da Indústria Papeleira, CELPA, [últimas décadas].

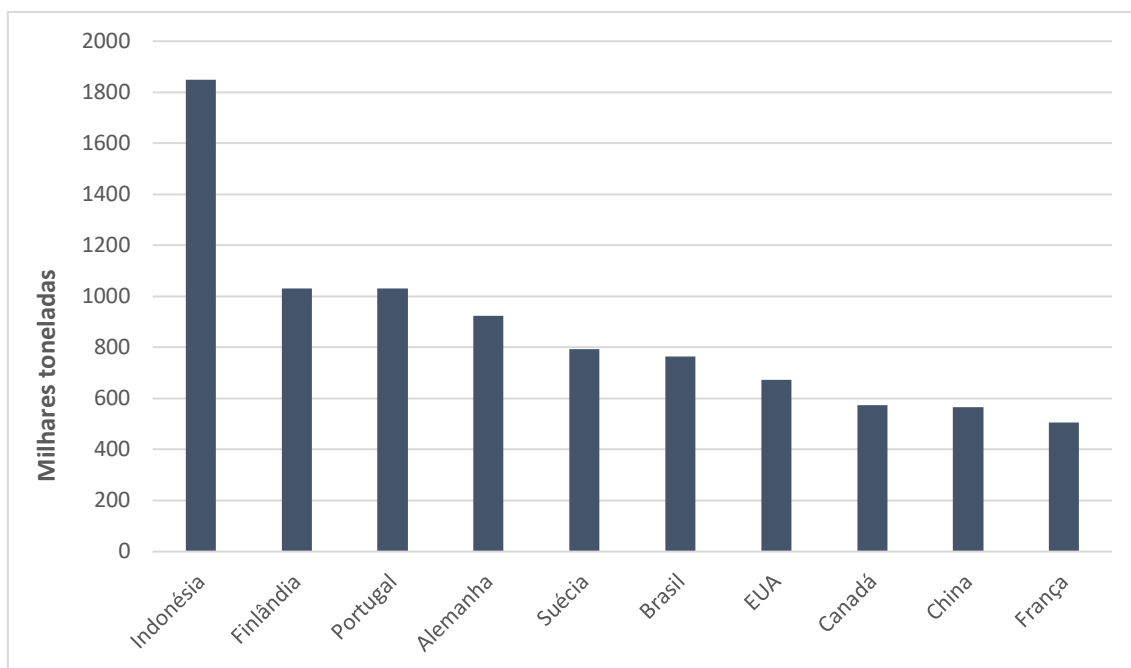


Gráfico 8- Top Mundial: Quantidade exportada (10³ t) – Papel fino de impressão e escrita (UWF)

Fonte: FAO, base de dados FAOSTAT: Forestry Production and Trade, Printing and writing papers, uncoated, wood free: Export Quantity, Average 1993-2019.

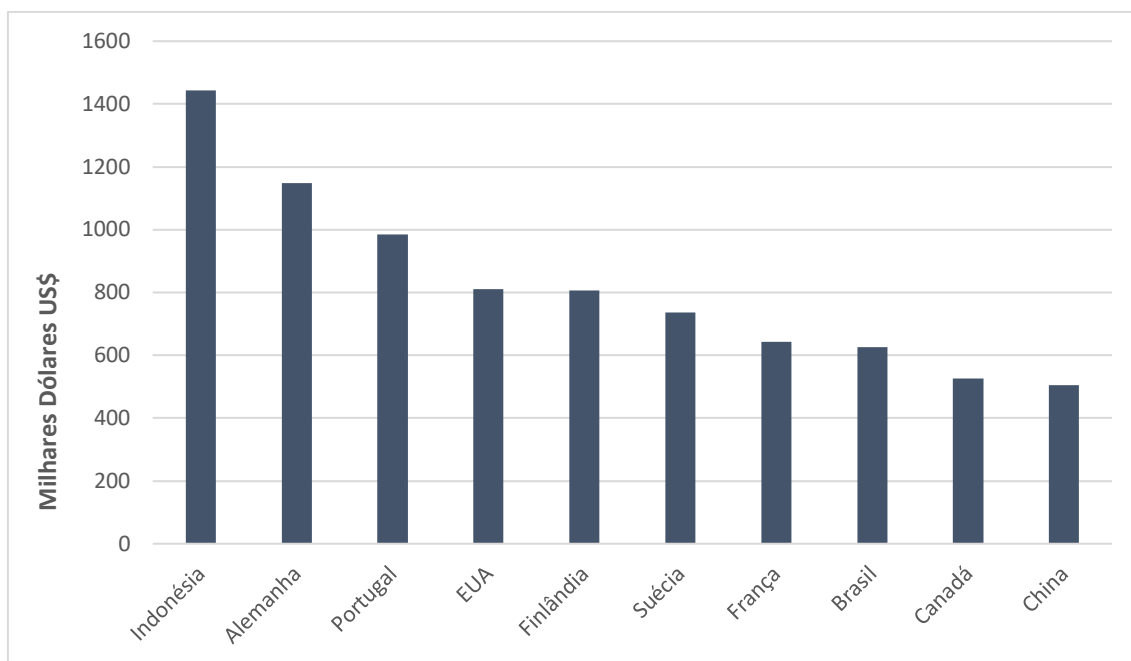


Gráfico 9- Top Mundial: Valor exportações (10³ dólares US\$) – Papel fino de impressão e escrita (UWF)

Fonte: FAO, base de dados FAOSTAT: Forestry Production and Trade, Printing and writing papers, uncoated, wood free: Export Value, Average 1993-2019.

4.2. Ecologia

Neste ponto, e último do quarto capítulo, procuramos expor os principais impactes ambientais que a instalação das plantações com base no eucalipto e a utilização silvo-industrial desta árvore, implicam precisamente no ambiente, segundo algumas investigações, estudos e relatórios de base científica.

Conforme fomos percecionando ao longo da realização do trabalho, a instalação da árvore em determinados locais gerou – não raras vezes – manifestações de diversas partes da sociedade portuguesa, se bem que, a conceptualização da questão ecológica sobre os eucaliptos e o uso em culturas silvo-industriais, apareceu num período consideravelmente posterior à instalação das principais fábricas de produção de pasta

de papel. Não obstante, mesmo durante o regime ditatorial, as populações contíguas às zonas de fabrico de celulose alertavam e manifestavam o seu desagrado pelo prejuízo causado nesses locais.

Afonso Cautela⁴⁷¹, num livro que data de 1977, *Ecologia e Luta de Classe em Portugal*, identificava «Os quatro pontos cardiais da destruição», apontando Sines, o Alviela, os Eucaliptos no Alto Alentejo e Cacia, reportando «algumas ocorrências em Portugal (1972-1976)». Nesta obra, o autor relata as principais questões ecológicas em torno do eucalipto e da sua utilização para a produção de celulose, referindo e recordando que no ano de 1958, 500 habitantes de Cacia, enviaram ao governo «fascista» um abaixo-assinado alertando para os impactos ambientais do Centro Fabril nos recursos hídricos da região, “com incalculáveis prejuízos na pesca, na agricultura e em algumas indústrias artesanais tradicionais⁴⁷²”.

Com base em testemunhos recolhidos, Afonso Cautela descreve os problemas ambientais relacionados com a produção celulósica da Caima Pulp & C.³, que afetavam a atmosfera provocando um cheiro nauseabundo e poeiras suspensas no ar nas zonas próximas do complexo industrial⁴⁷³, ou ainda, a pressão à desertificação das zonas rurais, nomeadamente no Alto Alentejo, nas serras de Ossa, serra de S. Miguel e serra de Portalegre, por parte da indústria do eucalipto, a fim de arborizar as respetivas zonas, que terá implicado a seca dos recursos hídricos da região⁴⁷⁴. Nas referidas zonas, segundo o autor, tinham-se verificado a destruição que a utilização do eucalipto implicou inclusive na própria comunidade humana, num ecossistema de ricas e profundas implicações, com uma raiz hídrica considerada inexaurível⁴⁷⁵.

Partindo do pressuposto que, no ambiente os sistemas vivos interagem em permanência com o respetivo meio físico, biótico e material onde se inserem, procuramos de agora em diante, apresentar os aspetos ambientais nas diversas

⁴⁷¹ CAUTELA, Afonso – *Ecologia e Luta de Classes em Portugal*. Lisboa: Sociocultur, 1977.

⁴⁷² *Ibidem*, p. 205.

⁴⁷³ Cf. *Ibidem*, p. 221.

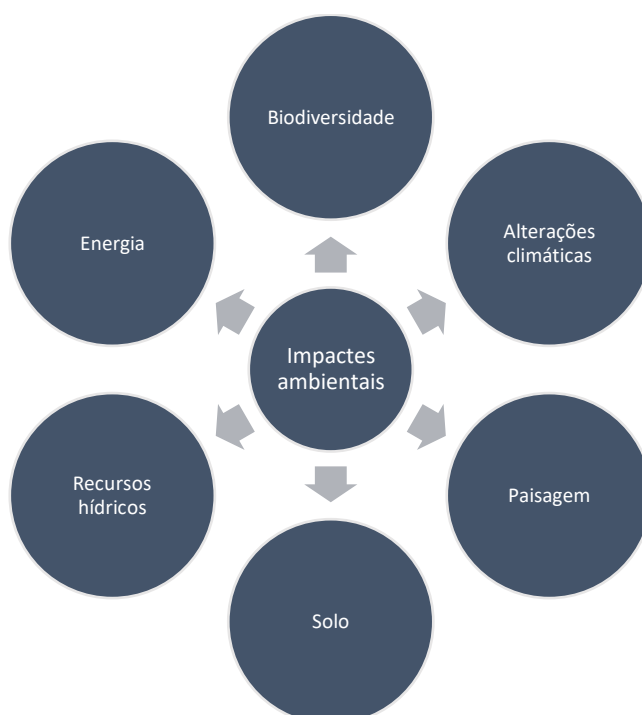
⁴⁷⁴ Cf. *Ibidem*, p. 117.

⁴⁷⁵ Cf. *Ibidem*.

categorias, descrevendo os principais impactes ambientais associados à plantação ou à utilização do eucalipto, incluindo os resultantes do processo produtivo de fabricação de pasta de papel, baseando-nos nas publicações de carácter científico.

4.2.1. Principais Impactes ambientais do eucalipto e da indústria celulósica

Figura 4- Impactes ambientais dos eucaliptos⁴⁷⁶



As categorias aqui apresentadas dos impactes ambientais – da utilização dos eucaliptos para plantio ou silvo-indústria –, devem ser observadas numa ligação de interdependência/inter-relação entre os aspetos e compartimentos ambientais, num movimento contínuo dessa respetiva ligação. Os aspetos negativos ou positivos, são descritos com base nas evidências retiradas das publicações científicas, apresentadas juntamente com cada afirmação resultante da identificação dos principais impactes ambientais com a plantação e utilização de eucaliptos, na Biodiversidade (espécies e

⁴⁷⁶ Com a plantação e utilização industrial da árvore.

habitats), nos recursos hídricos (superiores e subterrâneos), no solo, na paisagem (alterações, modificações, onde se incluem os impactos dos incêndios), na atmosfera e alterações climáticas, e por fim na energia.

Tabela 7- Aspetos e principais impactes ambientais com a utilização do eucalipto

Aspetos ambientais	Principais impactes ambientais com a plantação e utilização de eucaliptos
Biodiversidade (espécies e habitats)	- Redução dramática da biodiversidade fora da sua área de origem (Austrália), impedindo o crescimento de outras plantas (deserto verde) ^{[477], [478]} ; Perda de habitats ⁴⁷⁹ ; Redução da biodiversidade existente em áreas com extensas monoculturas ⁴⁸⁰ ; Simplificação do meio físico promove a proliferação de algumas espécies, favorecendo o aparecimento de pragas ⁴⁸¹ ; profundo impacto na biodiversidade através da utilização de agroquímicos e as práticas silvo-industriais adotadas ⁴⁸² ; alteração das cadeias tróficas (alimentares) ⁴⁸³ ; Concentração excessiva de focos de poluição química ou orgânica nas descargas da indústria de celulose, pode levar ao desaparecimento de espécies nativas presentes nos rios ⁴⁸⁴ ; redução das comunidades microbianas e fúngicas nos sistemas radiculares ^{[485], [486], [487]} ;

⁴⁷⁷ BECERRA, P.I.; MONTESINOS, D.; *et al.* – *Inhibitory effects of Eucalyptus globulus on understorey plant growth and species richness are greater in non-native regions*. In *Global Ecology and Biogeography*, 2018, 27 (1), pp. 68-76.

⁴⁷⁸ CHU, Shuangshuang; OUYANG, Juanhui; LIAO, Dandan; *et al.* – *Effects of enriched planting of native tree species on surface water flow, sediment, and nutrient losses in a Eucalyptus plantation forest in southern China*. In *Science of The Total Environment*. ELSEVIER, vol. 675, 2019, pp. 224-234.

⁴⁷⁹ RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; *et al.* – *Eucalipto no Brasil: expansão geográfica e impactos ambientais*. Universidade Federal da Uberlândia: Compose, 2021, p. 89.

⁴⁸⁰ *Ibidem*.

⁴⁸¹ *Ibidem*.

⁴⁸² *Ibidem*, p. 90.

⁴⁸³ TAVARES, André; BEIROZ, Wallace; *et al.* – *Eucalyptus plantations as hybrid ecosystems: Implications for species conservation in the Brazilian Atlantic Forest*. In *Forest Ecology and Management*, 2018. Volume 433. pp. 131-139.

⁴⁸⁴ FEIO, M. J.; FERREIRA, V. – *Rios de Portugal: comunidades, processos e alterações*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

⁴⁸⁵ FERREIRA, V., BOYERO, L.; CALVO, C. *et al.* – *A Global Assessment of the Effects of Eucalyptus Plantations on Stream Ecosystem Functioning*. In *Ecosystems* 22, pp. 629–642.

⁴⁸⁶ BECERRA, P.I.; MONTESINOS, D.; *et al.* – *Op. cit.*, pp. 68-76.

⁴⁸⁷ CHU, Shuangshuang; OUYANG, Juanhui; LIAO, Dandan; *et al.* – *Op. cit.*, pp. 224-234.

Recursos Hídricos (superiores e subterrâneos)	- água de superfície e/ou superior significativamente reduzida em áreas com extensas monoculturas de eucaliptos ⁴⁸⁸ ; baixa capacidade de retenção hídrica no solo em povoamentos mistos e puros ⁴⁸⁹ ; baixa qualidade da água próxima da indústria de celulose ⁴⁹⁰ ; perda de galerias ripícolas (rios e ribeiras) ⁴⁹¹ ; Fabricação de celulose: Eutrofização das águas ⁴⁹² ;
Solo	- Depleção de nutrientes no solo (perda de elementos fundamentais) ⁴⁹³ ; Em povoamentos de elevada densidade, quanto mais reduzido for o período de rotação e mais intensiva for a remoção da biomassa, a perda de nutrientes é muito significativa ⁴⁹⁴ ; Escassez e diminuição dos horizontes orgânicos do solo ⁴⁹⁵ ; impede ⁴⁹⁶ o crescimento no solo dos sistemas radiculares de outras espécies de plantas ⁴⁹⁷ ; erosão do solo ⁴⁹⁸ ; compactação do solo pelas operações silvo-industriais (máquinas) ⁴⁹⁹ ;

⁴⁸⁸ *Ibidem*.

⁴⁸⁹ AMAZONAS, Nino Tavares; FORRESTER, D. I.; OLIVEIRA, Rafael S.; BRANCALION, Pedro H. S. – *Combining Eucalyptus wood production with the recovery of native tree diversity in mixed plantings: Implications for water use and availability*. In Forest Ecology and Management, 2018. Vol. 418, pp. 34-40.

⁴⁹⁰ FEIO, M. J.; FERREIRA, V. – *Rios de Portugal: comunidades, processos e alterações*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

⁴⁹¹ CANHOTO, C.; LARANJEIRA, C. – Leachates of Eucalyptus globulus in Intermittent Streams Affect Water Parameters and Invertebrates. In Internacional Review of Hidrobiology, 92, 2007, 2, pp. 173-182.

⁴⁹² OLIVEIRA, J.M. (coord.); SANTOS, J.M.; TEIXEIRA, et al. – *Projecto AQUARIPORT: programa nacional de monitorização de recursos piscícolas e de avaliação da qualidade ecológica de rios*. Direcção-Geral dos Recursos Florestais, Lisboa, 2007, pp. 96.

⁴⁹³ POORE, D.; Fries, C. – *The Ecological Effects of Eucalyptus*. FAO Forestry Paper 59. Rome: FAO, 1985.

⁴⁹⁴ FLORENCE, R. G. – *Cultural problems of Eucalyptus as exotics*. In Commonwealth Forest Revue, 65, 1986, pp. 141-163.

⁴⁹⁵ Secretaria de Educação da Ciência e Tecnologia – *Avaliação das Alterações das Propriedades Físicas, Químicas e Microbiológicas do Solo pela Cultura de Eucalyptus spp*. Belo Horizonte: Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais, 1984.

⁴⁹⁶ Os extratos das folhas de eucaliptos.

⁴⁹⁷ BECERRA, P.I.; MONTESINOS, D.; et al. – *Inhibitory effects of Eucalyptus globulus on understory plant growth and species richness are greater in non-native regions*. In Global Ecology and Biogeography, 2018, 27 (1), pp. 68-76.

⁴⁹⁸ CHU, Shuangshuang; OUYANG, Juanhui; LIAO, Dandan; et al. – *Effects of enriched planting of native tree species on surface water flow, sediment, and nutrient losses in a Eucalyptus plantation forest in southern China*. In Science of The Total Environment. ELSEVIER, vol. 675, 2019, pp. 224-234.

⁴⁹⁹ MOLEDO, Júlio César; SAAD, Antonio R.; et al. – Impactos ambientais relativos à silvicultura do eucalipto: Uma análise comparativa do desenvolvimento e aplicação no plano de manejo florestal. In Geociências, Janeiro, 2016.

Paisagem (alteração, incêndios)	Substituição de vegetação nativa por extensas monoculturas florestais ⁵⁰⁰ ; alteração paisagem nativa (substituição folhosas por povoamentos mistos ou monoculturas); cultura bioenergética (menos mato, abundantes folhas secas); extremamente inflamáveis quanto à inflamabilidade das espécies presentes no Mediterrâneo ⁵⁰¹ ; Seleção preferencial do fogo pela espécie, em comparação com outros tipos de vegetação ^{[502], [503]} ; regenera-se após incêndios com forte capacidade de disseminação ^{[504],[505]} ; geomorfologia/mobilização do solo;
Atmosféricos e Alterações climáticas (cenários)	- Baixa qualidade do ar junto a centros fabris de celulose ⁵⁰⁶ ; mobilização de solos frequente no processo de plantação florestal, transforma o solo num emissor de gases com efeito de estufa; Stock de carbono médio na biomassa dos eucaliptos, mais reduzido que das outras espécies ^{[507], [508]} ; Em 2014, quatro das principais doze maiores unidades industriais responsáveis pela

⁵⁰⁰ RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; *et al.* – *Eucalipto no Brasil: expansão geográfica e impactos ambientais*. Universidade Federal da Uberlândia: Composer, 2021, p. 89.

⁵⁰¹ DIMITRAKOPOULOS, A.; PAPAIOANNOU, K. – *Flammability Assessment of Mediterranean Forest Fuels*. In *Fire Technology*, 37, 2001, pp. 143-152.

⁵⁰² FERNANDES, Paulo; SILVA, Joaquim S.; *et al.* – *Perigo, incidência e severidade do fogo nas florestas portuguesas*. In *Ecologia do Fogo e Gestão de Áreas Ardidas*, ISA Press, 2010.

⁵⁰³ SILVA, Joaquim S.; MOREIRA, Francisco; *et al.* – *Assessing the relative fire proneness of different forest types in Portugal*. *Plant Biosystems*, vol. 143, 3, November 2009, pp. 597-608.

⁵⁰⁴ CATRY, Filipe; MOREIRA, Francisco; *et al.* – *Post-fire survival and regeneration of Eucalyptus globulus in forest plantations in Portugal*. In *Forest Ecology and Management*, Elsevier, vol. 310, 2013, pp. 194-203.

⁵⁰⁵ SANTOS, Patrícia; MATIAS, Hugo; *et al.* – *Fire effects on capsules and encapsulated seeds from Eucalyptus globulus in Portugal*. In *Plant Ecology*, Springer, vol. 216, pp. 1611-1621.

⁵⁰⁶ HOFFMAN, E.; BERNIER, M., Blotnick, B.; *et al.* – *Assessment of public perception and environmental compliance at a pulp and paper facility: a Canadian case study*. In *Environmental monitoring and assessment*, 187(12), 2015, p. 766.

⁵⁰⁷ Nomeadamente do que os stocks de carbono dos pinheiros-bravo e manso (*Pinus pinaster* e *Pinus pinea*), do que os dos sobreiros (*Quercus suber*) e do que das folhosas (carvalhos, bétulas, faias, etc).

⁵⁰⁸ APA – Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases, 1990-2014, [SUBMITTED UNDER THE UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE AND THE KYOTO PROTOCOL.] Agência Portuguesa do Ambiente, 2015, Amadora

	emissão de gases com efeito de estufa, foram as fábricas de pasta e de papel ^{509],[510]} ; Sumidouro de carbono ⁵¹¹ ;
Energia	- 70% dos combustíveis consumidos pelo setor das celulosas, advém de um subproduto da produção de pasta, a lenhina da madeira, que, em 2019, representou 83% dos biocombustíveis consumidos ⁵¹² ;

Assim, terminamos o último capítulo, no qual procuramos dar resposta às duas últimas problemáticas referidas na introdução, nomeadamente quais os principais aspetos e indicadores da utilização do eucalipto na Indústria, e, quais os principais aspetos e impactes ambientais do eucalipto para a ecologia.

Conclusões e desenvolvimentos recentes

As conclusões – análogas às respostas das problemáticas que traçamos e examinamos ao longo da presente dissertação –, serão apresentadas de forma sintética, seguindo a ordem cronológica estabelecida das questões formuladas e descritas na introdução.

⁵⁰⁹ Complexo Industrial da Portucel Setúbal, a Celulose Beira Industrial (Celbi), a Soporcel na Figueira da Foz e a Fábrica da Portucel em Cacia. Segundo o Registo Europeu de Emissão e Transferência Poluente, seis fábricas emitiram 4 milhões e 945 mil toneladas de dióxido de carbono (CO₂), 824 mil toneladas de dióxido de carbono por fábrica e por ano, tornando o setor da pasta e do papel o terceiro maior emissor industrial de gases com efeito de estufa em Portugal. Cf. European Industrial Emissions Portal - *Pollutant Release and Transfer Register*. Para mais informações, consultar ligação disponível em: <<https://industry.eea.europa.eu/#/home>>.

⁵¹⁰ European Industrial Emissions Portal - *Pollutant Release and Transfer Register*. Para mais informações, consultar ligação disponível em: <<https://industry.eea.europa.eu/#/home>>. Consultado em junho de 2021.

⁵¹¹ Crescimento rápido em altura e volume (toros), permite uma maior quantidade de criação de oxigénio, porém, o corte rápido (curta rotação) $\pm$ 8 a 12 anos, e o respetivo processamento industrial da pasta de papel torna o setor celulósico um dos maiores emissores de dióxido de carbono.

⁵¹² Indústria Papeleira Portuguesa - *Boletim Estatístico 2019*. Associação da Indústria Papeleira, CELPA, p. 78.

As primeiras referências ao eucalipto que verificamos, foram no periódico de discussão de assuntos técnico e científicos sobre o mundo rural e agrícola, O *Arquivo Rural*, do ano de 1872, onde constava uma descrição da diversidade da árvore, tanto em número de variedades de espécies, como na aplicação de ensaios e projetos florestais com vista a informar a comunidade de especialistas e interessados no assunto.

Pudemos perceber que a introdução da espécie exótica em Portugal terá ocorrido em meados do séc. XIX, mais precisamente em 1854, sendo que do último quartel da centúria de Oitocentos, começaram a surgir com regularidade diversos registos de áreas arborizadas com o *Eucalyptus*, de iniciativa de particulares, alvo de interesse pela escassez de material lenhoso em diversas regiões, a par do ordenamento de jardins e parques, geralmente pertencentes a propriedade privada. Mais tarde, surgiram plantações de escala significativa, como nas Matas Nacionais, tendo por base a espécie *Eucalyptus Globulus* Labill., aquela que já se destacava e contava com uma grande porção de exemplares, apesar de terem sido incrementadas mais de 250 espécies de eucalipto até ao final da década de 1910 do séc. XX, que pontualmente delimitavam e adornavam os parques e jardins.

Em 1888 apareceu uma primeira experiência com a aposta de produção de pasta de papel do eucalipto, através da Sociedade CAIMA, no entanto, com a criação da CPC na década de 1940 e após a assimilação desta árvore como matéria-prima de maior relevo para a indústria de celulose, surgiu uma vigorosa aposta na industrialização do eucalipto, com o contributo determinante da transformação ao sulfato do *E. globulus*, em 1957, num projeto pioneiro a nível mundial a cargo da CPC.

Como vimos no primeiro capítulo, a aposta no desenvolvimento de uma indústria-base de celulose e do papel, com futuro e da maior relevância, teve o ideólogo industrialista do Estado Novo, Ferreira Dias Júnior, como principal responsável ao operar um processo de reorganização industrial do setor na década de 1940, para ser aplicado no médio-longo prazo.

Assim, a partir da década de 1950, a CPC tornou-se no núcleo central do setor celulósico, em face de uma concentração idealizada desde a reorganização industrial, ao entrar como acionista em diversas empresas, como por exemplo a SOCEL.

Os motivos pela aposta na industrialização do eucalipto, advieram em grande medida pela situação desvantajosa das plantas resinosas e folhosas que produziam uma fibra curta e menos resistente, o que originou a que viessem a ser ultrapassadas no processo produtivo pela espécie exótica. Com o enquadramento legislativo favorável ao início de missões de estudo e na contratação de técnicos nacionais e estrangeiros (Decreto nº 31177, de 14 de março de 1945), foi possível criar uma produção ímpar de pasta branqueada de eucalipto (processo kraft), que viria a tornar-se altamente qualificada para a produção de papéis topo de gama.

Aproximadamente nos inícios da década de 1960, os pedidos de instalação de unidades fabris de celulose e papel, surgiram com ampla magnitude, o que implicou um aumento pela procura da matéria-prima, assim como, à colocação em prática de projetos pioneiros de florestação com base em eucaliptos pelas empresas do setor.

Nesta articulação, a pasta branqueada do *E. globulus* tornou-se matéria-prima consolidada para a fabricação de pasta de elevada qualidade, destinadas à produção de papel fino de escrita e de impressão, sobretudo para exportação, contribuindo assim para uma efetiva internacionalização do setor.

Com a consolidação e importância económica que a fileira industrial do eucalipto suscitou, operou-se a uma reorganização setorial que permitiu a promoção e aproveitamento das sinergias disponíveis no setor das celulosas e do papel, incluindo a incorporação científica do eucalipto na indústria.

Esta incorporação começou como comprovamos, na década de 1920, com a criação da Estação de Experimentação do Pinheiro, Sobreiro e Eucalipto, em Alcobaça, e logo após a constituição da CPC em 1942, com a criação do Laboratório de Celulose. Um dos passos fundamentais com vista a aprofundar o conhecimento científico sobre a árvore, passou pela criação em 1993 da Tecnocel – Centro de Desenvolvimento Tecnológico para a Indústria de Celulose, que cessou a atividade no ano de 1995, sendo

os seus recursos integrados no Raiz – Instituto de Investigação da Floresta e do Papel, constituído no mesmo ano, com as ações do Instituto centradas, e, com total enfoque, na espécie *E. globulus* pelas particularidades vantajosas já referidas na produção de pasta de papel branqueada e papel.

Neste sentido, com o aproveitamento da árvore para a fileira silvo-industrial, impôs-se verificar a área de distribuição e ocupação do eucalipto na floresta portuguesa ao longo do período estudado, pela evidência paralela do crescimento da indústria celulósica, sobretudo após o abandono da madeira de pinho em algumas unidades fabris a partir de 1945. Nesse breve retrato, constatamos que a árvore que partiu de uma ocupação bastante residual, expandiu-se de uma forma metódica atingindo atualmente a maior taxa de representatividade de espécies por tipo nos povoamentos florestais com 845 mil ha.

Fazendo uma análise comparativa entre a sua distribuição e a produção de pasta de papel conseguimos perceber que a área de ocupação e distribuição da espécie exótica (capítulo 1.), caminhou gradualmente e paralelamente com a produção de pasta de papel (capítulo 4.), pois sem a matéria-prima a indústria da celulose e do papel não almejaria a importância e consolidação que obteve no decorrer do séc. XX.

As primeiras referências ao eucalipto no debate político, surgiram na fase final da centúria de Oitocentos com abordagens que relacionavam a árvore com as preocupações sanitárias, como solução para drenar terrenos pantanosos, ou ainda como espécie vantajosa para uma rápida arborização das estradas. Após esta primeira abordagem, ainda na 1ª República, a árvore fez parte dos planos de alguns vastos projetos de arborização de serras pelos Serviços Florestais.

No que concerne aos impactos propriamente ditos, fossem eles positivos ou negativos, do eucalipto na Floresta-Economia-Sociedade refletidos nos debates parlamentares, depreendemos que a contenda sobre os mesmos teve início no período do Estado Novo. A reboque das preocupações com a hidrologia, foram apresentados alguns diplomas que passavam por impedir a plantação de eucaliptos junto dos recursos hídricos. Sob pareceres da Câmara Corporativa, destacavam os impactos económicos da

utilização da árvore na indústria do fabrico de pasta para papel, de grande interesse para o País, considerado matéria-prima que fornecia produtos muito melhorados.

Assim, sempre que vinha a debate a importância para o País do prosseguimento da política de arborização, o assunto eucalipto surgia aliado a uma perspectiva de aumento da aposta na matéria-prima, valorizada industrialmente e considerada uma aposta ganha. Não menos importante foi durante um período em que foi alvo de requisição juntamente com o pinheiro, para dar resposta à escassez, dos carvões nacionais, utilizando ambas as espécies arbóreas para a necessidade de suprir a falta de combustíveis. Identicamente relevante, foi a mudança de paradigma face à reconversão agrária de boa parte do território, passível de ser visto como área de grande potencialidade suscetível de arborização, e ainda os programas de auxílio económico e concessões de crédito, para ações de florestação a desenvolverem-se por parte do Estado e de empresas do setor da celulose e papel.

No que concerne aos impactos na Floresta, verificamos que existiu um insigne incremento de plantação e replantação do eucalipto nos novos povoamentos florestais que se realizaram – sob o enquadramento legal da Lei do Povoamento Florestal – inscritos nos Planos de Povoamento, apresentados com regularidade na Câmara Corporativa, e que foram alvo de parecer das comissões encarregadas de acompanhar as contas públicas, para as Conta Gerais do Estado nos diversos anos económicos, onde se apresentavam os dados da arborização efetuada em todas as propriedades sob administração dos Serviços Florestais.

A análise do debate político, permitiu-nos identicamente perceber que a ação do Estado não se resumia à arborização com base no eucalipto somente nas propriedades estatais, como ficou evidente na exposição sobre a expressiva presença no território do Vale do Tâmega, que compreendeu cerca de 120 mil ha, em função do fomento dado pelo Estado a particulares.

Amiúde durante os debates parlamentares, fizeram-se denúncias sobre o arranque de espécies autóctones da floresta portuguesa pela substituição por eucaliptos, que resultaram na apresentação de vários requerimentos para pedidos de

esclarecimento, dado que essas decisões carregariam implicações socioeconómicas devido à diminuição de postos de trabalho, ecológicas ao nível da diminuição de reservas de água no solo.

Quanto aos impactos na Sociedade, os Deputados nos debates parlamentares aludiram – não raras vezes – à invasão das terras férteis e comunitárias pela arborização forçada pelo poder ditatorial, nomeadamente dos baldios, tendo os tribunos na 3ª República feito profundas e cirúrgicas críticas à ação do Estado Novo relativamente a esta matéria, nas quais acusavam o executivo de imporem políticas erradas, prosseguidas durante dezenas de anos com a plantação extrema de eucaliptos, e a desertificação das zonas interiores do País, forçadamente com a confiscação dos terrenos comunitários de que estas populações se serviam para seu próprio sustento. Simultaneamente, descreviam os problemas abrangentes da poluição resultantes da atividade da indústria de celulose considerada lesiva para o ambiente e para os interesses das comunidades que, implicavam uma dificuldade acrescida do convívio entre os centros fabris da indústria celulósica e as populações contíguas a eles.

Foi durante a 3ª República que, as populações dos territórios afetados pela plantação de eucaliptos ou pelas indústrias de celulose, fizeram-se ouvir através da divulgação dos seus anseios por parte de alguns Deputados, como por exemplo, do grupo parlamentar da coligação que envolvia os comunistas, o MDP/CDE e o MEP-PV, de alguns Deputados do PS, e ainda de alguns grupos parlamentares como do agrupamento de deputados Sociais-Democratas Independentes (ASDI), referindo-se precisamente a essas preocupações de eucaliptos nas áreas circundantes, as quais, por adágio, diminuía as reservas de água no solo afetando a própria sobrevivência das populações segundo os intervenientes.

Nesta conjuntura, verificamos que deram entrada na Mesa da Assembleia da República vários requerimentos a solicitar correção desses problemas, nos quais e na maior parte deles continham em anexo a tomada de posição das populações locais relativamente aos alertas dados à plantação indiscriminada de eucaliptos nessas regiões.

Os impactos do eucalipto na fauna também não deixaram de fazer parte do debate político, mormente assunto de discussão pelo impacto causado nas espécies cinegéticas, dado que este tipo de povoamento florestal era considerado artificial por alguns tribunais. À luz dos conhecimentos atuais, não deixa de ser curioso, dado que tudo aponta para que somente os koalas originários da mesma região do eucalipto, são os únicos seres que desenvolveram características fisiológicas e um conjunto de adaptações ao nível do metabolismo, assim como, de comportamentos, que lhes permitem sobreviver a partir de uma nutrição exclusiva de folhas de eucalipto, extremamente fibrosas e pobres em nutrientes.

Em relação a qual foi o enquadramento legislativo outorgado pelos órgãos competentes para responder à emergência das celulosas e de que forma se assegurou a matéria-prima do eucalipto dentro deste contexto para o respetivo processo industrial, tivemos oportunidade de explicar os principais diplomas que deram suporte ao estabelecimento da indústria da celulose e do papel, assim como, às políticas de arborização com esta espécie arbórea utilizada de forma quase exclusiva a partir da década de 1960.

Entre outros diplomas pertinentes para a contextualização da introdução da árvore na floresta, e em que contexto se inseriu, destacamos a Lei do Povoamento Florestal, a Lei n.º 1971, de 15 de junho de 1938, como aquela que maior impacto teve para as comunidades e para um verdadeiro incremento de arborizar os territórios comunitários com – entre outras espécies – eucaliptos. Nesta opressiva campanha por parte do Estado Novo que, à força, tentara eliminar a utilização tradicional que os povos serranos faziam desses territórios, particularmente da pastorícia, da elaboração de fertilizantes para as terras, da apanha de lenha, em suma, daquilo que representava o dia a dia e sustento dessas comunidades, levou a que o regime contasse com focos de resistência em diversos locais por parte das populações, à arborização a cargo dos Serviços Florestais, que obrigavam ao apoderamento desses terrenos que até então pertenciam ao povo.

Para o estabelecimento da indústria de celulose e do papel, o enquadramento dado pelos órgãos competentes recaiu na Lei n.º 2005, de 14 de março de 1945, que

dispunha este setor com uma configuração inédita através do fomento e reorganização industrial, na qual foi considerada indústria-base. Este diploma viria a ser complementado com a Lei n.º 2058, de 29 de dezembro de 1952, que promulgava as bases para a execução do Plano de Fomento, que previa a florestação de vastas zonas baldias de Portugal continental.

Após analisarmos o Decreto-lei n.º 221-B/75, de 9 de maio de 1975, daqui depreendemos que este diploma se tratou de um dos mais importantes daqueles que afetaram diretamente a indústria celulósica, no qual foram declaradas nacionalizadas várias empresas do setor, num processo de total reajustamento e reestruturação que levaria à criação da Portucel – Empresa de Celulose e Papel de Portugal, S.A, com o Decreto-lei n.º 554-A/76, de 14 de julho de 1976. Neste último documento, foi reforçado o papel que a nacionalização se propunha a aprofundar a vocação da indústria de celulose como motor de desenvolvimento do setor em que se insere, e, do próprio País.

Por fim, no que ainda diz respeito ao enquadramento legislativo criado para dar resposta à exigência de matéria-prima do eucalipto por parte das celulosas, destacamos o Projeto Florestal Português, que recebeu o apoio do Banco Mundial, planeado para os anos de 1981-1988, caracterizado pelas ações em larga escala de arborização com eucaliptos.

Relativamente aos principais aspetos e indicadores da utilização do eucalipto pela indústria, depreendemos pelo estudo realizado que, esta matéria-prima serve quase exclusivamente a produção de pasta e de papel, tendo começado a expandir-se desde a implementação dos planos florestais e planos de fomento. Não obstante, a árvore facultava uma ampla variedade de aproveitamento, com aplicabilidade para madeira de mobiliário ou construção civil, e ainda em outros usos, como os produtos florestais não lenhosos.

Inferimos nos principais indicadores disponibilizados pela FAO, de forma que, assim conseguíssemos ter uma perspetiva da evolução do setor celulósico e do peso que este representa, tanta na autossuficiência do País nestes segmentos de produtos, e desta fileira no contexto de globalização económica.

Procuramos identificar os principais aspetos e impactos ambientais do eucalipto para a Ecologia, no sentido de inferirmos em trabalhos académicos e científicos sobre o assunto, incluindo aqueles que retratam a pegada ecológica dos centros fabris de celulose e papel.

Assim, apresentamos as principais categorias, observando que as mesmas devem ser analisadas numa ligação de interdependência e inter-relação entre os aspetos e compartimentos ambientes em contínuo movimento, nas quais destacamos entre outros: a Biodiversidade, os Recursos hídricos, o solo, e a paisagem.

Para a Biodiversidade, os principais impactes ambientais identificados referem a redução dramática da biodiversidade com a instalação de eucaliptos em regime de monocultura fora da sua área de origem – a Austrália e a Tasmânia –, a perda de habitats, a alteração das cadeias tróficas, uma concentração excessiva de focos de poluição química ou orgânica nas descargas da indústria de celulose, e a redução das comunidades microbianas e fúngicas nos sistemas radiculares.

No que diz respeito aos impactes ambientais nos recursos hídricos (superiores e subterrâneos), os estudos apresentados tendem para que a água de superfície ou superior fique significativamente reduzida em áreas com extensas monoculturas de eucaliptos, tendo sido possível averiguar uma baixa capacidade de retenção hídrica no solo em povoamentos mistos e puros tendo como base significativa de eucaliptos. O impacto da indústria celulóica na biodiversidade, tende a afetar significativamente os recursos hídricos próximos destes Centros Fabris, segundo os resultados alcançados nas investigações.

No solo os principais indicadores de impactes ambientais, apontam para uma perda de elementos fundamentais (depleção de nutrientes no solo), sendo maior a perda em povoamentos de curta rotação e quanto maior for a intensidade da remoção da biomassa nesses locais, e tendo sido possível ainda identificar a evidência que alguns estudos apontam para a compactação do solo pelas atividades silvo-industriais, que utilizam exclusivamente máquinas.

Os principais impactes ambientais em conexão com a paisagem, pela utilização de plantações de eucaliptos, ou pela fileira industrial a esta árvore associada, aludem para a substituição de vegetação autóctone por extensas monoculturas de florestais, extremamente inflamáveis nas regiões mais a sul do velho continente que, num contexto de alterações climáticas com a temperatura média do clima a subir, tendem forçosamente a alastrar a área em que a coloca com elevado grau de inflamabilidade. Apontam ainda diversos estudos para a forte capacidade de disseminação com elevado grau de regeneração dos eucaliptos após os incêndios.

Nesta manifestação do estado que o tema representa na historiografia portuguesa, procuramos com este trabalho apresentar e balançar a importância do setor industrial afeto à transformação da madeira de rolaria do eucalipto até ao produto final acabado – no qual Portugal encontra-se na dianteira mundial na produção de papéis UWF em quantidade exportada e valor acrescentado –, e os principais indicadores de impactes ambientais, patentes longinquamente no debate político e na resistência das populações e comunidades limítrofes à florestação forçada, à existência da espécie arbórea nos terrenos de usufruto comunitário ou aos principais Centros Fabris de celulose e papel.

Creemos, assim, com esta soma de elementos e em jeito de tecer as considerações finais numa leitura própria que fizemos do assunto dissertado, que este tema apesar das problemáticas que foram definidas, excedeu pela sua análise, os próprios objetivos definidos para a sua concretização, no sentido em que, inferimos os principais aspetos, indicadores e referências à árvore e ao uso que a indústria faz dela, atualmente alvo de alguma polémica, no nosso entender mal direcionada, pois maioritariamente se dirige à espécie e ao exotismo – não é a única e isso não lhe confere por si só nenhuma particularidade negativa.

Assim, consideramos finalmente que, a plantação à base de eucaliptos no quadro dos impactes ambientais assinalados nos recursos hídricos, na biodiversidade ou na paisagem, quando instalados em regime de monocultura, possivelmente acarretam importantes impactos em diversos indicadores do ambiente, como por exemplo, na paisagem com os incêndios florestais que, segundo Estatísticas do Ambiente do INE,

atribuem na última década ao eucalipto mais de 40% do total de área florestal ardida. Isto num contexto em que a ocupação da espécie em alguns territórios, por exemplo, em Aveiro e Porto, supera os 70% de área de ocupação, com forte representação na região Norte e Centro, num País que somente detém 3% da propriedade pública florestal, cerca de metade da detida pela Associação Industrial Papeleira (que conta com meios humanos e materiais face as adversidades que vão surgindo), e bastante longe dos cerca de 85% de propriedade privada (caracterizadas pelo abandono e reduzido cuidado com a limpeza dos terrenos sob pena de minimizar os lucros), tenderá a levar-nos a crer que a história, a melhor e a pior, se repetirá.

Fontes, Referências Bibliográficas e Web

Fontes:

Diário das Sessões da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa (1822-1910)

Diário das Sessões da Câmara do Deputados da República (1911-1926)

Diário das Sessões do Senado da República (1911-1926)

Diário das Sessões da Assembleia Nacional (1935-1974)

Actas da Câmara Corporativa (1935-1974)

Diário das Sessões da Assembleia Constituinte (1974-1976)

Diário das Sessões da Assembleia da República (1976-1985)

Diário do Governo (de 1 de janeiro de 1869 a 9 de abril de 1976)

Diário da República (desde 10 de abril de 1976)

Outras Fontes:

Autoridade Florestal Nacional – *6º inventário Florestal nacional: relatório final*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 2015.

FAO, base de dados FAOSTAT: Forestry Production and Trade.

Guia do Eucalipto – Oportunidades para um desenvolvimento sustentável, CIB 2008

Indústrias de Base Florestal – Estatísticas Setoriais, DGAE 2019

Indústria Papeleira Portuguesa - *Boletim Estatístico 2016*. Associação da Indústria Papeleira, CELPA.

Indústria Papeleira Portuguesa - *Boletim Estatístico 2019*. Associação da Indústria Papeleira, CELPA.

Jornal A Terra

Jornal O Camponês

Jornal O Avante!

National Geographic – *Notes on the Eucalyptus tree from the U.S. Forest Service*, 1909.

National Geographic – *The tallest tree that grows*, 1909.

O Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Ciências Correlativas. In Lisboa: Typographia Universal, 1872. Vol. XIV.

The Newsletter – *Conhecer o eucalipto*. The Navigator Company, junho, 2020.

Bibliografia:

AMAZONAS, Nino Tavares; FORRESTER, D. I.; OLIVEIRA, Rafael S.; BRANCALION, Pedro H. S. – *Combining Eucalyptus wood production with the recovery of native tree diversity in mixed plantings: Implications for water use and availability*. In *Forest Ecology and Management*, 2018. Vol. 418, pp. 34-40.

ALVES, António Monteiro; PEREIRA, João Santos; SILVA, João Neves; (eds.) - *O Eucaliptal em Portugal: Impactes Ambientais e Investigação Científica*. Lisboa: ISAPress, 2007.

ALVES, Jorge Fernandes – *A estruturação de um sector industrial: a pasta de papel*. In *Revista da Faculdade de Letras. História*, Nº. 1, 2000, p. 153-182.

ALVES, Jorge Fernandes – *A Indústria da pasta e do papel em Portugal: O grupo Portucel*. [S.I]: Portucel, 2001.

ALVES, Jorge Fernandes – *Alguns vectores históricos da indústria papelreira em Portugal* in “XVII Encontro Nacional Tecnicelpa. Comunicações”, Viana do CASTELO, TECNICELPA, p. 15-35.

BECERRA, P.I.; MONTESINOS, D.; *et al.* – *Inhibitory effects of Eucalyptus globulus on understorey plant growth and species richness are greater in non-native regions*. In *Global Ecology and Biogeography*, 2018, 27 (1), pp. 68-76.

BRANCO, Amélia – *O contributo das florestas para o crescimento económico português: o papel do plano de povoamento florestal (1938-68)*. Lisboa: Gabinete de História Económica e Social, 1998.

CANHOTO, C.; LARANJEIRA, C. – *Leachates of Eucalyptus globulus in Intermittent Streams Affect Water Parameters and Invertebrates*. In *Internacional Review of Hidrobiology*, 92, 2007, 2, pp. 173-182.

CATRY, Filipe; MOREIRA, Francisco; *et al.* – *Post-fire survival and regeneration of Eucalyptus globulus in forest plantations in Portugal*. In *Forest Ecology and Management*, Elsevier, vol. 310, 2013, pp. 194-203

CAUTELA, Afonso – *Ecologia e Luta de Classes em Portugal*. Lisboa: Sociocultur, 1977.

CHU, Shuangshuang; OUYANG, Juanhui; LIAO, Dandan; *et al.* – *Effects of enriched planting of native tree species on surface water flow, sediment, and nutrient losses in a Eucalyptus plantation forest in southern China*. In *Science of The Total Environment*. ELSEVIER, vol. 675, 2019, pp. 224-234.

DEVY-VARETA, Nicole – *A Floresta no espaço e no tempo em Portugal: A arborização da Serra da Cabreira (1919-1975)*. Tese de Doutoramento. Porto: FLUP, 1993.

DEVY-VARETA, Nicole – *Investigación sobre la Historia Forestal portuguesa en los siglos XIX y XX: orientaciones y lagunas*. [S.l.], 1999. Separata da Revista cuatrimestral del Seminario de Historia Agraria, nº18, 1999.

DEVY-VARETA, Nicole – *O Regime Florestal em Portugal através do século XX (1903-2003)*. in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I série, vol. XIX, Porto, 2003, p. 447-455.

DEVY-VARETA, Nicole – *Os serviços Florestais no século XIX. Os Homens e as Ideias*. in *Finisterra*, Lisboa, XXIV, 47, 1989, pp. 105-116.

- DIAS JÚNIOR, J.N. Ferreira – *Linha de Rumo I e II e outros escritos económicos:1926-1962*. Lisboa: Banco de Portugal, 1998. 3 vol.
- DIMITRAKOPOULOS, A.; PAPAIOANNOU, K. – *Flammability Assessment of Mediterranean Forest Fuels*. In *Fire Technology*, 37, 2001, pp. 143-152.
- ESTEVÃO, João – *A floresta dos baldios*. In *Análise Social*, vol.IX (77-78-79), 1983-3.º, 4.º, 5.º, p. 1157-1260.
- FEIO, M. J.; FERREIRA, V. – *Rios de Portugal: comunidades, processos e alterações*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.
- FERNANDES, Paulo; SILVA, Joaquim S.; *et al.* – *Perigo, incidência e severidade do fogo nas florestas portuguesas*. In *Ecologia do Fogo e Gestão de Áreas Ardidas*, ISA Press, 2010.
- FERREIRA, José Medeiros (coord.) – *Portugal em Transe (1974-1985)*. MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. Vol. 8.
- FERREIRA, V., BOYERO, L.; CALVO, C. *et al.* – *A Global Assessment of the Effects of Eucalyptus Plantations on Stream Ecosystem Functioning*. In *Ecosystems* 22, pp. 629–642.
- FLORENCE, R. G. – *Cultural problems of Eucalyptus as exotics*. In *Commonwealth Forest Revue*, 65, 1986, pp. 141-163.
- GOES, Ernesto da Silva Reis – *Os Eucaliptos: Ecologia, Cultura, Produções e Rentabilidade*. Lisboa: Portucel, 1977. p. 26-27.
- HOFFMAN, E.; BERNIER, M., Blotnicky, B.; *et al.* – *Assessment of public perception and environmental compliance at a pulp and paper facility: a Canadian case study*. In *Environmental monitoring and assessment*, 187(12), 2015, p. 766.
- LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da – *História Económica de Portugal 1700-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. 2005. vol III.

MOLEDO, Júlio César; SAAD, Antonio R.; *et al.* – Impactos ambientais relativos à silvicultura do eucalipto: Uma análise comparativa do desenvolvimento e aplicação no plano de manejo florestal. In Geociências, Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, J.M. (coord.); SANTOS, J.M.; TEIXEIRA; *et al.* – *Projecto AQUARIPORT: programa nacional de monitorização de recursos piscícolas e de avaliação da qualidade ecológica de rios*. Direcção-Geral dos Recursos Florestais, Lisboa, 2007, pp. 96.

PEREIRA, Hugo Silveira - Debates parlamentares como fonte histórica: potencialidades e limitações. In: *Historiae*, Vol. 8, No. 1, 2018.

PINHO, João – Evolução histórica dos organismos no âmbito da administração pública florestal (1824-2012). In *Cadernos de Análise e Prospetiva Cultivar*, nº11, Março de 2018.

PIMENTEL, Carlos Augusto de Sousa - *Eucalipto Globulus. Descrição, Cultura e Aproveitamento D'Esta Árvore*. Lisboa: Typografia Universal, 1884.

POORE, D.; Fries, C. – *The Ecological Effects of Eucalyptus*. FAO Forestry Paper 59. Rome: FAO, 1985.

RADICH, Maria Carlos; BAPTISTA, Fernando Oliveira – *Floresta e Sociedade: Um Percurso (1875-2005)*. In *Revista Silva Lusitana* 13(2), Lisboa, 2005, p. 143-157.

RADICH, Maria Carlos - *Uma exótica em Portugal*. *Ler História*, 25, 1994. p. 11-26.

ROLLO, Maria Fernanda – *Portugal e o Plano Marshall: história de uma adesão a contragosto (1947-1952)*. In *Análise Social*, vol. XXIX (128), 1994, p. 865.

RAMOS, Rui (coord.) – *A Segunda Fundação (1890-1926)*. MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. Vol. 6.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; *et al.* – *Eucalipto no Brasil: expansão geográfica e impactos ambientais*. Universidade Federal da Uberlândia: Comoser, 2021, p. 89.

ROSAS, Fernando (coord.) – *O Estado Novo (1926-1974)*. MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Vol. 7.

ROSAS, Fernando (coord.) – *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, vol XII.

SANTOS, Patrícia; MATIAS, Hugo; *et al.* – *Fire effects on capsules and encapsulated seeds from Eucalyptus globulus in Portugal*. In *Plant Ecology*, Springer, vol. 216, pp. 1611-1621.

SILVA, Joaquim S.; MOREIRA, Francisco; *et al.* – *Assessing the relative fire proneness of different forest types in Portugal*. *Plant Biosystems*, vol. 143, 3, November 2009, pp. 597-608.

TAVARES, André; BEIROZ, Wallace; *et al.* – *Eucalyptus plantations as hybrid ecosystems: Implications for species conservation in the Brazilian Atlantic Forest*. In *Forest Ecology and Management*, 2018. Volume 433. pp. 131-139

TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.) – *O Liberalismo (1807-1890)*. MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Vol. 5.

UVA, José Sousa (coord.) – *6º Inventário Florestal Nacional*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Relatório final, 2015.

Referências on-line:

https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/d/dias_junior_jose_nascimento_ferreira.pdf

<http://www.caima.pt/pt/empresa/percurso>

https://www.cvce.eu/content/publication/2007/10/4/31e975c9-4a91-4897-abe2-e85334ed1d1b/publishable_pt.pdf

<https://debates.parlamento.pt>

<https://dre.pt>

<https://dre.pt/conheca-o-diario-da-republica>

<http://www.fao.org/faostat/en/#data/FO>

<http://www.fao.org/forestry/statistics/80572/en/>

<http://hemerotecadigital.cm->

<lisboa.pt/EFEMERIDES/GazetadeLisboa/GazetadeLisboa.htm>

<http://raiz-iifp.pt/instituto/#>.>

<http://www2.icnf.pt/portal/florestas/ArvoresFicha?Processo=KNJ1/415&Concelho=&Freguesia=&Distrito=>

http://www2.icnf.pt/portal/florestas/ifn/resource/doc/ifn/ifn6/IFN6_Relatorio_completo-2019-11-28.pdf

Anexos

Anexo 1 – Estatística Debates Parlamentares – Resultados globais⁵¹³

<i>Período</i>	<i>Anos</i>	<i>Nrº Diários</i>	<i>Nrº Páginas</i>	<i>Soma</i>	<i>%</i>
Monarquia Constitucional	1821-1910	19	21	40	1%
1ª República	1910-1926	24	31	55	1%
Estado Novo	1935-1974	161	256	417	10%
3ª República	Desde 1974	1233	2392	3625	88%
	<i>total</i>	1437	2700	4137	100%

⁵¹³ Os resultados apresentados, incluem a pesquisa com a palavra-chave eucalipto no motor de busca do site dos debates parlamentares, juntamente com outras designações de forma que a pesquisa pudesse abranger o maior número possível de resultados. A própria grafia foi variando ao longo dos anos, pelo que a pesquisa somente com o termo eucalipto por si só não apresentaria resultados para épocas mais remotas como a Monarquia Constitucional, ou com poucos resultados na época da 1ª República. Assim, para o período da Monarquia Constitucional, as palavras-chave introduzidas foram *eucalyptus*, *eucalyptos* e *eucalipto*; da 1ª República utilizamos as palavras-chave *eucalipto* e *eucaliptal*; para o período do Estado Novo utilizamos *eucalyptus*, *eucalipto* e *eucaliptal*; por fim, para a 3ª República, as palavras-chave utilizadas foram mais diversas devido a novas designações que surgiam relacionadas com a temática, nomeadamente *eucalyptus*, *eucalipto*, *eucaliptal*, *eucaliptização*, *eucaliptizada*, *eucaliptizar*, *eucaliptada*, *eucaliptolândia*, *eucaliptação*. Para mais informações consultar ligação disponível em <<https://debates.parlamento.pt>>.

Anexo 2 – Estatística Debates Parlamentares – Resultados por períodos⁵¹⁴

- **Monarquia Constitucional**

<i>Catálogo</i>	<i>Anos</i>	<i>Nrº Diários</i>	<i>Nrº Páginas</i>
Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa	1822-1910	13	15
Câmara dos Pares	1842-1910	7	7

- **1ª República**

<i>Catálogo</i>	<i>Anos</i>	<i>Nrº Diários</i>	<i>Nrº Páginas</i>
Câmara dos Deputados	1911-1926	13	15
Senado da República	1911-1926	11	16

⁵¹⁴ A utilização das palavras-chave, obedeceu àquilo que referimos na nota precedente. Para mais informações consultar ligação disponível em <<https://debates.parlamento.pt>>.

- Estado Novo

<i>Legislatura</i>	<i>Anos</i>	<i>Nrº Diários</i>	<i>Nrº Páginas</i>	<i>% Diários</i>	<i>% Páginas</i>
I	1935-1938	19	46	12%	18%
II	1938-1942	1	1	1%	0%
III	1942-1945	6	6	4%	2%
IV	1945-1949	9	15	6%	6%
V	1949-1953	6	6	4%	2%
VI	1953-1957	13	19	8%	7%
VII	1957-1961	26	47	16%	18%
VIII	1961-1965	29	41	18%	16%
IX	1965-1969	27	36	17%	14%
X	1969-1973	18	30	11%	12%
XI	1973-1974	7	9	4%	4%

• 3ª República⁵¹⁵

<i>Legislatura</i>	<i>Anos</i>	<i>Nrº Diários</i>	<i>Nrº Páginas</i>	<i>% Diários</i>	<i>% Páginas</i>
I	1976-1980	31	49	4%	3%
II	1980-1983	30	41	4%	2%
III	1983-1985	41	67	5%	4%
IV	1985-1987	44	79	5%	4%
V	1987-1991	179	414	22%	22%
VI	1991-1995	59	193	7%	10%
VII	1995-1999	38	58	5%	3%
VIII	1999-2002	17	24	2%	1%
IX	2002-2005	23	34	3%	2%
X	2005-2009	36	55	4%	3%
XI	2009-2011	9	15	1%	1%
XII	2011-2015	48	74	6%	4%
XIII	2015-2019	184	624	23%	33%
XIV	Desde 2019	66	159	8%	8%
	<i>total</i>	805	1886		

⁵¹⁵ Pesquisa somente com a palavra-chave eucalipto para o período entre 1976-desde 2019.

Anexo 3 – Imagem⁵¹⁶ Eucalyptus globulus



⁵¹⁶ Retirada de um atlas do primeiro quartel da centúria de Oitocentos. *Atlas pour servir à la relation du voyage à la recherche de la pérouse fait par ordre de l'Assemblée Constituante*. Paris, 1818.

Anexo 4 – Contra o roubo dos baldios⁵¹⁷

Os Serviços Florestais, criados pelo governo de Salazar para servir os interesses dos grandes agrários, prejudicam seriamente as populações rurais.

Com a criação da Guarda Florestal, mais uma força repressiva foi posta ao serviço dos grandes lavradores. Mas além disso esses Serviços têm roubado muitas terras, sob o pretexto de que são baldios, onde os camponeses pobres apascentam os gados ou apanham alguma lenha ou mato. Naturalmente que as populações protestam contra esses roubos.

Foi o que sucedeu em Outeiro (Viana do Castelo) onde, em Fevereiro, devido à luta persistente de vários anos, o povo obteve uma vitória parcial pois parte das terras roubadas pelos Serviços Florestais foi de novo entregue à freguesia.

Também em Teixoso (Beira Baixa) a população protestou contra o roubo dos baldios feito pelo agrário Bernardo Cunha que, seguindo o exemplo dos Serviços Florestais se achou no direito de semear as terras e autuar todos os que lá iam apanhar lenha ou apascentar o gado. O agrário foi obrigado a entregar as terras ao povo e a pagar as custas do processo que ele próprio pusera em tribunal.

Igualmente a Junta de Colonização se tem apoderado de baldios como fez em Alvados (Porto de Mós) dividindo-os em glebas que ninguém aproveita, pois, os camponeses não têm recursos para as tratar

Estes exemplos mostram-nos que devemos estar atentos aos roubos dos baldios e que, pela nossa luta persistente, podemos fazer recuar as intenções dos Serviços Florestais e dos agrários!

⁵¹⁷ *O Camponês* – Ano IX nº 51 – Agosto-Setembro 1955, p. 1.

Anexo 5 – Contra o roubo dos baldios [II]⁵¹⁸

Reina grande descontentamento e indignação entre os camponeses de várias aldeias do concelho de Vinhais (Trás-os-Montes) contra o facto dos Serviços Florestais se terem apoderado dos baldios que eles agricultavam há anos, legalmente, autorizados pelas juntas de Freguesia e até com créditos da Junta da Colonização Interna.

Os camponeses elaboraram uma exposição de protesto ao governo que já tinha cerca de 1000 assinaturas. Mas a PIDE apreendeu a exposição, ameaçando os camponeses com a cadeia. Os governantes ordenaram à PIDE que apreendesse a exposição e intimidasse os camponeses para poder à vontade, roubar os baldios, que eram o sustento de muitas famílias que agora ficam mais pobres e muitas no meio de maior miséria.

Os camponeses de todas as idades do concelho de Vinhais devem unir-se com um só homem, devem efetuar reuniões, eleger ou nomear Comissões em todas as aldeias e prosseguir a luta contra o roubo dos baldios, dirigindo-se diretamente às autoridades do concelho e de Bragança para defender os seus direitos e exigir que a terra lhes seja restituída.

Lutando unidos como um só homem, nem o fascismo, nem a PIDE poderão resistir à vontade e à firmeza dos valentes camponeses transmontanos.

Avante, e unidos na luta contra o roubo dos baldios.

⁵¹⁸ *O Avante!* – nº 305 – Série 6, Setembro de 1961, p. 3.

Anexo 6 – Porque Florestas e não Trigaís?⁵¹⁹

Durante dezenas de anos toda a política do governo foi no sentido do fomento da extensão do encorajamento da cultura do trigo. De repente o governo resolve «desencorajar» a cultura do trigo e reduzir a sua área. De pé para a mão, ao Sul do Tejo a cultura agrícola de sequeiro é reduzida em 1.200.000 hectares e a florestal é aumentada em 2.300.000 hectares. Que pretende agora o governo ao plantar florestas? Pretende apenas satisfazer as exigências do capital industrial e monopólios estrangeiros que pretendem criar no Sul grandes fábricas de celulose e outras, utilizando a madeira como matéria-prima. Pretende por outro lado expropriar os pequenos agricultores dando as suas terras como «não aptas» para a cultura do trigo e entregar, o monopólio da cultura deste cereal aos maiores lavradores.

Com a política «de encorajamento» da cultura do trigo durante anos, concedendo subsídios aos grandes lavradores, o governo teve em vista liquidar muitos pequenos proprietários agora com a política florestal o mesmo se tem em vista, os grandes passarem a ser [maiores] e os pequenos a desaparecerem, pois não poderão semear as terras das florestas e esperar anos que elas cresçam para poderem vender a madeira.

Enquanto o governo traidor à pátria se mantiver no poder, a situação dos pequenos agricultores é sem esperança.

Só a luta organizada de todos os pequenos agricultores poderá impedir o salazarismo de os liquidar definitivamente. Só a sua luta unida a todo o povo, poderá apressar o fim da tirania, e voltar a esperança de dias melhores aos seus lares.

⁵¹⁹ *O Camponês* – Ano XVIII nº 106 – Dezembro de 1964, p. 3.

Anexo 7 – Eucaliptos em vez de pão⁵²⁰

O problema do pão é um dos grandes problemas nacionais que os sucessivos governos de Salazar não têm sido capazes de resolver. Há anos em que mais de metade do trigo necessário para o consumo nacional é importado e, no entanto, a camarilha salazarista em vez de fomentar a produção de trigo fomenta a produção de eucaliptos para fornecer matéria-prima a baixo preço aos monopólios da celulose.

Salazar hesita em aumentar diretamente o preço do pão por recear uma explosão de descontentamento popular. Mas, que ninguém tenha ilusões: o governo, os grandes agrários e o monopólio da moagem e da importação do trigo manobram em conjunto para aumentar o preço do pão. Esperam apenas a melhor oportunidade para o fazerem.

Por sua vez, a Corporação da Lavoura manobra para aumentar o preço da batata a fim de, diz «patrioticamente», acabar com a importação.

Os pequenos e médios lavradores tiveram de vender cedo a batata a preços baixos, ruinosos, enquanto os grandes armazenavam a sua, talvez à custa dos dinheiros extorquidos aos pequenos através das cotizações obrigatórias e de taxas várias. Sob o pretexto de que havia pouca batata recorreu-se à importação e o seu preço foi subindo até atingir 2\$60 o quilo. Então «patrioticamente», a Corporação da lavoura reclama o aumento do preço da batata armazenada, a dos grandes, claro está, «para se acabar com a importação».

Também o vinho começa a subir diretamente depois dos pequenos e médios produtores terem sido obrigados a desfazer-se do seu por qualquer preço. Com uma colheita desastrosa em 1966, será a ruína completa de mais alguns pequenos e médios vinicultores, enquanto os grandes estão auferindo lucros chorudos com a venda do vinho próprio e do dos pequenos e médios, armazenado em bom tempo.

⁵²⁰ *O Avante!* – nº 376 – Série 6, Março de 1967, p. 2 e 5.

O deficientíssimo abastecimento de carne, em particular à cidade de Lisboa, é velho de dezenas de anos e também nunca os governos sucessivos de Salazar foram capazes de criar condições necessárias para o resolver satisfatoriamente.

As negociações escandalosas dos apaniguados das importações maciças de carne a preços mais elevados do que os que se pagavam pela produção nacional são bem conhecidas, como bem conhecida é a política de preços políticos seguida através de dezenas de anos para propiciar aos monopólios o enriquecimento rápido. Os monopólios enriqueceram, mas a agricultura nacional foi arruinada e, por isso, impedida de produzir a carne necessária ao consumo do povo português. E assim, a carne falta de norte a sul do país, os preços são cada vez mais altos e o consumidor não sabe nunca se compra carne de vitela ou de burro, de vaca ou de mula.

À ofensiva dos monopólios e do governo de Salazar contra. Já baixo nível de vida do proletariado, este deve responder com uma ofensiva, nas fábricas e oficinas, nos portos e nas minas, nos campos, nos sindicatos e nas casas do povo, nas ruas, junto das autoridades governamentais e administrativas, por aumento geral de salários e para barrar o caminho à subida do custo de vida.

Será também através da luta massiva e organizada pela redução dos impostos e dos preços dos produtos industriais necessários à lavoura, por preços compensadores para os produtos agrícolas, por crédito barato a médio e longo prazo, contra o colete de forças da organização corporativa, pelo direito a comercializarem os seus produtos e de acordarem diretamente com o comércio retalhista a sua venda será, em resumo, pela luta, que os pequenos e médios camponeses poderão defender os seus interesses.

Aliados à classe operária e os camponeses pequenos e médios, poderão conduzir vitoriosamente a luta comum pelos seus interesses recíprocos e criar todas as condições para a união de tudo o que Portugal tem de são e progressivo, união combativa indispensável para bater e derrubar o poder dos monopólios e dos grandes agrários ligados ao capital estrangeiro e implantar um regime verdadeiramente democrático, capaz de resolver todos os grandes problemas nacionais.

Sem destruirmos as causas da nossa miséria e ruína, a situação não parará de se agravar. Acreditar nas promessas do governo de Salazar, é aceitar passivamente a miséria e a ruína completas. Unamo-nos, pois, na ação para criarmos as condições que vão de derrubar e destruir a ditadura fascista de Salazar e instaurar a democracia em Portugal.

Anexo 8 – Devolução dos baldios aos povos! Talhas do Vouga aponta o caminho⁵²¹

A freguesia de Talhadas do Vouga (lugares de Macida, Talhadas, Doninhas, Seixo e Arcas), concelho de Sever do Vouga, é uma de tantas freguesias que viram os seus baldios, em que assentava boa parte da subsistência da população, ocupados pelos Serviços Florestais. Estes entraram aqui com pezinhos de lã e muitas promessas: direto do povo roçar as matas; dar pastos ao gado no baldio; reconhecer direitos de posse e propriedades particulares; dividir com a freguesia o rendimento das matas; deixar, pelo menos, 80 metros de terreno entre as matas e os prédios particulares;

Numa exposição com cerca de 700 assinaturas enviada a Marcelo Caetano, todo o povo da freguesia denuncia que os S.F. não só não cumpriram estas promessas como se tornaram responsáveis por uma série de atos de puro banditismo: a área de baldio foi alargada progressivamente com a usurpação de terrenos particulares; as zonas de pasto foram proibidas e os donos do gado que era apanhado submetidos a multas segundo o arbítrio dos guardas armados; autorizava-se a exploração de água explorada que revertia para os S.F; cedia-se terrenos bravios para serem reconvertidos em terrenos de produção para depois expulsarem os que neles tinham trabalhado duramente; zonas cultiváveis e habitações dos camponeses foram asfixiadas pelo pinhal. O povo vive no terror de que um grande incêndio, como se tem verificado noutras matas, que destrua toda a freguesia.

O caso de Talhadas do Vouga comprova o que o Partido tem afirmado ao longo dos anos: a plantação das matas não tinha em vista beneficiar os povos, mas expolia-los das suas terras coletivas, expropriar-lhes as pequenas propriedades particulares.

Tal como o povo de Talhadas do Vouga, todos os povos que vivem nas zonas dos S.F. devem reclamar que os baldios regressem à sua administração coletiva, sob a forma

⁵²¹ *O Avante!* – nº 425 – Série 6, 2ª quinzena de janeiro de 1971, p. 4.

de cooperativas ou outras, devem reclamar a restituição das propriedades particulares usurpadas pelos S.F., devem exigir medidas drásticas contra o flagelo dos incêndios.

O povo de Talhadas do Vouga, que já iniciou a luta, vencerá se persistir unido na batalha pelas suas reclamações.

Anexo 9 – Contra os roubos dos Serviços Florestais⁵²²

Numa exposição com 700 assinaturas enviada a Marcelo Caetano em Novembro de 1970, a população de TALHADAS DO VOUGA denunciou os Serviços Florestais como responsáveis de atos de banditismo. Há cerca de 30 anos, desde que os Serviços Florestais iniciaram a ocupação do baldio da freguesia, os povos de Talhadas e dos lugares vizinhos: Macida, Doninhas, Seixo e Arcas vivem sofrendo prepotências, roubos e ameaças. Os S.F. não cumpriram nenhuma das promessas que se comprometeram a respeitar: o direito do povo a roçar matos; a dar pasto ao gado no baldio; a continuar a gozar os direitos de posse e propriedade particulares; a dividir com a freguesia o rendimento das matas; a deixar, pelo menos, 80 metros de terreno entre as matas e os prédios particulares, etc.

Nada foi cumprido. Tudo foi roubado, ano após ano, até que os povos fartos de tanto roubo e de tanta violência cometida pelos guardas florestais e pelos responsáveis dos S.F., resolveram juntar-se todos para reclamar, assinando em peso o protesto enviado ao governo.

A resposta do governo foi dada em meados de Fevereiro. Ou melhor, como diz o povo, não foi dada resposta nenhuma. Nega as principais acusações, não dá solução alguma aos problemas levantados. É uma vergonhosa manobra do governo para encobrir os S.F., e levar o povo a desistir de lutar por aquilo que lhe pertence por direito.

O povo de Talhadas quer que os baldios voltem à sua posse! Saberá fazê-los render muito mais e em proveito de toda a freguesia. Mantendo-se unido e firme como até aqui, conseguirá a vitória.

Apontamos o seu exemplo aos povos cujos baldios têm sido roubados pelos S.F., como acontece na freguesia do Préstimo (Águeda) em que a revolta do povo se deve transformar em ação!

⁵²² *A Terra* – nº 19 – 2ª Série, Maio 1971, p. 3.

Anexo 10 – Alarga-se a luta dos pequenos camponeses contra os Serviços Florestais⁵²³

Os pequenos camponeses da freguesia do PRÉSTIMO (concelho de Águeda), animados pelo exemplo da vizinha freguesia de Talhadas, iniciaram a luta contra os roubos e prepotências dos Serviços Florestais.

Os habitantes do Préstimo realizaram várias reuniões, algumas delas com enorme concorrência e a presença de delegados de Talhadas do Vouga. Muitos camponeses apareceram com documentos comprovativos dos seus direitos que há mais de 40 anos vêm sendo espezinhados pelos Serviços Florestais.

Na base dos factos aprovados nessas reuniões e apresentando as suas justas queixas e reivindicações, os habitantes da freguesia elaboraram uma longa exposição para ser enviada ao Governo, que tem sido assinada pela população em peso.

Vários jornais, do concelho de Águeda e até de Lisboa, têm-se feito eco das legítimas reclamações e aspirações do povo do Préstimo.

O Povo de Talhadas mantém-se firme

Numa nova exposição enviada ao Governo em 20 de Março e assinada por TODOS os chefes de família da freguesia, o povo de Talhadas do Vouga dá uma resposta bem firme ao ofício da Secretaria de Estado da Agricultura de meados de Fevereiro. Nesse ofício eram negadas as acusações e iludidas as reclamações feitas pelo povo de Talhadas contra os Serviços Florestais na sua primeira exposição apoiada por 766 assinaturas – isto é, por toda a população com exceção das crianças e dos ausentes.

Que os Serviços Florestais restituam ao Povo da Freguesia de Talhadas os baldios que a este pertencem.

⁵²³ *A Terra* – nº 20 – 2ª Série, Junho 1971, p. 1.

A luta iniciada pelos camponeses de Talhadas e seguida pelos do Préstimo interessa a todos os povos das freguesias vizinhas que têm problemas semelhantes. Se todos eles seguirem o exemplo de Talhadas e do Préstimo, fazendo reuniões, nomeando comissões e redigindo abaixo-assinados com as suas reclamações, maior força terão para conquistarem o que de direito lhes pertence. Quanto mais forem e mais unidos estiverem, melhores possibilidades têm de vencer!

Anexo 11 – A Luta pela posse dos baldios alastra a novas freguesias⁵²⁴

Os camponeses de PARADELA DO VOUGA (Águeda) acabam de enviar uma exposição ao Governo a denunciar os roubos e prepotências dos Serviços Florestais e a reivindicar a restituição dos baldios roubados. Animados por este movimento de reivindicações, também os camponeses da freguesia de TALHADAS, concelho de Sever do Vouga, o movimento reivindicativo contra os S.F. e pela posse dos baldios estendeu-se à freguesia do PRÉSTIMO e está agora a alargar-se às outras freguesias vizinhas.

Os S.F. e o direito dos povos aos baldios

Depois de 1938 os Serviços Florestais semearam a pinhal a maior parte dos baldios do País. Estes baldios situavam-se nas zonas montanhosas do Norte e eram utilizados pelos povos na criação de gado e na roça de estrumes e ainda, em certas zonas, na cultura de centeio em talhões que todos os anos eram sorteados pelos moradores e por isso se chamavam sortes.

A sementeira a pinhal dos baldios, feita pelos Serviços Florestais, causou o desaparecimento dos rebanhos que deles se alimentavam e empobreceu os povos.

Deste modo os S.F. desapossaram os povos dos seus baldios, que possuíam desde há tempos imemoriais, e passaram a explorá-los em seu proveito, sem entregar ao povo qualquer indemnização pelo prejuízo sofrido.

Hoje os povos cujos baldios foram roubados pelos S.F. não estão mais dispostos a tolerar este desapossamento e iniciaram um amplo movimento de reivindicações exigindo que lhes entreguem todos os baldios tomados, organizando-se estes em cooperativas florestais que assegurarão a exploração económica dos baldios, entregando aos povos para obras de utilidade coletiva todos os rendimentos obtidos; o papel dos Serviços Florestais deveria restringir-se a funções exclusivamente de assistência técnica às explorações florestais feitas pelas cooperativas.

⁵²⁴ *A Terra* – nº 21 – 2ª Série, agosto-setembro 1971, p. 1.

Unidos e firmes contras os S.F.!

Tal como TALHADAS, PRÉSTIMO, PARADELA DO VOUGA e RIBEIRADIO, todas as outras freguesias com os mesmos problemas devem imediatamente passar a uma ação firme contra os S.F. É importante que os povos façam pressão sobre as Juntas de Freguesia para que estas tomem posição a favor dos verdadeiros interesses e direitos daqueles que representam. Tenhamos presente que muitas Juntas de Freguesia colaboram estreitamente com os Serviços Florestais para nos roubar. Por esta razão, o povo não deve esperar que sejam os lacaios que as constituem que tomem a iniciativa. Temos que ser nós, por iniciativa própria, criando comissões que encabecem a nossa luta, quem deve dar os primeiros passos.

Se não formos atendidos como é de justiça devemos encarar outras formas de luta como seja a ocupação dos baldios. Temos o direito de ocupar o que é nosso e nos foi roubado.

Anexo 12 – Alarga-se a frente de luta pela restituição dos baldios às populações⁵²⁵

Negando as acusações fundamentadas de toda a população de Talhadas do Vouga, através de um ofício da Secretaria de Estado da Agricultura o governo veio dar cobertura aos roubos e desmandos pelos Serviços Florestais em vastas regiões do País.

Tal não é para estranhar pois ninguém ignora que a prepotência é a própria essência do regime e é público e notório que o governo fascista, com Salazar ou com Caetano, é o principal responsável pela usurpação dos baldios às populações, quer através de decretos e leis, quer através de promessas que nunca foram cumpridas, quer deixando sem resposta ao longo dos anos centenas de exposições e reclamações dos povos lesados contra os Serviços Florestais.

Por isso, a resposta do governo não iludiu nem podia iludir as justas reclamações da população de Talhadas, cujo ímpeto combativo recrudescceu. Em nova exposição assinado por todos os chefes de família desta freguesia, foram energicamente reafirmadas as anteriores acusações e reivindicações, acrescidas de novas queixas.

Tão escandalosas são a prepotências e a impunidade dos Serviços Florestais e tão justificadas são as razões apresentadas pelo povo de Talhadas nas suas exposições que o próprio presidente da Câmara de Sever do Vouga lhes deu o seu pleno apoio numa circular dirigida ao governador civil de Aveiro. Do mesmo modo foi igualmente apoiada a exposição da Junta de Freguesia de Paradela – a qual também reclamou a devolução dos terrenos de que foi desapossada – e manifestado o propósito de serem apoiadas por aquela Câmara todas as iniciativas no mesmo sentido que vierem a ser tomadas por outras entidades administrativas do concelho.

Seguindo o exemplo combativo de Talhadas, a freguesia de Préstimo (Águeda) entrou também em luta. Várias reuniões muito concorridas, algumas delas com a

⁵²⁵ *O Avante!* – nº 433 – Série 6, setembro de 1971, p. 3.

presença de delegados de Talhadas, tiveram lugar. Numa exposição com 700 assinaturas enviada a M. Caetano, a população em peso denuncia as graves consequências das arbitrariedades dos Serviços Florestais sofridas pela população: desaparecimento de criação de gado, diminuição da produtividade das terras, fome, miséria, emigração.

A propriedade particular tão cara ao regime, tem sido sistematicamente violada pelos Serviços Florestais. Dezenas de habitantes de Préstimo, Varziela, Cambra, Vale de Lobo, Sernadinha, Barrosa, Chouzinha, Chouza, Cimo da Corga, Mata, Ribeiro, Lourizela, Carvalhal e de muitos outros lugares foram total ou parcialmente expropriados pelo bando de salteadores dos Serviços Florestais. O que não tem impedido que o governo tenha continuado a embolsar as contribuições prediais que todos os proprietários dos terrenos usurpados nunca deixaram de pagar desde há mais de 30 anos.

Ao lado das populações de Talhadas e de Préstimo, na mesma frente de luta, todas as populações lesadas pelos Serviços Florestais devem insistentemente reclamar:

«Que os baldios voltem à posse dos seus legítimos donos!»

Anexo 13 – O povo de Talhadas ocupa os seus baldios⁵²⁶

Os camponeses de TALHADAS DO VOUGA, estão a ocupar os baldios que lhes tinham sido roubados pelos Serviços Florestais; à medida que os ocupam procedem à plantação de eucaliptos e à abertura de estradas nos locais plantados.

A firme disposição dos camponeses continuarem a ocupação de todos os baldios que lhes foram usurpados.

Tomaram esta decisão corajosa porque os seus justos pedidos e reclamações não foram atendidos pelo governo. Esperavam há um ano que as autoridades e o governo, dessem solução aos seus pedidos de devolução dos baldios e às acusações concretas aos S.F., contidos numa exposição enviada em Novembro de 1970 ao Presidente do Conselho e subscrita pela população em peso (766 assinaturas). Três meses depois, em Fevereiro deste ano, o governo respondeu negando as principais acusações e não dando nenhuma solução aos problemas levantados. Numa exposição, em Março de 1971, o povo de Talhadas reafirmou as anteriores acusações que fundamentou com novas provas e voltou a exigir a restituição aos seus legítimos donos dos bens particulares usurpados pelos S.F., assim como a devolução ao povo da freguesia dos baldios que lhe pertenciam.

O governo responsável pela ocupação dos baldios que desde 1938 os Serviços Florestais vêm praticando, manteve-se mudo, tal como sempre se tem mostrado surdo a todas as reclamações e abaixo-assinados feitos ao longo destes anos pelos povos lesados. Verificando que não eram atendidos e, se não agissem, tudo ficaria como dantes, os camponeses de Talhadas decidiram tomar conta daquilo que lhes pertence e ocuparam os baldios.

Sentindo-se fortes nos seus direitos, não estão dispostos a ceder às manobras e ameaças feitas pelo Governo Civil e pelos S.F. A unidade e firmeza da população de

⁵²⁶ *A Terra* – nº 22 – 2ª Série, dezembro 1971, p. 1 e 4.

Talhadas já lhe deram uma grande vitória: o processo levantado pelos S.F. à Junta de Freguesia devido à ocupação dos baldios, foi arquivado.

Este êxito vem dar ainda maior força aos povos das freguesias vizinhas, PRÉSTIMO, PARADELA DO VOUGA E RIBEIRADIO que seguindo o exemplo de Talhadas entraram também em luta pelos seus direitos igualmente espezinhados pelos S.F. Se seguirem este exemplo da população de Talhadas e ocuparem também os seus baldios darão o melhor passo para resolverem de factos os seus problemas.

Pelo seu lado, o povo de Talhadas conta com o apoio dos povos das freguesias vizinhas, dispostos a cerrarem fileiras, firmemente unidos contras as manobras dos Serviços Florestais.

Anexo 14 – Incêndios em Matas: incúria criminosa dos Serviços Florestais⁵²⁷

No dia 9 de junho um violento incêndio nas matas dos Serviços Florestais situadas em Castro Daire estendeu-se por uma área de 6 quilómetros ameaçando a povoação de Braceiro e quase chegando a Eiriz. Em 12 de Julho outro incêndio devorou matas entre Albergaria-a-Velha e Águeda alastrando a propriedades particulares onde provocou grandes prejuízos; um foco de incêndio junto da estação de Paradela estendeu-se por 600 mil metros quadrados. Exemplos destes vão-se multiplicando pelo verão fora, a comprovar tragicamente a razão das povoações como Talhadas e Préstimo que protestam contra os perigos a que as sujeitam os S.F.

Estes apropriam-se dos baldios, levam as matas à beira das povoações e propriedades particulares contra o estipulado na lei, não abrem caminhos nem valas de defesa nem ao menos deixam os camponeses roçar o mato, o que evitaria os perigos de incêndio.

Na sua luta contra os Serviços Florestais, ainda recentemente, em novas exposições, os povos destas freguesias reclamavam que fosse respeitada pelos S.F. a distância mínima de 80 metros entre as suas demarcações e os terrenos particulares.

Os S.F. continuam a não atender esta reclamação e os perigos estão à vista. Além de ladrões são criminosos!

Pois em todo o lado onde os incêndios vão devora do propriedades e bens, por culpa da incúria dos S.F., deve exigir-se que estes paguem todos os prejuízos e que cumpram a lei! Lutemos contra os roubos e as prepotências dos S.F.!

⁵²⁷ *A Terra* – nº 25 – 2ª Série, julho 1972, p. 4

Anexo 15 – Os baldios para o povo⁵²⁸!

Novos protestos se levantam contra o roubo dos baldios pelos Serviços Florestais. Os povos das freguesias de Cabreiros e de Albergaria das Cabras, do concelho de Arouca, arruinados e ameaçados na sua própria sobrevivência pela política governamental de apropriação dos baldios, resolveram seguir o exemplo dos camponeses de Talhadas, Préstimo, Campia e Paradela do Vouga, reivindicando a posse dos baldios que de direito lhes pertencem.

Dezenas de camponeses realizaram reuniões na freguesia de Cabreiros, tendo resolvido enviar ao Governo uma exposição exigindo a restituição dos baldios paroquiais roubados pelos Serviços Florestais. Essa exposição foi assinada por todos os habitantes da terra, cerca de 400 pessoas.

Afirma-se no documento: «Com a restituição do baldio ao povo poderão vir a ser criadas associações do tipo cooperativo para o seu melhor aproveitamento económico».

As reivindicações dos camponeses de Cabreiros são as seguintes:

- a) Que seja restituído ao povo desta freguesia o Baldio situado dentro dos seus limites que foi ocupado desde o início da década de 50 pelos Serviços Florestais;
- b) Que seja construída rapidamente uma estrada de ligação desta freguesia à rede nacional de estradas;

Ao iniciarem o seu movimento pela restituição dos baldios, as populações de Cabreiros e de Albergaria das Cabras devem ter em conta (e utilizar) a rica experiência já adquirida pelos camponeses de Talhadas e do Préstimo na luta pela posse dos seus baldios. Os aspetos mais importantes dessa experiência são a necessidade de agirem bem unidos, de elegerem uma comissão formada pelos mais sérios e combativos que os represente, mas que seja sempre apoiada e, quando necessário, pressionada por todos.

⁵²⁸ *A Terra* – nº 29 – 2ª Série, agosto de 1973, p. 1 e 4

Estarem atentos às manobras do Governo e das autoridades fascistas que tudo farão para adiar, enquanto puderem, a solução do caso. Só depois de terem ocupado com decisão os baldios paroquiais é que os camponeses de Talhadas conseguiram obrigar os S.F. a entrar em negociações. Esta é uma lição que todas as populações que lutam pela posse dos seus baldios devem ter presente.

Talhadas

Em Talhadas está a proceder-se à demarcação dos baldios entre os Serviços Florestais e a Junta de freguesia depois das negociações que fizeram. A Junta ficará com os baldios paroquiais que os camponeses já tinham ocupado e mais 25 % da restante zona que reivindicam. Embora isto constitua já uma boa vitória, os camponeses consideram que os S.F. continuam a ocupar uma enorme área que deveria ser restituída ao povo.

Préstimo

A luta do povo do Préstimo pela posse dos baldios obrigou a Câmara de Águeda a decidir, em reunião ampla, que os baldios deveriam ser entregues pelos S.F. Porém, passados vários meses, nem os S.F. deram um passo para restituir os baldios ao povo, nem a Câmara deu qualquer satisfação ao povo da freguesia. Entretanto, multiplicam-se as manobras, pressões e intrigas da Câmara, para que o caso não se resolva. Até que o povo, na reunião da Junta, pressionou o presidente obrigando-o a enviar um ofício aos S.F. para que estes demarquem o mais rapidamente possível os terrenos baldios que devem ficar sob administração da Junta.

Anexo 16 – Albergaria-das-Cabras Exige os seus baldios⁵²⁹

Os camponeses das freguesias de Cabreiros e de Albergaria-das-Cabras (do concelho de Arouca) enviaram abaixo-assinados ao presidente do Conselho exigindo a devolução dos terrenos baldios ocupados pelos Serviços Florestais, como noticiamos no nosso n.º anterior.

Hoje vamos referir-nos a alguns aspetos da exposição de Albergaria-das-Cabras, discutida em várias reuniões do povo da freguesia e assinada pela população em peso. Datado de junho de 1973, este abaixo-assinado refuta em termos energéticos a resposta que tinha sido dada pelo Governo a uma anterior exposição da freguesia de meados de 1970. Dizia o Governo «que têm sido salvaguardados em absoluto os interesses das populações serranas» e especialmente desta freguesia. Responde o povo: «Ora, como somos nós que estamos em causa, só nós é que podemos manifestar se os nossos interesses são respeitados ou não». E segue-se então a explicação dos prejuízos causados aos camponeses pelos famigerados S.F., o principal dos quais foi uma tremenda diminuição das cabeças de gado da freguesia, pelo roubo dos terrenos baldios de pastagens naturais. As pastagens artificiais não conseguiram substituir aquelas, sem falar na repressão e multas constantes a que passou a ficar sujeita a atividade do pastoreio.

Assim, exigem a restituição duma área demarcada indispensável para que todas as famílias possam apascentar os gados suficientes para a sua autossubsistência.

⁵²⁹ *A Terra* – nº 29 – 2ª Série, setembro de 1973, p. 3.

Anexo 17 – Balanço das realizações do Plano Marshall em Portugal⁵³⁰

Empenhado num programa de desenvolvimento económico que tem absorvido grande parte dos seus recursos nos últimos anos, Portugal encontrou no auxílio financeiro norte-americano um apoio substancial para os seus empreendimentos que já se reflete em valiosas realizações. É oportuno recordá-lo nesta altura, em que um novo ano económico vai iniciar-se e quando a cooperação económica dos Estados Unidos com o nosso País deverá revestir novas formas, já apoiadas nos recursos e métodos que vêm destes últimos anos de avisada ação fomentadora.

Como tem sido oportunamente divulgado, um dos projetos de maior importância para Portugal é a grande fábrica de papel e pasta, em Cacia, para a qual a ECA contribuiu com 200.000 dólares. Esta fábrica destina-se a fazer com que Portugal não necessite de importar papel de embrulho e a poder fabricar um excesso destinado à exportação. Deverá acrescentar-se que existe uma grande falta de papel em quase toda a Europa. O custo total da fábrica, cujo projeto foi o primeiro a ser aprovado pelo Plano Marshall em Portugal, será de quase 10.000.000 de dólares. Este auxílio monetário está a ser utilizado na compra de máquinas nos Estados Unidos. Outro material será importado da Grã-Bretanha, Suécia e Finlândia. Estas compras intereuropeias, de toda a qualidade de material e de produtos, têm contribuído muito para o êxito do Plano Marshall. Prevê-se que esta fábrica esteja concluída em 1952, com uma capacidade de produção de 20.000 toneladas anuais. A produção aumentará, mais tarde, para 40.000 toneladas. A fábrica será dirigida pela Companhia Portuguesa de Celulose, na qual o Governo português participou com metade do capital.

O auxílio, em dólares, do Plano Marshall, elevando-se a um montante de 2.100.000 dólares, foi também concedido para a realização dos grandes projetos destinados à produção de energia, rega e assoreamento, na região do Sorraia. Este auxílio está a

⁵³⁰ PINHEIRO, Diniz Bordalo – *Jornal do Comércio* – Lisboa: 27 de dezembro de 1951. Consultar ligação disponível em: <https://www.cvce.eu/content/publication/2007/10/4/31e975c9-4a91-4897-abe2-e85334ed1d1b/publishable_pt.pdf>. Consultado em maio de 2021.

utilizar-se para a compra de materiais nos Estados Unidos, os quais não são fabricados na Europa. Incluídos nestas compras, contam-se camiões, material para remover terra, tratores, escavadoras e pequenas locomotivas. Este projeto, destinado a intensificar a produção de energia hidroelétrica e a transformar os 18.462 hectares em terrenos melhores para a agricultura custou ao Governo português 375 milhões de escudos.

Com os trabalhos de rega e assoreamento, prevê-se um aumento de 41.000 toneladas na produção de vegetais; 1.000 toneladas na produção de carne e 45.000 toneladas na produção de lacticínios. O desenvolvimento, não só de recursos da agricultura como também da produção de energia, é de grande importância num período no qual toda a Europa Ocidental trabalha para aumentar a sua força e para enfrentar as ameaças comunistas.

Outro projeto em que a ECA também participa, com uma verba que sobe até aos 990.000 dólares, é o financiamento de materiais comprados nos Estados Unidos, para a construção duma fábrica de tubos de ferro. Esta fábrica, situada perto do Porto, fabricará tubo de ferro e aço para canalizações, caldeiras e condutas, à razão de 15.000 toneladas anuais. Esta produção destina-se ao abastecimento de Portugal e Colónias. Portugal fará, também, uma economia de cerca de 2.000.000 de dólares por ano em moeda estrangeira. Presentemente a tubagem é importada de outros países. Outro projeto é, ainda, a construção de nova fábrica de tecidos da Indústria Têxtil do Ave, S.A.R.L.», perto do Porto. Esta fábrica será a primeira em Portugal a fabricar tecidos de fibra de «rayon» para pneus. O Plano Marshall financiou aquisições de equipamento têxtil avaliado em 80.000 dólares.

Nos territórios ultramarinos de Angola e Moçambique também o auxílio norte-americano se traduziu já em iniciativas de grande projeção. Uma das mais importantes a barragem de Mabubas em Angola. A ECA autorizou a compra de equipamento gerador hidroelétrico no valor de 629.000 dólares. Este aproveitamento está situado no Rio Dande e há vários anos que se desenvolve. Estes trabalhos deverão ficar concluídos em 1952. Os fundos do Plano Marshall completam o capital do Governo Português. O custo total avalia-se em 60.000 contos.

A central elétrica destina-se a trabalhar com o máximo de 8.140 HP até 1960, e então dois grupos geradores tornarão possível a produção máxima de 16.480 HP. A central fornecerá energia para fins de consumo público, industrial e doméstico, em Luanda, que conta uma população de cerca de 100.000 pessoas.

Em Moçambique, o projeto de colaboração luso-americana mais considerável é, até ao presente, a melhoria do porto da Beira, não só para desenvolvimento da economia local como para fomentar a saída de crómio, cobre, amianto e outros materiais da Rodésia do Norte e do Sul. As docas antigas da Beira estão sobrecarregadas, para além da sua capacidade, para embarques de minérios e descarregamentos de petróleo.

Foi calculado que a capacidade do porto aumentaria 1 milhão de toneladas anuais, em resultado dos trabalhos nas novas docas. Em Lourenço Marques⁵³¹ a ECA contribuiu com 533.000 dólares para a aquisição de caldeiras a vapor destinadas às centrais termo geradoras.

Neste sumário de empreendimentos exprime-se uma vasta obra de valorização económica que vai refletir-se notavelmente nos progressos gerais do país em futuro próximo.

⁵³¹ Atual cidade de Maputo, capital de Moçambique.

Anexo 18 – Há 28 anos um povo lutou contra os eucaliptos. E a terra nunca mais ardeu⁵³².

Em 1989 houve uma guerra no vale do Lila, em Valpaços. Centenas de pessoas juntaram-se para destruir 200 hectares de eucaliptal, com medo que as árvores lhes roubassem a água e trouxessem o fogo. A polícia carregou sobre a população, mas o povo não se moveu.

«Foi o nosso 25 de Abril», diz Maria João Sousa, que tinha 15 anos quando a revolução chegou à sua terra. No dia 31 de março de 1989, a rebate do sino, 800 pessoas juntaram-se na Veiga do Lila, uma pequena aldeia de Valpaços, e protagonizaram um dos maiores protestos ambientais que alguma vez aconteceram em Portugal.

A ação fora concertada entre sete ou oito povoações de um escondidíssimo vale transmontano, e depois juntaram-se ecologistas do Porto e de Bragança à causa. Numa tarde de domingo, largaram todos para destruir os 200 hectares de eucalipto que uma empresa de celulose andava a plantar na quinta do Ermeiro, a maior propriedade agrícola da região.

À sua espera tinham a GNR, duas centenas de agentes. Formavam uma primeira barreira com o objetivo de impedir o povo de arrancar os pés das árvores, mas eram poucos para uma revolta tão grande.

Maria João, que nesse dia usava uma camisola vermelha impressa com a figura do Rato Mickey, nem deu pelo polícia que lhe agarrou no braço. «Ide para casa ver os desenhos animados», atirou-lhe, mas a rapariga restaurou a liberdade de movimentos com um safanão: «Estava tão convicta que não sentia medo nenhum. Naquele dia ninguém

⁵³² RODRIGUES, Ricardo J. – «Há 28 anos um povo lutou contra os eucaliptos. E a terra nunca mais ardeu», Notícias magazine. artigo publicado em 22.10.2017, disponível para consulta na ligação: <<https://www.noticiasmagazine.pt/2017/ha-2-28-anos-um-povo-lutou-contra-os-eucaliptos-e-a-terra-nunca-mais-ardeu/>>. Consultado em maio de 2021.

sentia medo nenhum. Eles atiravam tiros para o ar e parecia que tínhamos uma força qualquer a fazer-nos avançar.»

A tensão subiria de tom ao longo da tarde. «Houve ali uma altura em que pensei que as coisas podiam correr para o torto», diz agora António Morais, o cabecilha dos protestos. Havia agentes de Trás-os-Montes inteiros, da Régua e de Chaves, de Vila Real e Mirandela.

Mas também lá estava a imprensa, e ainda hoje o homem acredita que foi por isso que a violência não escalou mais. Algumas cargas, pedrada de um lado, cacetadas do outro, mas nada que conseguisse calar um coro de homens e mulheres, canalha e velharia: «Oliveiras sim, eucaliptos não».

«Não queríamos arder aqui todos»

A guerra tinha começado a ser preparada um par de meses antes, quando António Morais, proprietário de vários hectares de olival no Lila, percebeu que uma empresa subsidiária da Soporcel se preparava para substituir 200 hectares de oliveiras por eucaliptal para a indústria do papel. «Tinham recebido fundos perdidos do Estado para reflorestar o vale sem sequer consultarem a população», revolta-se ainda, 28 anos depois.

«Nessa altura o ministério da agricultura defendia com unhas e dentes a plantação de eucalipto.» Álvaro Barreto, titular da pasta, fora anos antes presidente do conselho de administração da Soporcel e tornaria ao cargo em 1990, pouco depois das gentes de Valpaços lhe fazerem frente.

«A tese dominante dos governos de Cavaco Silva era que urgia substituir o minifúndio e a agricultura de subsistência por monoculturas mais rentáveis, era preciso rentabilizar a floresta em grande escala», diz António Morais. O eucalipto adivinhava-se uma solução fácil.

Crescia rápido e tinha boas margens de lucro. Portugal, aliás, ganharia em poucos anos um papel de destaque na indústria de celulose e os pequenos proprietários

poderiam resolver muitos problemas de insolvência abastecendo as grandes empresas com uma floresta renovada. A teoria acabaria por vingar em todo o país, sobretudo no interior centro e norte. Mas não em Valpaços.

«Comecei a ler coisas e percebi que o eucalipto nos traria grandes problemas», continua António Morais. «Por um lado, numa região onde a água é tudo menos abundante, teríamos grandes problemas de viabilidade das outras culturas. Nomeadamente o olival, que sempre foi a riqueza deste povo. E depois havia os incêndios, que eram o diabo. São árvores altamente combustíveis e que atingem uma altura muito grande.»

Na terra quente transmontana o ano são oito meses de inverno e quatro de inferno. O fogo, tinha ele a certeza, chegaria com aquele arvoredor.

Uns meses antes da guerra, começou a conversar sobre o seu medo com algumas das mais relevantes personalidades do vale. Grandes proprietários, políticos da terra, as famílias mais reconhecidas. «Lentamente começou a formar-se um consenso de que o lucro fácil do eucalipto seria a médio prazo a nossa desgraça. Não queríamos deixar secar a nossa terra. E não queríamos arder aqui todos. Tínhamos de destruir aquele eucaliptal, custasse o que custasse.»

Anatomia da conspiração

O núcleo duro estava formado, era constituído por dezena e meia de agricultores capazes de mobilizar o resto do povo. «Aos domingos, íamos às aldeias e no fim da missa explicávamos às pessoas o que podia acontecer à nossa terra», lembra Natália Esteves, descendente de uma família de grandes produtores de azeite feita de repente líder de protesto ecológico. «E também íamos de casa em casa, esclarecer quem não tinha estado nas assembleias.»

Ao início houve renitência, a madeira valeria sempre mais do que a azeitona, e a castanha ainda não rendia o que rende hoje. «Mas tentámos sempre centrar a conversa no que aconteceria daí a uns anos, dizer que os eucaliptos secariam os solos e o povo ficaria refém de uma única cultura, que se alguma coisa corresse mal não teriam mais nada.»

O que mais assustava aquela gente, no entanto, era o fogo. «Onde há eucalipto, tudo arde. E então o povo já não chamava a árvore pelo nome, mas por fósforos.» A primeira batalha estava ganha: tinham o apoio da população.

João Sousa era nessa altura presidente da junta da Veiga do Lila. «Oficialmente não podia dizer que era contra os eucaliptos, nem ir contra a polícia. Mas, quando falava com as pessoas, dizia-lhes o que haviam de fazer», conta agora com uma gargalhada e sem ponta de medo.

«Então se tínhamos o melhor azeite do país íamos dar cabo dele para enriquecer uns ricalhaços de fora?» Tem 86 anos e uma destreza de 30, hoje estuga o passo para mostrar a zona que podia ter sido caixa de fósforos. «Vê, nem um eucalipto plantado. E o nosso vale há mais de 30 anos que não arde. Se o povo não se tem unido hoje estávamos a viver a mesma desgraça que vimos por esse país fora.»

Essa é aliás a conversa mais recorrente por estes dias no vale do Lila. A tragédia florestal portuguesa dá a este povo a impressão que eles sim, tinham razão há muitos anos, quando o governo e as autoridades lhes diziam o contrário.

«Podem achar que somos gente do campo, sem educação nem conhecimento, mas nós cá soubemos defender a nossa terra», diz o velhote. «Temos chorado muito por esta gente que perdeu vidas e animais e casas. E há uma coisa que o meu povo sabe: se temos deixado ficar os eucaliptos, também hoje choraríamos pelos nossos.»

A guerra

Há uns dias que os combates tinham começado. Ataques furtivos do povo, desorganizadamente, para arrancar pés de eucalipto nos limites do Ermeiro. Duas semanas antes da guerra, no Domingo de Ramos, as coisas aqueceram.

«Juntámos duas centenas de pessoas aqui destas aldeias e os donos da empresa chamaram a GNR», lembra António Morais. «Quando eles chegaram já tínhamos dado cabo de uns bons 50 hectares de eucaliptal.» Nesse dia não houve confrontos, porque o povo fugiu. Mas anunciaram a alto e bom som que voltariam depois da Páscoa.

Esse ataque tinha feito notícia no *Jornal de Notícias* e trazido uma mão-cheia de jornalistas à terra, nomeadamente Miguel Sousa Tavares, da RTP. «Percebi que as coisas estavam a tornar-se muito grandes e foi então que contactei a Quercus. Precisávamos de ajuda.»

Do outro lado da linha atendeu Serafim Riem, que dirigia o núcleo do Porto da organização ambientalista. O ecologista partiu imediatamente para o terreno. Nesses dias ouviriam do parlamento em Lisboa várias palavras de solidariedade. Sobretudo do PCP, d'Os Verdes e de um jovem deputado socialista chamado José Sócrates.

Agora não valia a pena esconder mais nada. A 31 de março de 1989, domingo depois da Páscoa, o povo juntar-se-ia todo na Veiga do Lila para dar cabo do eucaliptal que restasse. A aldeia enchera-se de jornalistas, havia até um helicóptero a cobrir os acontecimentos do ar.

A direção nacional da Quercus demarcar-se-ia da organização dos protestos através de um comunicado, mas os núcleos do Porto e Bragança encheriam cada um o seu autocarro de ambientalistas carregados de cartazes. Às duas da tarde o sino começou a tocar a rebate. Oito centenas de vozes entoavam «oliveiras sim, eucaliptos não» e largaram por um caminho de terra batida para a quinta do Ermeiro.

Não era preciso usar enxadas nem sacholas, os eucaliptos tinham sido plantados há pouco tempo e arrancavam-se com as mãos. A polícia tentava fazer uma linha de defesa, mas duas centenas de agentes não chegavam para aquela gente toda.

Numa hora, foram arrancados 180 hectares de pequenas árvores. «Alguns gozavam com os agentes na cara e levaram umas bastonadas das boas», recorda Natália Esteves. Os que eram de perto diziam-lhes assim: «Tendes razão, por isso vamos fingir que não vemos.» Viravam as costas e o povo ia subindo o terreno.

Num instante, o casario da quinta tornava-se no último reduto da investida. Uma dezena de guardas saíram a cavalo, era demonstração de força, mas não surtiu resultado. A Soporcel tinha construído socalcos para plantar os eucaliptos e, agora, os animais não conseguiam descê-los.

«O povo ia atirando pedras aos guardas, houve um que acertou no cavalo e mandou-o abaixo», diz João Morais. Foi nesse momento que entrou em campo o corpo de intervenção, disposto a levar toda a gente pela frente. «Aí as coisas podiam ter descambado definitivamente.»

Todos por um

A guarda especializada avançava agora colina abaixo com escudos e capacetes. José Oliveira, um agricultor da pequena aldeia de Émeres, tentou escapar pela lateral, mas foi logo caçado pela guarda. No bolso trazia um revólver e foi isso que o tramou. «Levaram-no logo detido para dentro do jipe por posse de arma ilegal», conta agora a sua viúva, Ester.

Aquela detenção marcaria o início do fim da guerra. «As pessoas tinham recuado por causa do corpo de intervenção, mas quando se aperceberam que um dos nossos estava preso começaram a gritar que não arredariam pé enquanto ele não fosse solto», diz António Morais. Ester anui, «foi o vale inteiro que salvou o meu homem.» Agora já não havia pedras, havia gritos. Que libertassem o tio Zé e rápido.

Serafim Reim, o homem da Quercus, é que foi lá negociar a libertação com os guardas. Sobravam menos de 20 hectares de eucalipto, o povo deixá-los-ia em paz se soltassem o velhote. Uma hora depois, houve consenso. Identificaram José Oliveira,

caçaram-lhe a arma e mais tarde levaram-no a tribunal, mas naquele dia saiu pelo seu pé para os braços da mulher, e daí para casa.

António Morais, Natália Esteves, João Sousa e mais uma dezena de organizadores do protesto também seriam chamados à barra da justiça, um ano depois enfrentaram acusação de invasão de propriedade privada e foram condenados com pena suspensa.

«Ainda vieram uns engenheiros da Soporcel dizer que retirariam a queixa se nos comprometêssemos a não destruir uma nova plantação de eucalipto. Disse-lhes que nem pensar, aqui nunca teríamos árvores dessas no nosso vale.»

Nas noites seguintes arrancou-se à socapa quase tudo o que faltava, ficaram apenas meia dúzia de hectares a rodear o casario da quinta, mais passível de vigia. A Soporcel acabaria por desistir e vender a propriedade e a família que a comprou, quando ousou confessar a Natália Esteves que pensavam plantar eucaliptos, foram logo avisados: «Se os botais nós os arrancamos.»

Hoje, o Ermeiro é terra de nogueiras e amendoeiras, oliveiras e pinho. Nunca ardeu. Serafim Riem, o ambientalista da Quercus, diz que até hoje a guerra do povo de Valpaços é um marco, a maior ligação jamais vista no país entre o mundo rural e o ativismo ecológico.

«A única maneira de travar os incêndios em Portugal é reduzir drasticamente o eucaliptal e substituí-lo pela floresta autóctone, que não só tem melhor imunidade ao fogo como gera uma riqueza mais diversificada para as populações.»

Naquele 31 de março de 1989, o povo uniu-se e, diz agora, salvou-se. «Nós é que tínhamos razão», repetem uma e outra vez, repetem todos. Às seis da tarde, depois de José Oliveira ser libertado, um vale inteiro voltou pelo mesmo caminho e juntou-se no principal largo de Veiga do Lila. Mataram-se dois borregos e um leitão, abriram-se presuntos e deitaram-se alheiras à brasa, houve até quem trouxesse uma pipa de vinho. A festa durou noite dentro e foi maior do que qualquer romaria de Santa Bárbara.

À volta da fogueira acabariam por juntar-se também os guardas que horas antes defendiam o Ermeiro. E ali ficaram a comer e beber, vencedores e vencidos, que em Trás-os-Montes nunca se nega hospitalidade. Maria João Sousa nunca tinha visto uma coisa daquelas, nem nunca voltaria a vê-la na sua terra. Foi o 25 de Abril da sua gente. «Há lá coisa mais bonita do que uma revolução.»